

ORGANIZADORES

Cristiane Paula Arantes

Jaqueline Souza Gutemberg

Eduardo Henrique Barbosa de Vasconcelos

CULTURA HISTÓRICA

Gênero,
linguagem,
historiografia

ORGANIZADORES

Cristiane Paula Arantes

Jaqueline Souza Gutemberg

Eduardo Henrique Barbosa de Vasconcelos

CULTURA HISTÓRICA

Gênero,
linguagem,
historiografia

| São Paulo | 2024 |



DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

C968

Cultura Histórica: Gênero, linguagem, historiografia /
Organização Cristiane Paula Arantes, Jaqueline Souza
Gutemberg, Eduardo Henrique Barbosa de Vasconcelos. –
São Paulo: Pimenta Cultural, 2024.

Livro em PDF

ISBN 978-85-7221-228-1

DOI 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-228-1

1. História. 2. Séculos XIX – XX. 3. Gênero. 4. Linguagem.
5. Historiografia. I. Arantes, Cristiane Paula (Org.).
II. Gutemberg, Jaqueline Souza (Org.). III. Vasconcelos,
Eduardo Henrique Barbosa de (Org.). IV. Título.

CDD: 901

Índice para catálogo sistemático:

I. Historiografia

Simone Sales • Bibliotecária • CRB ES-000814/0

Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2024 os autores e as autoras.

Copyright da edição © 2024 Pimenta Cultural.

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons:

Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - (CC BY-NC-ND 4.0).

Os termos desta licença estão disponíveis em:

<<https://creativecommons.org/licenses/>>.

Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural.

O conteúdo publicado não representa a posição oficial da Pimenta Cultural.

Direção editorial	Patricia Biegging Raul Inácio Busarello
Editora executiva	Patricia Biegging
Coordenadora editorial	Landressa Rita Schiefelbein
Assistente editorial	Júlia Marra Torres
Estagiária editorial	Ana Flávia Pivisan Kobata
Diretor de criação	Raul Inácio Busarello
Assistente de arte	Naiara Von Groll
Editoração eletrônica	Andressa Karina Voltolini Milena Pereira Mota
Estagiárias em editoração	Raquel de Paula Miranda Stela Tiemi Hashimoto Kanada
Imagens da capa	Creative_hat, EnzocaEdit - Freepik.com
Tipografias	Abril Titling Condensed, Acumin, Belarius Sans
Revisão	Os autores e as autoras
Organizadores	Cristiane Paula Arantes Jaqueline Souza Gutemberg Eduardo Henrique Barbosa de Vasconcelos

PIMENTA CULTURAL

São Paulo • SP

+55 (11) 96766 2200

livro@pimentacultural.com

www.pimentacultural.com



2 0 2 4

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Doutores e Doutoradas

Adilson Cristiano Habowski

Universidade La Salle, Brasil

Adriana Flávia Neu

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt

Instituto Federal de Santa Catarina, Brasil

Aguimario Pimentel Silva

Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Alaim Passos Bispo

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Alaim Souza Neto

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Knoll

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Regina Müller Germani

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Aline Corso

Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Aline Wendpap Nunes de Siqueira

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Ana Rosangela Colares Lavand

Universidade Federal do Pará, Brasil

André Gobbo

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Andressa Wiebusch

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Andreza Regina Lopes da Silva

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Angela Maria Farah

Universidade de São Paulo, Brasil

Anísio Batista Pereira

Universidade do Estado do Amapá, Brasil

Antonio Edson Alves da Silva

Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Antonio Henrique Coutelo de Moraes

Universidade Federal de Rondonópolis, Brasil

Arthur Vianna Ferreira

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Asterlindo Bandeira de Oliveira Júnior

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Bárbara Amaral da Silva

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Bernadette Beber

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos

Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Caio Cesar Portella Santos

Instituto Municipal de Ensino Superior de São Manuel, Brasil

Carla Wanessa do Amaral Caffagni

Universidade de São Paulo, Brasil

Carlos Adriano Martins

Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Carlos Jordan Lapa Alves

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Caroline Chioquetta Lorenset

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Cássio Michel dos Santos Camargo

Universidade Federal do Rio Grande do Sul-Faced, Brasil

Christiano Martino Otero Avila

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Cláudia Samuel Kessler

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Cristiana Barcelos da Silva.

Universidade do Estado de Minas Gerais, Brasil

Cristiane Silva Fontes

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Daniela Susana Segre Guertzenstein

Universidade de São Paulo, Brasil

Daniele Cristine Rodrigues

Universidade de São Paulo, Brasil

Dayse Centurion da Silva

Universidade Anhanguera, Brasil

Dayse Sampaio Lopes Borges
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Diego Pizarro
Instituto Federal de Brasília, Brasil

Dorama de Miranda Carvalho
Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil

Edson da Silva
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil

Elena Maria Mallmann
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Eleonora das Neves Simões
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Eliane Silva Souza
Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Elvira Rodrigues de Santana
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Éverly Pegoraro
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Fábio Santos de Andrade
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Fabrcia Lopes Pinheiro
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Felipe Henrique Monteiro Oliveira
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Fernando Vieira da Cruz
Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Gabriella Eldereti Machado
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Germano Ehlert Pollnow
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Geymeesson Brito da Silva
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Giovanna Ofretorio de Oliveira Martin Franchi
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Handerson Leylton Costa Damasceno
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Hebert Elias Lobo Sosa
Universidad de Los Andes, Venezuela

Helciclever Barros da Silva Sales
*Instituto Nacional de Estudos
e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasil*

Helena Azevedo Paulo de Almeida
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Hendy Barbosa Santos
Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Humberto Costa
Universidade Federal do Paraná, Brasil

Igor Alexandre Barcelos Graciano Borges
Universidade de Brasília, Brasil

Inara Antunes Vieira Willerding
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Jaziel Vasconcelos Dorneles
Universidade de Coimbra, Portugal

Jean Carlos Gonçalves
Universidade Federal do Paraná, Brasil

Jocimara Rodrigues de Sousa
Universidade de São Paulo, Brasil

Joelson Alves Onofre
Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil

Jónata Ferreira de Moura
Universidade São Francisco, Brasil

Jorge Eschriqui Vieira Pinto
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Jorge Luís de Oliveira Pinto Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Juliana de Oliveira Vicentini
Universidade de São Paulo, Brasil

Julierme Sebastião Morais Souza
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Junior César Ferreira de Castro
Universidade de Brasília, Brasil

Katia Bruginski Mulik
Universidade de São Paulo, Brasil

Laionel Vieira da Silva
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Leonardo Pinheiro Mozdzenski
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Lucila Romano Tragtenberg
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Lucimara Rett
Universidade Metodista de São Paulo, Brasil

Manoel Augusto Polastreli Barbosa
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Marcio Bernardino Sirino
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Marcos Pereira dos Santos
Universidad Internacional Iberoamericana del México, México

Marcos Uzel Pereira da Silva
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Maria Aparecida da Silva Santandel
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Maria Cristina Giorgi
*Centro Federal de Educação Tecnológica
Celso Suckow da Fonseca, Brasil*

Maria Edith Maroca de Avelar
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Marina Bezerra da Silva
Instituto Federal do Piauí, Brasil

Maurício José de Souza Neto
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele Marcelo Silva Bortolai
Universidade de São Paulo, Brasil

Mônica Tavares Orsini
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Nara Oliveira Salles
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Neli Maria Mengalli
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Patricia Biegging
Universidade de São Paulo, Brasil

Patricia Flavia Mota
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Raul Inácio Busarello
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Raymundo Carlos Machado Ferreira Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Roberta Rodrigues Ponciano
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Robson Teles Gomes
Universidade Católica de Pernambuco, Brasil

Rodiney Marcelo Braga dos Santos
Universidade Federal de Roraima, Brasil

Rodrigo Amancio de Assis
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Rodrigo Sarruge Molina
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Rogério Rauber
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Rosane de Fatima Antunes Obregon
Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Samuel André Pompeo
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Sebastião Silva Soares
Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Silmar José Spinardi Franchi
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Simone Alves de Carvalho
Universidade de São Paulo, Brasil

Simoni Urnau Bonfiglio
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Stela Maris Vaucher Farias
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Tadeu João Ribeiro Baptista
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Taíza da Silva Gama
Universidade de São Paulo, Brasil

Tania Micheline Miorando
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tarcísio Vanzin
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Tascieli Feltrin
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tayson Ribeiro Teles
Universidade Federal do Acre, Brasil

Thiago Barbosa Soares
Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Thiago Camargo Iwamoto
Universidade Estadual de Goiás, Brasil

Thiago Medeiros Barros
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Tiago Mendes de Oliveira
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Brasil

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Vania Ribas Ulbricht
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Wellington Furtado Ramos
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Wellton da Silva de Fatima
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Yan Masetto Nicolai
Universidade Federal de São Carlos, Brasil

PARECERISTAS E REVISORES(AS) POR PARES

Avaliadores e avaliadoras Ad-Hoc

Alessandra Figueiró Thornton
Universidade Luterana do Brasil, Brasil

Alexandre João Appio
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Bianka de Abreu Severo
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Carlos Eduardo Damian Leite
Universidade de São Paulo, Brasil

Catarina Prestes de Carvalho
Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Brasil

Elisiene Borges Leal
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Elizabete de Paula Pacheco
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Elton Simomukay
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Francisco Geová Goveia Silva Júnior
Universidade Potiguar, Brasil

Indiamaris Pereira
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Jacqueline de Castro Rimá
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Lucimar Romeu Fernandes
Instituto Politécnico de Bragança, Brasil

Marcos de Souza Machado
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele de Oliveira Sampaio
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Pedro Augusto Paula do Carmo
Universidade Paulista, Brasil

Samara Castro da Silva
Universidade de Caxias do Sul, Brasil

Thais Karina Souza do Nascimento
Instituto de Ciências das Artes, Brasil

Viviane Gil da Silva Oliveira
Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Weyber Rodrigues de Souza
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

William Roslindo Paranhos
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Parecer e revisão por pares

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial da Pimenta Cultural, bem como revisados por pares, sendo indicados para a publicação.

SUMÁRIO

Apresentação 11

CAPÍTULO 1

Paulo Roberto de Jesus Menezes

**As Galerias de Pessoas Ilustres e a Utopia
do Poderoso Império Luso-Brasileiro13**

CAPÍTULO 2

Luiz Carlos Bento

Mona Mares Lopes da Costa Bento

**Biografia Transgressora:
de Francisca a Chiquinha – “Uma trajetória Singular”
de Autoafirmação e de luta.....40**

CAPÍTULO 3

Alexander Lima Reis

Eduardo Henrique Barbosa de Vasconcelos

**Seguir cientistas a partir de uma fotografia
da sessão científica no antigo
Instituto Soroterápico Federal69**

CAPÍTULO 4

Jaqueline Souza Gutemberg

**Música Sertaneja Raiz como
Possibilidade de Enraizamento:
a questão da identidade.....90**

CAPÍTULO 5

Munís Alves

**Anacronismo, Anarquia e os Dispositivos
Literários da História:**

a análise crítica de Rancière sobre

as estratégias discursivas dos *Annales*..... 121

CAPÍTULO 6

Cristiane Paula Arantes

Políticas do Novo Historicismo:

conversas iniciais..... 148

CAPÍTULO 7

Cadídja Assis Pinto

Frantz Fanon e a Revolução Argelina:

por uma historiografia feminista, antirracista e anticolonial..... 178

CAPÍTULO 8

Giuseppe Roncalli Ponce Leon de Oliveira

Feminismo, Giro Decolonial, Gênero

e Interseccionalidade na Teoria da História..... 206

CAPÍTULO 9

Grette Rosa Silva

Gênero, Sexualidade e suas relações

com a Educação Infantil..... 228

CAPÍTULO 10

Jailson Pereira da Silva

Os Espelhos de Clio:

o ensino de História na Era multitelas 245

CAPÍTULO 11

Aline Ludmila de Jesus

Ensaio sobre a Catástrofe:

entre o despertar e a recusa 260

CAPÍTULO 12

Tadeu Pereira dos Santos

Verônica Rodrigues Tomaz

**Os Impactos da Readaptação às Aulas
Presenciais no Contexto Pós-Pandemia
Gerados na Saúde Mental dos Professores
de uma Escola da Rede Pública
do Estado de Rondônia 274**

Índice remissivo 297

APRESENTAÇÃO

Na segunda metade do século XX, o historiador francês Lucien Febvre publicou um dos seus livros mais conhecidos: *Combats pour l'histoire*. Publicado originalmente em 1952, *Os Combates pela História* apontados por Febvre diziam respeito a crítica a historiografia tradicional, de cunho ainda positivista, e defendia uma “nova história” com um viés econômico, social e cultural.

Passados mais de 70 dessa obra seminal, o saber histórico, na França como no Brasil, assimilou as ideias de Febvre, de Bloch e do grupo que se organizou entorno da *Revue des Annales* e a história gracejou como um dos principais saberes das Ciências Sociais. No Brasil, um amplo sistema de pós-graduação foi formado, especialmente desde o final dos anos de 1970, o que suscitou a formação de novos historiadores e o aparecimento de novas e interessantes pesquisas.

Passadas algumas décadas, no Brasil, de crescimento e esplendor, eis que a História como um campo de saber volta a ser questionada sobre a sua utilidade, necessidade, validade... Mas, diferente dos tempos de crescimento e expansão do ensino e das universidades, dentro e fora do Brasil, na segunda metade do século XX, percebemos um movimento de desvalorização do ensino e da pesquisa tanto dos Governos como dos agentes privados, especialmente na área das humanidades, afetando diretamente a História em todos os níveis de formação.

É sob o signo dessa *Grande Regressão*¹ que as autoras e autores do presente livro, em momentos distintos de formação e atuação acadêmica, apresentam seus estudos e suas pesquisas na forma de texto, perpassando temas candentes da nossa realidade: o ensino de história e as multítelas, as fotografias do século XIX, a música sertaneja, Fanon e a revolução Argelina, a biografia de uma musicista brasileira, o impacto do Convid19 no ensino, o novo historicismo, a investigação de uma foto para a compreensão da atividade científica, o anacronismo, a catástrofe.

Esperamos que a leitura dos textos e as ideias apresentadas possam suscitar as leitoras e aos leitores uma melhor compreensão desse nosso velho e atual "Admirável Mundo Novo".

As Organizadoras e o Organizador

1 APPADURAI, ARJUN et al. **A Grande Regressão**: um debate internacional sobre os novos populismos e como enfrentá-los. Tradução Sílvia Bittencourt et.al. São Paulo: Estação Liberdade, 2019.

1

Paulo Roberto de Jesus Menezes²

AS GALERIAS DE PESSOAS ILUSTRES E A UTOPIA DO PODEROSO IMPÉRIO LUSO-BRASILEIRO

2

Doutor em História Política pelo Programa de Pós-graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Pesquisador do Núcleo de Estudos sobre Biografia, História, Ensino e Subjetividades (NUBHE/UERJ) e do Núcleo de Pesquisa Educação, Corpos, Histórias e Memórias Negras (NECOHM/UERJ). E-mail: pmenezes@metalmat.ufrj.br

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-228-1.1

UM PASSADO DE GRANDEZA, GLÓRIA E HEROÍSMO

Assim, o novo império português aparecia como um todo composto de partes indistintas, ligadas a um centro comum – inicialmente o Reino lusitano na Europa e, após 1808, o Rio de Janeiro – o ponto referencial da unidade nacional portuguesa e o garantidor da prosperidade geral. Essa era a forma inovadora de pensar as novas bases imperiais que iriam prevalecer no século XIX. As relações deveriam pautar-se, não mais no sistema usual de dominação da metrópole sobre a colônia, mas uma relação de parceria de Estados iguais. Dessa maneira, a preservação da unidade do mundo português consistia o objetivo precípua do projeto político embutido no *programa de reformas*, cuja mira era a formação de um grande Estado atlântico – um novo e promissor império lusitano ou, como a historiografia vem nomeando, um império luso-brasileiro. E esse novo império aparecia como elemento unificador das partes distintas do mundo português, enquanto o sentimento de pertencimento à nação lusa – então explícita e objetivamente evocado – aparecia com a função de fortalecimento dessa unidade, sobretudo, assegurar a criação de um sentimento de identidade entre os habitantes do que era até então “genericamente” chamado Brasil (Lyra, 1994, 20).

Profundas transformações sociais dão margem à ideologia dos “velhos e bons tempos”. Tradições, mitos, genealogia, acontecimentos históricos gloriosos recuperados são sintomas de fissuras no tempo presente (Candau, 2011, 88). A autoimagem de conquistadores e descobridores que acompanhava o português acalentou, por muito tempo, a ideia de um grande e poderoso império luso-brasileiro, com Portugal em seu centro. Conforme ressalta Maria de Lourdes Lyra, a unidade do mundo português, com o objetivo da formação de um grande estado Atlântico – o império luso-brasileiro –, não ficaria a cargo apenas das artimanhas da política ou mesmo refém das condições econômicas.

Visto como a “joia da coroa” do império português, desde o início do século XVIII, não faltavam motivos a Portugal para se preocupar com a sua colônia, pois

Sua riqueza, a distância ‘da cabeça e do coração da monarquia’ e a ‘pouca sujeição e obediência’ de seus habitantes eram todos motivos de preocupação, mas além disso havia uma profunda desconfiança para com a maioria da população” (Schwartz, 2000, 116).

Daí em diante a colônia seria vista com esse olhar. Gaspar Dias Ferreira, em parecer sobre a compra do Nordeste aos holandeses, chamaria aquelas terras de “o jardim do Reino e a albergaria dos seus súditos”. Dizia ele que “Portugal não tem outra região mais fértil, mais próxima nem mais frequentada, nem também seus vassallos melhor e mais seguro refúgio do que o Brasil. O português a quem acontece decair de fortuna, é para lá que se dirige” (*apud* Mello, 2000, p. 99).³

Mas o mundo estava em franca mudança. O início da Revolução Industrial na Inglaterra, o desenvolvimento da filosofia iluminista, da qual deriva a crítica ao Antigo Regime, abalariam as estruturas da sociedade ocidental, ainda que não num todo universal e harmônico (Lyra, 1994, p. 32). A crise se mostraria mais grave no reino lusitano, em função de sua “completa dependência econômica à produção colonial, fonte geradora do comércio monopolista e de fortalecimento do poder real” (Lyra, 1994, p. 34). Nesse sentido, em Portugal, no reinado de D. José I – marcado pela presença do marquês de Pombal, um reformista ilustrado – têm início as reformas de racionalização, com o intuito de melhor explorar a colônia. Seja como for, a utopia do poderoso império, há muito acalentada pelos portugueses, esmaeceria em proporção direta às sucessivas crises enfrentadas por Portugal, que não ficaria imune à Era das Revoluções (Hobsbawm, 1991).

3

Segundo esse autor, Gaspar Dias fora um lisboeta “que chegara pobre a Pernambuco e aí se tornara homem rico e honrado, senhor de engenhos, conselheiro do conde de Nassau e protegido do vice-rei da Bahia.

Como náufragos, na tentativa de salvar a outrora poderosa nação, os portugueses se agarravam às boias simbólicas. Percorrendo a trama de textos conhecidos como Proclamas ou Proclamações, percebemos que há um nítido chamado à unidade política:

Despojaram-vos de vossos príncipes, leis, usos, costumes, bens, liberdade, e até de vossas vidas, e de vossa Santa Religião, a qual vossos inimigos nunca respeitaram, ainda que segundo seu costume promettessem protegê-la, e afetassem conhecê-la (...). Levantai-vos em massa; mas não mancheis com crimes vossas honradas mãos, pois vosso intento é resistir-lhes e destruí-los. Os nossos esforços reunidos bastam para vencer esta pérfida nação; e Portugal, a Espanha e a Europa toda viverão, ou morrerão como homens. *Portugueses! Vosso país não está em perigo, este já desvaneceu, uni-vos, uni-vos, e voai a restaurá-lo* (Gazeta do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1809, edição 00001(1), grifo nosso).

Despojados de seus príncipes, suas leis, usos e costumes, bens e liberdade, de suas vidas e da Santa Religião, arrastados a países estrangeiros, restava aos portugueses clamar pela união, que seria, então, reconquistada paulatinamente, culminando, alguns anos mais tarde, no retorno de dom João a Portugal. E se “vosso país” já não estava em perigo, fazia-se necessária a restauração não só da unidade política, mas também da moral abalada pela invasão:

Agora que uma feliz revolução nos vai a livrar do pesado jugo, que nos oprime, monstros! Transportados de uma ferocidade inaudita assassinam os sacerdotes, as mulheres, e os meninos, queimam nossas vilas, e sedras, e devastam nossos campos. Mas será por pouco tempo: uma vingança terrível e sem exemplo os vai perseguir à mesma capital, para onde fogem debandados, e nós lavaremos no seu sangue nossas mortais injúrias (...). Os ingleses e espanhóis igualmente ofendidos por eles, se reúnem às nossas bandeiras. Correi às armas, portugueses, conservai a honra, a fidelidade e o patriotismo, *que os vossos maiores vos transmitiram como herança; mostrei que sois descendentes daqueles, cujo valor fez tremer*

em outro tempo o maior império do universo: A causa é nossa, é da religião, é da pátria; a vitória é certa, e a glória será imortal. Coimbra 8 de julho de 1808. Governador de Coimbra. Vice-Reitor (Gazeta do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1809, edição B00003, grifo nosso).

A julgar pela passagem, as atrocidades cometidas pelo invasor marcaram fortemente a honra portuguesa: eram monstros que não hesitaram em assassinar sacerdotes, mulheres e meninos. Mas a vingança viria em pouco tempo, e Inglaterra e Espanha, também ofendidas em sua honra, afirma o autor, se uniriam à causa portuguesa.

A questão da unidade, somada à decadência e aos infortúnios atravessados pela nação portuguesa, ocupariam grande espaço no debate político travado mediante a imprensa periódica, nos anos iniciais do século XIX. No entanto, a querela não se restringiria a esse meio. A escrita da história portuguesa também desempenhou papel relevante na ideia de defesa e restauração no império que ameaçava ruir.

José Accursio das Neves, na obra *História Geral da invasão dos franceses em Portugal e da restauração deste reino* (1810)⁴, nos dá a noção do sentimento português em relação ao momento vivido. Para ele, tratando a historiografia como lugar de memória (Nora, 1993), os males do presente que assolavam Portugal tinham suas causas na Revolução Francesa:

A mesma mão, que o derribou do trono, foi a que abalou todos os governos: foi a revolução, e não o poder da França, a que destruiu o sistema político da Europa. É nas lavas deste vulcão que a geração presente deve procurar a origem das suas calamidades: é o resultado da grande luta, em que se acham empenhados os soberanos, e os povos, o que deve fixar o destino das gerações futuras; e é portanto nesta época que as nações devem começar a sua História moderna (Neves, 1810, p. 10-11).

4 Como veremos adiante, esse autor foi subscritor de diversas obras no formato galeria de pessoas ilustres.

Tal qual erupção de um vulcão que devasta tudo em seu entorno, sendo, então, causa dos males no presente, a revolução, “que ainda se achava no berço e ameaçava a tranquilidade de todos os povos,” foi a origem de todos os infortúnios. Assim, para o autor, o marco da história do presente – a história moderna – devia ser o resultado da luta em que os soberanos e os povos travaram contra a França. Mas não bastava elencar os acontecimentos da restauração, era preciso mostrar os artífices daquela luta:

Se eu quisesse fazer especial menção de todos os *ilustres portugueses*, que fizeram serviços importantes à pátria nesta gloriosa empresa, a minha história ficaria sendo uma coleção de nomes; contudo eu procurarei tirar do esquecimento os mais distintos dentre eles: *os libertadores da pátria são dignos de recomendar-se ao reconhecimento do soberano, e da nação, e seus nomes de serem transmitidos à posteridade com a glória, que lhes é devida*. Não farei diferença de grandes a pequenos; pelas ações é que os homens se ilustram: o heroísmo, e a virtude fazem a verdadeira grandeza (Neves, 1810, 13-14 - grifo nosso).

Para que sua escrita histórica não se tornasse uma coleção de nomes, ele resgataria do esquecimento apenas os mais distintos entre os ilustres portugueses, os quais teriam seus nomes reconhecidos pelo soberano e pela nação, ganhando, assim o direito à posteridade gloriosa.

A partir do trecho destacado acima, surge a hipótese de que a escrita histórica de José Accursio abria a possibilidade de ser complementada pelo trabalho memorialístico contido nas obras biográficas que são objeto deste estudo, as quais denominamos genericamente de *galeria de ilustres*. Assim, imbricadas, memória e história reelaborariam o passado português, tornando-se importantes suportes mentais na manutenção da utopia do poderoso império luso-brasileiro.

Produzidas e publicadas nos mais diversos formatos, as galerias de ilustres traziam uma importante peculiaridade: eram compostas tanto pelas biografias⁵ quanto pelo retrato do homenageado, utilizando uma técnica já consagrada pelo italiano Giorgio Vasari⁶, no século XVI, vindo a se tornar modelo para outras obras. Decerto que esses trabalhos eram produzidos para ser lidos, mas, principalmente, eram feitos para ser vistos.

O modelo de escrita contendo imagens constituiu-se em uma nova forma estética de conceber o texto histórico.⁷ A história escrita pela linguagem visual tinha, na biografia, importante fonte de circulação. Ambas se combinavam para aprofundar a ideia de verdade histórica, com a imagem funcionando não só como prova inequívoca do narrado, mas também como possibilidade de fazer viver de novo, mediante a sensibilização do olhar, no diálogo entre ver, sentir, imaginar e conhecer. Nesse sentido, obras no formato de *galeria de ilustres* reuniam duas importantes formas de expressão, cujo foco principal é o indivíduo: o gênero biográfico e o retrato. Surgia, dessa união, um conjunto homogêneo de complementaridade recíproca, no qual os personagens compunham, em certa medida, a trama da restauração da nação portuguesa, pois toda biografia ou relato da experiência é “num ponto, coletivo, expressão de uma época, de um grupo, de uma geração, de uma classe, de uma narrativa comum de identidade” (Arfuch, 2010, p. 100).

5 Os textos podiam ser chamados de epitomes, resumo histórico das vidas etc.

6 Trata-se do pintor e arquiteto italiano Giorgio Romolo Vasari, que escreveu o livro *As Vidas dos mais excelentes pintores, escultores e arquitetos*, cuja edição que traz o retrato do biografado é a de 1568. Cf. KAPLAN, Nancy Ridel. *As Vidas de Vasari: o início da historiografia da arte italiana*. I Seminário de História: Caminhos da Historiografia Brasileira Contemporânea. UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. Disponível em: <<http://www.ichs.ufop.br/seminariodehistoria>>.

7 À história cabia, dentro do critério de cientificidade, desvendar a verdade. Neste sentido, a biografia composta com imagens surtiria por um lado, o efeito de realidade para o narrado e, por outro, exteriorizava a personagem homenageada em um movimento que a tornasse fonte de exemplo. Segundo a caracterização de Mikhail Bakhtin (2010, 259), este corresponderia ao tipo biográfico analítico, uma vez que, em sua composição estaria, além da vida social, vida familiar, virtudes e vícios, a aparência exterior.

Tal narrativa, no entanto, passa pela elaboração de uma memória cultural, que, por sua vez, depende de certas práticas e mídias, ou seja, ela “não dá prosseguimento sozinha a si mesma, precisando sempre ser renegociada, estabelecida e mediada uma vez mais, readquirida” (Asmann, 2011, p. 23). Isso quer dizer que as memórias de indivíduos e culturas são construídas pela comunicação interativa através da língua, de imagens e de repetições ritualísticas, organizadas com o auxílio de meios de armazenamento externos e práticas culturais (Assmann, 2011, 24). Assim, a memória cultural é acessada de forma específica por cada uma das mídias. Escrita e imagens armazenam aspectos diferentes e de maneira distinta, quando comparadas entre si. As imagens “contém expressões e experiências independentes da língua” e, desde os tempos da mne-motécnica romana, atribui-se às assim chamadas *imagines agentes* um poder especial de memorização” (Assmann, 2011, 25).

Certamente por isso, no Brasil, antes mesmo da instalação do primeiro tipo⁸ e da fundação do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), os trabalhos biográficos contendo retratos já circulavam, compondo as galerias de pessoas ilustres. Elas eram vistas mais como trabalhos retratísticos do que biográficos.⁹ Este é o caso da obra editada por Pedro José de Figueiredo, *Retratos e Bustos dos Varões, e Donas, Que Ilustraram a Nação Portuguesa em Virtudes*,

8 A Impressão Régia foi criada por D. João VI, em 13 de maio de 1808. Segundo Marialva Barbosa, esta instalação não foi vista com o algo extraordinário, mas como um ato prático, pois se ligava ao cotidiano da burocracia imperial portuguesa necessitada de dar um ordenamento legal aos atos reais, pois “tratava-se apenas de constituir uma atividade administrativa importante para a corte portuguesa” que acabara se instalar no Brasil (Barbosa, 2010, 19).

9 Em seu estudo dedicado aos diversos gêneros da história, José Honório Rodrigues lista grande quantidade de obras biográficas que chamou de dicionários e trabalhos biográficos brasileiros e portugueses. Curiosamente, das obras que temos analisado, a única mencionada no item “a biografia” é a Galeria dos Brasileiros Ilustres de Sebastião Sisson. As demais, como Retratos e elogios de varões e donas que ilustraram a história de Portugal e a Coleção de retratos e biografias das personagens ilustres de Portugal, são relacionadas no subitem *iconografia* do gênero História da Arte. Certamente Rodrigues as interpretou como obras retratísticas e não biográficas. Neste aspecto, ver Rodrigues (1969).

*Letras, Armas, e Artes, Assim Nacionaes, Como Estranhos, Assim Antigos, Como Modernos na Europa, África, Ásia, e America Datados da Época do Seu Fallecimento com um Extracto de Suas Vidas Tirados de Histórias, e Monumentos Antigos Offerecidos aos Generosos Portuguezes - Por uma Sociedade Philopatrica, Lisboa, na Impressão Régia. 1806. Com licença de S.A.R. Mais tarde, precisamente em 1817, ela seria renomeada de *Retratos e elogios dos varões e donas que ilustraram a nação portuguesa*. Esta publicação contém biografias de personagens da nobreza de Portugal, vinculadas aos respectivos retratos, oferecendo-nos, assim, indícios tanto da circulação de trabalhos biográficos como também da associação entre as linguagens textual e visual na América Portuguesa.*

A partir da correspondência de Luís Joaquim dos Santos Marrocos¹⁰, concluímos que esta obra foi editada em Portugal e circulou no Brasil, a partir de subscrições organizadas por ele, tendo seu pai como um dos responsáveis pelas remessas que aqui chegaram. Em uma das várias cartas nas quais o trabalho é mencionado, percebe-se o esforço em situá-lo em uma complexa rede de relacionamentos que, partindo de seu pai em Portugal, terminava na Corte do Rio de Janeiro com ramificações em outras províncias, envolvendo o comércio, a Igreja, literatos e pessoas de primeira grandeza, que ali concorrem, mas que devia se expandir, “pois o interesse do conhecimento desta obra é igual, e deve chegar a todos.”¹¹

10 Trata-se do bibliotecário encarregado de organizar a Biblioteca Portuguesa no Brasil, por ocasião da vinda da corte, em 1808. Segundo Rodolfo Garcia, Luís Joaquim dos Santos Marrocos “participara da imensa legião de funcionários que, com a transmigração da corte portuguesa para o Brasil, vieram na ocasião ou depois para ter emprego na colônia. Chegou ao Rio em 1811, acompanhando a segunda remessa dos livros da Biblioteca Real; (...). Era filho de Francisco José dos Santos Marrocos, professor régio de filosofia racional e moral e bibliotecário da Biblioteca Real da Ajuda” (Cf. MARROCOS, Luis Joaquim dos Santos, 1781-1838). O bibliotecário do rei/trechos selecionados das cartas de Luís Joaquim dos Santos Marrocos, Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2007 (Cadernos da Biblioteca Nacional).

11 Cartas de Luiz Joaquim dos Santos Marrocos. Escritas do Rio de Janeiro à sua família em Lisboa, de 1811 a 1821. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1934, v. LVI, p.294-295.

Infere-se das primeiras cartas de Luiz Marrocos uma forte animosidade para com a terra brasileira. Certamente foi isso que o impeliu à ação, levando-o a compreender a importância daquela obra na aglutinação dos portugueses em torno do trono e da nação, através dos retratos e elogios aos grandes de Portugal.¹² Uma complexa rede de circulação se formou para sua distribuição, rede que pode ser conhecida através da *Relação das pessoas que mui generosamente se prestaram por assinatura a benefício da publicação* (grifo nosso), na qual constam, entre outros, seu pai, Francisco José dos Santos Marrocos; José Bonifácio d'Andrada e Silva; a Livraria do Collegio de S. Bernardo de Coimbra; a Livraria do R. Mosteiro de S. Bento de Lisboa e, certamente, não uma coincidência, José Acurcio das Neves, autor da obra *História Geral da invasão dos franceses em Portugal e da restauração deste reino*, em cuja apresentação, como sugerimos anteriormente, abre a possibilidade da elaboração desse tipo de publicação.

Em uma de suas inúmeras formas, tanto a memória histórica quanto a genealógica implicavam em um dar a ver a genealogia dos grandes de Portugal. Isso também é pontuado no prólogo da obra *Retratos e elogios*:

Muito nos desvanecemos, de que boa parte e muito principal da nação assim dos nobres, como dos sábios cooperasse muito generosamente a ajudar, e acreditar

12 Para István Jancsó e João Paulo G. Pimenta, com a instalação da corte no Rio de Janeiro, ampliou-se grandemente o número de personagens que formavam a sociedade política na América portuguesa, se confrontando o quadro emergente de 1808 com aquele prevalecente anteriormente a essa data. Para eles, o alargamento da sociedade política, fruto da instalação da corte, e da nata da administração imperial, junto com sua clientela, foi a causa desse confronto. No geral, essas pessoas desconheciam os padrões de sociabilidade vigentes na América, "e viam no domínio dos ritos peninsulares (sociais, econômicos, culturais ou políticos) instrumento de afirmação de sua diferenciação (quando não de sua superioridade) em relação aos da terra". A instalação da corte e os variados esforços para dotar a cidade do Rio de Janeiro das características compatíveis com sua nova condição, neste caso, "uma feição europeia", sustentavam a "ilusão dos reinóis de que os padrões de sociabilidade assimilados em Portugal poderiam ter plena vigência nas partes do Brasil" (Jancsó; Pimenta, 2000,150).

nossa empresa, aprovando-a, e dando para subscrição, a que os convidamos, seus nomes, que a posteridade por isso reconhecerá não menos dignos de louvor, e galardão, como nos agora do nosso público agradecimento.¹³

Ao reconhecer a presteza com que nobres e sábios ajudavam e acreditavam a obra, fica realçado que estes teriam seus nomes reconhecidos e louvados, se não no momento da edição, na posteridade. Um argumento com o claro intuito de persuadir seus leitores à ação: subscrever o trabalho. Um detalhe importante é que a parte textual era nomeada elogio,¹⁴ termo cujo significado literal – discurso em louvor de alguém – foi seguido estritamente em toda a obra, como apontado em seu prólogo.

Cumpria, pois, reconfigurar o Português. É esse homem atormentado pelo cerco de seu território, pela fuga do monarca e, portanto, em crise de identidade, que adentrará o solo da América portuguesa. Abalado e desorientado moralmente, restava-lhe apegar-se ao tempo pretérito. É nesse cenário de crise, de profunda desorientação moral e de incerteza quanto ao futuro que surgem obras biográficas como *Retratos e Elogios*, elencando personagens de um passado glorioso e de conquistas, em um nítido trabalho de memória.

13 Retratos e elogios dos varões, e donas, que ilustraram a nação portuguesa em virtudes, letras, armas, e artes, assim nacionais, como estranhos, tanto antigos, como modernos. Oferecidos aos generosos portugueses. Publicado em Lisboa com licença da Mesa do Desembargo do Paço. 1817. A versão de 1806 tem o seguinte título: Retratos e bustos dos varões, e donas, que ilustraram a nação portuguesa em virtudes, letras, armas, e artes, assim nacionais, como estranhos, assim antigos, como modernos na Europa, África, Ásia, e América datados da época do seu falecimento com um extrato de suas virtudes tirados de histórias, e monumentos antigos oferecidos aos generosos portugueses - Por uma Sociedade Philopatrica. Lisboa na Impressão Regia. Ano 1806, com Licença de S.A. Daqui em diante Retratos e elogios.

14 O termo "biografia" só aparece ao longo do século XVII, para designar uma obra verídica, fundada numa descrição realista, por oposição a outras formas antigas de escritura de si que idealizavam o personagem e as circunstâncias de sua vida (tais como o panegírico, o elogio, a oração fúnebre e a hagiografia)" (Loriga, 2011, 17).

Com o sugere o título,¹⁵ Retratos e Elogios tenta abarcar as mais diversas características virtuosas de um cidadão (letras, armas e artes), bem como expande para quatro continentes os seus interesses. A obra contém 79 esboços biográficos escritos principalmente por P. J. Figueiredo, publicada em 19 números assim distribuídos: os de 1 ao 12, editados entre 1806 e 1817, constituem o volume 1; os de número 13 ao 19, editados entre 1817 e 1822, formariam a primeira parte do segundo volume, que nunca foi completada. É relevante salientar que há algumas alterações importantes entre uma e outra edição: a edição de 1806 intitula-se *retratos e bustos*, já na de 1817, a palavra *bustos* é substituída por *elogios* – forma antiga de escritura de si, tal qual o panegírico, a oração fúnebre e a hagiografia que idealizavam o personagem e as circunstâncias de sua vida¹⁶ – e a menção aos continentes (Europa, África, Ásia e América) foi retirada, certamente porque o Império Português já não era o mesmo. Ressaltamos, ainda, que o retrato é a marca de distinção da obra, pois o título da edição de 1806 traz explícito que aquele é complementado com “um extrato” das vidas dos homenageados tirados de histórias e monumentos antigos.

15 lara Lis vinculará a circulação desta obra na corte do Rio de Janeiro à estada do bibliotecário Luís Joaquim dos Santos Marrocos. Segundo ela, depreende-se da correspondência do bibliotecário com seu pai que encomendam retratos impressos em Lisboa. As despesas eram custeadas através de subscrições abertas na corte a nobres e funcionários régios, especialmente aqueles vinculados à Imprensa Régia. Diante do sucesso das estampas avulsas decidem abrir subscrição para o envio de Retratos e elogios. Para a autora, “estas gravuras datam do momento nevrálgico do Império diante das reclamações lusas pelo retorno da família real a Portugal, da gravidade do pós-guerra em Portugal, do perigo de uma fratura do império com uma república patriótica em Pernambuco de 1817. Os retratos recontavam um passado comum com gente e gestos gloriosos, criavam heróis de um passado comum aqui reforçado.” (Cf. Schiavinatto, 2014, 13). Cabe lembrar que a autora não menciona em seu artigo, como ressaltei no corpo do trabalho, que esta obra fora publicada em diversos números, a partir de 1806. Este é um aspecto relevante para esta análise, pois trata-se de situar tal trabalho em um momento de hesitações e disputas no campo identitário, no qual se reafirmar como português fazia toda a diferença.

16 Segundo Sabina Loriga, o termo biografia só apareceria ao longo do século XVII, para designar uma obra verídica fundada numa descrição realista, por oposição a estas outras formas antigas de escritura de si. (Cf. Loriga, 2011, 17).

Figura 1 - Folha de rosto, edição de 1806



Fonte: Retratos e Bustos dos Varões, e Donas, (...), 1806.

Figura 2 - Folha de rosto, edição de 1817



Fonte: Retratos e elogios dos varões, e donas (...), 1817

Nossa primeira tentativa de interpretação é em relação aos anos de publicação. Como mostrado acima, a obra fora publicada entre 1806 e 1822,¹⁷ período nevrálgico que abarca a trama da vinda da corte portuguesa para o Brasil, em 1807, e o retorno, em abril de 1821.

Em 1806, o governo de Portugal assistia à parte de a Europa sucumbir à força de Napoleão, logo, a ameaça real de invasão requeria a aglutinação de forças em torno da nação para enfrentar o inimigo. No entanto, a hesitação do príncipe regente faria surgir uma atmosfera de medo em relação ao porvir. Assim, já na apresentação da obra, o autor, evocando Augusto, o imperador dos romanos, faz uma ríspida crítica àquela situação:

Depois dos cuidados da religião, atesta o mesmo escritor que nenhum objeto levara tanta atenção a Augusto, como o de honrar a memória dos antigos capitães romanos, que a custa do próprio sangue tinham propagado o Império até o ponto de serem uns mesmos os limites deste, que os do mundo. A todos levantou estátuas na praça do seu nome. Todos inculcava por exemplares da honra, e do valor para a implantação dos presentes, e vindouros. O nosso soberano (o Senhor D. José) com o mesmo espírito de honrar a memória daqueles insignes heróis, que com as suas tão gloriosas, como arriscadas empresas, tinham dilatado os domínios de Portugal até ás ultimas regiões da Ásia; e com o mesmo fim de excitar com a leitura de tão nobres exemplos a emulação dos compatriotas, mandou estampar em magníficos e esplendidos caracteres, tanto os comentários do Cezar português Affonso de Albuquerque, como as décadas do nosso Tito Lívio João de Barros: MONUMENTOS DE HONRA, E DE GLORIA MUITO MAIS PERENNES, DO QUE OS MESMOS BRONZES; IMAGENS DE MUITO MAIS EFFICAZ PERSUASIVA, DO QUE ESTATUAS MUDAS; QUE ENQUANTO DURAR O MUNDO, SERÃO UNS ELOQUENTES PREGOEIROS DAS ESTUPENDAS AÇÕES, E FAÇANHAS DAQUELES GRANDES ESPIRITOS; UNS CONTINUOS DESPERTADORES DA NOSSA FROUXIDÃO, E INERCIA (FIGUEIREDO, 1806, grifos do autor).

17

Na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro tive acesso às distintas edições. A de 1806 encontra-se no Setor de Acervo Geral e a de 1817 no Setor de Iconografia.

Colocado no mesmo patamar do imperador romano Augusto, o Senhor D. José teve o mesmo espírito de honrar a memória daqueles heróis que, com suas façanhas, dilataram os domínios de Portugal. No entanto, ao contrário daquele e apostando na circulação de sua obra, o autor justifica seu trabalho, afirmando tratar-se de “monumentos de honra e de glória muito mais perenes do que os mesmos bronzes” e suas imagens tinham maior capacidade persuasiva que estátuas mudas, pois, podiam circular e “falar” através dos elogios: *eloquentes pregoeiros das estupendas ações e façanhas dos grandes espíritos*, que funcionariam como contínuos despertadores da frouxidão e inércia. Aqui, a palavra-chave é pregoeiro. Aquele que proclama publicamente alguma coisa. Assim, ao contrário dos bustos esculpidos e retratos emoldurados, que têm como característica serem obras fixas, as galerias impressas possibilitariam maior difusão da vida dos homenageados¹⁸. Ou seja, o trabalho devia tornar público o que antes era conhecido apenas em círculos restritos.

Da combinação de imagem e texto (retratos e elogios), surgiu uma obra que objetivava expressamente induzir à ação. Nesse caso, o rosto era importante elemento de persuasão, pois é ele, “mais que qualquer parte do corpo, a vitrine da pessoa” (Elias, 1994, p.160). Ressaltemos ainda a função mágica exercida pelo retrato e seu funcionamento como elemento substitutivo, pois “por trás do retrato está o homem, que dele se vale como de um instrumento mágico de poder” (Castelnuovo, 2006, p. 15).

Logo no prólogo de Retratos e elogios o autor anunciava que:

(...) Tudo que fizemos damos por bem empregado, e certo estamos, de que assim há de ser contemplado por todos, que forem afeiçoados à honra portuguesa,

18

Para Daniel Roche, o poder absolutista tinha nítida percepção da importância da palavra impressa e a “viam como o principal veículo do conhecimento e do pensamento, o meio transmissor de toda discussão política e religiosa, o instrumento de expressão tanto da crítica subversiva quanto da obediência e aquiescência intelectual (Roche, 1996, 22).

pois consiste, e a isto só se dirigiu em acreditar varões e donas insignes nossos naturais, que acabaram as vidas com gloria, depois de florescerem em todo gênero de virtudes, deixando fama perdurável de seus nomes assim nas ciências e artes, como nas armas, como na santidade com vivos exemplos, que ainda agora eficazmente nos ensinam, atraem, e inflamam para sua imitação: e em darmos para crédito seu os retratos, e elogios de cada um deles. Entendemos que faríamos nisto bom serviço, procuramos desempenhá-lo. Não é, nem pode ser nossa intenção compreender todos, senão os que mais se avantajaram; e oxalá conseguíssemos nós os retratos destes mesmos! (Figueiredo, 1817).

Tal qual na obra de José Acúrsio das Neves (1810), apenas os mais distintos caberiam no panteão. Homens e mulheres dignos de veneração tinham agora seu lugar de culto. Eles seriam os responsáveis por induzirem a ação pela imitação ou referência. Para que não houvesse dúvida sobre o caráter de indutor, ele segue mostrando o fio condutor de seu trabalho:

Uma só razão, quando não houvera muitas, fora bastante a nos levar de boa vontade a esta nossa empresa, e era a consideração de que nenhum outro reino talvez terá, e possa oferecer destes heróis consumados tamanha cópia como Portugal; alguns já celebrados nas penas de nossos escritores, e outros, e pode ser que seja o maior número, ainda não chegados a nossa notícia, principalmente dos eminentes em santidade por isso que procuraram ocultar-se aos olhos do mundo. Damos também lugar entre estes a alguns estrangeiros, adotando nesta parte o mesmo que seguiu Jorge Cardozo em seu agiologio; pois, suposto não pertençam como naturais a este Reino, devem ser por tais considerados, e com razão, quando ou por gloriosos feitos na vida, ou por honrada e assinalada morte se acreditaram entre nós, que qualquer destas coisas bastava de per si para lhes dar nome de portugueses, porque as obras dão pátria, e nascimento (Figueiredo, 1817).

Deduzimos que tínhamos ali algo além de uma simples obra de retratos e elogios; o intuito era despertar sentimentos de honra, glória e virtudes no público ao qual se dirigia. Portugal era, entre todos os reinos, aquele que mais oferecera cópias de seus heróis, assim, todos “que [fossem] afeiçoados à honra portuguesa” teriam, a partir dali, modelos que “atraem, e inflamam para sua imitação”. Neste panteão, também havia lugar para alguns estrangeiros, pois, suposto “não pertençam como naturais a este reino, devem ser por tais considerados, e com razão, quando ou por gloriosos feitos na vida, ou por honrada e assinalada morte se acreditaram entre nós.” Dessa forma, resolvia-se também o problema daqueles honrados portugueses nascidos em outras terras, uma vez que o critério de pertencimento era outro: “porque as obras dão pátria, e nascimento.”

A obra Retratos e elogios foi pensada para ser vista – talvez mais do que lida. Ou seja, a escrita já não era tomada, tal qual fora para os humanistas da renascença, como o mais importante ou exclusivo instrumento para elaboração de memórias (Assmann, 2011, p. 150).¹⁹ Já não bastava narrar a vida da personagem, mas ligá-la à sua imagem. Ler e ver tomavam parte no ato de conhecer o passado. Nesse sentido, é interessante perceber a consciência de seu autor das prováveis dificuldades impostas à circulação de uma obra apenas com textos, ou seja, para dar conta de sua empreitada, os retratos seriam oferecidos ao público “sem adorno de palavras, que muitas vezes são ao leitor de impedimento e dificuldade” (Figueiredo, 1817) Tratada como empecilho, a linguagem textual ganhava assim outro estatuto. Talvez algo muito sofisticado para um público pouco afeito às letras. Ressalte-se ainda a estratégia de não levar em conta a “sucessão de tempos”, já que o interesse era “tão somente apontar exemplos” e não escrever crônica ou história seguida de sucessos.

19

Para a autora, os textos são, assim como as imagens, espaços de recordação e apenas mais uma das formas de memória.

Mobilizadas para os mais diversos fins, rapidamente as imagens se tornariam indispensáveis ao progresso das ciências e das técnicas, por representar uma linguagem universal, facilitando o sentido do texto a pessoas pouco familiarizadas com as letras. Assim, devido à sua rapidez, as técnicas fotográfica e litográfica passariam a ocupar o centro desta narrativa visual, já em meados do século XIX.²⁰

Em *Iconografia e Iconologia: Uma Introdução ao Estudo da Arte da Renascença*, Erwin Panofsky (2011) fornece importante instrumental metodológico para análise de imagens. Ele distingue em três níveis a análise temática de uma obra. O nível pré-iconográfico é aquele no qual se percebem algumas qualidades expressivas, como uma atmosfera caseira pacífica de um interior. O mundo das formas puras, por portarem significados naturais: o mundo dos motivos artísticos. O segundo, o nível da iconografia propriamente dita, é aquele no qual se consegue perceber o tema secundário da imagem. É este o plano ao qual se ligam motivos artísticos e suas combinações com assuntos e conceitos. Não é apenas uma enumeração de motivos artísticos e sim sua interpretação. Um terceiro momento da leitura de imagens, chamado iconologia, é aquele no qual se percebe o significado intrínseco das imagens. Ou seja, “os princípios subjacentes que podem revelar a atitude básica de uma nação, de um período, classe social, crença religiosa ou filosófica” (Panofsky, 2011, p. 51).

20

Para Facundo Tomás, esta centralidade estava ligada também ao fato de que o “conjunto da sociedade se submetia às necessidades do comércio” e, por conseguinte, também suas formas artísticas. Para atingir um maior número de consumidores era preciso técnicas mais ágeis que as antigas formas de produção de imagens (Tomás, 2005, p. 331).

Figura 3 - Frontispício de Retratos e elogios

Fonte: *Retratos e elogios dos varões, e donas (...)*, 1817

A edição de 1817 de *Retratos e elogios* traz, em seu frontispício (Fig.3), uma imagem que merece olhar mais detido. A leitura inicial nos mostra o que poderia ser uma cena qualquer: no lado direito do quadro, a mulher com trajes elegantes olha fixamente o observador. Acima e quase ao centro, o anjo toca um instrumento²¹ e carrega uma bandeira. No canto inferior esquerdo, um homem sentado com o tórax despido, segura com a mão esquerda o estandarte. Seu braço direito repousa sobre o vaso que verte um líquido qualquer e a mão aponta para o pé esquerdo descalço e sujo, enquanto segura uma corrente. Da mesma maneira que a mulher, ele olha para quem o observa. Acima à esquerda, um templo com uma estátua na entrada, ladeado por um pomar de árvores frondosas limita a imagem. No centro, entre o homem e a mulher, um animal sem feições definidas e preso pela corrente solta o que pode ser fogo pela boca. No fundo do quadro, um casal aparenta esperar o desenrolar dos acontecimentos.

21

Trata-se de um trompete que, no contexto religioso, era associado à providência divina, à vitória e à salvação. Pintores da Renascença caracterizaram o trompete como atributo de mensageiros (Fontana, 2013, 155).

Olhando mais detidamente, aparece ao leitor outro plano da imagem. Neste, já é possível perceber alguns signos presentes. A mulher não é uma pessoa qualquer. Vestida à moda império,²² a coroa, o manto e o cetro em sua mão esquerda nos indicam tratar-se de um membro da realeza. Sua mão direita, em gesto receptivo, ao mesmo tempo em que indica o caminho ao personagem masculino, convida o observador a entrar e participar. O anjo – mensageiro divino – carrega a bandeira com o brasão português. Neste caso, trata-se de São Gabriel, arcanjo que tem o papel da Anunciação.²³ O corpo curvado do homem denota cansaço e o pé descalço o aproxima a um deus.²⁴ Tanto a espessa e cumprida barba quanto a sujeira do pé indicam que a caminhada até ao local da cena foi longa. Vemos tratar-se de um herói, pois a cabeça está coroada com os louros da vitória. O animal, um misto de serpente e dragão, dominado e acorrentado pelo pescoço, já não oferece perigo. Sua cauda pende em direção ao fundo da imagem, formando uma espécie de caminho. O templo, com quatro pilares aparentes, é um ponto de força do quadro. Sua presença força o olhar para o lado esquerdo da imagem. Todas as personagens apontam em sua direção: a asa e o instrumento do anjo,²⁵ o estandarte que o homem carrega, a mão da mulher em primeiro plano, bem como a da mulher no fundo do quadro. Assim, é

- 22 Na moda chamada império, os trajes femininos compunham-se de uma espécie de camisola em tecido leve, decotada, que ia até os tornozelos, com uma saia em formato de "A", a cintura alta e pequenas mangas bufantes. Disponível em: <modahistorica.blogspot.com.br>. Acesso em: 10 de janeiro de 2016.
- 23 Segundo Fontana (2013), as mensagens divinas confiadas aos anjos são anunciadas em forma de bênção, aviso ou profecia. Para alguns, os anjos são alegorias de canais de comunicação através dos quais Deus "fala" com os mortais, ou ainda corporificações simbólicas do que hoje se chama intuição. São Miguel também é representado algumas vezes tocando o trompete.
- 24 Assumo aqui a mesma interpretação de Peter Burke para a estátua do imperador Augusto, para quem os pés descalços era um meio de assimilar Augusto a um deus (Burke, 2004, 83).
- 25 A função tradicional do trompete era recepcionar ou proclamar a realeza e soar o começo da batalha, notadamente o combate entre cavaleiros. No contexto religioso, era associado à providência divina, à vitória e à salvação. No Velho Testamento, trompetes anunciavam a presença de Deus, enquanto na conquista israelita de Canaã esse instrumento marcou a aprovação divina da queda de Gericó (...). Pintores da Renascença caracterizaram o trompete como atributo de mensageiros. Cf. Fontana (2013, 155).

possível afirmar que o templo concorre com as demais personagens, se tornando importante elemento para a compreensão da cena. O foco da visão gira para o lado onde ele está colocado. É para onde a atenção do observador deve estar voltada.

Para passarmos ao terceiro nível de leitura do frontispício da edição de 1817 de Retratos e elogios, precisamos, fazer uma breve remissão aos acontecimentos na Europa e no Brasil daqueles momentos.

Em 1814, Napoleão é derrotado pelas forças aliadas europeias (Neves; Machado,1999) e se dá o início do Congresso de Viena, com o principal objetivo de estabelecer uma paz duradoura na Europa, que impedisse as guerras e revoluções, restaurando a estabilidade abalada pela Revolução Francesa e pelas guerras napoleônicas. Na verdade, a diplomacia estava basicamente preocupada em restaurar o direito dos reis, impor a ordem legitimista e retraçar o mapa da Europa das dinastias. O chamado princípio da legitimidade, determinava que as dinastias reinantes no período pré-revolucionário deveriam ter de volta seus tronos e os territórios que possuíam antes, em 1789. Assim, os governantes legítimos que haviam sido depostos tiveram seus tronos restabelecidos. Isso ocorreria em Portugal, na Espanha, no Reino das Duas Sicílias, nos Estados Pontificiais e em Estados Germânicos, além da França. Logo seria exigido pelo Congresso o retorno da família real a Portugal para reassumir o trono e colocar fim ao exílio na colônia. Como ressaltamos acima, se por um lado havia a pressão para a volta da família real, por outro existia todo um clima de animosidade entre portugueses do Brasil e portugueses do reino, criado desde a vinda da corte para a América. Assim, a crise política instaurada os colocava em lados opostos.

A revolta iniciada em Pernambuco é também um acontecimento ícone para entendermos o momento da publicação de Retratos e elogios. Para Kirsten Schultz (2008), o medo de que a revolução que afligiu a França e as cenas de sangue se espalhassem nos domínios da monarquia portuguesa consolidou-se em 1817,

quando “aquela província e as áreas circundantes do nordeste brasileiro foram tragadas por uma insurreição republicana que logrou substituir a autoridade real por vários meses” (Schultz, 2008, 171).

Pressionado para reassumir o trono em Portugal e enfrentando toda sorte de intempéries no Brasil, o retorno já não era um horizonte tão longínquo para D. João. *Retratos e elogios* tomou parte nessa “pressão”. Como observou Iara Lis, aquelas “gravuras datam do momento político nevrálgico do império diante das reclamações lusas pelo retorno da família Real a Portugal, da gravidade do pós-guerra em Portugal, do perigo da fratura do império com uma república patriótica em Pernambuco”, com os retratos recontando “um passado comum com gente e gestos gloriosos, criando heróis para reforçar um passado comum” (Schiavinatto, 2014, 13).

Publicada em Portugal, e circulando no Brasil, a partir de subscrições abertas por Luis Joaquim dos Santos Marrocos, tendo como subscritor, entre tantos, José Bonifácio, seu frontispício funcionou como uma obra retórica visual. Partindo dessas considerações, podemos, então, adentrar em outro plano da imagem. A Boa Nova é anunciada pelo Arcanjo, o perigo acabou, o dragão está derrotado e dominado. O monstro dominado é uma alegoria para o sacramento do Batismo. Nele “o velho homem” morre pela imersão na água e dá origem a um novo ser regenerado.²⁶ Para o caso português, que é o que nos ocupa, vale nos remetermos aos medos do momento: na Europa, Napoleão fora derrotado. Em Lisboa, o movimento idealizado pela sociedade secreta Supremo Conselho Regenerador de Portugal,

26 Segundo Mircea Eliade, “antes de mais nada, existe a valorização do batismo como uma descida ao abismo das Águas para um duelo com o monstro marinho. Esta descida tem um modelo: a de Cristo no Jordão, que foi ao mesmo tempo uma descida às Águas da Morte”. Cirilo de Jerusalém mostra-nos, de fato, a descida na piscina batismal como a descida nas águas da morte, habitadas pelo dragão do mar, à imagem do Cristo descendo no Jordão no momento de seu batismo para quebrar o poder do dragão ali escondido: “o dragão Behemoth, de acordo com Jó”, escreve Cirilo, “estava nas águas e recebia o Jordão em sua boca. Ora, como tinha que quebrar as cabeças do dragão, Jesus, tendo descido nas águas, prendeu-o fortemente, para que pudéssemos adquirir o poder de andar sobre escorpiões e as serpentes” (Eliade, 1991, 154).

liderado por Gomes Freire de Andrade, fora abafado e seus membros, condenados à morte, executados (Souza,1999, p. 58-74). No Brasil, a Revolução Pernambucana foi sufocada. O herói que dominou a fera depois de fatigado pela batalha é o homem português. A centralidade do templo para o conjunto da cena – como afirmamos acima, as atenções se voltam para ele – nos leva a pensar em um chamado à unidade.²⁷ Suas colunas expostas aludem à estabilidade e à força: a ordem fora restituída ao reino. O caminho para o templo está seguro e calmo, assim indicam a mulher e o pomar ao fundo. A bandeira de Portugal,²⁸ carregada pelo anjo, pode voltar ao seu lugar de origem: já era possível a união em torno do rei,²⁹ por isso sua volta é necessária e, então, reclamada.

Como vimos, o período inaugurado desde a saída da corte para o Brasil suscitou toda sorte de sentimento nos que acompanharam a Família Real na travessia do Atlântico, naqueles que já estavam aqui e nos que ficaram em Portugal. Estes não cessariam de reivindicar a volta do monarca das mais variadas formas, entre elas a publicação de textos que expunham a sensação de abandono. Aqueles que se aventuraram na travessia atlântica, expostos a toda sorte de privações e flagelos, os exilados (Schultz, 2008), precisavam, antes de tudo, se adaptar à nova realidade para, depois, instituírem-se como nobreza. Isto equivalia a utilizarem de ritos simbólicos para reafirmação da identidade entre eles e distinção ante aos demais estratos sociais.

- 27 Um dos sentidos dominantes de templo é refundir os diversos símbolos de eixo do mundo, tais como a escada, a montanha oca, entre outros (Cirlot, 2005, p.558).
- 28 A bandeira expressa identidade, unidade, independência e a soberania de um povo. As bandeiras nacionais possuem cores significantes e emblemas relacionados ao país (Fontana, 2013, 137).
- 29 Segundo Lucia Maria Bastos das Neves, a Revolta Pernambucana contribuiu enormemente para enfraquecer a imagem de estabilidade que o país gozava frente às agitações da América Espanhola, enfraquecendo também o prestígio da monarquia portuguesa perante os descontentes portugueses, que iriam dar origem à Regeneração de 1820 (Cf. Neves, Machado, 1999).

Assim, em suas personagens, Retratos e Elogios destaca a unidade do Império Português em um momento de crises políticas, rupturas e reconfigurações. Seja como for, ambos os lados do Atlântico começariam a ser salvos do naufrágio em 1821, quando D. João retornaria a Portugal.

Podemos perceber, em nossa pesquisa, que as galerias de ilustres já circulavam nestas terras no início do século XIX pelas mãos dos portugueses da Europa. Como mencionado, há, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, uma edição de 1806 da obra Retratos e elogios de varões e donas que ilustraram a nação portuguesa. Não podemos afirmar que data daí sua circulação, pois, como vimos através da correspondência de Luiz dos Santos Marrocos, ela circulou em livrações pouco depois da chegada do bibliotecário ao Brasil.

Na modernidade oitocentista, mundo que via o passado com outras lentes, escrever biografias aparece também como uma das formas de mostrar o homem que emerge das transformações ocorridas: nem único, “nem reconciliado, mas antes múltiplo, cheio de vida, conflituoso, feito de diferenças e de contrastes”, decomposto em inúmeros fragmentos (Loriga, 2011, p. 91). Daí a importância de conjugá-la a outros textos, especialmente as imagens, o que nos remete à nova maneira de representação do indivíduo. Como obra datada, *Retratos, e elogios dos Varões, e Donas que ilustraram a nação portuguesa* continha características comuns a outros trabalhos no formato galeria de ilustres no que tange ao modelo de escrita biográfica e aos personagens retratados, entre elas, o passadismo e o nacionalismo, o autor como gênio original e o subjetivismo. Assim, sugerimos que ela se inseria em um conjunto de estratégias socioculturais, em interseção com a tentativa de reconstrução de uma identidade política portuguesa cindida pelas sucessivas crises experimentadas entre o fim do século XVIII e a primeira metade do século XIX e que punham em risco o projeto de um poderoso império elaborado pelos ilustrados do século XVIII (Lyra, 1994, p. 22). A defesa da Monarquia e a consciência de pertencimento à nação portuguesa só teriam êxito,

se conjugadas com outras estratégias, afinal “o poder não se mantém apenas pela força ou pela razão, mas também pela produção de imagens e manutenção de símbolos e as crises políticas são momentos espetaculares, quíça imprescindíveis à mítica do surgimento dos heróis” (Balandier, 1980).

BIBLIOGRAFIA:

ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico**: dilemas da subjetividade contemporânea. Rio de Janeiro: EDUERJ. 2010.

ASMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas, SP: Editora da Unicamp. 2011.

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de Literatura e de estética (A Teoria do Romance)**. São Paulo: HUCITEC. 2010.

BALANDIER, Georges. **O poder em Cena**. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1982.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**: Brasil, 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad X. 2010.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: história e imagem. Bauru, SP: EDUSC. 2004.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto. 2011.

CASTELNUOVO, Enrico. **Retrato e Sociedade na arte italiana**. São Paulo: Companhia das Letras. 2006.

CIRLOT, Juan-Eduardo. **Dicionário de símbolos**. São Paulo: Centauro. 2005

ELIADE, Mircea. **Imagens e símbolos**: ensaio sobre o simbolismo mágico-religioso. São Paulo: Martins Fontes- selo Martins. 1991.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1994.

FONTANA, David. **A linguagem dos símbolos**: a história e os significados ocultos em um guia completo e ilustrado. São Paulo: Publifolha. 2013.

HOBSBAWM, Eric J. 1991. **A era das revoluções**. 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo G. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Viagem incompleta**. A experiência Brasileira (1500-2000). - São Paulo: Editora SENAC São Paulo. 2000,

LORIGA, Sabina. 2011. **O pequeno x**: da biografia à história. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. **A utopia do poderoso império**. Portugal e Brasil: bastidores da política, 1798-1822. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

NEVES, José Accursio das. **História Geral da invasão dos franceses em Portugal e da restauração deste reino, Lisboa, 1810**. t. 1 Disponível em <<http://purl.pt/index/geral/aut/PT/87686.html>>

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MACHADO, Humberto Fernandes. **O Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1999.

NORA, Pierre. Entre Memória e história. In: **Projeto História**. Revista do Programa de estudos pós-graduados em história e do Departamento de História. São Paulo. Nº10, p. 1-78, dezembro. 1993.

MELLO, Evaldo Cabral de. Uma nova Lusitânia. In: Mota, Carlos Guilherme (org.). **Viagem incompleta**. A experiência brasileira (1500-2000). Formação: histórias. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

PANOFSKY, Erwin. Iconografia e Iconologia: Uma Introdução ao Estudo da Arte da Renascença. In: PANOFSKY, Erwin. **Significado nas artes visuais**. São Paulo: Perspectiva. 2011.

ROCHE, Daniel. A censura e a indústria editorial. In: DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (orgs.). **A Revolução impressa**: a imprensa na França, 1775-1800. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 1996.

RODRIGUES, José Honório. **Teoria da História do Brasil**. Introdução metodológica. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1969.

SOUZA, Lara Lis Franco Schiavinatto Carvalho de. **Pátria Coroada**: o Brasil como corpo político autônomo – 1780-1831. São Paulo: Fundação Editora da UNESP. 1999.

SOUZA, Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho de. Retrato e biografia. Lisboa/Rio de Janeiro. 1780-1820. In: **História** (São Paulo) v.33, n.1, p.3-26, jan./jun. 2014.

SCHULTZ, Kirsten. **Versalhes tropical: império, monarquia e a corte real portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2008.

SCHWARTZ, Stuart B. "Gente da terra brasileira da nação". Pensando o Brasil: a construção de um povo. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Viagem incompleta. A experiência Brasileira (1500-2000).** - São Paulo: Editora SENAC São Paulo. 2000.

TOMÁS, Facundo. **Escrito, pintado.** Madrid: A. Machado Libros. 2005.

FONTES:

Figueiredo, Pedro José de. **Retratos e Bustos dos Varões, e Donas, Que Ilustraram a Nação Portuguesa em Virtudes, Letras, Armas, e Artes, Assim Nacionaes, Como Estranhos, Assim Antigos, Como Modernos na Europa, África, Ásia, e America Datados da Época do Seu Fallecimento com um Extracto de Suas Vidas Tirados de Histórias, e Monumentos Antigos Offercidos aos Generosos Portuguezes - Por uma Sociedade Philopatrica,** Lisboa, na Impressão Régia. 1806.

Figueiredo, Pedro José de. **Retratos e elogios dos varões, e donas, que ilustraram a nação portuguesa em virtudes, letras, armas, e artes, assim nacionais, como estranhos, tanto antigos, como modernos. Oferecidos aos generosos portugueses.** 1817.

2

*Luiz Carlos Bento*³⁰

*Mona Mares Lopes da Costa Bento*³¹

BIOGRAFIA TRANSGRESSORA:

DE FRANCISCA A CHIQUINHA – “UMA TRAJETÓRIA SINGULAR” DE AUTOAFIRMAÇÃO E DE LUTA

30

Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás - UFG. Professor Associado na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS. Tutor do PET História Conexões de Saberes. E-mail: luiz.bento@ufms.br

31

Mestre em História pela Universidade Federal de Grande Dourados - UFGD. Professora da Rede Pública Estadual. E-mail: monamares.bento2719@gmail.com

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O objetivo que norteia este capítulo é problematizar as biografias feitas sobre a trajetória da instrumentalista, compositora e maestrina Francisca Gonzaga, popularmente conhecida como Chiquinha Gonzaga. São elas: *A Pioneira Chiquinha Gonzaga*, de Geysa Bôscoli (1973); *Chiquinha Gonzaga Chiquinha Gonzaga: grande compositora popular brasileira*, de Mariza Lira (1978)³²; *Chiquinha Gonzaga: Sofri e Chorei. Tive Muito Amor*, de Dalva Lazaroni (1999); *A Memória Social de Chiquinha Gonzaga*, de Cleuza de Souza Millan (2000); *A jovem Chiquinha Gonzaga*, de Ayrton Mugnaini (2005) e *Chiquinha Gonzaga: uma história de vida*, de Edinha Diniz (2009).

Um dos pressupostos iniciais que orienta o texto é a convicção de que falar das biografias nos permite compreender as narrativas que foram sendo adequadas pelos autores/as ao longo do tempo com a missão de construir uma imagem de Chiquinha Gonzaga e apresentá-la, ao grande público, como ícone de um determinado modelo de mulher e musicista. Salientamos alguns aspectos destacados em suas biografias para enaltecer alguns pontos de sua vida. Metodologicamente entendemos que, questionar os aspectos que foram escolhidos pelos biógrafos/as em diferentes momentos, para serem lembrados ou esquecidos, tem o potencial de ampliar a percepção histórica sobre os papéis sociais atribuídos, desempenhados ou negados às mulheres.

Como demonstra Michel de Certeau, todo discurso sobre a alteridade – neste caso, sobre a mulher –, é construído a partir de um lugar econômico, social e político que o legitima e constitui suas condições de possibilidades. Escrever a história é buscar

32

A biografia teve duas edições, a primeira em 1939 com o título *O Abre Alas* e a segunda em 1978, que teve o título mudado para *Chiquinha Gonzaga: grande compositora brasileira*. Como fonte, trabalharemos com a de 1978.

localizar no presente um lugar significativo para o passado que se processa por meio das condições historicamente instituídas em um determinado tempo e lugar, aquilo que Michel Foucault chamou de “regimes de verdades”:

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discursos que ela escolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona um e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (Foucault, 2008, p. 12).

Ou seja, o conjunto de signos, imagens e discursos socialmente construídos possibilitam uma compreensão autocentrada em um discurso de poder que autoriza a percepção do outro. Dessa forma, o que pretendemos fazer é perceber através da escrita biográfica produzida sobre Chiquinha Gonzaga, as formas discursivas a partir das quais ela foi percebida, nesse sentido as biografias são nossa principal janela para fazer falar o passado.

É importante esclarecermos que, ao fazermos tais reflexões sobre as biografias, não estamos buscando negar as narrativas existentes com o intuito de se construir uma outra, que se coloque como um discurso verdadeiro sobre sua trajetória, reforçando uma polarização estéril entre Literatura e História que já foi superada pelas ciências humanas no século XX.

No entanto, a partir das análises sobre as biografias, percebemos que há uma escrita linear, como se todas as ações de Chiquinha Gonzaga culminassem para a grandeza de uma posteridade, pressupondo que a biografada tinha total domínio de seus atos. Não estamos aqui tentando desmerecer e/ou desrespeitar os/as biógrafos/as, mas sim, refletir sobre suas especificidades, intenções, contradições e contribuições.

Seus biógrafos/as retratam a vida da maestrina como uma predestinação artística e, muitas vezes, perdem de vista o sentido histórico de suas escolhas, como se Chiquinha Gonzaga não fosse sujeito de sua própria história. Suas ações, desejos, paixões, perdas, ganhos, alegrias e tristezas, são narradas como sendo fatos sobre os quais ela tinha controle.

Porém, sabemos as dificuldades que as mulheres neste período, tiveram para ocuparem espaços que não lhes eram permitidos. É necessário esclarecermos que estamos falando das mulheres que nasciam nas camadas sociais mais favorecidas, nas quais eram educadas para ocupar o espaço do lar. E esse é um fator preponderante na história de Chiquinha Gonzaga, que negou os padrões normativos impostos pelos costumes de sua época, para se afirmar enquanto uma mulher transgressora.

Sua trajetória individual e pública será estudada por meio dos vestígios – que vamos explorar como fontes – nos quais, suas obras musicais e seu pioneirismo, tornam-se atuais e necessários – servindo como instrumentos de análises para refletirmos sobre as relações de gênero e os papéis sociais das mulheres, bem como, sobre a sociedade brasileira e suas estruturas, que são portadoras de uma longa historicidade.

As biografias foram escritas em diferentes momentos por diferentes autores/as. Alguns/as com a proposta de fazer uma história linear, com início, meio e fim; e outros/as que narram os momentos de maior destaque da carreira de Chiquinha Gonzaga.

O cenário que ela viveu foi a cidade do Rio de Janeiro entre o final do século XIX e início do século XX. Neste período histórico, a cidade estava passando por diversas modificações, sociais, culturais e econômicas, cujos movimentos mais conhecidos foram: a abolição e a transição da monarquia para a república.

A participação de Chiquinha Gonzaga nestes movimentos nos auxilia na reflexão sobre a relação indivíduo e sociedade e os elementos que compõem suas obras musicais, pois não há como desvincular as representações culturais das posições sociais de seus agentes. Desta forma, é importante destacarmos suas produções musicais como sendo manifestações de seus posicionamentos, tanto no âmbito social quanto político. O estudo destas é circunstanciado por uma frutífera relação passado/presente, nesse sentido, compreendermos sua trajetória é, também, compreendermos a história das mulheres no Brasil e sua historicidade.

Estes processos de modificações marcaram de forma significativa a sociedade carioca, evidenciando algumas mazelas sociais. Em sua obra, Nicolau Sevcenko descreve que os hábitos da população negra e menos favorecida foram sendo excluídos e condenados, em nome de um bem maior, a civilidade e a modernização:

[...] a condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional; a negação de todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, que será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas aburguesadas; e um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense (Sevcenko, 1985, p 30).

Este período de efervescências, de contrastes, de apropriações, de modernização, de remodelagem é essencial para demonstrarmos que a partir deste contexto de transformações alguns segmentos encontraram espaços para se posicionarem e reivindicarem seus direitos naquele ambiente, o qual se forja como espaço de disputa, lugar de enfretamento social, onde os jogos de verdade são produzidos para nomear a realidade.

Com base em alguns autores entendemos que trabalhar com biografias possibilita um entendimento para além das histórias de vidas já contadas e das formas de escritas sobre os indivíduos, pois as imagens veiculadas pelos biógrafos são múltiplas, propiciando questionamentos sobre os interesses que orientam essas escritas e o tipos de memórias que elas conservam em suas narrativas.

François Dosse, em seu livro *O desafio biográfico: escrever uma vida*, assim como Alexandre de Sá Avelar e Benito Bisso Schmidt em *O que pode a biografia*, demonstram que é possível e plausível trabalhar com biografias, pois, a partir de alguns elementos contidos em tais escritas podemos refletir sobre questões como: sociedade, relações de gênero, formas de resistência, trabalho, atuação feminina, raça, entre outros. Para Mary Del Priore “[...] a biografia, uma das primeiras formas de história – depois das dos deuses e de homens célebres –, retém cada vez mais a atenção dos historiadores. Todavia, a moda da biografia histórica é recente” (Priore, 2009, p. 7).

Sendo assim, as análises propostas são necessárias e possíveis, a partir dos limites e possibilidades inerentes aos historiadores(as) e a caracterização do que significa produzir um conhecimento histórico, teórico e metodologicamente embasado em conceitos e categorias que, por meio das fontes históricas, produzem uma representação da experiência temporal que possa, assim como afirma Jörn Rüsen, orientar as ações na forma de um sentido produzido temporalmente com base na reflexão racional sobre a experiência do passado.

As vivências de Chiquinha Gonzaga na sociedade carioca oitocentista nos permitem refletir sobre os acontecimentos históricos inerentes ao contexto, como por exemplo, a atuação feminina no espaço público, um problema em voga no período, mas que é tão familiar na atualidade.

DE FRANCISCA A CHIQUINHA: “UMA TRAJETÓRIA SINGULAR” DE AUTOAFIRMAÇÃO E DE LUTA

A descrição das experiências femininas na história foram incumbências reservadas aos homens. E, para encontrarmos as mulheres em meio a esta história – escrita por homens, sobre homens e para homens; e que, por muito tempo, foi naturalizada como de caráter universal – são exigidas lentes especiais. Pois, pensavam que ao falarem dos homens as mulheres estariam sendo igualmente contempladas, “Mas, também, não eram todos os homens que estavam representados nessas narrativas: via de regra, era o homem branco ocidental” (Soihet; Pedro, 2007, p. 284).

Porém, tais afirmações não correspondiam as realidades femininas, conforme nos orientam as autoras Rachel Soihet e Joana Maria Pedro:

A história das mulheres – com suas compilações de dados sobre as mulheres no passado, com suas afirmações de que as periodizações tradicionais não funcionavam quando as mulheres eram levadas em conta, com sua evidência de que as mulheres influenciavam os acontecimentos e tomavam parte na vida pública, com sua insistência de que a vida privada tinha uma dimensão pública – implicava a negação de que o sujeito da história constituía-se numa figura universal (Soihet; Pedro, 2007, p. 286).

Ana Maria Colling apontou, em sua tese de doutorado que, para compreendermos a participação das mulheres na história devemos duvidar das categorias universais:

Por isso, ao tentar recuperar a presença da mulher na história, foi necessária a construção de um novo mapa, de uma nova metáfora, desconfiando das categorias dadas como universais, e, ao mesmo tempo, privilegiando as singularidades, as pluralidades, as diferenças (Colling, 2000, p. 11).

Desta forma, compreendemos a necessidade de apresentar a vida de Chiquinha Gonzaga a partir das lentes de suas próprias experiências e escolhemos como ponto de partida da pesquisa suas biografias. Avelar e Schmidt chamam nossa atenção quando indicam que a biografia pode ser uma “Curiosa forma de escrita, [...]”. O conjunto dos fatos ligados a um indivíduo, por mais corretamente que seja descrito, não é suficiente para explicá-lo” (Avelar; Schmidt, 2018, p. 8). E, é justamente desta maneira que compreendemos as histórias narradas sobre a compositora e maestrina: ao mesmo tempo que são relatos verídicos não conseguem explicá-la.

Alguns processos que iremos problematizar, nos auxiliam na reflexão sobre as mulheres que se atreveram a seguir carreiras profissionais, buscando, através de suas condutas, autonomia e liberdade.

Foi-se o tempo em que a biografia era considerada um gênero menor [...]. Hoje, mais que nunca, ela “desaponta” um setor menor privilegiado de experiências de escritas que suscitam a paixão tanto de escritores como de historiadores e pesquisadores em ciências humanas. (Dosse, 2015, p. 5).

Francisca Edwiges Neves Gonzaga nasceu no Rio de Janeiro no dia 17 de outubro de 1847 e faleceu aos 88 anos, em 28 de fevereiro de 1935, na mesma cidade. Sua mãe Rosa Maria Neves Gonzaga – negra, pobre e filha de uma mulher escravizada³³ – amasiou-se com seu pai, o militar José Basileu Neves Gonzaga, homem branco, de ilustre família do Império e de parentesco com o Duque de Caxias.

Segundo relata Edinha Diniz³⁴ “Com o reconhecimento paterno, numa sociedade patriarcal e escravista a filha bastarda de Rosa poderia ter um futuro” (Diniz, 2009, p. 26). Porém,

33 Estes são os dados que constam nas biografias sobre a mãe de Chiquinha Gonzaga.

34 Edinha Diniz é pesquisadora, escritora, socióloga e professora. Publicou, entre outras obras, biografias de Cartola, Machado de Assis e Jorge Amado para o público infanto-juvenil. Para mais informações pesquisar no site <https://ims.com.br/titular-colecao/edinha-diniz/>.

Chiquinha Gonzaga entrou em rota de colisão com esse futuro socialmente determinado para as mulheres naquela sociedade e daquela posição social.

No ano de 1967, em uma conferência intitulada *Você sabe quem foi Chiquinha Gonzaga?* Geysa Bôscoli³⁵ explanou sobre a vida desta mulher e as experiências que tivera ao lado de sua tia. Suas palestras resultaram na segunda biografia. Por conta do convívio, discorreu sobre a família Neves Gonzaga, da seguinte maneira:

Os dois, muito religiosos, calmos, amigos um do outro, viviam uma vida que era um verdadeiro sonho de felicidade. Ela, uma alma angélica nascida exclusivamente para o Bem. Êle, um militar ilustre, inteligente, culto, matemático eminente e latinista, uma sensibilidade, de temperamento artístico, amante que era de tôdas as coisas belas no campo da Pintura, da Música ou da Poesia. Era oficial-de-gabinete do MINISTRO LUIZ ALVES DE LIMA E SILVA – o glorioso DUQUE DE CAXIAS – e, alguns anos mais tarde, Secretário do Comando – chefe das Fôrças Aliadas, na GUERRA DO PARAGUAI (Bôscoli, 1973, p. 17).

O autor explicita uma valorização, uma idealização da figura paterna, com o intuito de demonstrar que Chiquinha Gonzaga tinha herdado alguns de seus talentos – como por exemplo, o temperamento artístico. Algo muito subjetivo, dada a organização familiar do período, pautada no patriarcado. As autoras Lana Lage da Gama Lima e Suellen André de Souza, explicam sobre o conceito de patriarcado, o qual tem como o centro, o “poder supremo” da família, a figura masculina:

A palavra patriarcado se origina da combinação das palavras gregas *pater* (pai) e *arkbe* (origem, comando). A expressão refere-se a uma forma de organização familiar e social em que um homem, o patriarca, submete os outros

35

Geysa Bôscoli foi um teatrólogo, jornalista, compositor e advogado. Sobrinho de Chiquinha Gonzaga e presidente da SBAT por 6 anos consecutivos. Para mais informações, pesquisar no site <http://dicionariompb.com.br/geysa-boscoli>.

membros da família ao seu poder. [...] Como qualquer fenômeno histórico, a família patriarcal não corresponde a um modelo único de organização familiar, apresentando variações ao longo do tempo e de acordo com o lugar, porém mantendo sempre a superioridade e o poder do patriarca em relação aos seus outros membros. E esse poder masculino não se limita ao espaço doméstico, mas se reflete na forma de organização da sociedade como um todo (Lima; Souza, 2019, p. 578-80).

Portanto, percebe-se que há uma dicotomia sobre a idealização familiar que Geysa Bôscoli (1973) descreve, pois, a forma como os indivíduos são apresentados já demonstra uma organização familiar característica do patriarcado, na qual o homem exerce poder sobre a família, principalmente sobre a mulher e as filhas, sem ser questionado. Portanto, compreendemos que se Rosa, mãe de Chiquinha Gonzaga, foi esta mulher passiva, feita “exclusivamente para o bem”, como o autor descreve, este processo se relaciona com esta estrutura na qual estava submetida.

O “chefe da família” era quem determinava a melhor maneira para a educação dos/as filhos/as e o pai de Chiquinha Gonzaga não fugia à regra. Contratou um cônego para ensiná-la em casa e um professor de piano, algo comum nas famílias aristocráticas. Porém, não podemos negar que, ao compará-la com outras mulheres do seu tempo - brancas não aristocratas, mestiças não reconhecidas pela figura paterna e mulheres negras escravizadas – ela teve acesso a uma educação privilegiada. Mas, diferentemente da maioria das sinhazinhas que eram educadas a executar o piano para o entretenimento da família, ou mais especificamente do pai e do marido, Chiquinha Gonzaga utilizou este instrumento para se afirmar enquanto mulher, artista e profissional, ousando ocupar espaços predominantemente masculinos.

Sua educação obedecia a um modelo familiar tradicional e as vontades das mulheres estavam subjugadas às dos homens – seus pais, irmãos e/ou seus maridos. Nessa fase, a participação feminina

na vida social, muito restrita no período colonial brasileiro e na primeira metade do século XIX, ampliou-se minimamente, ganhando contornos novos. Essa questão é destacada pelas autoras Vanda Freire e Angela Portella, segundo as quais:

Desenvolveram-se, [...], nas classes mais abastadas, hábitos “elegantes”, o gosto pela música, pelas artes cênicas, o cultivo da vida social, através do teatro lírico, dos salões, etc. A sociabilidade expandia-se e, com ela, o espaço e as formas de atuação das mulheres” (Freire; Portela, 2010, p 65).

Mais do que dona-de-casa e mãe de família, as mulheres passaram a desempenhar o papel de “damas de salão”. Ou seja, a educação e o aprendizado estavam diretamente relacionados com a inserção e interação dessas mulheres no meio social, possibilitando acrescentar ao ideal da educação doméstica o cultivo da dança, do canto e da conversação.

Tal prerrogativa possibilitou aulas de etiqueta, música e piano para que essas mulheres da aristocracia aprendessem boas maneiras e a serem anfitriãs, buscando, com isso, arranjar bons casamentos – tarefa geralmente delegada ao pai, mas que era facilitada quando a sinhazinha era dócil, obediente e versada nesses aspectos. Os padrões e a condição das mulheres enquanto sujeitas eram definidas pela condição de servir – no casamento – ao homem, e durante sua fase de crescimento ao pai, obediência que os discursos sociais, ou seja, os discursos de poder que constituíam os sistemas de verdades clivavam como verdadeiros e naturalizados.

Portanto, é importante pensarmos para quais mulheres esse processo era imposto, e, estamos falando das mulheres que tiveram acesso aos privilégios de quem nascera em uma família aristocrática, mais abastada e, para Chiquinha Gonzaga a aceitação desta condição social, que herdara de sua posição familiar aristocrática, significava a anulação de si. Como podemos compreender na análise de suas biografias, um dos elementos em destaque são suas transgressões

que os biógrafos narram de diversas maneiras, demonstrando que a biografada não concordava com aqueles padrões impostos pelo poder dominante. Nesse sentido, pensar o dito e o não dito tem o potencial de qualificar o entendimento sobre a história das mulheres no Brasil e seu lugar nesse enredo.

Ao incorporar o aprendizado de piano à sua formação, as mulheres participaram do processo de transformação do gosto musical no Brasil. Segundo Edinha Diniz, não é por acaso que tenha sido uma mulher que mais contribuiu para a Música Popular Brasileira:

Se era a mulher quem decidia o gosto musical, este mais facilmente recaía sobre o popular por ser capaz de servir à desrepressão de um ser dominado. Aqui, como antes no caso da profusão de festas religiosas, nos parece que a mulher e o escravo, enquanto grupos sociais subjugados, aparecem como os elementos interessados e responsáveis pela direção do processo. E convém lembrar também que a mulher dessa época, quase sempre uma executante de sala de visitas, ainda estava restrita ao ambiente familiar e portanto em contato direto com os escravos domésticos. E isso parece ter facilitado o intercâmbio cultural e favorecido o processo de síntese musical (Diniz, 2009, p. 129).

Nesta passagem, a autora apresenta indícios de como poderia ter sido o lar de Chiquinha Gonzaga. Devido sua posição social, conviveu com pessoas escravizadas e, de uma maneira ou de outra, teve contato com sua cultura, suas danças e músicas. Este deve ter sido um dos fatores para que ela tenha participado do movimento abolicionista e também o fato de sua mãe ser uma mulher negra. Mesmo que Chiquinha Gonzaga não tenha convivido com parentes do lado materno – não há menção desta relação nas fontes pesquisadas – não quer dizer que não tenha refletido sobre as condições dos sujeitos escravizados.

Desta forma, é preponderante para o entendimento da vida desta mulher refletir sobre a família na qual se encontrava e que fazia

parte de uma elite carioca, vivendo no meio urbano – na então capital do Brasil – e, por isso, teve acesso à uma educação formal e musical. No entanto, ela ressignificou esta educação aristocrática, e o piano, de uma mera distração, passa a ser o seu meio de trabalho e também um instrumento de subjetivação libertária de sua personalidade feminina – transgredindo os padrões sociais definidos, pois este instrumento era um ícone referencial de uma boa educação feminina, mas que era vetado às mulheres tocá-lo fora dos recônditos do lar.

Defendemos a premissa de que Chiquinha Gonzaga atribuiu um significado diferente a essa educação musical, utilizando o piano para compor suas canções, ousando explorar tal ferramenta para ocupar um outro lugar, que não era permitido às mulheres da elite carioca, o espaço público. Nesse sentido, devemos reconhecer seu pioneirismo – como demonstram as biografias – na afirmação das mulheres nos espaços públicos, alargando dessa forma as possibilidades de atuação feminina, não sem lutas, não sem retaliação e sofrimento; preço que teve que pagar para se afirmar.

As pesquisadoras Vanda Freire e Angela Portela, descrevem que:

O interesse das moças pela música era aprovado e cultivado, sobretudo no que se refere ao piano. Sendo elas proibidas de se desenvolver intelectualmente, já que, além de restrições à educação que recebiam, suas leituras eram severamente fiscalizadas pelos pais e maridos, elas concentravam muito de suas atenções nas atividades artísticas, mostrando-se peritas e devotadas, sobretudo ao piano, quando as posses da família permitiam ter esse instrumento em casa (Freire; Portella, 2010, p. 65).

Portanto, apesar das transformações que estavam ocorrendo nesse período – e, principalmente na cidade do Rio de Janeiro – uma grande barreira continuava separando o mundo feminino do mundo masculino, uma vez que a educação feminina visava preparar as mulheres para o ambiente sacralizado do lar e da vida doméstica.

A educação feminina estava voltada para que elas pudessem ser exibidas perante à sociedade e, por isso, o casamento era visto como um destino inevitável.

Segundo Margareth Rago:

Também não se abrem amplas perspectivas profissionais para ela, como se poderia supor num primeiro momento. Afinal, a preocupação com a educação visa prepará-la não para a vida profissional, mas sim para exercer sua função essencial: a carreira doméstica. Os conhecimentos que adquirisse deveriam, portanto, auxiliar a dissipar os antigos preconceitos que povoavam sua mente fraca e torná-la uma companhia mais agradável e interessante ao homem (Rago, 1985, p. 63).

O casamento e a maternidade eram um caminho quase incontornável para as mulheres da elite brasileira nesse período, pois elas eram socialmente preparadas desde a adolescência – mais ou menos até os 14 e 15 anos – para aceitarem esse destino. Porém, é preciso lembrar que o casamento civil foi um ideal, no entanto existiram algumas pessoas que se relacionavam, mas que não seguiam os padrões sociais impostos pela família, igreja e Estado.

Simone Beauvoir, em seu livro *O segundo sexo I: fatos e mitos*, apesar de escrever em um outro momento histórico e de se referir, mais especificamente, as opressões femininas sofridas pelas mulheres francesas, reflete sobre questões muito similares no que diz respeito ao casamento, “Abrem-se as fábricas, os escritórios, as faculdades às mulheres, mas continua-se a considerar que o casamento é para elas uma carreira das mais honrosas e que as dispensa de qualquer outra participação na vida coletiva” (Beauvoir, 1970, p. 175).

Dessa forma, a educação recebida pela futura compositora, que mais tarde será conhecida como uma mulher de enorme audácia, não parece diferir das outras mulheres que pertenciam àquela esfera social, que deveriam se manter somente preocupadas com as questões familiares (esposo e filhos) e com afazeres domésticos.

A destinação dessas mulheres ao lar e a família eram defendidas como verdade universal, pois a ordem patriarcal reinava, principalmente, na família e no Estado. Neste momento, à nível político, as participações das mulheres eram quase inexistentes e a vida profissional paralela a vida familiar era praticamente impossível. Nesse sentido, podemos dizer que Chiquinha Gonzaga ousou enfrentar o “impossível”, pois ela buscou se afirmar enquanto mulher no espaço público apostando numa vida profissional à revelia dos interesses familiares.

Como já mencionamos, os biógrafos/as de Chiquinha Gonzaga divergem em vários pontos no que tange a alguns momentos de sua vida. Um desses aspectos é justamente sobre a idade que tinha quando se casou. Geysa Bôscoli, relata este momento da seguinte maneira:

Em plena floração da sua sensibilidade, amando entusiasmaticamente a Arte, CHIQUINHA, com 14 anos incompletos, menina que, além dos seus estudos, só se preocupava com seu piano, foi surpreendida com a apresentação que lhe fizeram de UM NOIVO! Conforme tradição da época, êsse noivo fôra escolhido entre as relações da família. Era o oficial da Marinha Mercante JACINTO RIBEIRO DO AMARAL, homem nada afeito aos ambientes da Arte, e que, além de não apreciá-la, fazia praça em não aceitá-la. Era, positivamente, um homem de temperamento rude (Bôscoli, 1973, p. 20-1).

Já na narrativa produzida por Edinha Diniz, sobre este momento da vida de Chiquinha Gonzaga, encontramos a seguinte descrição:

E eis que o casamento se faz. Não sabemos precisamente a quem coube a escolha do marido, mas, dado o desastroso desfecho, parece não restar dúvida de que foi tarefa que não envolveu a noiva. Ela, aos 16 anos, morena, de baixa estatura, olhos e cabelos escuros – sendo estes levemente ondulados –, tinha um tipo faceiro, para usar um adjetivo da época. Ele, 24 anos de idade, de estatura alta, compleição atlética, olhos azuis e cabelos alourados; como se dizia naquele tempo, um homem garboso (Diniz, 2009, p. 59).

As duas narrativas podem estar certas, já que as mulheres, geralmente, casavam-se muito novas, algo comum – quase sempre por imposição do pai. Porém, como estamos problematizando as biografias, percebemos que há uma intencionalidade nas escritas e que, ao longo dos anos, foi sendo modificada conforme os interesses de cada biógrafo/a.

O dote que Chiquinha Gonzaga recebeu de seu pai foi um piano, devido ao *status* social da família – neste momento, somente as famílias que pertenciam a aristocracia possuíam condições econômicas para ter tal instrumento. Assim, o aprendizado de música que recebera ganhou um papel preponderante na nova fase de sua vida, como esposa e mãe, pois teve 3 filhos com Jacinto, servindo como elemento de expressão de suas vontades e de seus anseios por liberdade.

Por isso, Chiquinha Gonzaga “[...] dedicava muito tempo ao piano, muito além do que esperava de uma mulher” (Diniz, 2009, p. 59). Jacinto Ribeiro do Amaral era coproprietário – juntamente com um personagem histórico de atuação destacada na economia brasileira do período, o Barão de Mauá – do navio mercante São Paulo, que foi fretado pela marinha brasileira para a Guerra com o Paraguai.

Na biografia escrita por Dalva Lazaroni, descreve que em uma de suas viagens, Jacinto leva consigo Chiquinha Gonzaga,

O *São Paulo* era uma embarcação de grandes proporções, de borda elevada, própria para navegar em alto-mar. Não fora preparado para receber passageiros. Seu objetivo era transportar tropa e carga. Mas Jacinto fez significativas adaptações para abrigar Chiquinha e o filho (Lazaroni, 1999, p. 140).

Ela insistia na música e seu marido na intransigência típica dos homens do período. A tensão entre essas duas vontades cresceu ao ponto de chegar a um ultimato: Jacinto pede à mulher que escolha entre ele ou a música, ao que obtém como resposta:

“pois, senhor meu marido, eu não entendo a vida sem harmonia” (Diniz, 2009, p. 67.), ocorrendo o desquite.

Não podemos nos esquecer que a biografia que Dalva Lazaroni (1999) escreveu foi um romance e que por meio desta a Rede Globo produziu e exibiu a minissérie *Chiquinha Gonzaga*³⁶, em 1999. Mais do que os livros, a minissérie (pela sua abrangência de público) estabeleceu Chiquinha Gonzaga na memória dos brasileiros e brasileiras. Mas ainda que esse evento tenha servido para, de alguma forma, dar visibilidade a memória social de Chiquinha Gonzaga, também serve como mecanismo que nos ajuda a pensar a história das mulheres no Brasil e a sua relação com as instituições hegemônicas de poder.

As Organizações Globo não pagaram os direitos autorais devidos pelo uso da obra para embasar a narrativa televisiva, nem fizeram referência a autora nos créditos da minissérie, o que sinaliza explicitamente, que ainda existe um silenciamento sobre o protagonismo feminino, ou que no mínimo, existem entraves sociais moralizadores e excludentes que na aurora do século XX, e porque não dizer, ainda na atualidade, dificultam o reconhecimento das mulheres enquanto sujeito intelectual, este acontecimento pode ser visto como mais um ato de não reconhecimento do lugar da mulher na produção de narrativa histórica sobre o passado.

Como dito anteriormente, Simone de Beauvoir questionou a função da maternidade, que reservava às mulheres um destino

36 Para analisarmos a minissérie precisaríamos de lupas específicas e este não é o foco da pesquisa. Contudo, é importante descrevermos, de maneira singela, sobre a minissérie que foi um sucesso. Regina e Gabriela Duarte vivem em fases diferentes a personagem. Criada por Lauro César Muniz, a minissérie *Chiquinha Gonzaga* foi ao ar pela primeira vez em 1999. A trama considerada um sucesso em todas as exibições, retrata a vida de Chiquinha em paralelo ao surgimento da Música Popular Brasileira. A minissérie conta a história de uma mulher revolucionária que desafiou a tradição da época com suas atitudes e se tornou uma das precursoras da música brasileira. Chiquinha Gonzaga foi a primeira compositora e maestrina brasileira, do final do século XIX. Assim, para mais informações acessar: <http://teledramaturgia.com.br/chiquinha-gonzaga/>. Acessado em setembro de 2023.

social na condição de mães. A autora descreve que a experiência da maternidade é um dos elementos centrais para explicar a dominação de um sexo sobre outro: o lugar das mulheres na reprodução biológica – gestação, parto, amamentação e consequentes cuidados com as crianças – determinava a ausência das mulheres do espaço público, confinando-as ao espaço privado e à dominação masculina. Afirma que:

Não seria possível obrigar diretamente uma mulher a parir: tudo o que se pode fazer é encerrá-la dentro de situações em que a maternidade é a única saída; a lei ou os costumes impõem-lhe o casamento, proibem as medidas anticoncepcionais, o aborto e o divórcio (Beauvoir, 1970, p. 79).

No entanto, Chiquinha Gonzaga não aceitou ficar presa ao lar, ao marido e aos filhos. Ao se separar, uma atitude condenável para a sociedade da época, recebeu o veto da família e da sociedade em geral como punição, conforme nos relata Edinha Diniz:

A família Neves Gonzaga reagiu com todo rigor que lhe competia: a expulsão, forma usual, embora drástica, do poder patriarcal sancionar a rebeldia feminina. A partir daquele momento a casa de José Basileu fechou definitivamente as suas portas. Para a família ela foi declarada morta e seu nome impronunciável. Seus filhos lhe estavam proibidos. Carregava apenas João Gualberto consigo (Diniz, 2009, p. 63).

Desta forma percebemos que, a partir deste momento, Chiquinha Gonzaga deixou de desfrutar da vida de sinhazinha, tendo que procurar outros recursos para continuar vivendo. No entanto, a questão da maternidade é trabalhada de forma ambígua pelos seus/as biógrafos/as. Tanto Geysa Bôscoli (1973) quanto Mariza Lira (1978) relatam que, após a separação, uma “[...] certa manhã, partiu com seus cinco filhos pequenos – João Gualberto, Maria do Patrocínio, Hilário, Alice e João Batista” (Bôscoli, 1973, p. 28).

Já os/as outros/as biógrafos/as relatam esse momento de uma forma diferente. Assim, é importante questionarmos: Por que os autores divergem tanto quando relatam a questão da maternidade nas biografias? Chiquinha Gonzaga “abandonou” ou não seus filhos? Será que ela não teve escolha ou optou escolher por ela mesma?

Compreendemos que as biografias narram este aspecto de uma maneira superficial com o intuito de demonstrar que Chiquinha Gonzaga era uma boa mãe e que não deixaria seus filhos. No entanto, devemos refletir sobre o assunto de uma maneira mais crítica. Convenhamos que, talvez, não tenha sido uma decisão fácil em sua vida, mas ao tomá-la Chiquinha Gonzaga demonstra que estava disposta a se desvincular totalmente daqueles padrões sociais que a limitava apenas à procriação, fato inerente na vida da maioria das mulheres neste contexto.

Elas não se viam e/ou construíam uma identidade própria porque a educação que recebiam as forçavam a viverem a serviço do outro (esposo/filhos/as). Este fato, mesmo que descrito em poucas linhas nas biografias, é algo muito complexo, pois não podemos determinar a causa e o motivo exato que as levaram a tomar esta atitude. No entanto, não podemos descartar a hipótese de que Chiquinha Gonzaga optou por deixar seus filhos pois compreendia que não seria uma tarefa fácil cuidar de todos e se dedicar a música. Também não podemos descartar a hipótese de que ela não se identificava com os cuidados maternos, por isso levou somente o filho mais velho.

Ser mãe é uma construção social e essa premissa é reforçada a partir da representação maternal, como por exemplo o mito da Virgem Maria, que segundo Ana Maria Colling:

Quando se instala-se o casamento monogâmico, torna-se necessária a criação do mito da Virgem Maria, porque já não é possível englobar todas as mulheres no mito de Eva. O casamento necessita de uma imagem feminina purificada na exaltação à maternidade. Esta construção mítica tornou-se o modelo ideal de mulher, inatingível (Colling, 2014, p. 73).

A filósofa e historiadora francesa Elisabeth Badinter nos auxilia na compreensão deste fato de uma forma excepcional, demonstrando que:

Ao procurar definir-se como ser autônomo, a mulher devia fatalmente experimentar uma vontade de emancipação e de poder. [...] Para compreender o comportamento de rejeição da maternidade pelas mulheres, é preciso recordar-se de que [...] as tarefas maternas não são objeto de nenhuma atenção, de nenhuma valorização pela sociedade. São consideradas, na melhor das hipóteses, normais, uma coisa vulgar. As mulheres não obtinham, pois, nenhuma glória sendo mães, e no entanto essa era sua função principal. Elas compreenderam que, para ter direito a alguma consideração, deviam seguir outro caminho que não o da maternagem, pela qual ninguém lhes mostrava gratidão (Badinter, 1985, p. 100-1).

Com base nas autoras supracitadas, podemos analisar a questão da maternidade de Chiquinha Gonzaga como sendo uma forma de sua vontade e de seus anseios. Entendemos que naquelas circunstâncias optou por não sair de casa com todos os seus/suas filhos/as, pois não era fácil a vida das mulheres que ousavam se separar, sendo taxadas de “desquitadas”; uma maneira pejorativa para desclassificá-las.

As mulheres que tinham filhos/as e não tinham uma figura masculina ao seu lado, sofriam com o desrespeito da sociedade, sendo apontadas como mães solteiras. Chiquinha Gonzaga, como outras mulheres, sofreu duplamente com estes apontamentos. Assim, subentendemos que, naquele momento histórico, optou por escolher a si mesma ao invés de todos/as filhos/as.

Alguns de seus/as biógrafos/as tentaram, em suas narrativas, construir uma imagem de mãe forte, guerreira, batalhadora e que superou diversos obstáculos por seus/as filhos/as com o intuito de legitimarem uma dada memória e não mancharem a honra que é o fato de ser mãe, como se isto fosse essencial para demonstrarem um certo caráter da maestrina. Um fato muito complexo, pois a

maternidade é uma construção social e, quase todas as mulheres tendem a serem humilhadas quando não seguem à risca as regras impostas socialmente, em diferentes momentos históricos.

Elisabeth Badinter esclarece ainda, que:

Mais precisamente, os defensores do amor materno “imutável quanto ao fundo” são evidentemente os que postulam a existência de uma natureza humana que só se modifica na “superfície”. A cultura não passa de um epifenômeno. Aos seus olhos, a maternidade e o amor que a acompanha estariam inscritos desde toda a eternidade na natureza feminina. Desse ponto de vista, uma mulher é feita para ser mãe, e mais, uma boa mãe. Toda exceção à norma será necessariamente analisada em termos de exceções patológicas. A mãe indiferente é um desafio lançado à natureza, a a-normal por excelência (Badinter, 1985, p. 15).

Nesse sentido o “mito da maternidade” como essência, faz parte de um conjunto de normas e comportamentos socialmente impostos à condição feminina. A partir da reflexão sobre esta construção do ser mãe, que Badinter nos aponta e com base nas biografias analisadas, notamos que, principalmente e Geysa Bôscoli (1973) e Mariza Lira – os/as primeiros/as biógrafos/as – pretenderam criar uma narrativa positiva em torno da questão da maternidade de Chiquinha Gonzaga.

Bôscoli (1973) nomeia todos/as os/as filhos/as e dois nomes nos chamam a atenção. Primeiro o de Alice, o autor aponta como sendo filha do casamento de Chiquinha com Jacinto, no entanto, as biografias de Cleusa de Souza Millan (2000) e Edinha Diniz (2009) destacam que, após a separação de Jacinto Ribeiro do Amaral, Chiquinha Gonzaga teve um relacionamento com o engenheiro João Baptista de Carvalho Jr., do qual tiveram uma filha, Alice.

No ano de 1876, a 24 de agosto, nasceu-lhes a filha, Alice Maria. [...] João Baptista adquire uma fazenda e se deslocam para o campo. Alterou-se o cenário, mas a conduta dele e o ciúme dela permaneceram inalteráveis.

Ao surpreendê-lo dançando com uma mulher estranha, o seu orgulho não suportou a cena e decidiu abandoná-lo e à filha Alice, com poucos meses de idade. Novamente, com o filho João Gualberto retornou ao Rio de Janeiro (Millan, 2000, p. 88).

Percebemos que a questão da maternidade é um assunto muito complexo quando se trata de Chiquinha Gonzaga. Mariza Lira chega a afirmar que “Como mãe, foi de uma dedicação bem brasileira, não poupou sacrifícios para orientar os filhos e prepará-los para a vida (Lira, 1978, p. 45). E, o que seria ser uma mãe bem brasileira? Uma mãe que seguia rigorosamente os modelos estabelecidos? Que cuidava da educação dos/as filhos/as e para isso anulava todos os seus anseios e suas vontades? Mediante tais questionamentos pressupomos que, os primeiros biógrafos não queriam contradizer a imagem de uma mulher lutadora que venceu diversos obstáculos ao longo de sua vida, e nessa imagem, o papel de mãe era preponderante para o discurso cristão que orienta essas narrativas.

E o segundo filho, retratado nas biografias, é João Batista, também apresentado de formas diferentes. Bôscoli (1973) e Lira (1978) o descrevem como sendo filho da biografada, enquanto que as outras biografias o descrevem como sendo filho adotivo e até mesmo como amante. Desta forma, para uma melhor compreensão dos fatos, iremos apontar alguns relatos encontrados nas narrativas biográficas.

Dalva Lazaroni (1999), destaca que João Batista Fernandes Lage, mais conhecido como Joãozinho, era um jovem músico – recém-chegado de Portugal – que auxiliou Chiquinha Gonzaga, no Clube Euterpe, na organização de um concerto para orquestra. Por meio desta aproximação, ficaram íntimos e se entregaram a paixão:

Por aquela aparição, de mãos dadas com Joãozinho, ele com dezesseis anos e ela com cinqüenta e dois, pôde avaliar o que esperava dali para frente. Já em casa, no Andaraí, tendo o namorado à sua frente, sentia-se enfraquecida, incapaz de enfrentar a situação.

– *Não sei, Joãozinho, se tenho coragem! Sinto-me fraca, cansada de lutar contra tudo e contra todos* (Lazaroni, 1999, p. 396).

É possível perceber, nesta narrativa, um esforço de construir uma imagem de mulher autônoma, consciente das diversas barreiras que teve que enfrentar ao longo da vida. Uma mulher consciente de si, senhora de sua afetividade e sexualidade que contrasta com a imagem da mãe construída por Geysa Bôscoli (1973) e Mariza Lira (1978), a partir da qual a ideia do filho adotivo, ser retratado como amante foi silenciada em detrimento de uma concepção de mulher atrelada ao imperativo da maternidade. Nas palavras da autora, podemos notar este esforço de valorização deste papel transgressor idealizado e protagonizado por ela, segundo Lazaroni,

Chiquinha Gonzaga suspeitava da violência com que certas pessoas reagiriam, fazia idéia dos dissabores por que passaria por causa da sua ligação com um rapaz trinta e seis anos mais novo do que ela. Ele nascera em 1883. Mas, estava disposta a enfrentar os obstáculos e ela sabia que era capaz. Mesmo assim, pensando em evitar maiores sofrimentos, arquitetou um plano, aprovado por Joãozinho (Lazaroni, 1999, p. 397).

O plano era encontrar uma forma de burlar os valores da época e um modo de viver essa relação que certamente sofreria julgamentos e perseguições. Juntaram dinheiro e viajaram para Portugal. Quando retornaram ao Brasil, Chiquinha Gonzaga apresentou-o como filho adotivo, e, assim, socialmente ficou conhecido. Joãozinho ficou ao lado da maestrina até sua morte, aos 88 anos. Nunca tiveram filhos. É a partir dos relatos que fizera à Mariza Lira (1978) e de um acervo – produzindo ao longo de sua convivência com Chiquinha Gonzaga – que foi embasada a primeira biografia³⁷.

37

Vale ressaltar que, nesta primeira biografia, produzida por Mariza Lira, a autora não apresenta nenhuma fonte documental. Porém, é dedicada "Ao Sr. João Batista Gonzaga, exemplo de dedicação filial".

Segundo Edinha Diniz:

Se a moral da época não era capaz de compreendê-la, a maturidade lhe assegurava um álibi perfeito. O mascaramento da situação através da maternidade era uma saída perfeitamente aceitável aos padrões da moralidade pública reinante. Atendia a uma exigência das normas sociais e preservava a sua vida íntima, se não da curiosidade, ao menos da desaprovação. Esse, como de resto todos os outros obstáculos, Chiquinha transpôs com serenidade (Diniz, 2009, p. 191).

Outro biógrafo que se faz importante para os objetivos desta pesquisa, o compositor e músico Ayrton Mugnaini Jr, também aborda sobre este aspecto da vida da biografada. Em seu texto relata que:

E foi com este João Baptista que Chiquinha empreendeu sua primeira viagem a Portugal, apresentando-o como seu filho, inclusive mudando-lhe o sobrenome para Gonzaga. Mais um pioneirismo de Chiquinha: apesar de vigorar o costume eminentemente machista de a mulher assumir o sobrenome do marido, foi João Baptista Lage quem passou a assinar Gonzaga em atenção à nova companheira, embora camuflado como seu filho. A sociedade brasileira acreditou ou fingiu acreditar: afinal, eles pareciam mesmo mãe e filho. E desta vez o romance de Chiquinha foi para valer: só a morte dela os separou, e só após a morte dele em 1961 o mundo ficou sabendo do verdadeiro relacionamento entre ambos – em 1937, dois anos após a morte de Chiquinha, João Baptista chegou a conseguir uma certidão de nascimento que o dava como filho dela com seu primeiro marido, Jacinto! (Mugnaini Júnior, 2005, p. 99).

Na sociedade oitocentista, havia padrões de feminilidade pré-estabelecidos e Chiquinha Gonzaga foi uma mulher que destoou ao transgredir tais limites e imposições – quando falamos em padrões, não podemos nos esquecer de que em determinadas classes, lugares, contextos, estes se diferem, sendo múltiplos e distintos. Ela defendeu a independência feminina, seja por meio das suas atitudes, músicas ou composições.

Por isso, entendemos que, refletir sobre a maneira como sua imagem foi construída e representada pelas biografias nos possibilitam, de certa forma, demonstrar que sujeitos históricos fazem diferentes histórias e utilizam-se das mais variadas formas de resistência para se afirmarem, sobretudo, quando se trata de uma mulher mestiça em uma sociedade patriarcal e tradicionalmente racista.

Depois de ser deserdada pelo pai e ter que enfrentar a vida como uma mulher desquitada, Chiquinha Gonzaga ressignificou a sua relação com o piano que passou a ser o seu meio de trabalho, sustento e também um instrumento de libertação, dando um novo sentido ao aprendizado de música que recebera. Praticar música ao piano, ou até mesmo compor, não era incomum às senhoras de então, desde que mantivessem o respeito ao espaço feminino por excelência, o da vida privada. Mas, Chiquinha Gonzaga vai além dessa estrutura, conseguindo se tornar uma profissional reconhecida pelo seu trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como nos lembra Michel de Certeau, a pesquisa nunca tem um fim, mas a escrita já se inicia marcada pelo desígnio de terminar, a produção do texto está diretamente relacionada as orientações do lugar social da historiografia acadêmica profissional. Ainda que a escrita deva obedecer aos desígnios da clareza e da síntese, o ato de pesquisar vai muito além do texto escrito. Logo, as questões que fugiram à urdidura deste texto permanecem vivas; e são instigantes convites à crítica historiográfica.

Trabalhar com Chiquinha Gonzaga impõe alguns desafios, tanto de ordem teórica quanto metodológica, por isso nenhum trabalho biográfico ou outras formas de análise historiográfica sobre a autora, serão capazes de dar conta da riqueza que foi a vida desta

mulher. Problematizar no sentido de demonstrar isso, é um dos objetivos desse capítulo que pretendeu voltar ao processo histórico e conseguir perceber a maneira como - por meio das páginas das biografias - nos é apresentada a vida de uma maestrina, compositora e musicista.

Quanto às biografias de Chiquinha Gonzaga, subscrevemos Jacques Le Goff quando defende o valor deste recurso como fonte história: "Apesar dos seus erros e mediocridades - é um gênero maior da história e produziu obras-primas historiográficas [...]" (Le Goff, 1990, p. 35). Conseguir, mesmo que minimamente, delinear os contornos de sua vida, ir além do que se apresenta de mais imediato, com toda certeza contribui para o levantamento de questões caras à pesquisa histórica. Os/as biógrafos/as se propuseram a escrever sobre sua vida de forma linear, nos quais, traçam a vida da biografada a partir de momentos marcantes e importantes em sua história, dando ênfase as suas conquistas.

Evidentemente se admite o risco de ter acesso às mesmas a partir dos filtros dos/as biógrafos/as, mas qual escrita não é feita a partir das perspectivas do seu/a autor/a? Esse é justamente um dos desafios de se escrever uma história interdisciplinar: (re)conhecer as peculiaridades do campo de conhecimento do outro e, a partir das especificidades do seu ofício, estabelecer canais de comunicação com essas outras áreas de conhecimento.

No entanto, é possível ressaltar que, nas páginas biográficas ficaram de fora alguns elementos preponderantes para a compreensão da história dessa mulher que, apenas pode ser compreendida à luz de um horizonte de expectativas que direciona as leituras, pelo viés da História das Mulheres.

Sob esse prisma, foi possível localizar o "legado" que permeia as escritas biográficas sobre Chiquinha Gonzaga, que por meio de suas composições e peças teatrais, deixou uma vasta produção.

Desta forma, temos que ser justos e refletir a importância que os/as biógrafos/as tiveram ao produzirem essas narrativas. No entanto, como é o papel dos/as historiadores/as, temos que estabelecer um olhar crítico e analítico sobre essas produções.

Assim, podemos dizer que para a reflexão sobre a história de vida de Chiquinha Gonzaga, o arcabouço teórico/metodológico que encontramos por meio da historiografia produzida à luz da História das Mulheres, se tornou um divisor de águas. Perceber as mais variadas formas de resistências, de lutas, de transgressões que Chiquinha Gonzaga conseguiu, não aceitando os padrões impostos por aquela sociedade, escravista e patriarcal. Ela não se prendeu a um casamento, a maternidade, aos espaços delimitados às mulheres de família e de classe alta. Ao contrário, frequentou roda de boêmios, batuques, aproveitou a noite carioca, os lugares de músicas e danças.

Chiquinha protagonizou a história do piano e o piano protagonizou a história de Chiquinha. E com certeza este foi o seu maior parceiro e a sua melhor parceria. Seus jeitos, seus trejeitos e sua coragem não deixaram que o preconceito calasse a sua musicalidade. Os desenhos musicais de suas composições são o som, o alarido, o suspiro, o clamor, a cor, o aroma, o silêncio dos versos e reversos de uma sociedade em transformação. Levou ao centro do palco temas ventilados pelas ruas da capital e soube dizê-los com eloquência sintética que só a música e o teatro podem conceber.

Sendo assim, Chiquinha criou, inventou, produziu, compôs e não se contentou em repetir invariavelmente o modelo já experienciado por outros compositores. Neste momento, em que os compositores de teatro não tinham seus direitos autorais, Chiquinha Gonzaga fundou, juntamente com outros 20 homens, a Sociedade Brasileira de Autores Teatrais, uma conquista de enorme audácia, dentre tantas outras. Seu relacionamento aos 52 anos com João Batista Lages, na época com 16 anos, demonstra que, mesmo sendo uma figura pública conhecida, não deixou de seguir suas próprias regras. Mas, para não causar escândalos, registrou-o como seu filho adotivo.

Sua vida é biografada por suas ousadias, mas, sabemos o quão difícil é conseguir ocupar espaços predominantemente masculinos, como era – e ainda é – o meio musical. Por ser mulher, teve que lutar muito mais para ser ouvida e respeitada. A quantidade de composições e partituras demonstra sua árdua luta para conseguir conquistar e permanecer, até sua morte, nesses espaços.

As biografias, em parte, conseguem vislumbrar os potenciais de transgressão de Chiquinha Gonzaga, evidenciando a construção de narrativas baseadas nos estereótipos femininos e religiosos: de boa mãe e porque não dizer de castidade também, pois afinal, em algumas dessas narrativas, que atendem valores dos períodos em que foram escritas, Chiquinha Gonzaga não tivera um companheiro e faleceu ao lado de seu “filho”.

REFERÊNCIAS:

- AVELAR, Alexandre de Sá; SCHMIDT, Benito Bisso (org.). **O que pode a biografia**. São Paulo: Letra e Voz, 2018.
- BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BÔSCOLI, Geysa. **A pioneira Chiquinha Gonzaga**. Departamento Estadual de Imprensa, 1968.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.
- COLLING, Ana Maria. **A construção da cidadania na mulher brasileira**: igualdade e diferença. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Rio Grande do Sul, 2000.
- COLLING, Ana Maria. **Tempos diferentes, discursos iguais**: a construção do corpo feminino na história. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2014.
- DINIZ, Edinha. **Chiquinha Gonzaga**: uma história de vida. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

DOSSE, François. **O desafio biográfico**: escrever uma vida. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 26ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2008.

FREIRE, Vanda Lima Bellard; PORTELLA, Angela Celis H. **Mulheres pianistas e compositoras**, em salões e teatros do Rio de Janeiro (1870-1930). Cuadernos de Música, artes visuales y artes escénicas. Colômbia: Bogotá, v.5 n.2, p. 61-78. jul./dez. 2010.

LAZARONI, Dalva. **Chiquinha Gonzaga**: Sofri e chorei, tive muito amor. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1990.

LIMA, Lana Lage da Gama; SOUZA, Suellen André de. **Patriarcado**. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio. Dicionário crítico de gênero. 2. ed. Dourados, MS: UFGD, 2019.

LIRA, Mariza. **Chiquinha Gonzaga**: grande compositora popular brasileira. Rio de Janeiro: Funarte, 1978.

MILLAN, Cleusa de Souza. **A memória social de Chiquinha Gonzaga**. Rio de Janeiro: A autora, 2000.

MUGNAINI, Ayrton. **A jovem Chiquinha Gonzaga**. São Paulo: Nova Alexandria, 2005.

PRIORE, Mary Del. **Biografia**: quando o indivíduo encontra a história. Revista Topoi. Rio de Janeiro, v.10, nº 19, p. 7-16, 2009.

RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RÜSEN, Jörn. **História Viva**: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria Pedro. **A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero**. São Paulo: Revista Brasileira de História, 2007, v. 27, nº 54, p. 281-300.

3

Alexander Lima Reis³⁸

Eduardo Henrique Barbosa de Vasconcelos³⁹

SEGUIR CIENTISTAS A PARTIR DE UMA FOTOGRAFIA DA SESSÃO CIENTÍFICA NO ANTIGO INSTITUTO SOROTERÁPICO FEDERAL

38

Aluno de doutorado do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz – PPGHCS/COC. Bolsista da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. E-mail: alexanderlimareis@hotmail.com

39

Professor de História na Universidade Estadual de Goiás – UEG. Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. E-mail: eduvvasconcelos09@gmail.com

INTRODUÇÃO

Neste texto, lastreado em um registro fotográfico do grupo de estudos entre o médico Oswaldo Cruz e os alunos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, busca-se identificar os percursos intelectual/científico e profissional/institucional dos fotografados. Dessa maneira, não foi possível abdicar da descrição e de um certo tom factual e narrativo na análise do documento. Esse registro fotográfico compõe o inventário do médico Oswaldo Cruz, que faz parte do acervo da unidade técnico-científica da Casa de Oswaldo Cruz (COC).

Faz-se necessário salientar que a ciência praticada por esses homens não era uma ciência totalmente “pronta ou acabada”, mas, de um momento histórico, no qual, jovens recém-formados buscavam através da pesquisa científica em medicina experimental consolidarem-se como médicos pesquisadores e engajados no contexto da revolução pasteuriana. A fotografia pode ser analisada a partir de um momento instantâneo de uma de ciência não acabada. De acordo com Bruno Latour, uma forma de compreender a ciência é quando ela está em elaboração porque é neste momento que ocorrem os debates e as controvérsias. No momento do clique fotográfico, as novas ideias sobre os microrganismos estavam sendo assentadas, mas o último prego do caixão da antiga teoria ainda não estava batido. A conexão entre Oswaldo Cruz e os jovens da faculdade de medicina foi fundamental para construir “engajamento” e “ligações fortes” sobre novas ideias médicas. A partir da leitura de Bruno Latour, percebe-se que alguns elementos na fotografia, como as “ligações fortes” por meio da leitura coletiva e sistemática, correspondiam a essa categoria heurística de como a ciência é construída no livro *Ciência em ação*. Neste livro é possível compreender a construção da ciência antes de se tornar consenso geral. Esse clique expressa os momentos preparatórios de uma nova ciência e de uma nova instituição de pesquisa: “Essa é a primeira decisão que temos

de tomar: nossa entrada no mundo da ciência e da tecnologia será pela porta de trás, a da ciência em construção, e não pela entrada mais grandiosa da ciência acabada.” (Latour, 1997, p. 17).

A Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro estava em sincronia com as novas teorias sobre os microrganismos na década de 1880. O laboratório foi se tornando local privilegiado de conhecer as doenças por meio de novos instrumentos científicos como o microscópio. Essa nova medicina experimental não era consenso no interior da faculdade (Kropf & Lacerda, 2009). Havia um novo debate acadêmico sobre como ocorria a transmissão das doenças infecciosas. Nara Azevedo explica que de um lado estavam os médicos adeptos da teoria miasmática que compreendiam as doenças por meio dos hábitos sociais e do ambiente. Os fatores sociais e naturais sobrepunham na hora de diagnosticar e combater a doença. De outro lado, estavam os médicos adeptos da teoria bacteriológica que passou a perceber os seres microscópicos como agentes causadores das doenças (Azevedo, 2009). Esse modelo passou a valorizar mais o diagnóstico laboratorial, centrando-se no microrganismo. Era um momento de grande otimismo com a bacteriologia porque suas descobertas eram colocadas em prática pela saúde pública (Leavitt, 1992). É o caso de diversas medidas profiláticas dirigidas pelo Estado brasileiro e pelas instituições médicas do período.

Os médicos passaram a se interessar por insetos e ciclos de parasitas que passavam por diversos hospedeiros. A entomologia passou a ser objeto da medicina, pois os microrganismos e os insetos passaram a ser os agentes etiológicos (Benchimol, 2011). Essa nova forma de relacionar os insetos às doenças, tornou-se parte de uma agenda mais ampla, articulando o desenvolvimento econômico e os processos biológicos: “As investigações em curso punham em evidência, de um lado, água, esgotos, alimentos, dejeções do corpo, portadores humanos assintomáticos e, de outro, cães, gatos, pássaros, insetos...” (Benchimol & Silva, 2008, p. 720). Essa junção entre doença e espécie zoológica permitiu, também, que se relacionasse

as doenças por meio da taxonomia da História Natural. Nesse caso, as doenças passaram a ser alçadas as condicionantes da zona de gradiente das latitudes, originando os estudos e os institutos de medicina tropical (Harrison, 1999; Edler, 2011; Chakrabarti, 2012). O *Journal of Tropical Medicine* contribuiu para essa nova medicina que se passou a denominar medicina tropical (Benchimol & Silva, 2008). Os esforços dos presentes na fotografia contribuíram para edificar e ampliar essa nova medicina no alvorecer do século XX.

UMA FOTOGRAFIA DA SESSÃO CIENTÍFICA NO ANTIGO INSTITUTO SOROTERÁPICO FEDERAL

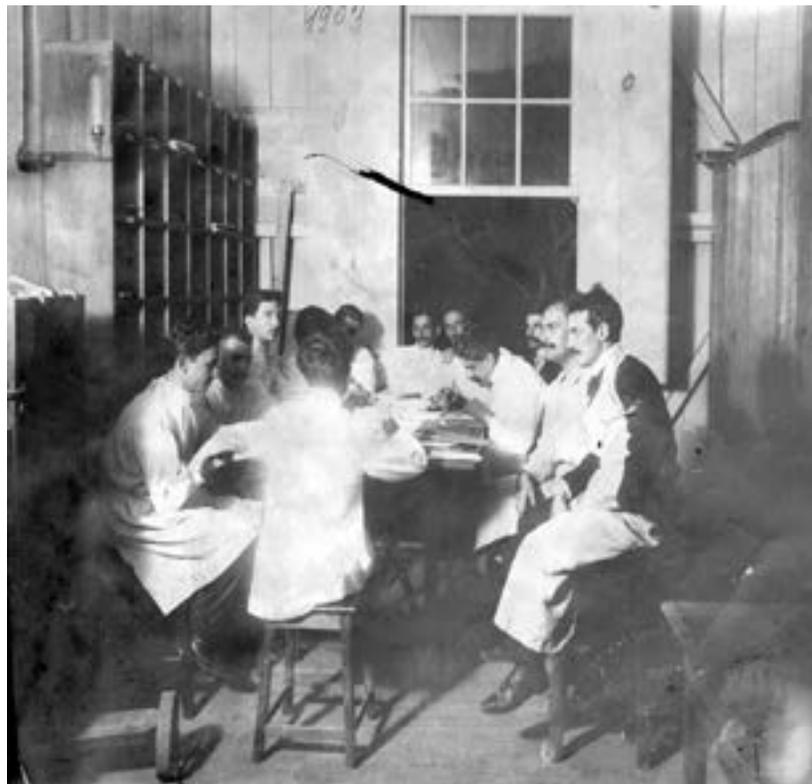
A fotografia abaixo é evidência de uma ciência coletiva. O instante do clique guarda um exemplo da categoria “como se faz alistamento” para construção de fatos (Latour, 1997). Este tópico busca seguir os cientistas presentes na imagem. Alguns muito conhecidos e outros nem tanto. Na fazenda Manguinhos, no ano 1900, foi criado o Instituto Soroterápico do Rio de Janeiro. Desde o início do funcionamento do instituto, o médico Oswaldo Cruz tinha intenção de estudar métodos para a padronização de soros e vacinas, bem como realizar pesquisas de medicina experimental. Nesse período, a faculdade de medicina e o instituto produziram conhecimentos reconhecidos internacionalmente que colaboraram para a consolidação do novo paradigma pasteuriano, consolidação de novas instituições médicas e para a carreira pessoal dos presentes.

No ano de 1907, o instituto recebeu uma medalha de ouro no Congresso Internacional de Higiene e Demografia em Berlim. Esse prêmio elevou o prestígio do grupo e contribuiu para a mudança do Instituto Soroterápico Federal para Instituto de Patologia Experimental

e, em 1908, já se adotou o nome Instituto Oswaldo Cruz (IOC) (site do IOC, s.d.). O Instituto Oswaldo Cruz tornou-se aos poucos um local de referência para a essa nova medicina experimental e entomologia médica: “Com a criação no Brasil de institutos de medicina experimental, a importância crescente da parasitologia na luta contra as moléstias veio imprimir enorme impulso ao estudo zoológico dos grupos interessantes sob esse ponto de vista” (Pinto, 1994, p. 133). Essa fotografia é registro dos momentos antecedentes a essa institucionalização e prestígio. Os integrantes da fotografia estavam estudando a bibliografia produzida na época, pois, de acordo com a ficha catalográfica, no verso da fotografia está inscrito: “Em companhia de Oswaldo Cruz, comentavam os resumos dos artigos publicados nas revistas técnicas recém-chegadas” (Fotografia..., 1904).

Os integrantes foram identificados sentados da direita para a esquerda: Antônio Cardoso Fontes (1); Henrique da Rocha Lima (2); Oswaldo Cruz (3); Henrique Marques Lisboa (4); Carlos Chagas (5); Ezequiel Caetano Dias (6); Rodolpho Abreu Filho (7); não identificado (Y); Paulo Parreiras Horta (8); Henrique de Beaurepaire Aragão (9); Afonso Mac Dowell (10); Alcides Godoy (11). Após esse registro imagético, para onde cada um foi? Que tipo de conhecimento foi produzido pelos integrantes da fotografia? Essas jovens nasceram em quais regiões do Brasil? Essas foram algumas questões que permearam a análise desta fotografia. As informações biográficas têm o intuito de perceber como cada integrante contribuiu para o desenvolvimento de sua carreira pessoal e para o desenvolvido do instituto. O local de nascimento é importante porque, embora ocorresse uma centralidade do Rio de Janeiro, a ciência era desenvolvida por pessoas de diversas partes do país. O principal articulador do instituto não era nascido no Rio de Janeiro e outros integrantes eram de origem de outros estados do país e alguns eram de municípios distantes da cidade do Rio de Janeiro.

Figura 4 - Fotografia Oswaldo Cruz reunido com outros médicos e cientistas durante sessão científica no Instituto Soroterápico Federal, 1904



Fonte: Casa de Oswaldo Cruz (FIOCRUZ).

Disponível em: <http://basearch.coc.fiocruz.br/index.php/oswaldo-cruz-reunido>.

Acesso 29 de junho de 2022.

A partir da ordenação da fotografia, inicia-se esta análise com a trajetória de Antônio Cardoso Fontes (1) nascido em Petrópolis, município da região serrana do Rio de Janeiro. Cardoso Fontes formou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro um ano antes desta fotografia. Ele foi orientado pelo Oswaldo Cruz. Sua trajetória profissional no instituto começou no período do curso de medicina. No ano da fotografia, tornou-se inspetor sanitário dos Serviços de

Profilaxia da Febre Amarela e Peste. A maior parte de seus trabalhos acadêmicos está associada à tuberculose e foi publicada pelo instituto entre os anos de 1909 e 1911 (Souza Araújo, 1943). É preciso notar que a tuberculose era uma doença que tinha taxa alta de óbitos na época. Na memória *Estudos Sobre a Tuberculose* publicada no Instituto Oswaldo Cruz, em 1911, consta que realizava pesquisa com doentes no hospital São Sebastião no bairro Caju (Fontes, 1911). Antônio Cardoso Fontes substituiu, o quinto integrante da fotografia, Carlos Chagas, na direção do Instituto Oswaldo Cruz, em 1934. Ele permaneceu na direção até 1942 quando então foi substituído pelo nono integrante da fotografia Henrique Aragão.

Outro Henrique, o Henrique da Rocha Lima (2) nasceu na cidade do Rio de Janeiro. Era o veterano entre os demais recém-formados, pois a defesa da sua tese tinha ocorrido em 1901 na mesma faculdade. No ano seguinte, foi ao Instituto de Higiene de Berlim para aprofundar seus estudos na área de microbiologia e patologia. O seu contato com Oswaldo Cruz foi fundamental por ter optado pela pesquisa médica, no lugar da medicina clínica. Nessa primeira década, Henrique da Rocha Lima manteve colaboração com o instituto no Rio de Janeiro e viajou algumas vezes para estudar na Alemanha. Ele foi um mediador importante para a participação do Brasil no Congresso Internacional de Higiene e Demografia de 1907:

“Em 1906, Rocha Lima voltou à Alemanha e, ciente do Congresso Internacional de Higiene e Demografia que se realizaria em Berlim no ano seguinte, sugeriu a Oswaldo Cruz a participação do instituto nesse congresso, o que se efetivou com o maior brilhantismo. A exposição do Brasil foi premiada com a medalha de ouro.” (Rezende, 2009, p. 364).

Em 1909, Henrique da Rocha Lima retornou à Alemanha e só voltou definitivamente em 1928. Ele pediu licença de suas funções no instituto e foi para a Universidade de Jena para trabalhar como pesquisador assistente. No ano seguinte foi convidado pelo

médico Stanislas von Prowazek, que já tinha vindo ao instituto brasileiro, para atuar como professor do Instituto de Moléstias Tropicais de Hamburgo. Em 1914, junto ao pesquisador alemão, partiu para a Turquia com intuito de estudar tifo exantemático. Os dois pegaram a doença, porém somente Rocha Lima sobreviveu. Ao retornar para Hamburgo, manteve-se pesquisando no instituto alemão. Anos depois, ao voltar ao Brasil em 1928, Henrique da Rocha Lima foi convidado por Arthur Neiva que, na época estava em São Paulo, para trabalhar no Instituto Biológico de Defesa Agrícola e Animal. Ele ficou dividido porque Carlos Chagas também o convidou para trabalhar no Instituto Oswaldo Cruz e, além disso, foi convidado para trabalhar no Instituto Bacteriológico de Buenos Aires. Contudo aceitou o convite de Arthur Neiva. Em 1933, tornou-se diretor deste instituto em São Paulo (Silva, 2011).

O próximo da foto, debruçado e escrevendo, é mais facilmente reconhecível. Oswaldo Gonçalves Cruz (3) nasceu em São Luiz do Paraitinga, município de São Paulo. Doze anos antes da fotografia, formou-se em medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro com tese *A veiculação microbiana pelas águas*. O título da sua tese já indicava a filiação teórica. Antes mesmo de se formar foi convidado pelo médico João Martins Teixeira para ser auxiliar no Laboratório de Higiene da faculdade. Em 1897, mudou-se com a família para Paris com o objetivo de aprofundar seus estudos bacteriológicos iniciados no Rio de Janeiro. Após a virada do século, foi convidado para dirigir o Instituto Soroterápico Federal na fazenda de Manguinhos, local que contribuiu para desenvolver essa geração médicos na fotografia. Oswaldo Cruz foi um personagem fundamental para a consolidação dos modernos estudos de medicina experimental que estavam se desenvolvendo na área da bacteriologia e da medicina tropical (Azevedo, 2009).

Logo em seguida, compõe o grupo outro Henrique, Henrique Marques Lisboa (4), nascido em Barbacena, município de Minas Gerais. Na época da fotografia, tinha aproximadamente dois anos de

formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Henrique Lisboa também foi convidado, por Oswaldo Cruz para participar das pesquisas iniciais em Manguinhos (AMM, s.d.; Bezerra, 2019). Esse médico atuava no Hospital Marítimo de Santa Isabel localizado em Jurujuba, Niterói. De acordo com a Mariza Bezerra, Henrique Lisboa fazia parte da geração que viu surgir o ensino oficial da bacteriologia como uma disciplina acadêmica. A hematologia como uma doença verificada no sangue em escala microscópica foi objeto de pesquisa dele e de outras teses da época. Nesse ínterim, entre o convite para atuar no instituto e o registro fotográfico, foi designado para uma campanha para debelar a peste bubônica no Maranhão, mas a pesquisa precisou ser interrompida por conta de ter adoecido. Embora a campanha não tenha prosperado, a pesquisa desenvolvida por Mariza Bezerra procura mostrar a importância de ter estabelecido o diagnóstico da doença e a aplicação de procedimentos amparado nos estudos bacteriológicos (Bezerra, 2019). A Academia Mineira de Medicina (AMM) informa que, em 1905, ele passou a ser Delegado de Saúde do terceiro distrito por cinco anos. Em 1911, mudou-se para Belo Horizonte, onde começou a atuar como diretor no Posto Experimental de Veterinária. O texto da academia mineira também informa que Henrique Marques Lisboa teve uma longa vida acadêmica.

Na sequência, consta na fotografia Carlos Justiniano Ribeiro Chagas (5), quase encoberto por Oswaldo Cruz. Carlos Chagas nasceu em Oliveiras, município de Minas Gerais. Ele faz parte do rol dos recém-formados da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro que se aproximaram dos estudos hematológicos. A defesa de sua tese foi em 1903, sendo orientado também por Oswaldo Cruz. Embora alguns textos demonstrem que, após a defesa da tese, ele tenha se recusado a ir para Manguinhos e preferido o trabalho na clínica, estava ali presente, nutrindo-se daquela discussão científica do seu tempo. De fato, ingressou no instituto após o regresso da campanha de profilaxia contra a malária em 1906. Carlos Chagas foi professor

da Faculdade de Medicina e, após a morte de Oswaldo Cruz em 1917, tornou-se diretor do instituto. O seu trabalho mais conhecido foi a descoberta do *Trypanosoma cruzi*: "Sabendo da importância de insetos que se alimentam de sangue como transmissores de doenças, Chagas examinou alguns barbeiros em seu vagão-laboratório e encontrou, em seu intestino, um protozoário em forma de tripanosoma" (Kropf & Lacerda, 2009, p. 88). Carlos Chagas enviou algumas amostras para Manguinhos e após as experiências de Oswaldo Cruz, ocorreu a constatação de que se tratava de um protozoário não identificado. Então, ele o batizou de *Trypanosoma cruzi* em homenagem ao Oswaldo Cruz em 1909. Não obstante, esse trabalho foi alvo de uma importante controvérsia mencionada mais à frente.

Em seguida, no centro da imagem, está Ezequiel Caetano Dias (6). Ele nasceu em Macaé, município do litoral norte do Rio de Janeiro. Mais um egresso da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e estudante de hematologia. Na página do Instituto Oswaldo Cruz há um breve relato biográfico em que consta a informação de que Ezequiel Dias participou de uma comissão para estudos do beribéri no ano do registro da fotografia. Em 1905, foi nomeado diretor de higiene do Laboratório Bacteriológico. Além disso, tornou-se diretor do Instituto Oswaldo Cruz de Belo Horizonte: "Em 1907, é inaugurado o Instituto Filial de Manguinhos, onde hoje funciona a biblioteca pública do Estado. O casarão situado à Rua da Bahia fora adaptado pelo arquiteto português Luís de Moraes, o mesmo que projetou o Castelo Mourisco, no Rio de Janeiro." (IOC, s.d.). Essas filiais aumentaram a presença do instituto e de seu programa de saúde em diversas partes do país. Mariza Bezerra percebe que a presença de Antônio Cardoso Fontes, de Henrique Marques Lisboa e de Ezequiel Dias foi fundamental para a criação do Instituto Oswaldo Cruz no Maranhão (Bezerra, 2019), isto é, três integrantes da fotografia. Neste sentido, chama-se a atenção para a categoria circunscrita por Bruno Latour sobre a concepção de "central de cálculo" (Latour, 1997).

Rodolpho Abreu Filho (7) estava ao lado de Ezequiel Caetano Dias e parte do seu rosto não aparece na fotografia. Para esta pesquisa não foi identificada produção bibliográfica sobre esse médico. Essa fotografia tem sido utilizada em textos de divulgação científica para ilustrar o período anterior a criação do Castelo (Portal Fiocruz). Em um livro sobre Carlos Chagas, a fotografia foi publicada com um relato do médico Henrique Aragão, o nono presente na fotografia. No excerto é ressaltado que Oswaldo Cruz organizava os responsáveis pelos resumos dos artigos das revistas que seriam debatidos nas sessões (Kropf & Lacerda, 2009). Assim, não foi possível localizar informações básicas, como o nascimento e a trajetória profissional de Rodolpho Abreu Filho. Desse modo, utilizou-se jornal de época da hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital para rastrear a sua trajetória. No *Jornal do Brasil* constam os resultados dos exames prestados no decorrer do curso entre os anos 1901, 1902 e 1903. Em 1906, dois anos depois da fotografia, publicou o artigo *Contribuição ao estudo da resistência globular do sangue normal do homem*, mais um tema relacionado à hematologia (Gazeta de notícias, ed. 48, 1906; *Brazil-Médico*, ed. 30, 1906). Em 1907, consta que realizava exames de sangue e de escarros em uma clínica médica na rua Uruguaiana (O Paiz, ed. 8313, 1907). No ano seguinte, seu nome está arrolado como participante do Congresso Nacional de Assistência Pública e Privada (O Paiz, ed. 8764, 1908).

É interessante notar que Rodolpho Abreu Filho realizava pesquisa, mas percebe-se, a partir de outras matérias do jornal *O Paiz*, que era um médico atuante no cotidiano da cidade, pois há diversas ocorrências com o seu nome em que estava prestando atendimento médico em um automóvel-ambulância. Em 1909, em uma notícia denominada, "Encontro de veículos", estava socorrendo uma pessoa, após a meia noite, quando o motorista tentou desviar de um homem com carrinho de mão e chocou-se com um bonde ferindo a todos, inclusive, o médico (O Paiz, ed. 9106, 1909). Em outra situação de pronto-socorro, o médico retirou um inseto de dentro do ouvido de

uma pessoa com um instrumento de pinça. A matéria do jornal buscou agradecer o serviço e concluiu que o posto central de assistência prestava um serviço importante no cotidiano da população da capital (O Paiz, ed. 9129, 1909). Ao que parece, essa atividade no posto de assistência, como médico clínico e de pronto-socorro, permitiu um trabalho na lida diária do atendimento de emergência da capital.

Entre Rodolpho Abreu Filho e Paulo de Figueiredo Parreiras Horta, tem-se a impressão de ter outra pessoa não listada entre os integrantes da fotografia (Y). Ao olhar a fotografia detidamente, é possível perceber um material, semelhante ao jaleco com seu tecido com marcas de amarrotado que permite deixar a dúvida em suspenso. Não foi possível localizar atas dessas reuniões de estudo no decorrer deste trabalho. Na Base Arch⁴⁰ foram pesquisados termos como “grupo de estudo”, “sessão científica”, “barracão”, entre outras.⁴¹ O próprio nome dos integrantes da fotografia na base do acervo não faz associação com este tipo de documentação. Aproveita-se para mencionar outro detalhe importante presente nesta fotografia, refere-se ao número na parte superior da imagem, pois consta a numeração: “1903”. A fotografia foi registrada na ficha catalográfica com o ano de 1904. Presume-se que a revelação da fotografia foi no ano seguinte ou há imprecisão na data.

O próximo integrante era Paulo de Figueiredo Parreiras Horta (8) que estava olhando de soslaio para a câmera fotográfica. Nascido na cidade do Rio de Janeiro, esse médico estava terminando o curso

40 A Base Arch é o repositório online do acervo arquivístico da Fundação Oswaldo Cruz. Acesso em: <https://basearch.coc.fiocruz.br>

41 A maior parte desta pesquisa foi realizada no primeiro semestre de 2022. Em agosto desse ano, outra imagem foi digitalizada na Base Arch com o título *Sessão científica dos pesquisadores do Instituto Soroterápico Federal*. Nessa imagem é possível perceber que realmente havia uma pessoa entre o Rodolpho Abreu Filho e Paulo de Figueiredo Parreiras Horta. Nessa segunda imagem há outra pessoa não identificada em pé, contudo, possivelmente, era Alcides Godoy que não estava mais sentado de costas, como ficou registrado na fotografia analisada neste texto. A segunda imagem foi identificada em abril de 2024, cujo momento, o livro passava por uma revisão final para publicação. A segunda imagem comprova a existência do integrante na fotografia, mas a identidade permanece em anonimato até o momento desta publicação.

de medicina na época do registro fotográfico. Ele defendeu a tese *Contribuição para o estudo das septicemias hemorrágicas* em 1905 que tinha objetivo de: “[...] obter um soro específico para o bacilo que isolou e considera a causa da septicemia dos coelhos do laboratório de Manguinhos [...]” (Brazil-Médico, ed. 12, 1905, p. 119). Na página da Academia Nacional de Medicina (ANM) consta que, em 1906, foi para França estudar no Instituto Pasteur. Ao voltar para o Brasil, passou a realizar pesquisas no Instituto Oswaldo Cruz. *Piedraia hortae* é um agente etiológico de uma micose provocada por fungos, cujo nome foi uma homenagem do parasitologista Alexandre Joseph Émile Brumpt, ao médico Paulo Horta. Em 1911, foi enviado para estudar uma epidemia de raiva que acometeu o gado em Santa Catarina: “Parreiras Horta combateu a epizootia, controlou a doença e organizou a produção e distribuição de uma vacina, tanto para a raiva humana quanto para a raiva de outros animais” (ANM, s.d.). Além disso, a nota biográfica na academia informa que passou a lecionar na Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária do Rio de Janeiro em 1917. Sabe-se que o médico Paulo Horta esteve envolvido na controvérsia sobre a descoberta do agente causador da Doença de Chagas, o *Trypanossoma cruzi*. Uma das críticas tecidas estava direcionada a difusão da doença e sua caracterização nacional, visto que, desde 1916, surgiram esses questionamentos na Argentina (Kropf, 2009a; 2009b). Paulo Horta, tornou-se um dos proprietários do Instituto Brasileiro de Microbiologia (Benchimol, 2001).

O último Henrique, o Henrique de Beaurepaire Rohan Aragão (9) nasceu em Niterói, município do Rio de Janeiro do outro lado da baía de Guanabara. Henrique Aragão defendeu a sua tese em 1904. A maior parte de seus trabalhos foram desenvolvidos na área da microbiologia e realizou pesquisas sobre uma ordem de ácaros chamada de *ixódidias*. Seus trabalhos buscavam dialogar com a pesquisa pioneira sobre protozoários para fins médicos e zoológicos. Ele ingressou, ainda como estudante, no Instituto Soroterápico Federal em 1903. Magali Romero Sá informa que os jovens pesquisadores tinham funções diversas no instituto. Em relação à Henrique Aragão:

"[...] ao mesmo tempo em que realizava suas primeiras investigações em bacteriologia e protozoologia, preparava soros e vacinas, estudava espiroquetas e investigava carrapatos comprovada ou potencialmente transmissores de doenças, o que fez com que adquirisse conhecimento panorâmico de vários campos da biologia, em particular da microbiologia (Sá, 2011, p. 504).

A trajetória de Henrique Aragão no instituto percorreu toda a primeira metade do século XX, sendo presidente da instituição entre os anos de 1942 e 1949. Na época, substituiu o primeiro médico da fotografia, Antônio Cardoso Fontes. Henrique Aragão também se envolveu na controvérsia sobre o *Trypanossoma cruzi*. Em 1919, no discurso de entrada para a Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, criticou as incertezas sobre um conjunto de elementos da doença de Chagas: "[...] questionamentos incidiram sobre a caracterização clínica da doença e a dimensão epidemiológica e social que lhe era atribuída e colocaram sob suspeição sua identidade (até mesmo sua realidade) e seu estatuto de doença símbolo do Brasil" (Kropf, 2009b, p. 223).

Afonso Gama e Costa Mac-Dowell (10) nasceu em Belém, capital do Pará. Formou-se em medicina na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro no ano catalogado desta fotografia (Miranda & Abreu Jr, 2011). Poucas informações foram localizadas sobre este médico, de modo que se buscou também notícias correlacionadas ao seu nome na Biblioteca Nacional Digital. A maior parte das ocorrências com o seu nome neste jornal decorre entre as décadas de 1930 e 1940.⁴² No periódico *Brazil-Médico: Revista Semanal de Medicina e Cirurgia* há diversas menções ao médico na participação do I Congresso de Tuberculose, em sessões de diversas associações científicas, tais como na Academia Nacional de Medicina, na Sociedade Brasileira de Tuberculose e no Centro de Estudos de Tisiologia da Policlínica

42

Em algumas ocorrências surgiram o nome "Afonso Mac-Dowell Filho", também era médico. Não foi possível encontrar informações sobre a paternidade nesta pesquisa.

do Rio de Janeiro. De acordo com este periódico, Afonso Mac-Dowell realizou pesquisas sobre a icterícia epidêmica no Pará. Ainda neste periódico, é possível localizar o seu nome na listagem da comissão incumbida de analisar a controvérsia da doença de Chagas. Na seção comemorações do periódico datada de 1955, última ocorrência com o seu nome, consta a comemoração do quinquagésimo aniversário profissional dos médicos da turma de 1904. Em nome da turma foi incumbido o médico Castro Goyanna para proferir um discurso daquele Jubileu que separava cinquenta anos da fotografia. Após mencionar três professores do curso que marcaram a turma, o médico chamou atenção para a reforma na medicina e na saúde pública promovida por Oswaldo Cruz. Em seguida, relacionou os formandos da turma com o projeto Manguinhos: “Desta turma, muitos se alistaram entre os primeiros na sua Escola de Manguinhos; e vejo, nos presentes, alguns dos seus antigos discípulos” (Brazil-Médico, ed. 32–35, 1955, p. 65). Entre eles, estava presente Afonso Mac-Dowell.

De costas, encontra-se Alcides Godoy (11), nascido em Campinas, município de São Paulo. Na Bahia, iniciou seus estudos de medicina e concluiu na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1903. No mesmo ano, começou as suas atividades no Instituto Soroterápico Federal (Magalhães, 1951). Na memória de Octavio de Magalhães é reconhecido como um homem de saber enciclopédico. Ele tinha interesse de estudar e manusear todos os aparelhos de pesquisa, por exemplo: o mecanismo da estufa, as balanças, a fabricação de água destilada, etc. É decisiva a sua atuação no instituto no ano de 1906 com a criação da vacina para a Peste da Manqueira ou Carbúnculo Sintomático. A bactéria *clostridium* era a causa de diversas doenças no gado bovino, principalmente nos bezerros. A vacina produzida por Alcides Godoy estabilizou a produção de carne no Brasil e, conseqüentemente, a patente do invento levou muitos recursos e prestígio para a instituição. Otacvio de Magalhães recuperou um fragmento proferido pelo ex-presidente Delfim Moreira (1918–1919) que sintetiza a importância dessa vacina:

"[...] Se nós somos um país exportador de carne, devemos-lo a Manguinhos. Desse infalível produto tirou Oswaldo Cruz, na época da pobreza daquele grande instituto, o necessário para a sua biblioteca, para as pesquisas, para o contrato de funcionários técnicos, enfim, todos os meios de progredir e realizar" (Delfim Moreira *apud* Magalhães, 1951, p. 04).

Ao desenvolver a categoria "Central de cálculo", Bruno Latour problematiza como é possível atuar a distância. Ele responde que é necessário inventar meios móveis para que determinado conhecimento venha para a central. Esse conhecimento deve ser estável e precisa ser combinável no sentido de poder ser acumulado e enviado: "Se essas condições forem atendidas, então uma cidadezinha provinciana, um obscuro laboratório ou uma empresa de fundo de quintal, inicialmente tão fracos quanto qualquer outro lugar, se transformarão em centros capazes de dominar a distância muitos outros lugares" (Latour, 1997, p. 362). Desse modo, a fazenda Manguinhos com a sua equipe espalhada pelo Brasil passou a esquadrinhar o território por meio das campanhas médicas contra algumas doenças. As informações zoológicas, botânicas e outros agentes conectados direta ou indiretamente foram reunidos como conhecimentos móveis sobre as doenças que ocorriam nos rincões do Brasil e enviados para o Instituto Oswaldo Cruz.

Esta fotografia está presente no acervo arquivístico da atual Fundação Oswaldo Cruz. O material está digitalizado e pode ser consultado na Base Arch. A leitura contextualizada desta fotografia foi possível por conta de uma unidade fundamental para a memória desta fundação: a Casa de Oswaldo Cruz. Essa instituição foi criada em 1986 com a missão de preservar e realizar pesquisas históricas sobre a memória da ciência e da saúde. De maneira geral, na década de 1980, ocorreu um grande incentivo para o desenvolvimento científico e tecnológico. Em 1983, foi criada a Sociedade Brasileira de História da Ciência (SBHC). Um pouco depois, em 1985, foi criado o Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) (Videira, 2010).

O Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), foi criado também em 1985 e, no ano seguinte, abrigou o I Seminário Nacional de História da Ciência (Domingues, 2012).

Este final do texto parece uma digressão, mas, efetivamente, volta-se a atenção para esse período com objetivo de compreender como as “ligações fortes” penetram a memória em uma cultura científica. E a história teve um papel estruturante nesta ligação, em especial, a produção de conhecimento promovida na década de 1980. A análise sobre esta fotografia seria muito diferente sem esse movimento institucional da década de 1980. Além do mais, a maior parte dos estudos articulados para contextualizar esta fotografia só foi possível por conta das obras dos pesquisadores da Casa de Oswaldo Cruz e dos alunos do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde. Não à toa, a fotografia foi publicada no “Projeto Manguinhos” pela Casa de Oswaldo Cruz em 1988.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto analisou um registro fotográfico da sessão científica no Instituto Soroterápico Federal. Esta fotografia é registro de uma ciência coletiva em construção. Ao percorrer a trajetória profissional de cada um dos integrantes, foi possível perceber alguns elementos que contribuíram para a estruturação do instituto e legitimidade das pesquisas individuais frente ao novo paradigma da bacteriologia. A faculdade e o instituto atraíram jovens de diversas partes do Brasil, como se expressa no local de nascimento de cada um dos integrantes da fotografia. Entre os integrantes, havia dois do Estado de São Paulo (3 e 11), dois do Estado de Minas Gerais (4 e 5), um do Estado do Pará (10), dois possivelmente da capital (2 e 8), outros três do Estado do Rio de Janeiro (1, 6 e 9) e dois não foram localizados os locais de nascimento (7 e Y). Ao reunir os integrantes de

Minas Gerais, Rio de Janeiro (interior e capital) e São Paulo é possível perceber a prevalência da região sudeste, isto é, $\frac{3}{4}$ dos presentes. Corroborando, dessa maneira, a grande ênfase que esse espaço (a região sudeste), possui na história da ciência nacional; não como uma ciência regional, mas como o único espaço onde a produção científica ocorre no Brasil (Vasconcelos, 2024).

A bacteriologia não cravou o último prego do caixão, embora tenha afirmado com entusiasmo o oficial de saúde pública Charles Chapin, dois anos antes da fotografia (Leavitt, 1992). Efetivamente, o último prego do caixão também não foi batido no momento de desenvolvimento deste texto. A ciência ainda está a procura dele. Como chamou atenção Laurie Garrett, intelectualmente amparada pelo seu tio, o médico Bernard, após a descoberta do antibiótico, na década de 1940, muitas infecções bacterianas passaram a ter remédio eficaz, mas, em contrapartida, surgiram novos microrganismos e os já conhecidos tornaram-se mais resistentes (Garrett, 1994).

REFERÊNCIAS:

AMM. Academia Mineira de Medicina. **Henrique Marques Lisboa, cadeira 5**. Disponível In: <http://www.acadmedmg.org.br/ocupante/henrique-marques-lisboa/>. Acesso em 06/07/2022, s.d..

ANM. Academia Nacional de Medicina. **Paulo de Figueiredo Parreiras Horta, cadeira 52**. Disponível In: <https://www.anm.org.br/paulo-de-figueiredo-parreiras-horta/>. Acesso em 10/07/2022, s.d..

AZEVEDO, Nara. Oswaldo Cruz. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro da Primeira República (1889-1930)**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

BENCHIMOL, Jaime L., coord. **Febre amarela: a doença e a vacina, uma história inacabada** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ. Disponível In: <https://books.scielo.org/id/4nktq/pdf/benchimol-9788575413951-03.pdf>. Acesso em 01/07/2022, 2001.

BENCHIMOL, Jaime L.. Mosquitos, doenças e ambientes em perspectiva histórica. In: **Anais do XXVI simpósio nacional da ANPUH**. São Paulo. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1311956562_ARQUIVO_JaimeBenchimolfinal.pdf. Acesso em 17/07/2022, 2011.

BENCHIMOL, Jaime L. & SILVA, André Felipe C.. Ferrovias, doenças e medicina tropical no Brasil da Primeira República. In: **História, Ciência, Saúde - Manguinhos**, v. 15, n. 3, p. 719-762. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/rLs9rxhNpdPYyVpvcHvqK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso 16/07/2022, 2008.

BEZERRA, Mariza P. **Nos sertões do Norte**: saúde pública e saneamento no Maranhão (1889-1930). Tese (Doutorado em História da Ciência e da Saúde). Casa de Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2019.

BND. BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. **Brazil-Médico**: Revista Semanal de Medicina e Cirurgia. Ed. 12, 1905; ed. 30, 1906; ed. 32-35, 1955.

BND. BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. **Gazeta de Notícias**. Ed. 48, 1906.

BND. BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. **O Paiz**. Ed. 8313, 1907; ed. 8764, 1908; ed. 9106, 1909.

CHAKRABARTI, Pratik. **Bacteriology in British India**: laboratory medicine in the tropics. Rochester. Rochester Studies in Medical History. Nova Iorque: University of Rochester Press; Woodbridge, Boydell & Brewer, 2012.

DIAS, Ezequiel C.. **Hematologia normal do Rio de Janeiro**. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.obrasraras.fiocruz.br/media.details.php?medialD=49>. Acesso em: 13/07/2022, 1903.

DOMINGUES, Heloisa M. B.. Carlos Chagas Filho: um articulador da história das ciências do Brasil. In: **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/rW784XZH3xXVHV9gtWCpdRS/?lang=pt>. Acesso em: 07/07/2022, 2012.

EDLER, Flávio Coelho. **A Medicina no Brasil Imperial**: clima, parasitas e patologia tropical. Rio de Janeiro: Editoria FIOCRUZ, 2011. (Coleção História e Saúde)

FONTES, Antônio C.. Estudos Sobre a Tuberculose. In: **Memórias do Instituto Oswaldo Cruz**. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/47129>. Acesso 12/07/2022, 1911.

GARRETT, Laurie. **A próxima peste**. Novas doenças num mundo em desequilíbrio. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

HARRISON, Mark. **Climates and Constitutions. Health, Race, Environment and British Imperialism in India**. Nova Delhi: Oxford: University Press. 1999.

IOC. Instituto Oswaldo Cruz. **Ezequiel Caetano Dias**. Disponível em: <http://www.fiocruz.br/ioc/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=154&sid=76>. Acesso em: 07/07/2022, s.d.

IOC. Instituto Oswaldo Cruz. **Nasce o IOC**. Disponível em: <http://www.fiocruz.br/ioc/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=62>. Acesso em: 02/07/2022, s.d.

KROPF, Simone P. & LACERDA, Aline L.. **Carlos Chagas, um cientista do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009.

KROPF, Simone P.. Carlos Chagas e os debates e controvérsias sobre a doença do Brasil (1909–1923). In: **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v.16, s.1, jul., p.205–227. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/spypkKQSy4JBGMv5RdRqXNj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 10/07/2022, 2009a.

KROPF, Simone P.. Calamidade Nacional ou Mal de Lassance? A doença do Brasil em questão (1919–1934). In: **Doença de Chagas, doença do Brasil: ciência, saúde e nação, 1909–1962** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, pp. 223–283. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/48jg4/pdf/kropf-9788575413159-07.pdf>. Acesso em: 11/07/2022, 2009b.

LATOUR, Bruno. **Ciência em ação**. Como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

LEAVITT, Judith Walzer. 'Typhoid Mary' strikes back. Bacteriological theory and practice in early twentieth-century public health, In: **Isis**, 83, pp. 608–629, 1992.

MAGALHÃES, Octavio de. Alcides Godoy. **Memórias do Instituto Oswaldo Cruz**. Tomo 49. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mioc/a/KMPMJ6cGLZK7wLLLSJ3bHDw/?lang=pt>. Acesso em 13/07/2022, março de 1951.

MIRANDA, Aristóteles G. & ABREU Jr., José Maria de C.. Paraenses na Academia Nacional de Medicina. Norte Ciência, vol. 2, n. 2, p. 55–59, In: **Norte Ciência**, vol. 2, n. 2, p. 55–59. Disponível em: http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/4827/1/Artigo_ParaensesAcademiaNacional.pdf. Acesso em: 11/10/2022, 2011.

PINTO, Olivério M. de O.. A zoologia no Brasil. In: AZEVEDO, Fernando de. **As ciências no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

REZENDE, Joffre M.. Rocha Lima, embaixador da medicina científica brasileira. In: REZENDE, Joffre M.. **À sombra do plátano: crônicas de história da medicina**. São Paulo: Editora Unifesp, 2009.

SÁ, Magali Romero. Os estudos em malária aviária e o Brasil no contexto científico internacional (1907-1945). In: **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, v. 18, n. 2, abril-junho, pp. 499-518. Disponível em: <http://old.scielo.br/pdf/hcsm/v18n2/11.pdf>. Acesso em: 13/07/2022, 2011.

SILVA, André F. C. da. **A trajetória de Henrique da Rocha Lima e as relações Brasil-Alemanha (1901-1956)**. Tese (Doutorado em História da Ciência e da Saúde). Casa de Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2011.

SOUZA ARAÚJO, Heraclides C.. Memória Antônio Cardoso Fontes 1879 -1943. In: **Memórias do Instituto Oswaldo Cruz**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mioc/a/rxv9rHRL6PZmkJmy3YbwFJS/?lang=pt>. Acesso em: 11/07/2022, 1943.

VASCONCELOS, Eduardo Henrique Barbosa. **A Ciência peculiar de Joaquim Antonio Alves Ribeiro**: Ceará - Harvard - Ceará. Teresina: Cancioneiro, 2024.

VIDEIRA, Antônio Augusto. Passos. **25 anos de MCT**: raízes da criação de um ministério. Rio de Janeiro: Centro de Gestão de Estudos Estratégicos, 2010.

4

Jaqueline Souza Gutemberg⁴³

MÚSICA SERTANEJA RAIZ COMO POSSIBILIDADE DE ENRAIZAMENTO:

A QUESTÃO DA IDENTIDADE

43

Doutora em História pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU. Professora substituta do Departamento de História da Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFMT. E-mail: professora.jaquegutemberg@gmail.com

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-228-1.4

A noção de uma música raiz associada a uma produção que resguarda a cultura caipira original, impregnou um discurso ideológico no qual ainda é latente a ideia de que a canção raiz exprime uma identidade brasileira ameaçada. Esse discurso coloca em evidência a problemática do nacional e do popular num momento em que a intelectualidade procura as raízes nacionais, nas quais a música caipira, muitas vezes associada como raiz, está ancorada. Noções como povo, nação, identidade, autenticidade, cintilam nas produções de muitos artistas na primeira metade do século XX. Dentre eles, José Fortuna (1923-1983) figurou no cenário artístico da música sertaneja dos anos de 1950 como o “advogado da música caipira”, defensor intrépido, colaborando, por meio de sua obra, com a definição de um nicho especial, a canção raiz. Sua obra concentra os temas da vida e do trabalho no campo, das festividades religiosas, das superstições e das manifestações culturais. São temáticas que ainda hoje são evocadas nos grandes shows de artistas renomados da indústria musical sertaneja, sobretudo, quando se pretende provocar uma identificação destes com o universo rural, cujos símbolos (tecnologia no campo, equipamentos modernos presentes na produção agrícola) são diferentes de outrora, com o investimento pesado do agronegócio neste segmento musical.

Ortiz nos dirá que a problemática do nacional e do popular nas décadas de 1950-60 se conjuga às questões políticas e econômicas com as quais se debatia o Estado brasileiro. Nesse período é que a questão da identidade nacional foi fundamental na construção de uma sociedade unificada. Decifrar o que é verdadeiramente nacional e popular, como dirá ainda Ortiz, “corresponde a um momento em que existe uma luta ideológica que se trava em torno do Estado” (Ortiz, 2006, p.130). Dessa forma, o autor enfatiza o discurso de autenticidade como um selo ou grife para a construção da identidade.

Dialogando com um pensamento autóctone, e conservador, esboçado por escritores brasileiros (intelectuais tradicionais) no século XIX, Ortiz alerta para a existência de uma concepção profundamente

conservadora anterior ao modernismo, posição que contraria, por exemplo, os intelectuais do ISEB quanto a um pensamento brasileiro que discuta a relação entre cultura e Estado. Ainda para esse autor, o que se evidencia, quando falamos em cultura brasileira, são relações de poder. “Na verdade, a luta pela definição do que seria uma identidade autêntica é uma forma de se delimitar as fronteiras de uma política que procura se impor como legítima” (Ortiz, 2006, p. 09).

A discussão de Ortiz nos leva a entender que a problemática da cultura brasileira é uma questão política e que, como ele também sugere, “a identidade nacional está profundamente ligada a uma reinterpretação do popular pelos grupos sociais e à própria construção do Estado brasileiro” (Ortiz, 2006, p. 08). Assim, a discussão sobre a identidade brasileira nos alerta para as seguintes ideias

[...] a identidade nacional é uma construção simbólica, o que elimina, portanto as dúvidas sobre a veracidade ou falsidade do que é produzido. Dito de outra forma, não existe uma identidade autêntica, mas uma pluralidade de identidades, construídas por diferentes grupos sociais em diferentes momentos históricos (Ortiz, 2006, p.08).

[...] A ênfase na autenticidade revela a necessidade visceral de se construir uma identidade que se contraponha ao polo de dominação [...] a cultura se define portanto um espaço privilegiado onde se processa a tomada de consciência dos indivíduos e se trava a luta política (Ortiz, 2006, p. 56).

Entretanto, o viés nacionalista esteve profundamente presente na construção de uma abordagem purista para a música caipira. Nesse caso, uma reinterpretação do discurso de poder que, no cenário artístico dessa música, “se refletia” na produção de um repertório voltado para o que se considerava original, verdadeiramente autêntico. É uma visão aproximada da ideologia nacionalista que atravessou o pensamento político e intelectual nos anos de 1950. A busca por uma autenticidade na cultura rústica desvela uma vontade de apreendê-la em seu sentido verdadeiramente nacional, que o mito das três raças lhe confere. Essa postura em relação a

uma expressão da cultura popular autêntica (como a música rural foi percebida) parece estar entrelaçada a uma ideologia de grupos dominantes que se movimentam na construção de uma teoria sobre o Brasil. A construção de uma identidade nacional vinculada à noção de Estado-nação é elemento-chave na construção de um novo homem (Ser nacional). No que se refere ao papel defensor da cultura brasileira pelo Estado, Ortiz é pragmático:

O Estado assumindo o argumento de uma unidade na diversidade, torna-se brasileiro e nacional, ele ocupa uma posição de neutralidade, e sua função é simplesmente salvaguardar uma identidade que se encontra definida pela história. O Estado aparece, assim, como guardião de uma memória nacional e da mesma forma que defende o território nacional contra possíveis invasões estrangeiras preserva a memória contra a descaracterização das importações ou das distorções dos pensamentos autóctones desviantes (Ortiz, 2006, p. 100).

Portanto, a questão da cultura autêntica é um espaço de construção de uma indagação de quem somos (no sentido homogêneo, sem diferenças) e a inautenticidade é uma consequência da alienação (Ortiz, 2006, p. 56). “Se, como dizem alguns isebianos, o Ser do homem colonizado está alienado no Ser do Outro, é necessário dar início a um movimento que restitua ao colonizado a sua essência. Institui-se um processo de desalienação do homem colonizado” (Ortiz, 2006, p. 59).

São questões presentes no interior da produção cultural quando o assunto é o subdesenvolvimentismo. É por isso que o tema da cultura é central, em constante diálogo com a política na preocupação de acertar o passo do país. Tema de interesse de Ortiz, a problemática da cultura (e da cultura popular) está intimamente relacionada a um contexto de grande efervescência política e cultural no final da década de 1950, quando a sociedade vivenciava o impacto do capitalismo moderno nas suas estruturas até então modeladas por uma cultura tradicionalista. É crucial para o autor compreender

[...] como a questão da cultura se estrutura atualmente no interior de uma sociedade que se organiza de forma radicalmente distinta do passado, pois, na medida que o capitalismo atinge novas formas de desenvolvimento, tem-se que novos tipos de organização de cultura são implantados (Oliveira, 2007).

No campo da cultura popular, como afirmou Lia Calabre, alterou-se a relação povo e Estado no Brasil, estruturando-se duas vertentes de interpretação sobre o que seria o popular. Nesse sentido, a autora nos dirá

A primeira vertente, retomando as tradições modernistas, valorizava as fontes de identidade nacional no passado, principalmente nas tradições populares, e a segunda considerava que o passado do povo colonizado deveria ser suplantado e que a urbanização e a industrialização deveriam construir um novo povo brasileiro, uma nova cultura popular (Calabre, 2009, p.50).

Entretanto, a ideia de autenticidade das expressões artísticas populares repercute no pensamento político e intelectual do período que tratamos. Está presente nas opiniões sobre a musicalidade do caipira fomentando um senso comum que a relega ao campo do místico do universo rural, muitas vezes folclorizado (Ortiz, 2006, p. 69-70; Calabre, 2009)⁴⁴, tomado em seu valor de raridade e de elemento museificado, descartando outras possibilidades analíticas sobre as experiências socioculturais construídas historicamente.

44

A ideia de folclore que aparece nas análises mais tradicionais sobre a música caipira está atrelada a manifestações museificadas. Visto dessa forma, folclore nesse período é referente à tradição pensada sob um caráter conservador. Com significado antagônico, está a ideia de cultura como elemento transformador. Por sua vez, na ideologia isebiana, cultura popular desponta com a finalidade de fornecer consciência ao povo. Para Ortiz, a ideia de cultura popular é uma questão de grande interesse para os Centros Populares de Cultura. Ela se reveste de função política e designa um fenômeno novo na vida brasileira, pois "[...] enquanto folclore é interpretado como sendo as manifestações de cunho tradicional, a noção de cultura popular é definida em termos exclusivos de transformação. Critica-se a posição do folclorista, que corresponderia a uma atitude de paternalismo cultural [...]" (ORTIZ, 2006, p. 69-70).

Para as décadas de 1950/1960, o país só se tornaria moderno se rompesse com o tradicional/rural que pressupõe uma economia de subsistência aliada ao sistema latifundiário. Ao se urbanizar, o campo aparece como o lugar do trágico, de um passado com raízes coloniais. Todavia, as cidades, a industrialização eram agora constituídas por uma mescla de migrantes, segmentos sociais do setor de serviços, uma classe média e uma parcela das elites que, aliada ao Estado, tinham que se sustentar nos investimentos do capital internacional. A grande questão que se impunha para os intelectuais era: quem somos nós? Por isso, o tradicional e o moderno se entrecruzaram na busca de uma identidade cultural. O cinema novo, bem como novas musicalidades delinearam a necessidade de se redescobrir um “Brasil em transe”.

Talvez, por isso, Schwarz analisa o período como uma época de ilusões modernizadoras. Não dá para esquecer que a indústria cultural se afirma no cenário nacional e, para o mercado, o que interessa é o lucro. Para esse autor, a época delinea o que era apenas o início de outra etapa do capitalismo:

[...] o divórcio entre economia e nação é uma tendência cujo alcance ainda mal começamos a imaginar. A pergunta não é retórica: o que é, o que significa uma cultura nacional que já não articula nenhum projeto coletivo de vida material e que tenha passado a flutuar publicitariamente no mercado por sua vez, agora como casca viscosa, como um estilo de vida simpático a consumir entre outros? Essa estilização consumista das aspirações da comunidade nacional não deixa de ser um índice da nova situação também da estética. Enfim, o capitalismo continuará empilhando otários (Schwartz, 1994).

Para alguns, as percepções sobre a *música raiz* são muitas vezes instituidoras de um discurso que a reconhece como expressividade da cultura popular rural, que deve ser preservada e resgatada em sua originalidade. Expressam a pluralidade de tradições desse universo que, num momento de transformação do

país, se encontra ameaçada. É num sentido muito próximo ao de pureza dessas tradições, reveladas também pela música rural, que Sant'Anna e Nepomuceno (Sant'anna, 2000; Nepomuceno, 1999) desenvolvem sua conceituação. Segundo as análises de Elizete Santos, a abordagem desses autores emprega um sentido de *raiz* associado a uma noção paternalista, conduzida pela necessidade de resguardar a aura da cultura caipira. Para Elizete Santos os autores desenvolvem uma noção de raiz que

[...] é tudo o que tenha esta aura de história e de passado – que são a própria base da noção de autenticidade. No entanto, não é um passado imemorial, mas sim aquele que se constrói tendo como pano de fundo a colonização. Daí que o mito das três raças ocupe um lugar especial no pensamento dos críticos da música sertaneja romântica, pois a sua reconstrução e reafirmação permitem findar esta busca. No mito das três raças – *raízes* da música caipira – a autenticidade caipira é reencontrada. A acusação de abandono das *raízes* se origina da percepção de que este grupo deixa de lado a sua própria história (Souza, 2005. p.28-29).

Essa compreensão conservadora de *raiz* na música caipira reforça a necessidade da busca por uma origem. E na concepção de Romildo Sant'Anna essa música diz sobre o nosso próprio passado. Porém todo esse discurso de autenticidade em torno da música caipira é reforçado para desqualificar sua vertente moderna, que se realiza na cidade sob novos parâmetros de produção e circulação.

Nessa visão conservadora, o cotidiano do homem rural só pode ser compreensível para aqueles que um dia compartilham a mesma experiência. Sua música só é verdadeiramente autêntica se retrata esse universo de significações e só pode ser conhecida por seus legítimos representantes. É esse o quadro que, nas observações de Nepomuceno, Sant'Anna, Caldas, Vilela, entre outros, deve ser mantido. Essa ideia de autenticidade na música rural subtrai as possíveis *hibridizações* (Canclini, 2000), às quais as expressões cul-

turais do universo caipira estão sujeitas, sendo reinventadas ao longo dos tempos. Reforça abismos intransponíveis entre as fronteiras culturais do moderno e do rural. Esses não se mesclam, não se tocam.

Mantemo-nos distanciadas de tais concepções que retratam a necessidade de buscar uma essência da cultura brasileira. Como em Ortiz, para nós “não existe uma identidade autêntica, mas uma pluralidade de identidades, construídas por diferentes grupos sociais em diferentes momentos históricos” (Ortiz, 2006. p. 8).

Todavia é possível visualizar um segmento novo no campo da divulgação do gênero sertanejo, que no final da década de 1950 plantou no meio artístico discursos fervorosos que associavam a música caipira a um gênero musical representante de uma cultura autenticamente cabocla. A Editora Prelúdio inovou o mercado do gênero musical sertanejo publicando mensalmente a Revista Sertaneja, tendo como alicerce a defesa das artes caboclas das influências culturais estrangeiras. O texto inaugural é categórico no que se refere ao caráter pioneiro da publicação sobre assuntos do mundo rural e do meio artístico sertanejo, do que “é mais autenticamente brasileiro – uma revista inteiramente dedicada ao artista caboclo” (Revista Sertaneja n.1, 1958, p. 4).

A divulgação do gênero sertanejo é a aposta também do sucesso da Revista. Entretanto, não desconsidera as dificuldades em divulgar um gênero musical já esquecido, segundo diziam. A Revista Sertaneja impunha-se no mercado editorial com essa missão pioneira, de cunho defensor da cultura caipira, oferecendo nas suas páginas “artigos e reportagens da boa gente que milita no setor caipira das estações da hinterlândia, a fim de que o público das capitais - onde a “Sertaneja” também é um sucesso - pudesse se inteirar do que vai no gênero por esta terra imensa” (Revista Sertaneja n.6, 1958, p. 3).

Segundo a redação da Revista, “trata-se, indiscutivelmente, da nossa mais arrojada iniciativa” buscando enunciar as coisas que

mais agradam o homem do campo e ouvinte, “[...] que não encontram eco na nossa imprensa, que julgando-as desinteressantes, relegam-nas ao esquecimento” (Revista Sertaneja n.1, 1958, p. 4).

Dessa forma, a iniciativa da editora era promover o gênero musical sertanejo para além do rádio e do disco, fomentando um segmento novo somado a um número cada vez maior de revistas e livros de modinhas desse seguimento. Embora o discurso o apresente como um gênero que não encontra espaço na mídia, o que se nota, inclusive nas reportagens da Revista Sertaneja sobre ele, é a crescente abertura, nas grandes gravadoras e emissoras de rádio para os artistas que o representam.

A redação assina o texto inicial como um projeto da Revista Sertaneja em relacionar as artes caboclas à origem rural de nossa sociedade. Busca, nesse sentido, romantizar a origem do caboclo e, de forma incisiva, se propõe a preservar as suas expressões culturais “típicas”. Assim, enfatiza que, “de número para número, é possível observar nossa permanente preocupação em oferecer novas seções, artigos, reportagens, matéria escrita e gráfica, jamais traindo nossos princípios de defesa à arte, à música e às tradições regionalistas” (Revista Sertaneja n.14, 1959, p. 3). Nesse sentido, as manifestações musicais denominam-se *raiz* também nessa Revista, que equivale ao sentido mesmo de tradição, devendo ser preservada do contato com o mundo moderno. Aliás, esse foi o momento de debates na percepção do que é e o que não é arte caipira. Paradoxalmente, tais debates se avolumaram à medida que paulatinamente a música sertaneja se constituía como um gênero musical rentável no mercado fonográfico brasileiro.

Esses discursos romantizados fizeram aflorar no campo intelectual a problematização de quem realmente somos e, de certa forma, influenciaram as visões que compreendiam a música rural de forma um tanto ou quanto folclorizada, atribuindo à figura do caipira características positivas, associadas ao bandeirante desbravador, de espírito aventureiro, nômade.

Nesse contexto em que o mundo rural é tema de debates acirrados, José Fortuna se fez artista do gênero. Para nós, a sua produção procura seu sentido mais humano. Referimo-nos, sobretudo, a um homem que vive ainda mais miserável que pitorescamente. Como Candido aborda:

É preciso pensar no caipira como um homem que manteve a herança portuguesa nas suas formas antigas. Mas é preciso também pensar na transformação que ele sofreu aqui, fazendo do velho homem rural brasileiro o que ele é. «Tabareu”, “matuto”, “capiáu”, “caipira”, o que mais haja, ele é produto e ao mesmo tempo agente muito ativo de um grande processo de diferenciação cultural própria (Cândido, acesso em 28/09/2007).

Na forma de olhar o Brasil por dentro é que se concentra a produção musical de Zé Fortuna. Num sentido muito próximo daqueles escritores regionalistas, buscou sensivelmente conhecer e divulgar a cultura do homem do interior num período de transformação de sua estrutura tradicional. Longe do romantismo exacerbado, as descrições exuberantes da natureza, a valorização da cultura do caipira, o repertório desse compositor carrega mais um sentimento de pertencer ao sertão do que um sentimento nacionalista propriamente dito.

MÚSICA COMO CANAL DE COMUNICAÇÃO REENRAIZADOR: SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO E IDENTIFICAÇÃO

Em toda a obra musical de José Fortuna estão reunidas várias composições em diversas temáticas e estilos musicais. Como informamos, atualmente essa produção se encontra dividida por temáticas em 6 grupos, definidos pela própria família, que organiza suas memórias: estilos diversos, versões, românticas, humorísticas,

raiz e modas de viola. Essa seleção foi feita pela filha do compositor, quando fundou juntamente com Paraíso – da dupla Mococa e Paraíso – a Editora Fortuna Musical, que, a princípio, tinha como finalidade mapear e catalogar a produção musical de José Fortuna e disponibilizá-la para gravação e (re)gravação, regulada pela Lei de Direitos Autorais mediadora da relação autor/editora/intérpretes (Morrelli, 200). Toda essa divisão se amparou em 14 manuscritos de José Fortuna, nos quais estavam organizadas suas composições por datas, estilos musicais e compositores, o que facilitou à editora montar o catálogo.

Porém a divisão dessa obra musical pela família de Zé Fortuna apresenta-se confusa e o critério para os grupos musicais, imprecisos. Não se sabe ao certo se as composições foram separadas por temáticas ou por estilos musicais, sendo às vezes encarados como coisas similares. Talvez precisássemos de maior tempo para encontrar a lógica e o fio condutor dessa organização. Levando em consideração essas questões e a dificuldade de se caracterizar esses grupos quanto ao gênero, estilo e ritmo musicais – além das linguagens técnicas da musicologia – adotaremos a divisão da Editora Fortuna para os estilos raiz e versões como uma forma de orientação.

Para as nossas análises preferimos levar em conta a poética dos estilos raiz e versões sem nos debruçarmos muito sobre uma análise profunda da parte técnica de uma canção, ainda que consideremos de extrema importância as análises sobre a estrutura melódica da obra. Essa poética se refere a um sentimento nostálgico em relação a um tempo ido, a um passado rural que deveria ser apagado em função dos novos códigos de sociabilidade modernos e urbanos, enfatizados por um discurso progressista para o país, em meados dos anos de 1950.

Foi ao estabelecer um elo com o mundo rural que o compositor se firmou em sua carreira artística. Num momento de grandes mudanças no país e de crescente modernização e urbanização, a

sua poética se revelou nostálgica, valorizando o universo rural. Os vínculos com esse mundo se evidenciam nas canções que (re)criam e representam, ainda que no campo da ficção, o mundo rural que havia deixado, mesclando, assim, tradição e modernidade. Nesse sentido, a sua produção artística, mesmo aberta às inovações que a tecnologia proporcionava naquele momento - como, por exemplo, as novas técnicas de gravação, os novos ritmos e instrumentos de outros estilos como o estilo jovem e o Rock, incorporados pela nova música sertaneja - não deixou de expressar simbolicamente o mundo rural. Essa temática possibilitava não só para Zé Fortuna e Pitanguieira, como também para muitos que haviam passado pela experiência da migração, recriar a sua matriz cultural por meio das lembranças que ela proporcionava. Essa estrutura temática para Zé Fortuna não ficou retida na chamada música caipira - que tinha como base instrumental o violão, a viola - como também pôde ser entrelaçada à nova fase da música sertaneja. A seguir, veremos como essa temática, presente na obra de José Fortuna, acompanhou a trajetória de modernização da música sertaneja sem deixar de existir, sendo gravada ainda por duplas consideradas tradicionais, como é o caso da dupla Tonico e Tinoco que "resistiu" o quanto pode às inovações da fase moderna desse gênero musical.

É de nosso interesse analisar como essa temática saudosista se fez presente nas canções de José Fortuna entre os anos de 1950 e 1980, época em que o país se propôs à modernização (Mello & Novaes, 1998). Nesse viés, essas músicas permitem refletir o (re) sentimento do sertanejo frente às novas transformações socioestruturais da sociedade brasileira implementadas à época, cujo discurso propagava o progresso/desenvolvimentismo, objetivando o apagamento das tradições do mundo rural (Ortiz, 1991), conforme já afirmado. É com esse sentimento de identificação com o universo rural que José Fortuna escreve *Roceiro Feliz*:

Alegre Roceiro eu sou minha gente,
Vivendo contente no rancho que eu fiz

Uma velha esteira me serve de cama
E todos me chamam Roceiro Feliz

Lá no meu ranchinho, levanto cedinho,
quando os passarinhos já garram a cantá
Pego minha enxada, saio pela estrada
vou lá na roçada, para trabalhar
O sol vem raiando e o gado pastando
E os galos cantando, lá no meu terreiro

E essa lida é todo dia
para alegria de um roceiro (...)

Chegando o feriado eu vou no cerrado
pra caçar veado que vem no taião
Tenho uma espingarda, tenho cachorrada
não me falta nada lá no meu sertão
Se a saudade amola o que me consola
é cantar de viola lá no meu terreiro
E essa lida é todo dia
para alegria de um roceiro (Fortuna. 2009)⁴⁵

A poética revela um cotidiano de labuta, nostalgicamente vivido com o “mínimo vital” (Cândido, 1975), mas ainda se é feliz. Nada é supérfluo, até o feriado registra a caça como lazer e sobrevivência. A viola é companheira. A pergunta que não quer calar é: enunciar é uma forma de se contrapor a uma realidade em transformação? Afinal, o discurso sobre o passado é construído por um presente em mudança.

Também a composição *Povo da Roça* demonstra a necessidade de valorização do roceiro que cotidianamente trabalha duro, vive de forma simples, “desprendida” de mordomias e conforto nos casebres de telhado furado. É por essa vida de dificuldades que se

45

FORTUNA, José. Sem registro de gravação, essa música era apresentada nos programas de rádio da dupla Zé Fortuna e Pitangueira. Para Pitangueira, Roceiro Feliz era uma forma de relembrar o tempo na roça e de fazer o povo que ouvia lembrar com saudade aquele tempo tão diferente do da cidade. Entrevista com Pitangueira nas dependências da Editora Fortuna. São Paulo: 22 de Julho de 2009.

reconhece na canção o homem do campo, merecedor de homenagens. Assim, José Fortuna escreve:

Ao povo da roça o nosso diploma
Escrito com tinta vermelha do chão
Nas páginas verdes do livro dos campos
No trono de honra do nosso sertão
Enfeita seu peito a faixa vermelha
Da terra tombada que cobre o espigão
O cabo da enxada assina o diploma
Na grande homenagem de toda a nação

Em nome de todos artistas de rádio
Ao povo da roça queridos irmãos
Vocês que não perdem os nossos programas
Vocês que nos deram a glória e a fama
A nossa homenagem vai esta canção

Com suor e luta arranca da terra
O fruto pra nossa alimentação
A roupa que agora vestimos nos chega
Dos campos cobertos de algodão
O canto do galo é o seu lampião
Furando o telhado do seu casebre
Parecem estrelas jogadas no chão (Fortuna, 2003).

A homenagem é também uma maneira de dialogar com os ouvintes. O rádio é o meio que torna possível a recepção. De um lado estão aqueles que ainda residem no campo, de outro, aqueles migrantes que se reconhecem num passado recente. Táticas, astúcias de um compositor que garante uma conexão com seu público?

A estilização do caipira é aqui substituída pela função importante que exerce o homem do campo. Ao contrário do jeca, preguiçoso, indolente, aparece o caipira, que “com suor e luta arranca da terra o fruto da nossa alimentação”. É dessa forma que José Fortuna constrói uma poética de revalorização do caipira, atribuindo-lhe aqueles valores que também se configuram como seus.

É dessa forma que a *música sertaneja raiz* demonstra todo um repertório de temas rurais, conectando simbolicamente o caboclo a uma determinada localidade, comunidade. É em José Fortuna que, para nós, a ideia de *raiz* ganha sentido e está estritamente ligada a um sentimento de pertencimento. *Raiz*, na poética de José Fortuna, é pertencer, dialogar com as tradições, entender os significados de seus rituais. Assume uma forma até contestatória, (e por que não de resistências?), dos padrões morais e éticos da vida na cidade. Assim raiz é uma forma de, na cidade, representar o real vivido e permitir a coexistência simbólica de um passado que não volta mais. Para José Fortuna:

Raiz é a gente se fazer passado
Pra conservar as tradições
É prestigiar o que chegou primeiro
Contra as tais modernas invenções
É não abrir mão de uma viola
Que bem fala mais perto aos corações
Sentir saudade do gemer de um carro
O primeiro a desbravar sertões

Raiz é ser sertão
Primeira luz da civilização
Raiz é tradição
Raiz eu sou porque também sou chão

Raiz é ver na capelinha branca
Sair de tarde longa procissão
Na frente todos carregando o andor
E o fogueteiro a soltar rojão
Erguer o mastro para Santo Antônio
E quando chega a noite de São João
Pisar as brasas sem queimar os pés
Se tiver nele a fé e devoção

Raiz é a gente cair num catira
E sapatear até furar o salão
E quando a gente mistura-se ao povo
Não ter receio de dizer trem bão

É apreciar um cigarro de palha
E conhecer o quanto o fuminho é bom
Pra espantar mosquitos borrachudos
Na pescaria junto ao Ribeirão (Fortuna, 2023).

Raiz, no sentido da música de José Fortuna (e é o que nos interessa) não está só imbuída de uma estética musical “puramente” caipira. Ela carrega seus elementos primordiais: texto, entonação vocal. No entanto, revela-se nova em sua tessitura musical, de vozes menos nasaladas, acompanhadas por instrumentos ditos modernos e se faz em contraposição aos valores da cidade. É uma configuração conceituada por Sanches Júnior, em seu texto *No ponteio da cidade* (Sanches Júnior, 1998), como antiurbanista. Para Martha Ulhôa as novas tessituras da música sertaneja falam de sua ressignificação pelos migrantes na cidade, feitas de forma nostálgica a partir dos anos de 1950. Para a autora,

Muitas das letras das músicas raiz denunciam a transferência de pobreza de áreas rurais para áreas urbanas. Migrantes vão para as cidades à procura de ascensão social, se não para si, pelo menos para seus filhos, via educação e subsequente capacitação para trabalho especializado. Entretanto, a estrutura urbana não fornece moradia, emprego e escola suficiente para o grande número de migrantes rurais que tem inflado as cidades brasileiras. A temática da música sertaneja raiz reflete essa trajetória [...] (Ulhôa, 2004, p. 61).

A tendência da produção musical raiz do compositor José Fortuna é revisitar um passado que corresponde à interação entre o sujeito e o mundo no qual ele habita (nele se engendram seus valores, símbolos, sentimento de solidariedade). A relação sujeito e comunidade é retomada nas canções como uma forma de denunciar um passado que se desagrega. Tem-se um novo referencial que não consegue agregar o migrante e que o leva a retomar seus referenciais de pertencimento na sua matriz de significação. Essa música sertaneja raiz cria laços em um real já vivido. É nesse diálogo com as novas experiências na cidade, ainda estranhas, que essa música oferece o sentimento de pertencimento.

Nesse transitar os sujeitos formulam e agregam impressões de novas realidades de outro mundo social e cultural. O que quero dizer é que, mesmo mantendo um sentimento de identificação com o mundo rural, o migrante (e mais especificamente José Fortuna) consegue agregar novas formas de sociabilidade codificadas nas relações urbanas e modernas. Ele (re)significa os seus valores incorporando outros. José Fortuna assim escreve, colocando suas experiências urbanas em sua produção. Longe de ser um deslumbrado com as modernas invenções, ele escreve mostrando em sua música *Expresso Boiadeiro*, as relações de trabalho modificadas em seu “novo mundo”. Agora não mais lamenta a vida na cidade, nem mais convive com o gemer do carro-de-boi ou com o repique do berrante do boiadeiro a tocar o gado. Descansa seu cavalo Ventania e, na cabine de um possante, viaja todo o Brasil, levando a boiada inteira na carroceria do caminhão:

Soltei no pasto meu cavalo Ventania
que atrás do gado me levou sertão afora
e adquiri um caminhão de cem cavalos
do que já fui, bem mais feliz eu sou agora
o caminhão não cansa o gado e não me cansa,
e ao fim da viagem pra chegar sou o primeiro
mesmo gastando combustível
ainda compensa ser motorista
de um expresso boiadeiro.

Fui no passado um pioneiro
a cavalgar atrás do gado o ano inteiro
E hoje sou caminhoneiro
a dirigir o meu expresso boiadeiro
Antes tocava meu berrante pela estrada
hoje desperto meu sertão com a buzina
antes levava moça linda na garupa
hoje essa moça vai comigo na cabine
antes a onça com seus olhos
clareava a noite escura envolvida na neblina
hoje o progresso colocou as faixas brancas
e o rumo certo sobre a pista vira em tinta

Fui no passado um pioneiro
a cavalgar atrás do gado o ano inteiro
E hoje sou caminhoneiro
a dirigir o meu expresso boiadeiro.
Do ontem ao hoje dividido está o tempo
que se formou na era da velocidade
e mesmo assim ao recordar do meu berrante
sinto no peito a dor gostosa da saudade
longas pousadas nos varjões ao pé do fogo
até parece do café sentir o cheiro
ouvindo histórias e violas ponteando
e quando acordo estou no expresso boiadeiro
(Fortuna, 1983).

Essa interação com o presente mostra que o migrante se habitua com a mudança e sente-se feliz se ela o ampara de alguma forma. Essa canção de José Fortuna revela as vantagens do progresso na vida do boiadeiro. Ele não mais se cansa com as longas viagens. Na era da velocidade ele leva a boiada e chega primeiro, sentindo orgulho em dirigir seu expresso boiadeiro.

Algumas de suas canções falam das coisas novas que só o meio urbano lhe proporciona. O caminhão, a estrada de asfalto, o progresso compõem uma nova realidade. Entretanto, tais canções têm o apreço pelo moderno e se desenvolvem mencionando os ganhos, o que é compensador nessa vida moderna. É dessa forma que a poemática da maioria dessas canções se inicia. Agregam essa experiência na cidade, ou melhor, o convívio com os novos padrões, e no decorrer da trama poética acabam mencionando a saudade, as experiências de trabalho e lazer vividas coletivamente, não sozinho na cabine do caminhão.

É assim que essa produção de José Fortuna estabelece uma ponte com o universo rural, revela um sentimento de identificação, seja por meio da temática seja do ritmo, capazes de relembrar as experiências passadas. De modo genérico, a noção de um sentimento agregador é crucial na produção musical sertaneja e na produção intelectual sobre ela. Ivan Vilela assim explica essa ideia:

É possível pensarmos que a música se portou como um elemento mediador das relações das comunidades rurais. Nas festas religiosas, a música atua como fio condutor de todo processo ritual, como ocorre nos ritos tupi-guarani. É através dela que os homens e as mulheres do lugar se reúnem e se organizam para fazer com que os ritos de celebração da vida e realizações pessoais sejam manifestos [...] Nas colheitas ou mutirões estão presentes os cantos de trabalho. É comum as violas tocarem durante o trabalho, fazendo com que a música dê ritmo aos que estão colhendo ou carpindo [...] Assim, a música no meio rural é por vezes um elemento amenizador nas relações e aproximador das pessoas (Vilela, 2011).

A música caipira, na concepção de Vilela, está intimamente relacionada às manifestações de sociabilidades do universo rural. “Tendo no romance a sua base poemática, os caipiras sempre transmitem valores de seu meio através da música. E num momento em que o processo de modernização do país desenraiza” (Vilela, 2011), os caipiras puderam, por meio da música, contar suas experiências vividas. É o fator de (re)enraizamento, na opinião de Vilela, que introduz uma nova função para a música sertaneja raiz na cidade.

Ao contrário das perspectivas sobre o termo raiz descritas anteriormente e que o vinculam a uma temática verdadeiramente rural, para nós ele envolve novos elementos. Nepomuceno, Romildo Sant’Anna, Caldas, Ferrete a caracterizaram como música singela, de temática rural. Não discordamos dessa conceituação. O que realmente questionamos é que a música raiz também expõe experiências sociais não estritamente relacionadas ao campo. É um conceito que se alarga a outros espaços, tempos e realidades. Essa música sertaneja raiz não é aquela que se produz no cotidiano caipira, longe das técnicas de gravação. Pelo contrário, é uma música realizada na cidade, que inspirada nos valores rurais expõe todo o (re)sentimento do caipira sobre sua condição de marginalizado.

A matriz raiz na produção de José Fortuna assume essa forma de ressentimento:

Deixa eu ir buscar a lua, e o sertão que ficou lá
O terreiro, o pé de amora, e trazer tudo pra cá
Quero ver nos edifícios, cordilheira colossal
E na rua de asfalto, o riozinho do quintal

Isto tudo é “faz de conta”, faz de conta que eu não vim
E nas asas da saudade, vou buscar tudo pra mim
Faz de conta que a avenida, onde passa multidões
É a boiada caminhando, nas estradas dos sertões

A fumaça da cidade, fazendo poluição
Faz de conta que é neblina, a dormir no baixadão
Pior é que tudo isto, eu sei que não é verdade
Minha alma está no sertão, e meu corpo na cidade
(Fortuna & Luiz, s/d).

Será ele um homem dividido? Em José Fortuna encontramos elementos que assinalam a busca de uma ligação com o universo rural, que permitem a ele revelar uma vontade de dizer sobre o sertão e compará-lo à cidade, num processo talvez de desqualificação dessa última, pela sua incapacidade de incorporar aqueles migrantes ainda sem lugar. Assim, José Fortuna escreve *Meu Passado*

Tenho saudade do meu passado que foi deixado no sertão
Mas tudo passa tão de repente fica somente recordação
Deixei na serra o meu ranchinho, ficou sozinho lá no espigão
Junto a um terreiro e de tardinha tinha rolinha ciscando
o chão

A guaiuvira lá no caminho, que tinha um ninho de um sabiá
Toda tardinha que o sol descia, me entristecia com o seu cantar
Que lindas noites de lua cheia na velha aldeia onde eu nasci
Faz muitos anos que eu não vejo e o meu desejo é morrer ali

E o tempo corre silencioso, dias ditosos bem longe vai
Tudo no mundo é esperado, só um passado não volta mais
(Fortuna Gravado por Fortune & Pitangueira, s/d).

A encenação do passado e seu cenário torna possível a constatação de que será impossível retornar àqueles dias felizes? As nossas análises sobre esse estilo indicam que o arsenal simbólico presente na aclamada música caipira autêntica não é subtraído quando a música deixa de ser produzida no campo. Ainda na cidade ela é capaz de traduzir os sentimentos de uma comunidade de outrora, agora idealizada. Assim, a harmonia do homem com a natureza, a inocência do amor pela cabocla, os causos, superstições, sua religiosidade retornam como temas estilizados, reforçando valores morais quase ausentes na cidade. Vejamos a moda Sertão do Viradô

Naquela tarde de outubro
Quando o fogo levantou
Lá na mata dos baldaios
No sertão do viradô
Conforme o vento batia
As lavaredas aumentou
Distância de muitas léguas
Todo o céu avermeiô

Do outro lado da mata
Um caboclo ali morava
Vendo o fogo aproximando
Os seus filhinhos chorava
Aquele sertão bravio
Em cinza se transformava
Pra queimar o seu ranchinho
Poucos minutos restava

E naquele desespero
Uma vela ele acendeu
Caiu de joelhos e rezou
Logo um trovão respondeu
Era a voz da natureza
Que o seu pedido atendeu
O céu se cobriu de nuvens
Na mesma hora choveu

O caboclo ajoelhado
Do lugar não levantou
Vendo a chuva que caía
Milagre que Deus mandou
Naquele sertão em brasa
Chuva com fogo lutou
Cem metros longe de casa
Foi onde o fogo apagou

O caboclo por promessa
Uma capela levantou
Provando o poder da fé
Todo aquele morador
Quando chega o mês de outubro
Faz novena levam flor
Na capela dos milagres no sertão do viradô
(Fortuna, 1968).

Noções de trabalho, solidariedade, moral e fé são norteadoras e estão em contato com outros padrões, num processo de hibridismo cultural (Canclini, 2000, p. 28)⁴⁶. A produção de José Fortuna está vinculada a um contexto de transformação cujas tensões ele reconhece. Observa-se a dualidade modernidade e tradição na música Estrada de Chão,

Estrada de chão o seu tempo se foi
Cadê a peonada, a poeira se foi
Cobriram de preto a estrada de chão
E mais preto é o luto do meu coração
O passado morreu só ficaram lembranças
Que morrem comigo na doce esperança
De ainda ouvir na encruzilhada
Um berrante tocando chamando a boiada

Grita o peão: "uêuêuê boi"!
Na estrada de chão: "vai boiada"!

46

Para Canclini "[...] São processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas. Cabe esclarecer que as estruturas chamadas discretas foram resultados de hibridações, razão pela qual não podem ser consideradas fontes puras".

As leves pousadas dos meus companheiros
Há muitos janeiros não sei onde estão
Cadê Ferreirinha, João Boiadeiro
Gonzaga Mineiro e o Negro Tião
Que arriscavam a vida em cima do arreio
Em todo rodeio chamavam atenção
Seus nomes famosos ficaram na história
Passados e glórias da estrada de chão

Grita o peão: "uêuêuê boi"!
Na estrada de chão: "vai boiada"!

Meu par de esporas, meu laço e arreio
Que há tempos no meio das tralhas guardei
Meu velho berrante que enfeita a sala
E ao lado as medalhas que colecionei
Meu cavalo baio relincha no pasto
Sentindo o cansaço que o tempo lhe fez
E a passarada alegre o sertão
Gorjeiam cantigas na estrada de chão

Grita o peão: "uêuêuê boi"!
Na estrada de chão: "vai boiada"!
(Fortuna, Disco: Zé Fortuna e Pitangueira, 1980)

Em Simone Weil descortinamos a expressão do que o termo
raiz conota:

[...] O enraizamento é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana. É uma das mais difíceis de definir. O ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro. [...] Cada ser humano precisa ter múltiplas raízes. Precisa receber quase que a totalidade de sua vida moral, intelectual, espiritual, por intermédio dos meios de que faz parte naturalmente. As trocas de influências entre meios muito diferentes não são menos indispensáveis que o enraizamento no ambiente natural. Mas um determinado meio deve receber uma influência exterior, não como importação, mas como algo que torne a sua própria vida mais intensa. As importações

exteriores só devem alimentar depois de serem digeridas. E os indivíduos que formam o meio, só através dele as devem receber (Weil, 2001, p.43).

Posto isso, a produção raiz de Zé Fortuna aparece como elemento de mediação, que enquanto discurso do desenraizado, imprime noções de que a alienação no mundo capitalista só se completa quando você se desenraiza do seu passado e fica sem referências culturais. A música, nesse sentido, permite que valores sobrevivam nos interstícios da modernidade, confiando nas *tradições* com a função de resguardar o passado. Onde está o passado? É uma pergunta que nos responde que o presente é agora muito diferente. O passado é reminiscência de um tempo que já não é mais. Onde estão meus amigos, meus utensílios de trabalho, as estradas poeirentas e a boiada? O ritual de passagem rural/urbano cria um leito latente, impotência frente ao novo, por isso morte.

Essas construções analíticas em torno da música raiz nos permitem elaborar uma ideia mais precisa de que essa música constituiria um abrigo estável. É dessa forma que Martins, apropria-se de um trecho do livro de Sérgio Miceli para analisar a situação do migrante em processo de adaptação no espaço urbano (Miceli, 1972). A citação alerta para o poder que a música tem como um repertório simbólico que permite ao “sertanejo” conservar suas raízes culturais mesmo estando na cidade. Posto isso, as experiências rurais do homem do campo não se desenraizam, uma vez que encontram nas múltiplas expressões culturais um ponto de referência. Nesse sentido, a matriz de significação constituiria

[...] um abrigo necessário àqueles que não conseguem inserir-se de forma estável no sistema urbano-industrial, de maneira que o migrante rural marginalizado na cidade deverá reorientar seu estoque simbólico tomando de novo o contexto rústico de origem como quadro de referência positiva, intervendo assim a posição da matriz de significação em que fora socializado por antecipação, matriz essa que diz respeito às concepções citadinas [...] (Miceli, *apud* Martins, 1975, p. 114).

A canção como uma referência simbólica pode representar esse abrigo seguro. Ela estabelece laços e ecoa um sentimento de pertencer. Dessa forma, a canção raiz consegue congrega experiências. Numa abordagem de Alencar sobre a canção regionalista, vale utilizarmos aqui a ideia de que também a música raiz possibilita o surgimento de “imagens musicais e poéticas que podem ser reconhecidas pelo público porque expressam uma memória social e uma identidade em constante processo de construção” (Alencar, acesso em 12/11/2023).

É possível pensarmos que a cultura regional abriu espaços por meio da modernidade. A migração e a modernização permitem que culturas antagônicas entrem em contato e se mesquem.

A fronteira, também no seu sentido psíquico-social, fornece o terreno para se construir estratégias de subjetivação que “dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria sociedade” [...] (Bhabha, 2001, p. 20). É sob essa abordagem que analisamos a produção de José Fortuna como situada nos “entre-lugares”, articulando passado e presente, modernidade e tradição numa produção nova que idealiza o passado, não como discurso que impõe originalidade, mas como síntese da nova condição sociocultural que vivencia e que o faz olhar o passado de forma nostálgica a fim de repensar a condição de migrante em seu novo lugar social no urbano. Repensando essa experiência cidadina em Minh’alma está no sertão, o compositor mais uma vez fala nostalgicamente sobre o passado e, num jogo de faz de conta, o contrasta com o presente. Ele não vive nesse passado, mas ainda o sente. E em sua imaginação, os elementos desse passado substituem a realidade do presente na cidade, que, como diz na canção, ainda não consegue absorvê-lo por completo.

Passado e presente desenvolvem uma “intimidade intersticial” (Bhabha, 2001, p. 35). Podemos dizer então, ancoradas na visão de Bhabha sobre a fronteira, que essa experiência é a celebração de um “espaço cultural híbrido”. É dessa forma, segundo o autor,

O trabalho fronteiro da cultura exige um encontro com “o novo” que não seja parte do continuum de passado presente. Ele cria uma ideia de novo como ato insurgente de tradução cultural. Essa arte não apenas retoma o passado como causa social ou precedente estético; ela renova o passado, reconfigurando-o como um “entre-lugar” contingente, que inova e interrompe a atuação do presente. O “passado-presente” torna-se a parte da necessidade, e não da nostalgia, de viver (Bhabha, 2001, p. 27).

Habitar esses “entre-lugares” é reconhecer os conflitos, as diversidades, promovendo articulações por meio das diferenças culturais (Bhabha, 2001, p. 27). Segundo Bhabha, a experiência do estar no além é habitar um espaço intermediário: o “residir no além é um retorno ao presente para redescrever nossa contemporaneidade cultural; reinscrever nossa comunidade humana, histórica; tocar o futuro em seu lado de cá. Nesse sentido, então, o espaço intermediário “além” torna-se um espaço de intervenção no aqui e no agora” (Bhabha, 2001, p. 27).

A valorização de um passado nas canções de estilo raiz fornece a “ideia de que um passado mais feliz era sempre enfatizado não para ratificar o atual legado, mas para estimular as mudanças sociais” (Williams, 2001, p.77). Raymond Williams nos empresta uma abordagem essencial para pensar essa situação extraordinária de interpretação da realidade a partir das margens. A experiência de Zé Fortuna na cidade permite a idealização do campo, “onde está em questão um grau de consciência do processo concreto” (Williams, 2001, p.64) de sua situação de humilhado como uma “ordem social da qual dificilmente ele esquece” (Williams, 2001, p. 64).

CONCLUSÃO:

Toda essa forma de pensar a nova situação na cidade possibilitou a composição de um repertório associado ao *estilo raiz*. Essa produção, sob nossas análises, é reveladora. Está associada à marginalização desse sertanejo e de como ele é percebido. Ainda que consolide um novo filão musical no mercado da música sertaneja, realça o caipira, suas tradições, seu modo de vida, conjugando-o com as novas sonoridades da época.

O estilo raiz se volta para repensar não só a relação de desenraizamento do caipira como também se volta para dentro. Através da música, Zé Fortuna pode representar o que ele chamou de *seu sertão*. Por esse fato a questão do sentimento de pertencer é elemento-chave. Por meio da canção se expressa uma representação do que foi transmitido, entendido e dado a ler. Essa situação, longe de se manter isolada, intacta, se rearranja, incorporando novos elementos. Como afirmou Vicentini, a questão da identidade “aponta para o processo de alteridade, jogo de semelhanças e diferenças, de pares e de totalidades, que culminam em autoafirmações que se assinalam dêicticas, quer dizer, a partir do locutor e do contexto, e deles depende” (Vicentini, 2007, p.187-196).

José Fortuna escreve Vento Violeiro, tecendo os sentidos desse seu sertão com elementos que a ele se prendem, como a natureza, o barulho das águas, a noite estrelada compondo um sentido físico desse lugar. Da mesma forma, constrói toda uma sensibilidade sobre as coisas no seu entorno, é um sertão embalado por um sentido afetivo, reconhecido na poética nostálgica porque desvela um arsenal simbólico carregado de elementos identificativos da “história daqueles momentos, daqueles dias que passaram e a gente começa a emocionar” (Pitangueira, 2009).

Aqui é possível retomar certos temas do passado como uma forma de “reconstruir seu universo simbólico no próprio contexto urbano, apropriando-se de mensagens culturais que, embora produzidas na cidade, recorrem a modos rústicos de estruturação da experiência” (Miceli *apud* Martins, 1975, p. 114).

A cada nova conjuntura crítica do presente os atores sociais são levados a pensar o seu tempo. Dialogam com o passado questionando

[...] os desafios com os quais se defrontam, os objetivos que pretendem alcançar, os aliados e opositores com os quais negociar, os interesses próprios e alheios que precisam interpretar. Ao pensar o presente, são obrigados a repensar o passado, buscar e rebuscar continuidades, rupturas e inovações. Mesmo quando pretendem o futuro, são postas a pensar outra vez o passado, acomodá-lo em uma matriz do devir [...] em todos os casos, a história esconde os segredo do presente (Ianni, 2004, p.08).

A história cantada de José Fortuna não difere das muitas outras histórias de migrantes que saíram do campo rumo à cidade. Essa trajetória é dotada de conflitos, marcada por uma intrincada rede de relações entre um padrão de vida ainda muito presente e uma nova realidade a desvelar.

Embalados por uma vontade de vencer e motivados pelo clima de desenvolvimento gerado no Brasil a partir dos anos de 1950, depositavam *na cidade* a confiança de uma vida próspera. Eram indivíduos e famílias inteiras que se arriscaram numa nova realidade, distante das estruturas socioculturais experimentadas no *universo rural*.

Nesse sentido, as abordagens tradicionais para a música sertaneja raiz são tendenciosas e seletivas. Buscam enquadrar essa canção em uma noção de cultura caipira fechada. Diante da dificuldade de estabelecermos uma autenticidade para a música rural, pensamos antes em analisar os sentidos que ela tem para uma parcela da sociedade que migrou do campo para os grandes centros.

Só assim poderemos questionar como os sentidos mudam à medida que essas pessoas entram em contato com novas realidades. É então que a música caipira se movimenta e se reinventa tendo como referencial essa diversidade de experiências. Nesse sentido é que as análises tradicionais sobre a música sertaneja raiz são insatisfatórias para este trabalho.

A temática rural recheada de teor nostálgico como vimos, vincula-se a uma estética musical e poética tradicional. Mas aqui ela é tida como um elemento residual que agrega valores de um passado e conquista seu espaço na vida moderna de seus produtores e ouvintes. Ela se desterritorializa, cria novos sentidos, movimenta um mercado lucrativo na/*da produção de uma indústria de bens culturais simbólicos da ruralidade* (Alem, 1994).

REFERÊNCIAS:

ALENCAR, Maria Amélia Garcia de. **A canção regionalista em tempos de pós-modernidade**. Disponível em <<http://hist.puc.cl/historia/iaspmla.html>>. Acesso em 12/11/2023.

ALEM, João Marcos. Identidade, ruralidade e indústria cultural. In: **1ª Reunião Especial da SBPC. O cerrado e o século XXI**. Uberlândia: 1994.

BHABHA, Homi K. **O lugar da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001, p. 20.

CALABRE, Lia. **Políticas culturais no Brasil**: dos anos de 1930 ao século XXI. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2009.

CANCLINI, Néstor Garcia **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 2000.

CÂNDIDO, Antônio. **A cultura caipira**. Disponível em: <<http://www.widesoft.com.br/users/pcastro2/cultura.htm>>. Acesso em: 28/11/2023.

CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Duas Cidades, 1975.

VICENTINI, Albertina. Regionalismo literário e sentidos do sertão. **Sociedade e cultura**, v. 10, n. 2, jul./dez., 2007.

IANNI, Octávio. **A ideia de Brasil moderno**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

NEPOMUCENO, Rosa. **Música caipira**: da roça ao rodeio. São Paulo: Editora 34, 1999.

MELLO, J. M. Cardoso; NOVAES, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: **História da vida privada no Brasil** – v. 4 – São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MORELLI, Rita Cássia Lahoz. **Arrogantes, anônimos, subversivos**: interpretando o acordo e a discórdia na tradição autoral brasileira. Campinas: Mercado de Letras, 2000.

MICELI, Sérgio. **A noite da madrinha**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**: cultura brasileira e indústria cultural. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006.

SANCHES JÚNIOR, Nelson Martins. Ponteio da cidade: música sertaneja e identidade social. In: **Pós-História: Revista de pós-graduação em História**. Assis: Universidade Estadual Paulista, v. 6, 1998.

SANT'ANNA, Romildo. **A moda é viola**: ensaios do cantar caipira. São Paulo: Arte e Ciência; Marília: Editora Unimar, 2000.

ULHÔA, Martha Tupinambá de. Música sertaneja em Uberlândia na década de 1990. **Artcultura**. Uberlândia: Edufu, n. 9, jul.-dez., 2004, p. 61.

VICENTINI, Albertina. Regionalismo literário e sentidos do sertão. **Sociedade e cultura**, v. 10, n. 2, jul./dez., 2007, p. 187-196.

VILELA, Ivan. **Cantando a própria história**. 2011. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-14062011-163614/>>. Acesso em dez./2023.

WEIL, Simone. **O enraizamento**. Bauru, SP: Edusc, 2001.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**: na História e na Literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ARTIGO DE JORNAL:

SCHWARZ, Roberto. Fim de Século. **Folha de São Paulo**. Caderno Mais. São Paulo, 04/12/1994

FONTES:

FORTUNA, José e LUIZ, Jotha. **Minha alma está no sertão**. Gravada por Rouxinol e Sabiá. s/d.

FORTUNA, José. Gravada por Zé Fortuna e Pitangueira. s/d.

FORTUNA, José. **Sertão do Viradô**. Disco: Pequeno mundo, 1962.

FORTUNA, José. Estrada de Chão. Disco: Zé Fortuna e Pitangueira, 1980.

FORTUNA, José. **Expresso Boiadeiro**. Intérpretes: Carlos Cézar e Cristiano. Disco: Expresso Boiadeiro. LP. São Paulo: Chantecler, 1983.

FORTUNA, José. Os maracanãs. s/d. Disponível em <<http://www.josefortuna.com.br>> Acesso em nov. 2023.

FORTUNA, José. Raiz. Música não gravada em disco. Disponível em <http://www.josefortuna.com.br> Acesso em nov. 2023.

Revista Sertaneja. A revista do rádio e do disco. São Paulo: Editora Prelúdio, n. 1, ano 1, mar./1958.

Revista Sertaneja. A revista do rádio e do disco. São Paulo: Editora Prelúdio, ano I, n. 6, 1958.

Revista Sertaneja. A revista do rádio e do disco. São Paulo: Editora Prelúdio, ano I, n. 1, 1958.

Revista Sertaneja. A revista do rádio e do disco. São Paulo: Editora Prelúdio, ano II, n. 14, 1959.

5

Munís Alves⁴⁷

ANACRONISMO, ANARQUIA E OS DISPOSITIVOS LITERÁRIOS DA HISTÓRIA:

A ANÁLISE CRÍTICA DE RANCIÈRE SOBRE AS
ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS DOS *ANNALES*

- Que diabo de linguagem é essa?

Raios me partam se não és um herege!

Pantagruel

INTRODUÇÃO

Em caráter de construção do campo teórico-metodológico para a constituição da cientificidade da história, a historiografia dos *Annales*, a partir da revista homônima fundada em 1929, na França, desenvolveu uma proposta para o combate de alguns supostos “adversários” da prática historiográfica desempenhada até então. Dentre estes, destaco aqui, o **anacronismo**. Um dos fundadores dos *Annales*, Lucien Febvre, define o anacronismo como o pior de todos os pecados dos historiadores, o imperdoável (2009, p. 33). Por isso, é preciso evitá-lo, bani-lo do trabalho de história. Por sua vez, Marc Bloch, outro fundador, se apoia em um ditado árabe para dizer que parecemos mais com nosso tempo do que com nossos pais (2002, p. 60); e que é dever do historiador compreender os homens de acordo com a época em que eles viveram. Prescrições estas que se tornaram hegemônicas entre os historiadores de norte a sul da Linha do Equador.

Mas afinal, o que é anacronismo? O anacronismo é um desencontro, ou um encontro sem cabimento: onde valores, hábitos, crenças entre épocas diferentes são tratados como se fossem as mesmas coisas. No ofício do historiador o anacronismo ocorre quando sentimentos, pensamentos e comportamentos são atribuídos a períodos históricos distintos. Sobretudo se julgarmos as ações de seres humanos de épocas remotas através de um quadro de valores próprio ao nosso presente. Por exemplo, cometeríamos anacronismo se tratássemos o relacionamento sexual-afetivo entre dois

homens pagãos na Antiguidade grega como a mesma coisa que o de casais homossexuais no Brasil do século 21. Para complicar, Bloch (2002, p. 59) percebeu uma dificuldade recorrente no trabalho de historiar, quando apontou que os homens mudam constantemente seus valores culturais, mas seu vocabulário não os acompanha em sincronia. Isto é, as mesmas palavras podem ser usadas para expressarem coisas completamente diferentes, por estarem presentes em épocas dessemelhantes.

Para além do entendimento comum de anacronismo (exposto acima), procuro apresentar nessa parte algumas problematizações sobre o anacronismo, aproximando-o, potencialmente, ao conceito de anarquia. Utilizo inicialmente a definição de Jacques Derrida para fundamentar minha compreensão sobre “anarquia”. O filósofo escreve o seguinte:

Arkhé, lembremos, designa ao mesmo tempo o *começo* e o *comando*. Este nome coordena aparentemente dois princípios em um: o princípio da natureza ou da história, ali onde as coisas *começam* – princípio físico, histórico ou ontológico –, mas também o princípio da lei *ali onde* os homens e os deuses *comandam*, *ali onde* se exerce a autoridade, a ordem social, *nesse lugar* a partir do qual a *ordem* é dada – princípio nomológico (Derrida, 2001, p. 11, grifos do autor).

Portanto, podemos por inferência compreender a anarquia, primeiramente, como a ausência de *arkhé* (a *anarkhé*). Porém, veremos que, em Rancière, ela comporta este sentido e, ao mesmo tempo, um outro, segundo o qual a anarquia é um movimento horizontal de trás para frente e também um movimento vertical de baixo para cima – bastante importante para entendermos a relação com o anacronismo que estabeleço neste trabalho. E, em última instância, a anarquia pode ser definida como o princípio de igualdade entre “qualquer um”; sendo ela, por isso, a condição ontológica da comunidade para o exercício da democracia, que apresento logo mais.

A partir de leituras de Jacques Rancière, divido a discussão em três itens que se complementam: **(a)** “a autoridade do historiador”, em que trato a distribuição das funções políticas, paralela à estratégia discursiva que liga palavras e pensamentos a um determinado tempo, ambas legitimadas por um título de competência e uma *arkhé*; **(b)** “o programa literário e a democracia”, em que apresento a relação entre literatura nascida do regime estético e a democracia, explicando em que medida a historiografia utiliza o dispositivo literário da “geografização de sentido” para lidar com a anarquia própria a esse regime; **(c)** e “a autoridade do tempo” (relacionada à presença da Providência e da eternidade no tempo), que se refere a outro dispositivo literário, agora poético, ao qual a história recorre para suprimir o anacronismo e garantir a verdade em sua narrativa.⁴⁸

a) A autoridade do historiador

A primeira questão se desdobra quando perguntamos: quem é capaz de decidir que coisa (pessoas, pensamentos, sentimentos, valores, hábitos, significados, etc.) tem ou não ligação com um determinado tempo histórico? **O historiador**. Quer dizer que este sujeito vai julgar também o que é ou não anacrônico? Sim. Mas, poderíamos perguntar, por quê? Ora, o historiador é o profissional designado e socialmente reconhecido para cumprir este tipo de função, partindo do princípio segundo o qual este foi capacitado com recursos técnicos e teóricos necessários para determinar o que cabe a cada parte no tempo.

48 De uma maneira bastante particular, tomei emprestadas de Foucault as categorias conceituais enunciadas no título do ensaio para informar as operações analíticas de Rancière. Embora haja outras maneiras de emprego do termo, utilizo “dispositivo” para significar especificamente os mecanismos que cumprem funções estratégicas no cruzamento de relações de poder e de saber (cf. Foucault, 1998, p. 246). O adjetivo “literário” remete, nesse caso, tanto às literaturas das belas-letas como da estética moderna. Sabe-se que Foucault utilizava o conceito de dispositivo no âmbito discursivo e não-discursivo, não aparecendo ainda em sua fase arqueológica. Por isso, o termo “estratégia discursiva” que enuncio é importante para indicar um recorte mais preciso das análises de Rancière apresentadas neste trabalho, bem menos conhecidas dos brasileiros do que as que se situam num plano mais institucional do que teórico – lembrando aqui, sobretudo, a fortuna crítica d’*A história em migalhas* (cf. Dosse, 1992). Enfim, “estratégia” designa o uso e o efeito do “dispositivo” que produzem regras e formam temas e teorias que passam a compor ou não uma disciplina (cf. Foucault, 2010, p. 71).

Outros “profissionais” que também escrevem sobre história, como jornalistas, literatos, sociólogos, filósofos, políticos e outros, desde que utilizando “corretamente” os mesmos recursos do saber histórico, podem desempenhar igualmente esta tarefa. O uso de tais instrumentos e conhecimentos, específicos ao lugar social⁴⁹ onde é produzido o saber histórico, garante, relativamente, o reconhecimento pelos pares e, sobretudo, suas autoridades no ramo: uma autoridade sobre o tempo, geralmente legitimada por um título de competência. *Grosso modo*, esta poderia ser uma resposta resumida e direta dos *Annales* e de seus herdeiros à questão levantada no início do parágrafo. Em suma, isso significa que a noção de delimitação sobre o anacronismo está intimamente ligada a uma dimensão de controle político do saber e do poder.

Rancière escreve que:

O anacronismo é assim chamado porque o que está em jogo não é apenas um problema de sucessão. Não é um problema horizontal da ordem dos tempos, mas um problema vertical da ordem do tempo na hierarquia dos seres. É um problema de partilha do tempo no sentido “da parte que cabe a cada qual” (Rancière, 2011, p. 23).

A questão é que não existe uma hierarquia na ordem dos tempos, nem uma determinação exterior (e metafísica) sobre o que concerne a cada época e o que as separa e as distingue uma da outra. Todo este trabalho é feito por um sujeito que está, por sua vez, vivenciando também um determinado tempo, “sofrendo” pressões sociais (políticas, econômicas, culturais e psicológicas) sobre sua consciência e seu agir.

49 Aproprio-me aqui de um conceito apresentado pelo historiador Michel de Certeau (1988) ao problematizar a operação historiográfica que está diretamente relacionada a um lugar social e é constituída por práticas forjadas no seio de uma comunidade de pesquisadores. Na continuidade do texto, tratarei este sujeito também como uma posição/função que ele ocupa no discurso (Foucault, 2009). Isto é, a função de leitor e intérprete da *arkhé*, de sapiência do princípio de governo do tempo na ordem dos seres. A escolha de ambas as categorias confere a possibilidade de pensar o sujeito discursivo e não-discursivo, para que o raciocínio não fique reduzido ao discurso, tampouco a sua subestimação.

Neste sentido, Rancière argumenta que o anacronismo é um pecado para o historiador, sobretudo porque ele desordena e desafia o trabalho de organização do tempo, rompendo com a superioridade hierárquica daquele que é reconhecido para tal função. Em última instância, o **an-acronismo** está para o tempo como a **an-arquia** está para política. Não porque exprimem o caos, mas porque reconfiguram a possibilidade “do qualquer um” agir ao desestabilizar a cristalização do arranjo dos lugares sociais e temporais designados a cada um e ao mostrar que, atrás da aparente ordem, há uma desordem existencial, o que, paradoxalmente, torna praticável a empreita de “organizar” e “dar sentido” cronológico.

Em uma passagem d’*O desentendimento*, Rancière detecta na obra *Górgias*, escrita por Platão, um princípio político anti-igualitário que permeia a tradição filosófica ocidental e que, em alguma medida, compõem as práticas discursivas dos *Annales*:

A “igualdade” que os chefes do partido popular deram ao povo de Atenas é para ele [Platão] apenas a fome nunca saciada do cada vez mais: cada vez mais portos e navios, mercadorias e colônias, arsenais e fortificações. Mas ele sabe muito bem que o mal é mais profundo. É que, na Assembleia do povo, qualquer sapateiro ou ferreiro possa levantar-se para dar sua opinião sobre a maneira de conduzir esses navios ou de construir essas fortificações e, mais ainda, sobre a maneira justa ou injusta de usá-los para o bem comum. O mal não é o *cada vez mais*, mas o *qualquer um*, a brutal revelação da anarquia última que repousa toda hierarquia (Rancière, 1996a, p. 30, grifos do autor).

A pluralidade de vozes na assembleia democrática era o que desafiava aqueles que acreditavam possuir os títulos adequados, conforme sua natureza e função, para governar a *polis* grega. A democracia é o escândalo que rompe a legitimidade daqueles que antes governavam segundo um princípio natural da *arkhé* comunitária ou um título positivo de antiguidade, nobreza, competência,

consideração ou riqueza. Democracia “não é primeiramente o nome de um regime político numa classificação objetiva dos diferentes regimes, mas o nome de um desvio singular no curso normal dos assuntos humanos” (Rancière, 1996b, p. 369-370).⁵⁰

Em outra obra platônica, *A república*, o tempo tem papel na partilha política das funções que cabem a cada qual na cidade: há os que têm tempo e os que não têm. Há aqueles que têm tempo para contemplar o modelo divino e suas formas de realização temporal de justiça e política na cidade (e por isso podem governar) e há aqueles que não têm tempo a não ser para tratar de seus “próprios afazeres”, ou seja, da tarefa que corresponde à sua natureza e sua função. A ausência de um “outro tempo” é o que fixa os artesãos nos seus lugares. O tempo garante assim uma distribuição social e uma distribuição epistêmica dos papéis (Rancière, 2011, p. 39-40); estabelece aqueles que mandam e aqueles que obedecem, ou, aqueles que sabem e aqueles que não sabem. Desta forma, o anacronismo está para a anarquia na medida em que:

O que ameaça a cidade filosófica platônica são os artesãos saídos de sua condição, que querem tratar mais do que do “próprio afazer”, se ocupar dos assuntos da cidade ou mesmo da filosofia. Da mesma forma, o que ameaça a cidade científica historiadora são as palavras e os pensamentos que saem da estrita obediência da *crença semelhante ao tempo* (RANCIÈRE, 2011, p. 40, grifos meus).

50 Talvez seja interessante salientar que a anarquia pode ser compreendida também como a condição mesma de que a política seja feita conforme a conceitualização específica que Rancière lhe atribui. Neste sentido, o autor designa política pela disputa em comunidade entre “qualquer um”, na qual nenhum título pode qualificar ou desqualificar suas subjetivações. Tratando por política o litígio, a distribuição já feita dos papéis sociais que cabem a cada qual e a administração das coisas em comunidade são denominadas “polícia”, não mais “política” (Rancière, 1996a, p. 42). Ademais, o autor escreve em outro texto: “A política, em última instância, repousa sobre um único princípio, a igualdade. Só que esse princípio só tem efeito por um desvio ou uma torção específica: o dissenso, ou seja, a ruptura nas formas sensíveis da comunidade. Ele tem efeito ao interromper uma lógica da dominação suposta natural, vivida como natural. Esse efeito é a instituição de uma divisão ou de uma distorção inicial. Essa distorção é testemunhada pelas palavras aparentemente muito simples: *demos* e *democracia*” (1996b, p. 370).

A articulação que Rancière empreende entre as imagens da “cidade filosófica platônica” e da “cidade científica historiadora” tem a tarefa de explicar de que maneira as práticas da escrita em uma dada disciplina estão diretamente relacionadas ao âmbito político. Enquanto Platão justifica a distribuição das funções de cada cidadão conforme um pressuposto de natureza, o historiador dos *Annales* justifica o vínculo de palavras e pensamentos a um tempo específico traduzido em crença (essa afirmação será burilada no terceiro item do texto). A república platônica é governada pelo rei-filósofo, ao passo que, na cidade científica historiadora, o historiador é o sujeito que possui “outro tempo” além do tempo sinonímia de crença e de “ignorância” que imana de seu objeto de pesquisa. O atributo deste “outro tempo”, reservado somente ao historiador, é a ciência, a razão. Para isso, o historiador precisa ocupar um lugar evidentemente específico no discurso historiográfico: o lugar da *arkhé*: ali onde a ordem é dada na partilha do sensível para fazer com que as palavras e os pensamentos “fora de lugar” retornem ao quadro conveniente à “sua” época.

Entretanto, algo torna mais complexa esta operação. Isto porque o discurso da “nova história” se constitui de uma maneira distinta da antiga narrativa cuja autoridade (dos grandes acontecimentos, dos reis, de Deus, do progresso) era determinante ou importava mais do que qualquer nível de liberdade e existência que a comunidade dos indivíduos comuns pudesse ter. A geração dos *Annales* seria a que retirou de cena o rei protagonista para em seu lugar apresentar a história da civilização material e das massas anônimas. No entanto, cabe matizar de que maneira Rancière compreende a peculiaridade do movimento que relaciona a idade da ciência histórica dos *Annales* à idade da democracia. Esse movimento tem a ver com os usos que são feitos da literatura, tanto como condição de possibilidade para a formação discursiva *annaliste*, quanto para a supressão do anacronismo e, conseqüentemente, a construção da verdade histórica.

b) O programa literário e a democracia

De acordo com Rancière, a era das democracias (séculos 19 e 20) liga-se, primeiramente, à **revolução estética** que preparará o caminho para o desfile “do qualquer um” na escrita da história. O efeito desta revolução é o nascimento do regime estético das artes que, por sua vez, possui como uma de suas características a capacidade do anônimo não só tornar-se arte, mas também depositário de uma beleza específica. O regime estético interrompe a hegemonia do sistema da representação: modelo aristotélico (da poética) segundo o qual a dignidade dos temas seria determinada a partir de uma hierarquia de gêneros representativos relacionada a uma hierarquia social; por exemplo, tragédia para os nobres e comédia para a plebe. Rancière escreve o seguinte:

Tal revolução acontece primeiro na literatura. Que uma época e uma sociedade possam ser lidas nos traços, vestimentas ou gestos de um indivíduo qualquer (Balzac), que o esgoto seja revelador de uma civilização (Hugo), que a filha do fazendeiro e a mulher do banqueiro seja capturadas pela mesma potência do estilo como “maneira absoluta de ver as coisas” (Flaubert), todas essas formas de anulação ou de subversão da oposição do alto e do baixo não apenas precedem os poderes da reprodução mecânica⁵¹ (Rancière, 2009, p. 47).

A revolução estética, da qual a literatura surge, tem efeito sobre diferentes tipos de artes e saberes, e é o que promove até certo ponto o encontro entre a história e a democracia, fazendo com

51 Neste parágrafo o autor respondia sobre uma afirmação anteriormente feita por ele, segundo a qual a “nova história” coincidia com o advento das “artes mecânicas” – fotografia e cinema. A tese hegemônica do modernismo (que tem talvez em Walter Benjamin seu maior sucesso) expressa que a reprodutibilidade técnica ou mecânica foi o que propiciou o protagonismo do personagem anônimo na arte e sua democratização; condicionando, assim, o evento a um *a priori* material sem o qual ela não seria possível. Rancière discorda e demonstra o inverso: houve inicialmente uma mudança na ordem do sensível (do visível e do dizível), uma visibilidade nova é inaugurada, sobretudo, na literatura. Foi porque o anônimo se tornou arte que as artes mecânicas puderam ser inventadas e consideradas “artes” e não apenas técnicas e meios de reprodução (Rancière, 2009, p. 45-46).

que a partir daí a vida das massas anônimas seja objeto de investigação de ciências. A revolução estética é, antes de tudo, a notabilidade do “qualquer um”, pois a hierarquia dos temas segundo uma desigualdade social é obstruída. Assim os grandes acontecimentos e as ditas figuras importantes são substituídos pelo conjunto de pessoas sem nome; os sintomas de uma determinada sociedade ou época são diagnosticados a partir de detalhes da existência ordinária; a reconstituição de mundos é feita a partir de vestígios; e a explicação da superfície é desenvolvida através do subterrâneo. Estas são partes de um programa literário, não científico. Porém, Rancière salienta que isto não quer dizer simplesmente que a ciência histórica tem uma pré-história literária. É mais do que isso. A literatura se constitui como um estudo dos sintomas do social e contrapõe tal discurso às “ficções” da História de então. O filósofo dá dois exemplos de obras literárias nesta linhagem:

No prefácio de *Cromwell*, Hugo reivindicava para a literatura uma história dos costumes que se opunha à história dos acontecimentos praticada pelos historiadores. Em *Guerra e Paz*, Tolstói contrapunha os documentos da literatura, tirados das narrativas e testemunhos da ação de inumeráveis atores anônimos, aos documentos dos historiadores tirados dos arquivos – e das ficções – daqueles que acreditavam comandar as batalhas e fazer a história. O conhecimento histórico integrou a oposição quando contrapôs à velha história dos príncipes, batalhas e tratados, fundada na crônica das cortes e relatórios diplomáticos, a história dos modos de vida das massas e dos ciclos da vida material, fundada na leitura e interpretação das “testemunhas mudas” (Rancière, 2009, p. 49-50).

O que a literatura do regime estético faz é nada menos do que pressupor a inscrição dos signos da sociedade nos lugares, como também, nos corpos dos objetos e dos agentes históricos de uma época. Deste modo, cabe ao narrador fazer um trabalho de decifração, extraindo e interpretando a textualidade presente em toda matéria – usualmente muda. Tal programa poderá ser encontrado de

maneira bem específica em um historiador do século 19, a quem é atribuída a “paternidade” dos *Annales*, Jules Michelet. Para Rancière, Michelet é o inventor do que ele chama de “geografização do sentido”, conceito que caracteriza a formação de discursividade da qual fazem parte ao mesmo tempo a história da civilização material e a história das mentalidades.

Na obra sobre história da Revolução Francesa, o romântico Michelet confere à “festa da federação” o acontecimento principal desta revolução. Nesse evento é possível ver o ator principal da festa, o povo, não matando o rei em prol da liberdade, mas demonstrando seu amor a uma nova figura da unidade, a pátria. Esse amor pode ser “lido” através das cartas deixadas pelos variados personagens históricos que vão ao *Champs-de-Mars* comemorar a federação. Mas não será como em outras ocasiões nas quais a federação contou sua própria história. Michelet (1989, p. 402) não deixa as cartas falarem ao afirmar que o conteúdo delas só mostra “o embaraço do homem moço que não sabe como exprimir os sentimentos mais sinceros, que emprega as palavras dos romances, na falta de outras, para dizer um amor verdadeiro”. Sendo assim, é seu relato que vai (in)formar o “sentido unitário” da celebração. Por isso ele primeiro se mostra segurando as cartas, lendo-as, mostra a materialidade do documento do qual só o historiador pode decifrar a textualidade. Depois ele nos fala não dos conteúdos destas, mas o que elas são: “são cartas de amor”. Sim, são cartas de amor. Contudo, o historiador substitui os dizeres das cartas por um relato que narra quem são seus verdadeiros locutores: as potências da vida, do nascimento, do crescimento e da morte; as potências de um sentido que não vem da polifonia anárquica das palavras nas cartas ou da boca de seus autores, mas dos lugares, das cidades, dos vilarejos, das ruas etc.

Rancière descreve semelhante operação em Fernand Braudel. Este historiador escreverá o seguinte em *O Mediterrâneo*:

No século XVI, depois da verdadeira Renascença, virá a renascença dos pobres, dos humildes, obstinados em escrever, em se contar, em falar dos outros. Essa preciosa papelada é bastante deformadora, ela invade o tempo perdido, toma nele um lugar fora da verdade. É para um mundo bizarro, ao qual faltaria uma dimensão, que o historiador leitor dos papéis de Felipe II, sentado em seu lugar, será transportado (Braudel *apud* Rancière, 1995, p. 208).

Braudel fala da existência da papelada, de sua materialidade, mas assim como Michelet, ele não reproduz seu conteúdo. A hipótese de Rancière é a de que “a morte do rei” na história é decretada, sobretudo, porque ele é um produtor de papelada. Com Michelet surge uma estratégia discursiva para que a história, em vez de omitir a papelada anárquica – o que significaria talvez a exclusão da democracia –, empreenda nela uma gestão através da reserva de sentido. Na história de Michelet “tudo fala”, mas só testemunha aquilo que é mudo. A chance do “qualquer um” ser objeto-sujeito da história está, neste caso, submetida à condição de que outro fale em seu lugar. É verdade que o povo e, não mais o rei, é seu sujeito principal, porém trata-se de um povo geografizado e coagido ao mutismo. O povo não fala, há algo que fala nele. Sobretudo para garantir uma unidade de sentido, cravam-se palavras em coisas. Por exemplo, em Braudel quem fala é o mar. Isto é, o sentido da história está inscrito no mar, esse espaço das trocas materiais que “impõe seu tempo e suas leis aos príncipes e oradores do povo”; mas que também é um lugar de discurso no qual a escrita da história torna-se possível (Rancière, 1995, p. 222).

Para afastar a anarquia emitida na polifonia dos personagens da história e das palavras que falam demais, se recorre a duas autoridades. A primeira, a do historiador erudito, o homem do arquivo, o *arconte* autorizado por uma instituição de poder e por um regime de verdade a interpretar os documentos que revelarão uma *arkhé* dos homens no tempo. A segunda, a da figura usada contra si mesma, lida a contrapelo, eu diria; a testemunha que só fala na condição de

muda (Rancièrè, 1995, p. 216). Assim, o dissenso é apaziguado para que as frases e os pensamentos inadequados a determinado tempo retornem a seus lugares. Entretanto, esta operação não visa somente uma arbitragem contra a anarquia em prol da ordem do discurso. Tal prática discursiva se coloca também na luta para negar a condição inicial de sua própria existência, ou seja, contra a literatura que, paradoxalmente, (im)possibilita um determinado tipo de saber científico. Isso ocorre porque aceitar totalmente a literatura significaria admitir que as palavras remetem tão somente a outras palavras e nada mais são do que isso. Contra esse fenômeno, cravam-se então palavras nos corpos das coisas e dos seres; garantindo assim que o dizível seja somente possível pelo visível, remeta-se ao material cujo historiador “decifrará”. Desta forma, a história se utiliza de dispositivos literários para negar sua condição literária e fazer-se ciência. A acusação (e supressão) do anacronismo é parte de tais dispositivos.

c) A autoridade do tempo: um dispositivo literário a serviço da verdade na história

Embora para Rancièrè a questão da verdade histórica tenha uma relação com a literatura, assim como a inscrição das palavras nos corpos das coisas e dos seres, cabe atentar de antemão que, diferentemente do processo de “inscrição”, o dispositivo literário apresentado neste item não é próprio da literatura do regime estético, mas da narrativa poética do regime representativo.

A “condenação cristã” do anacronismo como salvaguarda da verdade da história tem a ver também com uma espécie de autoridade. Mas esta é diferente das que foram descritas anteriormente no texto – a do profissional sobre o tempo e a da “testemunha muda” filha da revolução estética. Agora se trata da autoridade do próprio tempo. Antes, contudo, faz-se necessário descrever que natureza esse **tempo** possui, quais são suas características nos *Annales* e sua articulação como um recurso poético.

Já no trabalho do historiador grego Políbio (203a.C.-120a.C.), o discurso da história procurava se apoiar em recursos poéticos para deixar de ser simplesmente uma narrativa de acontecimentos sucessivos (*kath'hekaston*) – como apontara Aristóteles na *Poética* (1984) –, e construir um todo significativo (*symploké*), dispondo de elementos técnicos, especificamente a necessidade e/ou a verossimilhança. Assim escreve Rancière:

A teoria da *symploké* é uma resposta à hierarquia aristotélica entre filosofia, poesia e história. A poesia, nos diz Aristóteles, é mais filosófica do que a história. Com efeito, a história é o domínio do “um por um”, que nos informa que uma coisa aconteceu e, em seguida, uma outra. A poesia, por sua vez, é o domínio do geral que dispõe as ações numa só totalidade articulada. [...] Segue-se dessa distinção uma importante consequência, que atrapalha um pouco as honestas teleologias da conquista das verdades da ciência contra as fantasias da ficção poética: a promoção da história como discurso verdadeiro passa pela sua capacidade de tornar-se semelhante à poesia, de imitar por sua própria conta a potência da generalidade poética (Rancière, 2011, p. 27-28).

Para Rancière, a questão da verdade na história não é resolvida em um âmbito filosófico ou epistêmico, mas poético. Isto é, a história dispõe de dispositivos literários para conceber sua verdade. E o anacronismo seria então um dos recursos poéticos a serviço da constituição da verdade na narrativa historiográfica na medida em que ele é utilizado para designar a presença de um corpo estranho no meio de um emaranhado de objetos em similitude que, articulados, formam um todo coerente e coeso, com sentido.

Ao narrar as seguidas vitórias dos romanos em guerras contra outros povos, Políbio almejava demonstrar que a história não acontece por obra do acaso, mas por obra da Providência. A história seria então uma manifestação da verdade divina na ordem do tempo humano, compreendida por intermédio da necessidade e da veros-

semelhança. A verdade do tempo, neste caso, é transcendente e se efetiva através de um ente que está antes e depois dos acontecimentos. Opera sob a ordem de causa e consequência. Cabe ressaltar que, neste tipo de narrativa historiográfica, o tempo é delimitado em dois tipos que possuem naturezas distintas. Há o tempo corrido ou sucessível dos acontecimentos (*chronos*) e há o tempo acima dos acontecimentos, que tem caráter de eternidade, de divino, de permanência (*aión*). Esta narrativa submete o primeiro tempo ao segundo. A natureza do tempo nos *Annales* também se apoia na eternidade (para constituir a verdade da história), mas de uma maneira diferente a de Políbio (cf. Rancière, 2011, p. 27-30).

Além disso, como já sinalizado, a constituição da cientificidade da história nos *Annales* fundamenta-se inicialmente por uma ruptura, em certa medida, com o modelo antigo. Rejeita-se a dita “história dos acontecimentos” (sucessão de príncipes, batalhas e tratados escritos por cronistas) e também a ideia de resgate do tempo providencial. O tempo para os historiadores dos *Annales* expressará duas naturezas: **(1)** o tempo longo dos ciclos e das estruturas que se impõe ao tempo curto dos acontecimentos – uma diacronia, exemplificada pelas diferentes durações das “três temporalidades” desenvolvidas por Fernand Braudel (1990); **(2)** o tempo como a espessura do social, que é a junção ou coincidência desde os modos de fazer, de ser e de pensar das atividades produtoras e reprodutoras até as representações –, portanto, uma sincronia (Rancière, 2011, p. 30). A hipótese de Rancière é que o privilégio que os historiadores dos *Annales* dão ao tempo longo dos ciclos ou ao tempo coagulado do social tem o papel de dissimular a eternidade neles para garantir uma verdade estável.

Sendo assim, apesar destas distinções dos *Annales* à historiografia antiga, a tentativa ainda é a reconstituição do tempo como uma totalidade. No entanto, esta já não é mais composta por uma relação de causa e efeito segundo um princípio de transcendência (da Providência, por exemplo), porém de imanência como princípio de copresença e de copertencimento dos fenômenos. Isto é, a verdade

do tempo em vez de vir de algo externo (Deus, por exemplo), vem dos próprios fenômenos que são compreendidos como uma espécie de metonímia do tempo coagulado.

Por meio da genealogia rancieriana, constata-se que a historiografia importa seu texto de um tipo de ficção moderna, entretanto dando caráter de necessidade àquilo que seria verossímil. Em outras palavras, Rancière advoga que, em uma luta contra a partilha aristotélica dos tempos, em que há o tempo dos acontecimentos conectados por necessidade ou verossimilhança (a poética) e o tempo da sucessão de eventos (a história compreendida pelos gregos antigos), o tipo de ficção moderna em que a historiografia se basearia teria inventado um tempo sem hierarquia, “um tempo da coexistência em que os acontecimentos ínfimos portam a marca da totalidade de uma forma de vida” (Salomon; Rancière, 2018, p. 330). O tempo aqui funciona como semelhança ou substituto da eternidade (*aión*). Ele está contido em cada singularidade dos fenômenos, e é sempre idêntico, contínuo. Mais do que isso, o tempo seria, em última instância, coercitivo. Importa sua identidade aos fenômenos e seus objetos: instituições, pessoas, pensamentos, ações e etc. E seria a partir destes que exprimiria sua identidade. Não compartilhar desta identidade significaria não existir em determinado tempo.

Logo, se pertencer a uma determinada época, é comungar de princípios e valores, senão idênticos, semelhantes aos fenômenos da sociedade do período em que vivemos, então, aqueles que não procedem desta maneira são “seres históricos” inadequados à sua época e por isso anacrônicos a ela. Em uma palavra, anacrônicos.

No entanto, é preciso salientar que para historiadores que adotam a noção hegeliana de “espírito da época” ou as noções de “estruturas mentais” e de “mentalidades” (inspiradas em Lucien Lévy-Bruhl e contíguas ao conceito de “representações” de Durkheim) a proposição de inadequação ou de descontinuidade de uma pessoa,

um pensamento, uma ação à sua época está fora de cogitação. Em questionamento à rigidez deste pressuposto teórico, Rancière critica as conclusões da obra de Lucien Febvre, chamada *O problema da incredulidade no século 16: a religião de Rabelais*.

Publicada em 1942, a referida obra de Lucien Febvre é um produto de acurada erudição, tornando-se um clássico da historiografia. Já na introdução do livro, Febvre (2009, p. 29) deixa claro que seu estudo não se trata de uma monografia sobre uma pessoa, no caso, Rabelais, mas um ensaio sobre o sentido e o espírito do século 16. Portanto, o historiador dos *Annales* pretende compreender os pensamentos de um indivíduo pela janela que abre toda uma época. A chave dessa janela é a descrição da rede de relações sociais e de fenômenos que compunham o período no qual Rabelais viveu. Mas essa compreensão é nada mais do que a congruência sintética entre palavras e coisas do século 16, em benefício de um sentido unificador, de um princípio de ordem, de uma *arkhé*. Trata-se de um trabalho que busca estabelecer uma coincidência entre a época, a pessoa e a obra. Em relação de analogia, uma é compreendida através da outra. Assim, por meio de obras literárias, filosóficas, científicas e religiosas e demais documentos históricos produzidos por intelectuais, teólogos, controversistas, poetas e escritores de teatro, Febvre busca tanto analisar os testemunhos sobre a hipótese do ateísmo de Rabelais (assegurado por seu principal interlocutor, o historiador da literatura Abel Lefranc, ao qual se contrapõe), como fundamentar a descrição das maneiras de pensar, de sentir e de falar de sua época.

A respeito dos testemunhos e especialmente das opiniões dos contemporâneos sobre Rabelais, a conclusão de Febvre é a de que nenhum destes compreendeu ateísmo em tal, pois as estruturas mentais⁵² do século 16 não lhes davam condições de possibilidade para isso.

52 Este conceito é apresentado na passagem em que Febvre investiga os testemunhos de teólogos e controversistas. O historiador diz que estes não diferiam em relevância significativa aos dos poetas, já que são contemporâneos; enfim, homens do século 16 que partilhavam uma estrutura mental afastada da nossa (2009, p. 109).

Quando muito interpretavam aspectos de impiedade na obra *Pantagruel* (Postel), mas o mesmo aplicava-se a *Sobre o arbítrio escravo* de Lutero. Por outro lado, se o ateísmo de Rabelais não foi compreendido na época, isso não quer dizer, absolutamente, que ele não era ateu, pois poderia passar como incompreendido e somente mais tarde ser interpretado como ateu? Não para Febvre! Esse seria o anacronismo do qual o pesquisador do passado deve escapar. Isso seria ler um texto do século 16 com olhos do século 20.

No entanto, o historiador dos *Annales* não foge à problemática referente à existência de homens precursores de seu tempo e que são capazes de formular verdades que serão aceitas somente décadas ou séculos mais tarde. Sobre isso, ele responde com uma sinceridade bastante significativa:

[Mas] Para desprender-se dessa influência universal, dessa influência multiforme da religião, quais apoios ele encontrará – e onde encontrará apoios? Na filosofia, na ciência de seu tempo? Primeira questão, e que é preciso levantar antes de qualquer outra. Pois se, depois de estudo, nossa conclusão nos levar a pensar que nem na filosofia, nem na ciência do século XVI um contemporâneo de Rabelais (ou o próprio Rabelais, se fizermos dele um homem de uma anormal força de espírito) podia encontrar apoios válidos para semelhante libertação, seremos realmente forçados a aderir, a partir daí, a duas conclusões.

Uma, de que o que pôde dizer esse homem contra a religião não importa, historicamente falando. Porque negações que se baseiam unicamente em impulsos, em humores pessoais, não têm alcance social, não tem valor de exemplo, nem força constrangedora para aqueles que as escutam. [...]

Segunda conclusão [...]. Falar de racionalismo e de livre-pensamento, tratando-se de uma época em que, contra uma religião com influências universais, os homens mais inteligentes, mais sábios e mais audaciosos eram realmente incapazes de encontrar um apoio seja na filosofia,

seja na ciência: é falar de uma quimera. [...] é cometer, de todos os anacronismos, o mais grave e mais ridículo: é, no domínio das idéias, munir Diógenes de um guarda-chuva e Marte de uma metralhadora (Febvre, 2009, p. 304-306).

Nesta passagem, Febvre, na defesa de uma regularidade objetiva em prol de uma cientificidade da história, acaba diluindo a potência de mudança portada pelos agentes históricos, os quais só podem apresentar expressões relevantes caso se apoiem em quadros sociais ou em estruturas mentais já identificadas; o que esvazia o caráter de novidade dos acontecimentos.⁵³

Ainda assim, Lucien Febvre não aceita que Rabelais possa ser um destes precursores, um ateu do século 16. Para provar isso, o historiador se detém numa análise sobre as principais obras de Rabelais, *Pantagruel* e *Gargantua*, concluindo que o autor delas era apenas um cristão ousado que encontrava na sátira e no riso uma maneira despretensiosa de abordar a religião. Mesmo tendo ele usado partes de seus escritos para criticar determinados comportamentos religiosos e para defender uma simplificação do cristianismo (ler, meditar, praticar o Evangelho e algumas outras características bastante próximas às do reformador Erasmo), não ultrapassara o território da crença.

Para Febvre era impossível que Rabelais tenha sido descrente ou ateu, pois seu tempo (século 16) não permitia isso, não lhe dava outro “tempo” a não ser o da eternidade, da crença em seu tempo. A Igreja e a religião cristã ocupavam todo o tempo, desde o nascimento até a morte de qualquer pessoa. A única condição possível para fazer

53

Ademais, para Rancière, a comparação que Febvre faz é infundada, já que dispomos de elementos suficientes para saber que não existia guarda-chuva no período em que Diógenes viveu, tampouco metralhadoras no tempo dos escultores ou modelos de Marte. Entretanto, dizer que Rabelais não pensou que a religião cristã era uma zombaria levanta problemas de verificação de outras ordens. “Ora, é precisamente aí, onde termina o domínio do verificável, que começa a se exercer a imputação de anacronismo. A imputação de anacronismo não é a alegação de que uma coisa não existiu numa determinada data, é a alegação de que ela não pôde existir nessa data”, escreve Rancière (2011, p. 31).

parte deste tempo era crendo. Afirmar a possibilidade de Rabelais ser ateu romperia com a constituição de uma totalidade, de um todo significativo (à la teoria da *symploké*). Com efeito, esse todo é construído através de uma descrição das mentalidades coletivas da época, partilhadas desde o mais simples camponês ao rei. O objeto particular de Febvre (Rabelais) é compreendido como uma expressão do geral (a época, o século 16), sendo este geral um entrelaçamento dos próprios fenômenos do período. A relação entre esses fenômenos é de similitude, caso contrário isso colocaria em risco a coagulação da época e sua caracterização por uma generalidade. Por extensão, a perda da verossimilhança enquanto elemento poético que confere o efeito de verdade na narrativa.

A explicação de Febvre, ao assegurar-se no conceito de anacronismo, parte do provável e do verossímil para construir uma verdade histórica mais geral, que é a seguinte: durante o século 16 era impossível qualquer um duvidar da existência de Deus; pois, a "eternidade" do tempo só permitia crer, essa era sua "verdade". Aqui, novamente, podemos relacionar o anacronismo à anarquia, sendo esta última a negação da *arkhé*, isto é, negação da existência de qualquer princípio ou origem que governe o mundo e os seres. Uma negação da autoridade exterior e da hierarquia. Pois quer autoridade exterior maior do que Deus?⁵⁴ Ou seu substituto, o tempo, se tomado como sinônimo de eternidade ou crença unitária, que ocupa o lugar de Deus em determinadas escritas da história secularizada.⁵⁵

54 Em texto seminal da filosofia anarquista, Bakunin (2000) advertirá sobre a relação entre a autoridade humana e temporal fundamentada na crença da autoridade divina.

55 Agambem faz uma distinção entre secularização e profanação. "A secularização", ele escreve, "é uma forma de remoção que mantém intactas as forças, que se restringe a deslocar de um lugar para outro. Assim, a secularização política de conceitos teológicos (transcendência de Deus como paradigma do poder soberano) limita-se a transmutar a monarquia celeste em monarquia terrena, deixando, porém, intacto seu poder". Já a profanação neutraliza o que é profanado. Enquanto a primeira tem a ver com o exercício de poder, "a segunda desativa os dispositivos de poder e devolve ao uso comum os espaços que ele havia confiscado" (Agambem, 2007, p. 68).

Se a propriedade da história não é a imobilidade do tempo ou a ausência de acontecimentos, mas a potência do dissenso vivenciada no fato de alguma coisa acontecer e se relacionar aos sujeitos, a defesa de sua cientificidade contra as fábulas e as opiniões parece ser a subtração das diferenças mesmas, o contorno dos desvios, dos acidentes e a expurgação do pecador. Um estranho paralelo entre o historiador anacrônico e o sujeito descrente é o que podemos detectar nessa prática discursiva da história das mentalidades que tem em Febvre um de seus precursores.

Há história – uma experiência e uma matéria da história – porque há fala em excesso, palavras que cortam a vida, guerras da escrita. E há uma ciência histórica porque há o escrito que pacifica estas guerras e cicatriza suas feridas retornando sobre as pistas do que já foi escrito. Há uma história das mentalidades porque há a heresia e sua sanção: corpos marcados e supliciados por terem rompido por uma transversal extravagante a linha de vida da Escritura, a articulação consagrada da ordem da fala à ordem dos corpos: por ter denegado a “verdadeira” relação do Verbo com seu pai e sua encarnação [...] A separação herética desfaz o “bom” pertencimento do verbo à carne, do corpo à fala. Ela assim dá vida a uma fala errática, “não semelhante” ao que foi dito. Esta aventura mortal dá à história das mentalidades sua matéria e esta em compensação a resgata. A história das mentalidades dá de fato, à fala herética, uma outra voz, a voz do lugar [...] (Rancière, 1994, p. 95).

Para conferir uma condição de unidade através da “geografização do sentido”, a testemunha só fala como muda; a tagarelice da papelada (dos pobres ou não) é estrangida ao mutismo para que outra voz fale em seu lugar. Com efeito, a voz da crença ou do espaço referentes a um lugar social. Mas um lugar que está subsumido pela totalidade do encadeamento poético que a palavra autorizada do historiador, ortopedista da época, constrói. Aos tagarelas que falam uma língua anárquica é preciso promover uma redenção, lhes calando;

ou um expurgo, os abandonando por não se adequarem a condição de objetos da pesquisa histórica.

Coincidentemente, devido Rabelais fazer a crítica à sociedade em que viveu e, especialmente, por apresentar em sua obra a utopia chamada Abadia de *Thélème*, comunidade baseada no princípio “faça como queira”, onde não haveria governantes e governados, parte da historiografia do anarquismo o considera como um precursor do ideal político anárquico (cf. Nettlau, 2008, p. 35; Woodcock, 2007, p. 39).⁵⁶ Sua existência colocou em xeque o tempo, descrito como um quadro totalizante que submete tudo a ele. Personagem histórico que cometeu uma heresia, um pecado, contra a eternidade do verdadeiro diluído no tempo. Quem sabe, então, Rabelais possa ser considerado a partir daí, na mesma medida, um “anárquico” da política e do tempo. Sobretudo porque, como demonstra Rancière, essas duas dimensões do real estão mais próximas do que imaginamos. O tempo não é uma categoria neutra nem natural, é sim um elemento crucial nas “políticas da escrita” e constitui tanto dispositivos de controle e de disciplina como armas de resistência e de criação através das relações de poder que instituem e, também, transformam a realidade social.

CONCLUSÃO

Ao término da leitura das análises de Rancière, uma sensação de choque com algum grau de aturdimiento toma conta de quem pesquisa/escreve história. Algo como deve ter sido a recepção de

56

A anarquista estadunidense Voltairine de Cleyre (1866-1912), em seu ensaio *Anarquismo em literatura*, publicado postumamente em 1914, é quem primeiro atribuiu uma sensibilidade anarquista a François Rabelais (Encyclopedia Britannica, 2013, online). A Abadia de *Thélème* é, na visão de Cleyre, uma comunidade em que as pessoas concordam em praticar a completa liberdade individual entre si (CLEYRE, 2013, online).

educadores penitenciários ao livro *Vigiar e Punir* de Michel Foucault.⁵⁷ Isso porque nota-se que a formação discursiva e seus dispositivos literários que Rancière atribui aos *Annales* são compartilhados por diferentes tipos de escrita da história. A denegação do anacronismo, por exemplo, é um pressuposto metodológico aceito, no mínimo, pela maioria dos historiadores. Para além do apontamento da instabilidade de certezas históricas fundamentadas em quadros, estruturas, sínteses redutoras e descrições homogeneizantes de um tempo, já realizado por muitos teóricos, apresento duas sugestões sobre como a historiografia contemporânea poderia proceder em relação ao anacronismo, com a ressalva de serem utilizadas como reflexões e não receituários.

A primeira, mais cautelosa, foi apresentada pela historiadora da Antiguidade grega Nicole Loraux. Aceitando que as motivações de pesquisar o passado partem da atualidade, a autora defende um uso controlado do anacronismo através do qual os historiadores poderão formular questões ao passado se utilizando de conceitos forjados no presente. Assim, o pesquisador assumiria o risco de apresentar interrogações que os antigos não fizeram a eles mesmos. O objetivo do método seria então “ir ao passado com questões do presente para voltar ao presente, com o lastro do que se compreendeu do passado” (Loraux, 1996, p. 61). Tal exercício permitiria, segundo a historiadora, uma comparação entre épocas distantes diagnosticando “repetições na história”. Trata-se, nesse caso, de uma conciliação com a historiografia dos *Annales*. Afinal, a proposta se apropria de uma passagem de *A apologia da história* de Marc Bloch,

57

A discussão sobre alguns efeitos da recepção da obra *Vigiar e punir* pode ser acompanhada em: Foucault, 2006, p. 347. Na esteira das reflexões de Foucault sobre o caráter prático das análises filosóficas (referentes a âmbitos tão diversos como o sistema penitenciário e a escrita da história), penso que o trabalho de Rancière deve ser tomado não como um projeto acabado de reforma que visa deslocar e subverter toda a ordem do saber histórico, mas antes se inserir num campo de trabalho participativo composto por trocas, reflexões, tentativas e análises diversas que possam ser utilizadas ou não como instrumentos aos sujeitos da ação – no caso, àqueles que se dedicam a pesquisar/ escrever história.

onde está presente a afirmação segundo a qual a pesquisa histórica ancora-se nas inquietações do historiador, relacionadas a seu presente (Gonçalves, 2022, p. 299).

Outra alternativa pode ser apurada da conclusão de Rancière. O autor sugere que desconstruamos o conceito de anacronismo para desatarmos o nó do tempo com o possível e, especialmente, com a eternidade. Ele escreve o seguinte:

O conceito de “anacronismo” é anti-histórico porque ele oculta as condições mesmas de toda historicidade. Há história à medida que os homens não se “assemelham” ao seu tempo, com a linha de temporalidade que os coloca em seus lugares impondo-lhes fazer do seu tempo este ou aquele “emprego”. Mas essa ruptura mesma só é possível pela possibilidade de conectar essa linha de temporalidades com outras, pela multiplicidade de linhas de temporalidades presentes em “um” tempo (Rancière, 2011, p. 47).

Isto é, existe história porque há momentos em que os sujeitos não aderem completamente à época e podem manter o olhar fixo sobre ela.⁵⁸ Mas também porque os tempos se entrecruzam, se distanciam e se (re)conectam. Rancière destaca que não há anacronismo, porém existem modos de conexão que podemos chamar positivamente de anacronias. Estas se dão quando acontecimentos, noções, significações tomam o tempo de frente para trás e fazem circular sentido de uma maneira que escapa a toda contemporaneidade, a toda identidade do tempo com ele mesmo (2011, p. 49).

Para termos uma dimensão objetiva das recomendações de Rancière podemos recorrer a sua obra historiográfica publicada no início dos anos oitenta, *A noite dos proletários: arquivos do sonho operário* (1988: edição brasileira). É a ela que o autor frequentemente se reporta em seus variados trabalhos. O que ele chama de anacronia é

58

Existe um ensaio particularmente interessante com esse mote em que Giorgio Agamben (2009) trata da questão anacronismo/temporaneidade. A não completa aderência a época é uma exigência de contemporaneidade para o referido autor. Pois aquele que se deixa ofuscar totalmente pela luz de seu tempo não consegue enxergar o facho de trevas ali também presente.

trabalhado nessa obra através da palavra “proletário”. Questionando a conexão entre o tempo, o possível e a verdade que tornava exclusiva sua significação de “trabalhador da grande indústria”, e que somente se formou num certo ponto do processo da Revolução Industrial, a hipótese de Rancière era a de que “proletário” designava em um lance duas coisas: o nome de um agente histórico e um “modo histórico de ‘fazer história’”. Sua segunda acepção é o que dá nome a ruptura dos proletários com seu “tempo”, “o ciclo do dia consagrado ao trabalho e o da noite consagrada ao descanso”. Na Antiguidade, *proletarius* significava esses “homens que não fazem nada além de viver e fazer filhos sem lhes dar um nome, [isto é,] uma identidade, um estatuto simbólico da cidade”. A palavra saiu de uso até que a modernidade a usasse para designar uma ruptura com “a lógica temporal de produção e de reprodução”, reconectando-o a uma linha de temporalidade longínqua e atualizando-a em uma subjetivação política que visava inventar um outro tempo para si (Rancière, 2011, p. 49).

Ousaria dizer que a narrativa d'*A noite dos proletários* vai além. A experiência da “classe operária” é multiplicada. A história são “histórias” de vida e de imaginário social: desde o pequeno comerciante que, apesar de não ser necessariamente assolado pela fome como tantos outros, sonha em viajar para Icária e fundar ali sua utopia, até o lumpemproletariado, que desfalece a cada esquina de Paris; personagens que estão num mesmo relato, que mais parece um inventário de diferenças do qual o historiador pouco está acostumado. Não há apagamento da pluralidade das vozes e das palavras dos personagens históricos, não é preciso chamar à cena a testemunha muda para fazer falar um sentido que vem da terra, do mar ou da eternidade, nem tampouco há uma busca da síntese de muitas determinações, pelo contrário, são apresentadas as múltiplas contradições, antagonismos, paradoxos e tensões que fazem da história palavras vividas, verbos encarnados. Nesse percurso, Rancière frustra desde o início os leitores sequiosos da segurança científica, ao dizer: “Os que se aventuram nesse labirinto, em todo caso, devem sinceramente estar prevenidos de que não lhes será dada nenhuma resposta” (1988, p. 13).

REFERÊNCIAS:

- AGAMBEN, Giorgio. Elogio da profanação. In: _____. **Profanações**. Tradução e apresentação de Selvino José Assmann. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 65-79.
- AGAMBEN, Giorgio. O que é contemporâneo? In: _____. **O que é contemporâneo? e outros ensaios**. Tradução: Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó-SC: Argos, 2009, p. 55-75.
- ARISTÓTELES. **Poética**. Tradução de Eudoro de Souza. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Coleção Os Pensadores).
- BAKUNIN, Mikhail. **Deus e o Estado**. São Paulo: Imaginário, 2000.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- BRAUDEL, Fernand. **História e ciências sociais**. Lisboa: Editorial Presença, 1990.
- CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques (comp.). **História: novos problemas**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1988, p. 17-48.
- CLEYRE, Voltairine de. Anarchism in literature. In: *Libertarian Labyrinth*. Disponível em: <http://libertarian-labyrinth.org/archive/Anarchism_in_Literature> Acessado em: 15 nov. 2013.
- DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo: uma impressão freudiana**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- DOSSE, François. **A história em migalhas: dos Annales à Nova História**. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.
- ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. **Anarchism – decline of anarchism in east Asia**. Disponível em: <<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/22753/anarchism/224797/Decline-of-anarchism-in-East-Asia#toc224798>> Acessado em: 15 nov. 2013.
- FEBVRE, Lucien. **O problema da incredulidade no século XVI: a religião de Rabelais**. Tradução Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- FOUCAULT, Michel. Mesa-redonda em 20 de Maio de 1978. In: _____. **Estratégia, poder-saber**. Ditos e escritos, vol. IV. Organização de textos Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 335-351.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. 13ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

FOUCAULT, Michel. O que é um autor? In: _____, **Estética**: literatura e pintura, música e cinema. Ditos e escritos, vol. III. Organização de textos Manoel Barros da Motta. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009, p. 264-298.

GONÇALVES, Bruno G. de O. Os sentidos do anacronismo. **História da Historiografia**, Ouro Preto, vol. 15, n. 38, p. 285-314, jan./abr., 2022.

LORAU, Nicole. Elogio do anacronismo. In: NOVAES, Adauto (org.), **Tempo e história**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal da Cultura, 1996, p. 57-70.

MICHELET, Jules. **História da Revolução Francesa**: da queda da bastilha à festa da federação. São Paulo: Companhia das Letras/ Círculo do Livro, 1989.

NETTLAU, Max. **História da anarquia**: das origens ao anarco-comunismo. São Paulo: Hedra, 2008.

RABELAIS, François. **Pantagruel**: rei dos dísposos. Tradução e revisão de Aníbal Fernandes. 2ª ed. Lisboa: Frenesi, 1997.

RANCIÈRE, Jacques. **A noite dos proletários**: arquivos do sonho operário. Tradução: Marilda Pedreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

RANCIÈRE, Jacques. **Os nomes da história**: um ensaio de poética do saber. São Paulo: Educ/Pontes, 1994.

RANCIÈRE, Jacques. **Políticas da escrita**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento**: filosofia e política. São Paulo: Ed. 34, 1996.

RANCIÈRE, Jacques. O dissenso. In: NOVAES, Adauto (org.), **A crise da razão**. São Paulo: Companhia das Letras/ Brasília: Ministério da Cultura/ Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Arte, 1996b, p. 367-383.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**: estética e política. 2ª ed. São Paulo: Ed. 34, p. 2009.

RANCIÈRE, Jacques. O conceito de anacronismo e a verdade do historiador. In: SALOMON, Marlon (org.), **História, verdade e tempo**. Chapecó-SC: Argos, 2011, p. 21-49.

SALOMON, Marlon; RANCIÈRE, Jacques. A história como multiplicidade temporal – entrevista com Jacques Rancière. In: SALOMON, Marlon (org.), **Heterocronias**: estudos sobre a multiplicidade dos tempos históricos. Goiânia: Edições Ricochete, 2018.

THE EUROPEAN GRADUATE SCHOOL. Graduate & Postgraduate Studies. **Jacques Rancière - Biography**. Disponível em: <<http://www.egs.edu/faculty/jacques-ranciere/biography/>> Acesso em: 03 jun. 2013.

WOODCOCK, George. **História das ideias e dos movimentos anarquistas**, vol.1: A ideia. Porto Alegre: L&PM, 2007.

6

*Cristiane Paula Arantes*⁵⁹

POLÍTICAS DO NOVO HISTORICISMO: CONVERSAS INICIAIS

59

Historiadora e professora de História com graduação e doutorado pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU. Este artigo contempla reflexões desenvolvidas na tese de doutorado da autora intitulada "A complexa teia do novo historicismo: percursos e contribuições para a escrita da história" (2022). E-mail: cristianepaularantes@gmail.com

O projeto de outra modalidade de historicismo traz em seu interior a defesa de um programa não delineado *a priori*. As ideias do grupo que fez parte do novo historicismo (falaremos em breve sobre ele) foram adquirindo força ao longo do tempo, de modo que sofreram reações no âmbito das humanidades⁶⁰, o que impulsionou uma das principais publicações sobre o assunto, o livro *A prática do novo historicismo* (2005). Mais do que dialogar com a historiografia profissional oitocentista, o livro traz uma série de ensaios que visam ilustrar as práticas novo historicistas e nos ajudam a entender seu processo de constituição.

Pistas sobre as particularidades, as propostas, os alcances teóricos e metodológicos do novo historicismo, os textos de Catharine Gallagher e Greenblatt permitem rastrear se ele pode ser (ou ainda é) identificado como um movimento que abarca e impacta as humanidades. Sendo assim, vamos apresentar pontos que chamam a atenção para tensioná-los à luz das indagações que fundamentam a própria constituição de um novo historicismo e a relevância dele para a história da historiografia ocidental. As inferências a seguir configuram o modo de pensar as representações artísticas do programa, ainda que seja rejeitada a ideia de ter uma agenda de trabalho ou qualquer enquadramento em termos metodológicos. Trataremos de cinco aspectos que fecundam uma percepção sobre o que significam as práticas: a) história como possibilidade; b) singularidade; c) o não método; d) anedota e contra-história; e) circulação.

a) História como possibilidade

Em contraposição aos parâmetros de história como narração e ao maniqueísmo entre texto e contexto, o novo historicismo visa entender a história como um campo de possibilidades.

60

Utilizo o termo Humanidades para me referir especialmente à História profissional, à Filosofia, à Linguística, à Teoria Literária. Mas é sabido que a discussão sobre o novo historicismo encontrou respaldo maior nas duas últimas.

Isso tem relação direta com o olhar lançado sobre o objeto artístico ao ser investigado. Nas palavras de Greenblatt e Gallagher:

[...] as posições relativas do texto e do contexto muitas vezes se alternam, de sorte que o que foi simples pano de fundo passa a exigir a atenção antes devida apenas à obra de arte destacada e privilegiada; no entanto, queremos saber a razão do destaque. [...] nossa tarefa se voltou sempre para a resistência e a reprodução, a fricção e a assimilação, a subversão e a ortodoxia (Gallagher & Greenblatt, 2005, p. 27).

Apesar de prefigurar uma defesa do que está consolidado nas imposições dos destaques e na supressão de ideias, conceitos e desejos, é a investigação sobre a rede de conflitos que se estabelece em torno dos textos (sejam objetos artísticos ou teóricos) que interessa ao novo historicismo. A história como possibilidade de visualizar experiências estéticas que aglutinam tensões, mesmo em torno dos cânones, permite buscar o que está negligenciado e entender a arte como campo aberto na história, uma vez que ela não serve aos enquadramentos do contexto, mas sobretudo dá pistas daquilo que na obra de arte se vê e é experimentado historicamente.

Há uma rejeição clara, nesse sentido, das representações postas e enquadradas, entendendo-as como representações enfraquecidas e lutas de poder. Isso revela uma forma de pensar metodologicamente a arte, mas também os resultados das operações historiográficas fatalistas e teleológicas, principalmente aquelas que se autoconsagram abertas às correntes pós-estruturalistas, mas com resultados literários que contradizem suas propostas. Texto e contexto são tensionados de forma independente e voltados para os ditos e não ditos.

A história, os eventos e as formas culturais, de acordo com as premissas novo historicistas, são mais que produtos da ação e interpretação de pesquisadores, críticos de arte ou agentes racionalmente autorizados a estabelecer pontos de vista. Essas histórias,

o acontecido e as linguagens culturais são interpretações variáveis e disputadas ao longo do tempo, uma vez que estão sob o escrutínio de transformações e questionamentos. Dessa forma, retira-se a prioridade da cultura sobre o objeto a ser interpretado e torna-se possível interpretá-lo à luz das questões de temporalidades e valores sincrônicos e diacrônicos.

b) Singularidade

A singularidade, muito atraente aos olhares dos historiadores, é debatida pelo novo historicismo na medida em que, segundo os pressupostos convencionais da história profissional oitocentista, é estimulada e tensionada de acordo com a sua intensidade e relevância. Da mesma forma, ela é o tema e a motivação da escrita historiográfica. Porém, o singular e o que está oculto devem ser conjuntamente motivados nas premissas neo-historicistas, pois ler *com* e ler *contra* as individualidades diacrônicas viabiliza tematizar as crises entre as crenças e as representações.

O foco na particularidade, no escandaloso, nos silêncios, na inadequação, na subversão ou na deferência à cultura tem como objetivo encontrar no passado corpos e performances com traços da experiência concreta e manejá-los de modo a trazer à baila o real e o transcendente, sem que um se sobreponha ao outro, visto que a experiência é entendida pelos novo historicistas como dramática e ficcional no cotidiano dos viventes e dos diálogos que a literatura e outras linguagens nos legaram.

A marginalidade, a inadequação e a indisciplina se apresentam como um cuidado, mas não somente elas são traços de singularidade, pois, quando teorizadas *a priori*, podem entender os sujeitos como pseudopolíticos, caso as lutas e criações do cotidiano sejam negligenciadas. Ao apontar as singularidades, podem os historiadores e críticos de arte ampliar o horizonte interpretativo ao perceber múltiplas formas de resistência a fim de evitar juízos que enquadram

e disciplinam práticas e sujeitos. Em outras palavras, o novo historicismo reivindica uma abordagem estética da individualidade. Para clarear essa proposta, é interessante o relato de Gallagher e Greenblatt sobre o projeto filosófico de Michel Foucault:

[...] Ele parecia estar constantemente advertindo a si mesmo contra qualquer separação complacente entre seu desejo de escutar a voz do outro e seu desejo de poder disciplinar e institucional. Os próprios documentos que preservaram as vozes enganadoras eram, afinal, produtos da ambição disciplinar (Gallagher & Greenblatt, 2005, p. 83).

Ainda que as intenções sejam éticas e políticas na história da historiografia, as leituras de mundo e a teoria predeterminada revelam uma tentação em disciplinar e estabelecer juízos de valor que invalidam as resistências múltiplas e difusas. O novo historicismo deseja realizar um salto na visão da própria obra foucaultiana e em sua análise sobre as relações de poder, o que consiste em visualizar como circulam a obra de arte e as críticas endógenas no campo historiográfico, de modo a privilegiar essas mesmas relações e não somente os aparatos disciplinares e marcadores de autoridade muito comuns na história profissional.

c) Não método ou método fluido

Assumindo-se como um movimento, os novos historicistas fizeram um balanço dos impactos de suas práticas na história da literatura. O primeiro deles consistiu em apresentar outras formas de discutir a relação entre arte e representação, o que é instigante do ponto de vista da história da historiografia, visto que as anedotas, o implícito e o explícito aparecem como complementares na narrativa e na perspicácia em relação à temporalidade, já que passado e presente se interpenetram mas são facilmente identificáveis nas operações analíticas influenciadas pela temporalização à que estamos submetidos.

Outra ousadia do novo historicismo apontada pelos seus célebres expoentes foi ampliar as interpretações da história do corpo humano e do sujeito em detrimento das perspectivas materialistas sobre a história, ainda que estas sejam consideradas com diferenças sensíveis. Ademais, um aspecto levantado por Greenblatt e Gallagher é a estima por extrair contextos e discursos inesperados das obras literárias ao tentar encontrar suplementos ou figurações menosprezadas e não evidentes nos temas, o que pode resultar em um exercício de pesquisa que privilegie estruturas e discursos silenciados nos rastros a serem inquiridos. Dessa forma, o texto pode acenar como algo que jaz para além da palavra escrita, fora de seu modo textual de ser (Gallagher & Greenblatt, 2005, p. 34).

Por fim, e não menos relevante, há a defesa de uma ideologia crítica por meio da análise do discurso. Inserir esse campo de investigação torna bastante curioso e dialeticamente inquietante a prática do novo historicismo, uma que vez a AD (análise do discurso) é uma metodologia, embora o movimento invoque para si um não método.

Em termos metodológicos, o novo historicismo foge a uma metodologia específica, o que não configura a inexistência de sugestões de caminhos para a investigação. Os princípios operacionais partem de uma transversalidade, pois são consideradas as ambiguidades nas distinções entre evento e representação, de forma que, no nosso entendimento, o movimento busca operar uma interseccionalidade entre ambos, a fim de compreender as formas culturais e escritas *na* e *da* história.

Os escritos sobre metodologias aparecem difusos e contextualizados de acordo com a obra a ser pesquisada, sem que se percam de vista as fronteiras e as interseccionalidades. Para melhor compreender essa questão, é importante refletir sobre alguns pontos e argumentos novo historicistas.

A inspiração dos estudos feministas é apontada como modelo ao ter produzido outros enfoques investigativos e estéticos, ao mesmo tempo em que produziu uma politização dos discursos acadêmicos. Essa postura demonstra que não há uma tentativa de ocultar as influências internas e externas dos intelectuais envolvidos. Em termos metodológicos, ainda assim, não consagram premissas investigativas facilmente determináveis.

Com o objetivo de identificar os traços mais significativos de uma cultura em suas ortodoxias e transgressões, mutáveis e imutáveis como objetos de investigações, Greenblatt traz à tona dois debates que acreditamos ser significativos da tentativa dos novo historicistas de não se moldarem a um método: o papel da anedota e a importância da cultura para entender a economia moral.

Clifford Geertz, antropólogo norte-americano, é inspirador para as teses novo historicistas. O clássico “Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura” (1989)⁶¹ é uma referência ao apresentar a anedota do “bilhete na garrafa”, que exprime o jogo de interesses entre franceses, judeus e os grupos berberes em disputa por carneiros e territórios, o que imprime significados maiores aos textos e comportamentos. Essa anedota revela uma posição metodológica que visa refutar as abstrações imaginativas, assim como resgata o efeito empírico e faz com que o leitor apreenda por meio da curiosidade e das sutilezas, as quais são tratadas como necessárias à interpretação. O objetivo é tirar grandes conclusões a partir de fatos pequenos, mas densamente entrelaçados: “[...] essa é a vida do etnógrafo, além de perseguir pessoas sutis com questões obtusas” (1989, p. 38-39). Tal atitude desvela um mecanismo teórico-metodológico, ainda que os novos historicistas neguem essa possibilidade, pois há uma insistência na relação entre texto e realidade e um programa que objetiva evitar a postura que sacraliza tudo no texto.

61

Esse texto faz parte da obra *A Interpretação das culturas*. Recomendo a leitura, uma vez que ela desconstrói os pontos de vista simplistas sobre a descrição densa e revela a complexidade da etnografia e do uso comedido de ideias preconcebidas sobre análises estruturais e antropológicas.

É relevante indagar também sobre a materialidade das construções do diário de Geertz, como o gênero, a retórica, as impressões sobre o real e o ficcional e os distanciamentos entre o texto em si e o que ele almeja explicar. No entanto, o pesquisador acredita que há uma substituição do texto filosófico pelo empírico (antropológico). Esse último garantiria maior aprofundamento à experiência social. Além disso, a confissão do antropólogo sobre a dramatização narrativa, que mais explica do que observa, é destacada na medida em que o debate sobre a complexidade é ampliado pela anedota. Gallagher e Greenblatt nos perguntam:

Estarão essas complexidades realmente inscritas nos fragmentos textuais ou elas os afetam de fora, no curso da interpretação? Parte da força do argumento de Geertz foi sua habilidade em sugerir que os significados culturais plurívocos, pelos quais era fascinado, estão presentes nos próprios fragmentos, [...] Esses atos não são inteiramente suplementares – eles ajudam a criar, tanto quanto a deslocar, o efeito de compressão –, mas a intrincada rede de significados mapeada numa descrição compacta efetiva tem de remontar à anedota inicialmente selecionada para escrutínio (Gallagher & Greenblatt, 2005, p. 37).

Em outras palavras, é a anedota que elucida o efeito de compressão, isto é, a passagem de um pequeno texto, aparentemente simples, para uma complexa rede de significados ocorre com o uso da anedota, ao passo que ela permite explorar a experiência social e produzir empatia no leitor de modo a fazê-lo compreender e experimentar o texto e “tocar” o real. A compactação, como um efeito de realidade na atmosfera narrativa, acontece com seus acessórios e objetos implícitos.

Portanto, o encantamento novo historicista por Geertz se deu menos pelo seu método e mais pela capacidade de desenvolver um realismo etnográfico ao narrar as vivências e torná-las objeto de interpelação a partir de um texto tão ficcional quanto a própria anedota.

Outro intelectual mobilizado na reflexão sobre a ferramenta anedótica é o filólogo alemão Erich Auerbach, tendo-se como referência o clássico *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental* (1946). A estrutura narrativa do livro apresenta uma consciência de seu tempo e, ironicamente, cada capítulo está isolado em si mesmo. O autor emprega uma metodologia de escrita que conecta de forma intertextual vários textos sem estabelecer uma sequência e uma totalidade sobre diferentes temas, como escritos bíblicos, clássicos como *Odisseia*, *Dom Quixote*, entre outros.

Os escritos de Auerbach impactam o novo historicismo devido à sua narrativa fragmentada, que conseguia exprimir o espírito da época, denominado pelos novo historicistas como *realismo periférico* (grifo meu), que organiza um clima histórico, moral, físico e social que, integrado em pequenos textos, figura narrativas e representação. Destarte, há um sentido de periodização explorado a partir de minudências que se contrapõe à história como narração totalizante.

Ainda assim, a definição de Auerbach para a representação, entendida por nós como histórica, é uma imitação da vida, isto é, o texto traz à tona a experiência vivida. Parece-nos ingênuo, mas o foco do autor é, por intermédio dos fragmentos de que se ocupa, representar a realidade em detrimento de preocupações com o conteúdo e a forma. Por que importa ao novo historicismo uma perspectiva, para alguns, ultrapassada dos textos literários?

Responder a esse questionamento leva-nos a inferir o modo de operar o cânone nos parâmetros historicistas. Como já ressaltamos, o novo historicismo busca elementos desconsiderados, colocados como secundários, o que não significa uma abordagem que desconsidere obras e autores canônicos, mas, sobretudo, a repetição das convenções ligadas ao trato da canonicidade. Interessa mais transgredir a forma convencional de retratá-los do que menosprezar sua genialidade.

A marginalidade refere-se à anedota contida nos textos clássicos e às suas leituras, pois ela funciona como zona de contato entre o encantamento com o cânone, a experiência retratada na obra de arte e as vivências do receptor/leitor.

Há uma discussão sobre os regimes de historicidade modernos que solapam a possibilidade de tocar o real, o que demonstra uma questão prática sobre cânone e uso das anedotas. Além de elas funcionarem como efeitos que desenham interrupções nas narrativas, ao mesmo tempo em que são descontínuas, permitem a abertura do texto de maneira imprevisível e particular, gerando reflexões para além do próprio conteúdo.

A singularidade tão específica da escrita da história operaria através do lapso anedótico, permitindo problematizar os vários textos implícitos e explícitos. A anedota opera como representação, pois envolve forma e conteúdo, historicidade e circulação. Um exemplo prático é que ela pode criar contextos variados e produzir outros, estimulando outras narrativas e substituindo a contextualização comum às narrativas historiográficas.

Nesse sentido, a anedota produz uma indisciplina, uma imprevisibilidade metodológica e interpretativa, operando um impulso ao novo historicismo chamado contra-história. Ao contrário do velho historicismo, ela não sintetiza verdades de época e pode até solapar a divisão clássica entre textos históricos e literários. As fronteiras deveriam ser evitadas e usadas para esmiuçar o texto contra os textos explicativos, valorizando os aspectos incidentais, suprimidos e derrotados na tessitura das formas escritas.

A ênfase no mecanismo anedótico figura como metódica (e metodológica), mas ainda assim não o é, pois apresenta um propósito camuflado de busca por uma estrutura narrativa capaz de estabelecer conexões do texto com o leitor, e do leitor com uma dada temporalidade e sociedade, assim como do texto com o próprio texto que foi inquirido. Dito de outro modo, a anedota funciona como

gatilho de presença do real, do tempo, das narrativas sobre o tempo e sobre a cultura, ampliando a gama de construções imaginativas passíveis de interpretação.

A contra-história se vale da anedota e desenvolve explicações heterogêneas. Ironicamente, é contemporânea da profissionalização da história. Os próprios *grands récits* (grifo do autor) do século 19 começaram como contra-histórias, e Funkentein assevera que a história como disciplina finca suas raízes na rebelião contra as histórias oficiais (Gallagher & Greenblatt, 2005, p. 63).

De acordo com o novo historicismo, a contra-história faz oposição às narrativas que dominam as exposições historiográficas em seu método, e, caso obtenha sucesso, deixa de ser contra e se torna história. Esse ponto é interessante porque os parâmetros pós-estruturalistas, antinarrativistas, contrafactuais, ou as “meta-histórias céticas” de Certeau e White, são designadas como contra-históricas positivamente, uma vez que exprimem quebra com as linearidades, foco na multiplicidade e possibilidades abertas ao conhecimento histórico.

Obviamente, o novo historicismo se coloca como versão às críticas perpetradas pelos temas do pós-*linguist turn* (grifo meu). A anedota adquire centralidade na medida em que o movimento legou os anseios contra-históricos para a literatura histórica e tornou possível ceticismo e desejo de contato com a experiência como narrativamente conciliáveis, dando à história possibilidades alargadas de interpretação. Para explicitar esse alcance da contra-história e sua possibilidade por meio das anedotas, os novohistoricistas apontam o legado dos britânicos E. P. Thompson e Raymond Williams, e também do francês Michel Foucault.

d) Anedota e contra-história

A contra-história inglesa ou contra-história de baixo, de acordo com Gallagher e Greenblatt, foi possível pela influência da poesia de William Blake, que permitiu alçar voos no imaginário social

da época examinada por Thompson, o que desvela uma postura menos ortodoxa em relação às categorias marxistas clássicas. Do ponto de vista teórico-metológico, a tessitura histórica thompsoniana abriu espaço para as dissonâncias e se desprende das categorias de objetividade caras aos historiadores influenciados pelo historicismo clássico. Sobre esse historiador, falam-nos os novo historicistas:

[...] ele estava sempre pronto para ver a si mesmo não só como o paladino de vozes históricas antes ignoradas mas também como alguém que fala exatamente como elas, empenhando-se em ser ouvido contra o coro dos historiadores do *establishment*. Sua função como harpa eólica da consciência de classe não o privou de sua própria voz nem do drama de seu próprio conflito (Gallagher & Greenblatt, 2005, p. 69).

Se, de acordo com os novos historicistas, Thompson esteve na contracorrente dos colegas e deslegitimou as pretensões de objetividade histórica herdadas das filosofias da história oitocentistas, o pensamento thompsoniano fez parte de uma das correntes mais amplas de pensamento e revisão das leituras marxistas, a chamada *New Left*⁶². A Nova Esquerda britânica se configurou a partir da constituição dos Estudos Culturais ao partilhar o mesmo incômodo gerado na esquerda norte-americana pelos rumos tomados pelo comunismo russo no período de 1925 a meados da década 1950, a saber, o *boom* econômico do pós-guerra e a adesão de jovens marxistas com aspirações mais libertárias. A área de atuação mais duradoura da *New Left* foi a esfera da cultura (Cevasco, 200, p. 87).

Participaram desse processo de revisão intelectual historiadores, críticos literários e nomes sem um enquadramento intelectual definido, a exemplo de E. P. Thompson, Raymond Williams, Stuart Hall,

62

A saber, a emergência da chamada *New Left* representou um movimento político unificado no sentido de repensar as mudanças globais e a própria esquerda, todavia contou com diferentes campos de ação e de construção teórico-metodológica. Sua consolidação se deu com a famosa revista *New Left Review*, que desde 1960 possui publicações ativas e é conhecida em todo o Ocidente. Para conhecimento, verifique em <https://newleftreview.org/>

entre outros. A prerrogativa fundamental dos Estudos Culturais era pensar a cultura como componente dos modos de vida, não osvartando entre si, o que significou um rompimento com o esquema interpretativo marxista ortodoxo: a infra e a superestrutura.⁶³

E. P. Thompson ilustra bem esse paradigma inter-relacional ao combater o princípio binário que situa a denominada infra e a superestrutura como polos eminentemente opostos. A estratégia do historiador foi traçar o caminho do que ele pensou ser uma legítima *history from below*, representada pelos estudos sobre a classe trabalhadora inglesa no século XVIII – a partir do texto “Patrícios e Plebeus”, publicado no Brasil em 1998 –, o que permitiu mobilizar teoria e metodologia nos diferentes discursos e formas das classes sociais ao movimentá-las dialeticamente.

Partindo da noção “história vista de baixo”, Thompson demonstra que, com frequência, somos levados a pensar sob a égide de categorias hierarquizantes no tocante ao modelo de explicação das vicissitudes das classes populares, oprimidas pelo funcionamento de uma lógica capitalista que exclui e elabora condutas e códigos, muitas vezes inacessíveis às camadas subalternas. Estas são visualizadas pela intelectualidade como sujeitos demasiadamente vitimados e impossibilitados de resistir à opressão.

O olhar, sob uma perspectiva hierárquica, apreende os agentes situados “abaixo” como meros reprodutores da lógica dominada pelos agentes localizados acima. Nesse retrato, a classe mais pobre seria objeto de manutenção do poder pertencente às ricas, não sendo, assim, capaz de criar formas de resistência ou mecanismos responsáveis por contrariar as aspirações de seus algozes.

63 Outro autor que também colaborou na quebra dessa visão foi Mikhail Bakhtin, ao discutir o conceito de circularidade cultural, o qual apreende uma suspensão nas categorias dicotômicas de cultura erudita e popular, pois, segundo o linguista, ambos se misturam simultaneamente. Ver: BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na idade média e no renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Annablume/Hucitec, 2002.

Esse viés dicotômico foi combatido pelo conceito extraído da obra de Gramsci, em que a ideia de hegemonia expressa um universo de lutas ideológicas por representatividade de direitos entre as variadas classes sociais.

Ancorado pela noção de hegemonia, Thompson examina a relação entre patrícios e plebeus enfatizando as formas de resistência dos segundos sobre os primeiros e, dessa forma, impacta as ciências humanas da época ao mobilizar campos opostos (infra e superestrutura) relacionados entre si. Esse entendimento está ligado à perspectiva dialética na qual as polarizações mesclam-se nos comportamentos dos sujeitos. A contradição é verificada nas práticas da classe dominante e dominada em movimentos de troca, resistência e conformismo que, evidenciados de maneira concomitante, revelam-se nas relações sociais.

Percebe-se que as práticas culturais se fazem valer nas trocas entre dominantes e dominados, pois a hegemonia cultural – valores e práticas cotidianas em um determinado tempo e espaço – não confere de forma automática uma hegemonia estrutural. O sentido da percepção cultural passa a ser a chave para compreender as transformações históricas porque oferece uma leitura das mudanças nas estruturas mentais e concretas. De acordo com Raymond Williams:

[...] A evolução da palavra *cultura* dá testemunho de numerosas reações, importantes e continuadas, a essas alterações de vida social, econômica e política e pode ser encarada, em si mesma, como um especial tipo de roteiro, que permite explorar a natureza dessas mesmas alterações (1969, p. 18).

Os textos de Williams, assim como os de Thompson, realizam uma reviravolta nas posições intelectuais acerca da cultura. O autor combate as noções carregadas de idealismo – as quais, muitas vezes, fazem com que um componente social tão importante como a cultura, pensada como modo de expressão da vida, seja usado para reforçar a dominação – para situá-las nos *lócus* da vida social como um todo.

A perspectiva desse autor é revolucionária na medida em que desloca o espectro da potencialidade do universo cultural, que passa a abarcar, em sentido amplo, um mecanismo de transformação social mais eficaz: “Longe de desprezar o que comumente se designa como as grandes obras da Cultura, é preciso se apropriar dessa herança comum retida nas mãos de poucos, por meio da abertura do acesso aos meios de produção” (Cevasco, 2003, p. 23). Raymond Williams propõe um modelo de cultura em comum que reconheça particularidades e faça realçar o caráter igualitário de direitos a serem usufruídos por todos. Os trabalhos de Thompson e Williams demonstram que, se, nos Estados Unidos, os jovens de esquerda voltaram-se mais para as discussões acadêmicas, os intelectuais ingleses atuaram no campo teórico e antropológico.

Em suma, o pensamento marxista encontrava-se em fase revisionista, sem perder de vista o compromisso com a ruptura das formas de dominação econômica, as quais, de acordo com a *New Left*, se confundiam com as formatações culturais.

Essa historicidade das posições de Thompson e Williams nos parece relevante, embora o novo historicismo estivesse mais interessado nos alcances e nos “avanços” dos textos de ambos os autores. Serem convertidos à noção de *contra-historiadores* (grifo meu) seria um resultado menos político do que metodológico. A economia moral das massas (1971) de Thompson apresenta um salto qualitativo nas discussões sobre a história das classes subalternizadas, ao demonstrar as sublevações populares em decorrência da fome durante a última década dos Setecentos. Apesar do elogio novo historicista à sensibilidade cultural do autor, há outros fatores igualmente importantes.

A fome, por sua vez, é uma explicação necessária, mas não suficiente para tumultos (Gallagher & Greenblatt.2005, p. 142). Um tubérculo, matéria concreta e ideia foram debatidos por intelectuais do período supracitado, a ponto de exprimirem que a representação

novo historicista ultrapassa a perspectiva de simbólico e concreto, uma vez que, além de alimento, a batata desvela significados que ultrapassam a tendência materialista que a entende como resolução do problema da fome.

O debate sobre a nutrição tornou dicotômicas duas culturas agrícolas, o trigo e a batata. O primeiro, como base da alimentação da classe trabalhadora e reconhecido pelas etapas de produção que cunhavam redes de cooperação, solidariedade, partilha e união entre todas as classes; o tubérculo, por sua vez, pela quebra dos regramentos católicos e de classe, pois marginalizava os estratos sociais mais pobres de seus rituais de plantio e de reconhecimento da igualdade entre humanos durante a Eucaristia. A batata é abundante, dada a facilidade no seu cultivo, mas o trigo simboliza práticas culturais e permite simular igualdade social.

De acordo com o ponto de vista do novo historicista, o debate sobre a batata é o enigma ausente na trama thompsoniana. O papel da batata na economia e na história do corpo nos idos dos séculos XVIII e XIX é tema das incursões novo historicistas e sublima o papel da representação na análise histórica e contra-histórica. Afinal, E. P. Thompson é contra-histórico? Nos dizeres de Gallagher e Gremblat:

[...] A resistência de Thompson à batata é sintomática da ânsia do materialismo cultural por uma economia moral de explicação que postule a racionalidade da ação popular e sua conformidade a uma norma humana implícita. O delicado equilíbrio entre variedade, cultura e humanidade normativa, na análise de Thompson, depende de um substrato físico invariável, que a batata ameaça contaminar (2005, p. 144).

Inobservância e carência de ponderação a respeito da racionalidade moderna são identificadas no pensamento marxiano, marxista ou materialista culturalista. Apesar das exceções, a mais proeminente pode ter sido a saudosa Escola de Frankfurt, bastante debatida dentre as humanidades em seus pressupostos analíticos e

conclusões, reavaliados após a década de 1970. Vale examinar brevemente seus pressupostos para verificar ao menos uma vertente marxista que faça a crítica da razão moderna. É importante e sintomático levar em consideração que foi uma corrente de pensamento anterior aos Estudos Culturais, da qual Thompson e Williams eram adeptos.

A crítica elaborada pelos frankfurtianos reverbera sobre a banalização da ciência e sobre a constituição da chamada indústria cultural como mecanismo de poder. Esse debate mobiliza várias questões e desdobramentos, como a função da arte, o consumismo na ordem (ou desordem) capitalista e os limites éticos da racionalidade moderna.

Na filosofia iluminista, o esclarecimento [Aufklärung] tinha a função de abrir as mentes e os olhos daqueles que haviam se deixado dominar pelos mitos, e que passariam a agir guiados pela razão, a qual encerrava o papel fundamental de emancipar e liberar os homens das catástrofes e da minoridade. Assim, o movimento contraditório entre a racionalidade e a mitologia poderia culminar na síntese positiva e liberalizante.

A ciência era a nova religião, destituindo toda e qualquer sensibilidade não desenhada pela razão – ela era o guia de ação humana. O progresso da humanidade confere, a partir daí, uma lei à história, um aperfeiçoamento contínuo da ciência, da técnica, da moral e da política. No interior de experiências acumuladas e técnicas aperfeiçoadas nasceu a indústria cultural e a crítica à razão iluminista desenvolvida pela Escola de Frankfurt.

Adorno e Horkheimer faziam uma crítica à racionalidade ao mostrar que o esclarecimento não estava cumprindo seu ofício, pelo contrário, impulsionava o movimento dialético de forma negativa, por servir a uma visão de mundo puramente instrumentalista, que levaria a Auschwitz (Jameson, 1985, p. 35). Esse dilema ético advinha do

processo de reificação e instrumentalização da técnica a serviço da produção mercadológica em série.

No livro *A dialética do esclarecimento* (1947), o projeto da razão iluminista aparece como negativo, na medida em que o objetivo dessa racionalidade era emancipar os indivíduos e promover o progresso social; entretanto, ele submeteu homens e mulheres a um tipo de dominação ligada ao desenvolvimento tecnológico. De acordo com Horkheimer, a razão iluminista se revelou controladora e instrumentalizada aos anseios de dominação de uns sobre os outros. Em outras palavras, podemos dizer que esse desejo de dominar teve na ciência a sua base de sustentação ideológica e financeira.

As conquistas científicas passaram a ser usadas não para nos tornarmos mais livres e humanistas, ao contrário, verificou-se um endurecimento das relações humanas e o aniquilamento daqueles que tiveram um desenvolvimento científico e tecnológico mais acentuado. Adorno e Horkheimer criticam diretamente as políticas antisemitas e a “solução final” do III Reich nazista.

Após a instrumentalização, tudo se torna mercadoria, em outras palavras, objeto de consumo. O valor qualitativo é substituído pelo quantitativo. Esse processo é chamado de reificação. O mercado impõe uma estetização da sociedade de consumo, visto que nesta tudo o que se adquire acaba imerso em um sentido estético e abstrato que se encerra em si mesmo. Compra-se mais a ideia atribuída à mercadoria, menos a coisa em si. Essa estética da sociedade de consumo está diretamente ligada ao conceito de indústria cultural, o qual designa que a técnica aplicada às produções artísticas acaba tornando-as meras cópias vulgares a serem vendidas para dar lucro.

Em outras palavras, o sentido da arte como produção de leituras subversivas do mundo e possibilidade utópica de transformação social é substituído pelo interesse em torná-la mercadoria vendável, lucrativa e pueril.

Vivências reificadas só são possíveis numa sociedade com divisão social do trabalho, em que uma de suas características é a eficiência nas etapas de elaboração dos produtos. Dito de outra forma, a ciência e a técnica são aplicadas de forma instrumental para tornar os indivíduos consumidores de produções artísticas que servem à diversão efêmera, à distração com base em conteúdos infantis e pouco sofisticados.

O efeito prático mais nocivo disso é a massificação da arte e da sociedade. Assim, a conseqüente indiferença em relação ao outro, a possibilidade de pensar criticamente comportamentos, ações e ideias vai sendo tolhida em prol da racionalidade dominadora e tecnicista. A massificação da cultura serve a estruturas obscurantistas que dificultam a liberdade de expressão, de culto religioso, a alteridade e a empatia, na medida em que distrai, infantiliza e minimiza a elaboração de afetos que libertam do conservadorismo e da vontade de subjugar aqueles que por algum motivo são considerados "diferentes".

A massificação da cultura massifica o humano e sua espontaneidade, tornando-o apenas um trabalhador/consumidor ou um funcionário do estado burocrático nazista, como Eichmann. Por que as tradições dos Estudos Culturais, que reverberaram da Oceania às Américas, não conversaram com as elaborações filosóficas dos precursores da Escola de Frankfurt?

Além da obviedade quanto às diferenças entre a língua alemã e a inglesa, a crítica aos dispositivos de poder da técnica moderna e capitalista desenvolve caminhos diferentes na trajetória intelectual dos autores. Williams e Thompson atuaram publicamente, Adorno e Horkheimer se exilaram nos Estados Unidos e atuaram mais no ambiente acadêmico. Em comum, ambas as tradições enfrentaram o dilema dos resultados da burocracia moderna em prol do genocídio em massa, da guerra, do silenciamento, da educação opressora e das práticas autoritárias e fascistas. E qual é o termo ausente nos escritos da fase inicial da escola frankfurtiana? A atenção às diversidades, pois

configurou um sistema de pensamento baseado em categorias universais e ocidentalizado. Podemos considerar suas perspectivas com tendência à totalidade e uma abordagem da cultura de massa com contornos e juízos pessimistas. Numa visão novo historicista, há uma tendência metanarrativa em que os sujeitos e as resistências são desconsiderados como agentes produtores de outras realidades possíveis.

O exercício da contra-história nos escritos de Raymond Williams, na visão novo novo historicista, como em outras leituras, também se encontra numa hibridez disciplinar que articula a hegemonia e o vivido, os quais elaboram estruturas de sentimento representadas pela experiência como algo que está no campo do não representável na linguagem. A “experiência”, em outras palavras, parece definir-se por uma não disponibilidade para a linguagem, já que ela e o vivido se chocam. Por isso não pode ser encontrada nas evidências documentais (2005, p. 76).

Apesar dos esforços de Thompson e Williams, o termo ausente de seus trabalhos foi a crítica ao sujeito e a contrafactualidade. Esse impulso novo historicista se satisfaz por meio dos trabalhos do filósofo francês Michel Foucault. O fator contra-histórico desse pensador revela-se na sua atenção aos não assimilados aos discursos e aos regimes de verdade estabelecidos no espaço e no tempo.

Remir da história os destemidos e anistiados pelas práticas discursivas é mais que um desejo de trazer à tona aqueles que estão à margem; é, sobretudo, dar relevo às textualidades efêmeras, diminutas em fragmentos; às imagens da vida vivida e às existências infames; às ordens estabelecidas e normatizadas. O elogio historicista ao texto “The life of infamous men”⁶⁴ (1979) gravita em torno do uso

64 O texto está contido na obra *Estratégia, poder-saber*: Michel Foucault, organizada por Manoel Barros da Mota, com tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Trabalhamos com a 2ª edição, da Editora Forense Universitária. No entanto, foi publicado em inglês no ano de 1979, no livro *Michel Foucault: power, truth, strategy*. Ele é uma publicação de uma série de conferências proferidas pelo filósofo que recebeu esse título. A editora foi a Feral Publications, Sydney.

anedótico de histórias de sujeitos que escapam à disciplina. Mais do que apresentar essa celebração de quais são as tipologias das fontes foucaultianas, vale colocá-las para conversar. Cita Foucault os seguintes trechos:

Mathurin Milan, posto no hospital de Charenton no dia 31 de agosto de 1707: “Sua loucura sempre foi a de se esconder de sua família, de levar uma vida obscura no campo, de ter processos, de emprestar com usura e afundo perdido, de vaguar seu pobre espírito por estradas desconhecidas, e de se acreditar capaz das maiores ocupações.”

Jean Antoine Touzard, posto no Chateau de Bicêtre no dia 21 de abril de 1701: “Recoleta apóstata, sedicioso capaz dos maiores crimes, sodomista, ateu, se é que se pode sê-lo; um verdadeiro monstro de abominação que seria menos inconveniente sufocar do que deixar livre.”

Para o time de historiadores do século XIX, essas existências seriam facilmente entendidas como fora dos parâmetros da formação [Bildung], o que não significa que a história da historiografia fosse tipicamente católica e homofóbica. Não se trata disso, mas de empregar uma atenção às existências marginalizadas e às singularidades desprendidas dos valores de uma época e silenciadas por eles. O caráter político da consciência histórica no historicismo clássico emprega uma universalidade de existência e de corpos; a atenção novo historicista e foucaultiana busca justamente a corporalidade dispersa, indisciplinada e contra-histórica (uso o termo para designar existências alternativas às prerrogativas disciplinares).

As anedotas e os casos analisados por Foucault também são contra-históricos do ponto de vista metodológico, ao apresentarem vivências extraídas de arquivos históricos de elementos e sujeitos que se portaram fora da história. A anedota amarra as estruturas e aquilo que as excede, história e contra-história, num nó de interdependência conflitante (2005, p. 81).

A singularidade, tão específica da escrita da história operária, através do lapso anedótico permite problematizar os vários textos implícitos e explícitos operando como representação, pois envolve forma e conteúdo, historicidade e circulação. Um exemplo prático é que a anedota pode criar contextos variados e produzir outros; ela pode estimular outras narrativas substituindo a contextualização comum às narrativas historiográficas. Nesse sentido, ela produz indisciplina e imprevisibilidade.

Não basta somente olhar para as subjetividades singularizadas e atentar para os que não são integrantes “oficiais”, isso os historicistas clássicos faziam, assim como os *Analles* também, mas o salto das anedotas e fragmentos tornados protagonistas é visualizar o outro lado das resistências cotidianas e também verificar porque elas eram descartadas das histórias que se diziam profissionais, objetivas e formativas de sujeitos. Mais do que inferir uma história vista de baixo, desenham-se os quadros daqueles que estão completamente alijados de visibilidade.

e) Circulação

No belo texto “A ferida na parede”, Gallagher e Greenblatt relacionam os conceitos de circulação e representação de forma prática. Lembremos que o novo historicismo se opôs a desenvolver um método formal, por entender que se tratava de um sistema fechado e sistematizado, portanto incapaz de perceber nuances borradas, engessando os processos de leitura e escrita das literaturas que permeiam o universo cultural e, claro, histórico.

O desenho da circularidade e da função representacional se dá por meio das ideias de estrutura e narrativa, em que ambas são discutidas a partir de obras pictóricas que reelaboram uma das cenas mais icônicas da arte ocidental: a Última Ceia. Na versão do artista neerlandês Joos van Gent, foi chamada de *Comunhão dos Apóstolos* (1460), assim como diversas outras pinturas que tratam da Eucaristia.

É curioso que as análises ultrapassem o viés teórico, ao qual nos atentamos, mas as obras escolhidas pelos autores dessacralizam as concepções cristãs. Os textos dos novos historicistas têm essa característica de buscar encantamentos e de gerar outros.

Na primeira imagem pictórica, a função do retábulo é discutida para introduzir a ideia do chamado formalismo doutrinal, tipo de representação ancorado por elementos estruturais que, no presente caso, têm funcionalidade ideológica ao reforçar a instituição clerical. Nesse sentido, a história sagrada passa a ser uma história doutrinal. Mas há falhas no formalismo e na acepção estruturalista, pois há interesses, disputas e negociações em torno da imagem, o que quer dizer que a narrativa estará presente de alguma forma. Interessamos os seguintes dizeres:

As alusões, contudo, oferecem ao observador um convite permanente a recuperar e interpretar as narrativas que não estão representadas diretamente mas se acham meio escondidas no “plano de fundo”, e durante séculos especialistas, historiadores da arte e críticos literários que depararam com formas doutriniais aceitaram esse convite. Eles reconverteram os elementos da verdade eterna num emaranhado de histórias prováveis; o humilde frasco pode passar a conjurar a ceia recontada no Evangelho; há “toda a possibilidade” (Gallagher & Greenblatt. 2005, p. 95).

A possibilidade de uma história aberta e a contrapelo é acrescida da perspectiva da ideia de representação, e os autores advertem sobre o engodo em que os historiadores se encontram ao não perceberem a dimensão representativa das fontes de pesquisa com que trabalham:

Confrontados pelo formalismo doutrinal em objetos e textos, os historiadores culturais rastrearam avidamente as alusões, mas raramente refletiram sobre o fato de que a sua própria atividade tanto é estimulada pelas exclusões que estruturam as obras que eles estudam quanto está em tensão com essas exclusões. A prática interpretativa

deve, a nosso ver, manter essa relação paradoxal com a obra em mente, reconhecendo a estranha mistura de identificação e agressão, “ler com” e “ler contra”, que motiva a análise histórica (Gallagher & Greenblatt., 2005, p. 97).

Arriscamo-nos a dizer que os novo historicistas dialogam com Jacob Burckhardt em análise clássica sobre os renascentistas do século XVII. A prática dos historiadores do século XXI deveria ser a da busca do oculto, do esquecido, do esmaecido e dos detalhes daqueles registros que são doutrinários, pois há o inesperado e a forma implícita de capitular os embates. Mais minúcias e menos narrações pautadas em critérios rígidos para trabalhar com as fontes de linguagem artísticas, pois as primeiras ponderam tensões entre representação e significado ao longo do tempo. Devemos, portanto, deixar de lado o modelo de enunciado verdadeiro sempre que estivermos lidando com a linguagem representacional (Ankersmit, 2016).

A imagem da Última Ceia de Joos van Gent também dá margem para refletir sobre relações temporais “borradas”, pois o efeito da circulação preconiza o futuro concebido no passado, ao contrário da estrutura narrativa, que reivindica acontecimentos reais e passados. Os painéis principais são substituídos por movimento, de modo que circulem doutrina e lenda respectivamente e, despropositadamente, uma sobre a outra. A repercussão narrativa rompe com os sentidos marcados de tempo, história e verdade. Para entender melhor a questão, creio que seja salutar estabelecer um diálogo entre o holandês Franklin Rudolf Ankersmit e o norte-americano Hayden White, cuja obra foi reconhecida internacionalmente quando o autor ainda era vivo.

Escolhemos ambas as tradições, pois suas reflexões complicam e alargam a percepção sobre a forma de pensar a arte e a história nas práticas novo historicistas, e, por meio dessas mesmas práticas, podemos fazer uma discussão séria, profunda e historiográfica sobre o enigma da representação – objeto de pesquisa de qualquer intelectual das humanidades.

Subjazem ainda outros questionamentos igualmente importantes: em que medida a história se diferencia das lendas? Em nossas pesquisas essa distinção é relevante? De que modo essa distinção contribui para a história da historiografia? A representação é todo e qualquer estilhaço do passado? Se for considerada fonte/vestigio/evidência, refere-se a uma forma moderna e periodizada de tempo? A ideia clássica (ou apressada) de representação, aquela que considera a distância histórica e cronológica fundamental para erigir uma categoria de passado, configura-se como uma filosofia da história?

No que se refere a esses questionamentos, concordamos com Ankersmit, que defende que a representação é a teoria da escrita da história, e acrescentamos ainda que talvez seja ela o início e o fim dos nossos problemas no que toca à historiografia, pois mobiliza o debate inclusive sobre os falseamentos e negacionismos que circulam no cenário das mídias sociais e no debate público. Ao representar narramos o passado, e, assim, abrimos caminhos para formular um tipo de conhecimento que, mesmo limitado, discorre sobre saber-fazer, poder-conhecer as histórias.

O tema da representação é bastante profundo e impacta diretamente na forma como percebemos a realidade ou o seu toque (no sentido em que Gallagher e Greenblat nos convidam a pensar). Sua densidade consiste no sentido e no propósito da representação indicados na linguagem usada pelos historiadores como técnica de exposição e efeito explicativo, conforme alertam White e Ankersmit.

Há uma dificuldade entre os historiadores profissionais de estabelecer uma definição e uma prática representativas sem tender a cair numa espécie de realismo do discurso historiográfico, como se isso trouxesse segurança e atendesse às expectativas das verdades históricas descobertas e narradas com vigor e metodologicamente conduzidas. Essa certeza estrutura-se por uma tentativa de distinção oitocentista em que a história se tornou autônoma e se desfez da arte, o que construiu um maniqueísmo binário que opôs história e ficção. White escandaliza os historiadores apaixonados por essa escola ao dizer:

[...] houve uma relutância em considerar as narrativas históricas como aquilo que elas manifestamente são: ficções verbais cujos conteúdos são tanto *inventados* quanto *descobertos* e cujas formas têm mais em comum com os seus equivalentes na literatura do que com os seus correspondentes nas ciências (White, 1994, p. 98. Grifos do autor).

Essa confiança na concretude da história e, portanto, nos artefatos do passado, também é polemizada por Ankersmit, que lança mão do debate acerca das fontes representacionais ou dos seus objetos considerados históricos, os quais, entendidos como elementos palpáveis, permitem alcançar o evento pretérito. A implicação direta é restringi-los na escritura historiográfica, pois ela os submete a uma interpretação limitada.

Quando Gallagher e Greenblatt chama a atenção para o movimento que as obras de Shakespeare empreendem na história, entende que a circulação ressignifica a temporalidade ou a falta dela. Seu contexto de composição não é invalidado historicamente ao atender aos anseios e códigos dos espectadores na medida em que realiza metáforas de seu cotidiano – adquirindo ressonância, não pelo cânone shakespeariano, mas sobretudo pelos traços da vida dos espectadores.

O presente de Shakespeare (seu contexto de existência ou ficcionalidade) é alargado pela capacidade de ressonância de sua obra.

Ankersmit não usa o termo circulação, mas considera o maniqueísmo metodológico – aquele que busca nos elementos do suposto passado figurações realistas – como uma limitação do espectro da história que nos remete aos excertos novo historicistas sobre a potencialidade das tessituras literárias e artísticas que circulam como toques de múltiplas temporalidades e práticas culturais. Logo, a representação encerra em si diversas representações e encenações.

Esse modo de apresentação da história cria códigos para tornar possíveis as ideias sobre uma determinada representação. Ankersmit nos conduz a pensar que esse conceito nos leva a outro,

já que falamos sobre o mundo somente de forma indireta, ou seja, por meio de um discurso que está diretamente ligado a ele (p. 213). Isso pode nos instigar a um descrédito em relação à história, todavia é importante assinalar que ambos os autores chamam a atenção para a necessidade de discernir que o problema reside no uso descritivo – com autoridade sobre uma verdade – e no representativo, que marcam as urdiduras de enredo sobre enredos ulteriores.

Assim como tocar o real, discursar sobre o discurso representativo mantém ligação com a realidade e, em consequência, com o próprio passado, a partir das dimensões metafóricas contidas na narrativa que, com o auxílio da imaginação, nos indicam objetos, ideias e sentimentos que aprendemos na cultura. White estabelece a função de mediadora para a narrativa histórica, a qual nos serve para articular as estruturas que forjam o enredo e o acontecimento que essas narrativas visam relatar. Tem-se em mente que as filosofias da história que se encontram nos enredos, embora muitas vezes recalçadas pelos historiadores, podem estar dispostas como feridas abertas no texto filosófico, ou anistiadas, no caso de um relato com parâmetros de distanciamento e disciplinarização.

Mas a representação não se reduz à linguagem. De acordo com Ankersmit e os críticos novo historicistas, esta é anterior àquela, mas ambas são igualmente importantes. Isso revela que as representações operam no nível da consciência, o que aproxima os autores, na medida em que definem o que é representação e narrativa. Ankersmit nos diz sobre a primeira:

A representação é o “elo perdido” entre o que é e o que deveria ser, leva-nos à criatividade e ao uso retórico da linguagem, nos quais a linguagem pode comover-nos e ser uma fonte de alegria ou tristeza. [...] nos leva para onde a linguagem pode nos ajudar através dos abismos mais profundos da existência humana, e para onde ela é nossa companheira de confiança na jornada de nossas vidas. Ela nos dá a linguagem da poesia, do ódio e do amor, sem as quais simplesmente não seríamos humanos (Ankersmit, 2016, p. 230).

A representação⁶⁵ assume uma função de maior êxito e apreensão do que a própria verdade, ainda que esta esteja contida naquela, uma vez que ela subjaz a uma ordem de verdade e empresta, através da linguagem, regimes de verdade ulteriores àquele que a precede ou que faz dela um ponto de partida. O significado produzido pela narrativa consiste na perspicácia quanto à representação, pois ambas se relacionam. De acordo com White,

[...] a narrativa seria um processo de decodificação e recodificação em que uma percepção original é esclarecida por achar-se vazada num modo figurativo diverso daquele em que veio a ser codificada por convenção, autoridade ou costume. E a força explicativa da narração dependeria, então, do contraste entre a codificação original e a posterior (1994, p. 113).

Em suma, as narrativas e representações, ao contrário do que pensaram os historiadores profissionais ou do último século, contêm estruturas que se furtam à temporalidade e contemplam metáforas, tropos e outras categorias que não as invalidam, tampouco as tornam somente documentos validados pela distância histórica. Para Gallagher e Greenblatt, assim como para White e Ankersmit:

[...] toda representação é distinta daquilo que se propõe a exemplificar. O prazer da representação está vinculado a essa distinção, às diferenças percebidas que marcam a defasagem, nos termos de Elaine Scarry, entre o inventado e o realizado. Sustentamos que essas diferenças não são o que afasta as representações da realidade ordinária, mas sim o que as liga às colaborações, tensões e conflitos homicidas da realidade. Aporias não são lugares onde as formas se referem a si mesmas; são, antes, as rupturas em que as energias, os desejos e as repressões fluem para o mundo (Gallagher & Greenblatt. 2005, p. 127).

65

O conceito de representação no debate em curso parte de uma tradição filosófica que se ocupa da capacidade que os historiadores têm de encontrar estruturas narrativas capazes de emoldurar uma narrativa sobre os eventos que produzem intensidade no leitor. Portanto, não se trata tão somente de validar o jogo das representações como dinâmicas de forças e como ficcionalidade das realidades, mas da hermenêutica das representações na tradição da crítica literária norte-americana e germânica.

As aporias a que se referem consistem nos paradoxos construídos nos textos, justamente aqueles sobre os quais os discursos e as práticas parecem conflitar. Elas fazem parte dos objetos de pesquisa e atenção dos novos historicistas, no sentido de que as representações desvelam o corpo da circulação das obras, dos textos e dos corpos na história.

A circulação é um conceito pertinente à Teoria da História como um todo. Embora receba mais atenção dos historiadores do campo da História Cultural, ele permite desarticular visões engessadas nos fragmentos e nas representações e mobilizá-las de modo a perceber movimentos, aporias, debates e conflitos no universo da cultura erudita e popular.

Enigmático e recorrente nos estudos literários e na historiografia é o conceito de circularidade. Mais do que um sistema interpretativo, a circularidade identifica processos dialógicos entre a cultura das camadas subalternizadas e a das culturas eruditas ou da classe dominante. O movimento circular entre as manifestações de ambos desenvolve uma interpenetração e ressignifica essas categorias binárias, as quais se movimentam de baixo para cima e de cima para baixo, respectivamente.

Os estudos sobre a chamada circularidade cultural permitiram erigir o campo da micro-história, cujo programa também se popularizou a partir de uma revista científica italiana, a *Quadernini Storici*. O propósito da micro-história é reduzir a escala de observação dos agentes sociais e dos fenômenos para conseguir perceber particularidades que impactam e se refletem na escala macro. Em outras palavras, é preciso ter atenção aos aspectos desconsiderados pela macro-história, que negligencia os elementos do cotidiano popular e subalternizado. Sendo assim, diminuir a escala de observação proporcionaria um olhar verticalizado e inovador sobre a cultura popular e a erudita, dando ênfase à capacidade daqueles situados na escala micro de alterar e disputar espaços nas ideias e espacialidades concernentes ao âmbito mais geral da sociedade.

O fenômeno da circularidade é complexo, na medida em estremece oposições binárias e rígidas, já que elas se manifestam e retiram o caráter estrutural das distinções, como no painel principal e nas imagens examinadas por Gallagher e Greenblat.

Tentamos aqui fazer um desenho das práticas do novo historicismo e daquilo que ele traz de diferente do historicismo clássico, o que significou entender seus conceitos manifestos e colocá-los em diálogo com historiadores, críticos literários e filósofos que nos interessam do ponto de vista da história da historiografia. Foi um exercício lacunar, pois abriu possibilidades múltiplas de perceber as implicações e contribuições do novo historicismo para a historiografia, ainda que esse movimento não faça um chamamento claro aos historiadores.

REFERÊNCIAS:

- ANKERSMIT, F. R. **A escrita da história** [livro eletrônico]: a natureza da representação histórica / Franklin Rudolf Ankersmit ; tradutores: Jonathan Menezes et al. – Londrina : Eduel, 2016.
- CEVASCO, Maria Elisa. **Dez lições sobre os estudos culturais**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- FOUCAULT, Michel. **Foucault, Michel**: Power, truth, strategy. Edited by Meaghan Morris and Paul Patton. Feral Publications, Sidney, 1979.
- GALLAGHER, Catherine & GREENBLATT, Stephen. **A prática do novo historicismo**. São Paulo: EDUSC, 2005.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. IS.reimpr. - Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- JAMESON, Fredric. **Marxismo e Forma**: teorias dialéticas da literatura no século XX. Tradução: Iumna Maria Simon; Ismail Xavier; Fernando Oliboni. São Paulo: Ed. Hucitec, 1985.
- THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Sociedade**. São Paulo: Editora Nacional, 1969.
- WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: Edusp, 1994.

7

*Cadídja Assis Pinto*⁶⁶

FRANTZ FANON E A REVOLUÇÃO ARGELINA:

POR UMA HISTORIOGRAFIA FEMINISTA,
ANTIRRACISTA E ANTICOLONIAL

66

Historiadora e professora de História com graduação e mestrado em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC. Este artigo aborda parte das reflexões realizadas na dissertação da autora, intitulada "A Guerra Revolucionária não é uma Guerra de Homens": atuação das mulheres argelinas na escrita de Frantz Fanon (1953-1961). E-mail: cadidjap@gmail.com

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-228-1.7

“Sua defesa de Djamila Bouhired é uma honra para você, mas tenha cuidado para não deixar de lado o essencial”
(Fanon, 2021, p.118)

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como fonte principal a obra *“L’An V de la Révolution Algérienne”*, de Frantz Fanon, publicada em 1959. Traduzida para *“Sociologia da Revolução”* e *“A Dying Colonialism”*, foi escrita com o objetivo de divulgar as transformações sociais e culturais no percurso da revolução argelina. Frantz Fanon (1925-1961) dedica nesta obra, para além de outros temas, uma reflexão sobre as mulheres argelinas, trazendo em sua escrita a crítica e o combate às “pseudoverdades” colonialistas.

Seu escrito se debruça em identificar quais lugares as mulheres argelinas ocupam no discurso colonialista, e em analisar de que forma suas atuações durante o movimento de independência da Argélia foi fundamental para as profundas mudanças que a sociedade argelina experienciou a partir da luta anticolonial. Além disso, a obra apresenta, dentre outros textos, uma crítica fundamental aos papéis exercidos pelos intelectuais de esquerda no período da guerra de independência da Argélia.

A partir destas duas problemáticas, o presente trabalho tem o objetivo de investigar o que Frantz Fanon considera como responsabilidade do intelectual de esquerda a partir da análise de caso da participação das mulheres na revolução argelina. Com isso, a problemática que direciona este trabalho é: de que forma a escrita de Frantz Fanon e a atuação das mulheres argelinas no movimento de independência nos auxilia para pensar uma produção historiográfica feminista e antirracista, em especial, a partir da História do Tempo Presente?

A perspectiva teórica-metodológica desta pesquisa se fundamenta na interlocução entre quatro principais campos de estudos: o da História do Tempo Presente, dos Estudos Africanos e dos Estudos Pós-Coloniais e Decoloniais. O campo da História do Tempo Presente pressupõe, em linhas gerais, o entendimento político, epistemológico e historiográfico de um passado que não passa, que é constante e vivido no presente, uma história inacabada (Dosse, 2012; Rousso, 2016). As formas de se referir a esta noção indicam que o tempo presente não se trata de uma simples demarcação temporal, mas sim de uma concepção da operação historiográfica.

Pensando no diálogo com o campo dos estudos pós-coloniais e decoloniais, esta concepção pode ser compreendida como a permanência da colonialidade, ou seja, a compreensão de que os sistemas construídos e implantados pelo colonialismo e modernidade estão e ainda são profundamente estruturais do mundo moderno/colonial/capitalista. Neste sentido, o diálogo entre estes campos permite compreender as latências e reminiscências desse passado-presente de violência incessante e de resistência em relação a ela por parte dos subalternizados na história.

Para as teóricas feministas do campo dos estudos pós-coloniais, decoloniais, e dos feminismos anticoloniais, é fundamental compreender a colonialidade na chave da interseccionalidade. A compreensão do padrão mundial de poder capitalista a partir das interseccionalidades entre gênero, trabalho, raça, sexualidade e cultura pode ser representada pela categoria *patriarcal-colonial-modernidade*, colocada por Rita Segato (2018). Esta categoria "descreve adequadamente a prioridade do patriarcado como apropriador do corpo das mulheres e [a intenção de fazer] deste a primeira colônia" (Segato, 2019, p.17, tradução nossa). A partir desta perspectiva, é possível pensar sobre as formas em que esta investida se deu no contexto da Argélia.

Para refletir sobre isso, o caminho metodológico desta pesquisa se fundamenta a partir dos conceitos centrais de testemunho e memória. Por este caminho, a escolha de abordar o texto de Fanon enquanto testemunho histórico possibilita analisar sua obra com o objetivo de identificar quais as memórias que ele registrou enquanto médico, psiquiatra e intelectual comprometido com a revolução argelina em relação ao papel das mulheres nesta. Neste sentido, o presente artigo consiste em uma reflexão teórico-metodológica a respeito de uma produção do conhecimento histórico antirracista, feminista e anticolonial.

Para refletir historicamente sobre a memória nesta pesquisa, pensamos a partir da ferramenta teórico-metodológica de Achille Mbembe (2019). Segundo o filósofo, é necessário não apenas operar uma crítica ao tempo, mas também questionar quais são as memórias da colônia inscritas nos testemunhos. A memória, assim como a lembrança, o esquecimento e a nostalgia são, segundo o autor, imagens psíquicas constituídas no campo simbólico, político e da representação.

Quando a memória é acionada, as imagens e os signos atribuídos a ela podem ser diferentes a partir do ângulo dos diversos atores envolvidos em um mesmo acontecimento. Neste sentido, destaca o Mbembe (2019), sempre vai haver uma discrepância entre as unidades do tempo em relação com o acontecimento, porque a lembrança é o ponto de encontro entre um acontecimento e as palavras, os signos e as imagens que resultam desta subjetividade.

Sendo assim, este capítulo está dividido em duas partes. A primeira é um convite para pensar, a partir do escrito de Fanon e das experiências das mulheres argelinas na revolução, nossas práticas e teorias feministas no tempo presente. Complementando esse pensamento, o último subcapítulo se trata de uma reflexão sobre as questões referentes à memória e justiça, pensando sobre as responsabilidades de produzir uma historiografia antirracista.

1. AS MULHERES NA REVOLUÇÃO ARGELINA: POR UM FEMINISMO ANTIRRACISTA E ANTICOLONIAL

Uma das preocupações nos escritos de Frantz Fanon durante a guerra de independência da Argélia era a posição dos intelectuais de esquerda a respeito da revolução argelina. Neste caminho, buscamos identificar as críticas que Fanon faz ao feminismo francês e aos intelectuais da esquerda francesa.

Lewis Gordon (2015) considera a obra *L'An V de la Révolution Algérienne* [1959] como uma das mais controversas de Fanon, justamente devido a suas críticas às intervenções das feministas francesas na Argélia. Várias campanhas que investiam no desvelamento de mulheres argelinas, ou seja, retirar-lhes seus véus, foram realizadas durante a Guerra da Argélia (Macmaster, 2009). Logo, a mobilização das mulheres e do feminismo francês foram fundamentais para a consolidação dos estereótipos racistas apresentados, tais como relacionar o véu islâmico à noção de privação de liberdade e opressão (Abu-Lughod, 2012).

De que forma Frantz Fanon identifica no capítulo “A Argélia se Desvela” a postura e o papel das mulheres francesas no contexto da guerra? Observemos na citação a seguir o que o autor apresenta sobre isso.

Algumas mulheres argelinas desveladas se transformam em perfeitas ocidentais com incrível rapidez e facilidade insuspeita. As mulheres europeias sentem uma certa preocupação na presença dessas mulheres. Frustradas com a presença do véu, elas experimentam uma impressão semelhante diante do rosto exposto, diante daquele corpo audacioso que perdeu todo o constrangimento,

toda a timidez, e se tornou francamente ofensivo. **Não só a satisfação de supervisionar a evolução e corrigir os erros da mulher desvelada se retira da mulher europeia**, mas ela se sente desafiada no nível do encanto feminino, da elegância [...] A mulher europeia não tem escolha a não ser fazer causa comum com o homem argelino que lançou ferozmente a mulher desvelada no campo do mal e da depravação. "Realmente!" a mulher europeia exclamará, "estas mulheres desveladas são bastante imorais e sem vergonha". **A integração, para ser bem-sucedida, parece de fato ter que ser simplesmente um paternalismo contínuo e aceito.** (Fanon, 1965, p.44. Tradução nossa, grifo nosso)

O trecho acima se trata de uma nota de rodapé inserida quando o autor desenvolve sua reflexão sobre a agressividade dos europeus diante da mulher argelina. Fanon (1965) aponta que há uma relação de paternalismo no posicionamento dos europeus, homens e mulheres, em relação à intenção de desvelar as mulheres argelinas. Uma vez que o objetivo colonialista é a conversão delas para os valores ocidentais, tal ação deve também ser realizada através das mãos europeias.

Essa relação paternalista também pode ser compreendida como o discurso salvacionista no feminismo ocidental analisado pelas teóricas Lila Abu-Lughod (2012), Leila Ahmed (1992) e Gayatri Spivak (1988). As cerimônias de desvelamento no contexto da Argélia, organizadas por generais franceses em maio de 1958, foram realizadas com a participação das mulheres francesas. Essas cerimônias constituíram uma campanha em defesa da Argélia Francesa a partir de uma intensa propaganda colonialista dirigida às mulheres argelinas realizada sob o discurso de que era preciso que elas se emancipassem das prisões de sua cultura (MacMaster, 2009).

Além de seus véus terem sido retirados por mulheres francesas e pintados com as cores da bandeira da França, a cerimônia contou também com uma fogueira de véus. Em um contexto onde a

emancipação se encontra em disputa, “o que Leila Ahmed chamou de ‘feminismo colonial’ estava firmemente funcionando” (Abu-Lughod, 2012, p. 454). Entretanto, o papel que as mulheres brancas assumiram na estratégia do patriarcado colonial não foi uma experiência exclusiva da Argélia. Em referência ao discurso da ex-primeira-dama dos Estados Unidos, Laura Bush, ao dizer que “a luta contra o terrorismo é também uma luta pelos direitos e dignidade das mulheres” (U.S. Government, 2002 *apud* Abu-lughod, 2012, p. 454), Lila Abu-Lughod (2012) ressalta que:

Essas palavras têm ressonâncias assombrosas para qualquer um que estudou história colonial. Muitos que trabalharam com colonialismo britânico no sul asiático notaram o uso da questão feminina nas políticas coloniais em que intervenção no sati (a prática de viúvas de se autoimolarem nas piras funerárias de seus maridos), casamento infantil e outras práticas foram usadas para justificar o domínio. Como Gayatri Chakravorty Spivack cinicamente colocou: homens brancos salvando mulheres marrons de homens marrons. O registro histórico é cheio de casos similares, inclusive no Oriente Médio (Abu-Lughod, 2012, p.454).

Pesquisadoras do campo dos estudos pós-coloniais, decoloniais e anticoloniais destacam que compreender o papel do patriarcado no sistema moderno/colonial é imprescindível, visto que o colonialismo tem como ferramenta a violação do corpo e dos direitos das mulheres. À prioridade do patriarcado de fazer do corpo das mulheres a primeira colônia (Segato, 2018), a teórica sul-africana Anne McClintock (1995 *apud* Lugones, 2008) se refere como uma maneira masculina de civilizar, cuja tradição é uma travessia masculina marcada por uma “erótica de violação”.

O texto de Frantz Fanon (1965) nos apresenta essa erótica da violação no contexto da Argélia. Contudo, o autor não se limita à perspectiva masculina de violar ao acrescentar em sua análise a postura das mulheres francesas. Lembremos que, para Fanon (2021),

o racismo é um dispositivo ideológico de caráter cultural, social e econômico em função do colonialismo que se modifica “plasticamente no tempo e no espaço para atender às mais diversas necessidades de manutenção da exploração e submissão” (Faustino, 2018, p.89). Por este caminho, a obra de Fanon (1965) nos possibilita historicizar esta maleabilidade das ferramentas coloniais e permite identificar as armadilhas e raízes coloniais no bojo dos discursos feministas branco/burguês.

As mulheres europeias resolvem o conflito de uma forma muito menos indireta. Afirmam sem rodeios que ninguém esconde o que é belo e discernem nesse estranho costume uma intenção “totalmente feminina” de disfarçar as imperfeições. E passam a comparar a estratégia da mulher europeia, que pretende corrigir, embelezar, realçar (tratamentos de beleza, penteados, moda), com a da mulher argelina, que prefere velar, esconder, cultivar a dúvida e o desejo do homem. Em outro nível, alega-se que a intenção é enganar o cliente, e que a embalagem na qual a “mercadoria” é apresentada não altera realmente a sua natureza, nem o seu valor (Fanon, 1965, p. 45. Tradução nossa).

Esse trecho complementa o que Fanon (1965) menciona sobre as mulheres francesas que vivem na Argélia se sentirem desafiadas em nível de feminilidade. É possível questionar se ao esvaziar os significados de um elemento cultural como o véu comparando-o com as “estratégias de feminilidade” ocidentais, as mulheres francesas acabam também objetificando a si mesmas. Considerando que estes eram os anseios das mulheres brancas apresentados por Fanon, as palavras “cliente” e “mercadoria” se destacam na minha leitura.

Pode-se dizer que a preocupação de competir com as mulheres argelinas no lugar que o patriarcado designa a elas (europeias), o de estar disponível ao desejo do homem, é mais um indício de como o potentado colonial age de forma generificada e racializada. Uma vez que o colonialismo se interessa em manter sua dominação cultural, racial e econômica, utilizar-se das mulheres francesas que

se beneficiam da hierarquização racial nas suas campanhas foi uma potente ferramenta de guerra. Por esse caminho, poderíamos considerar que o dispositivo da rivalidade feminina é não somente colonial como também racializado.

Essa perspectiva nos leva ao pensamento da filósofa brasileira Vilma Piedade (2017) ao elaborar o conceito de Dororidade. Segundo a autora, o conceito de sororidade apresentado como a resposta feminista à rivalidade entre mulheres não é suficiente para abranger as experiências de mulheres negras, indígenas e não brancas.

Sororidade une, irmana, mas Não basta para Nós – Mulheres Pretas, Jovens Pretas. Eu falo de um lugar marcado pela ausência. Pelo silêncio histórico. Pelo não lugar. Pela invisibilidade do Não Ser, sendo. [...] Dororidade carrega no seu significado a dor provocada em todas as Mulheres pelo Machismo. Contudo, quando se trata de Nós, Mulheres Pretas, têm um agravo nessa dor. [...] *Pele negra, máscaras brancas...* Dororidade tem essas questões impressas na sua multiplicidade (Piedade, 2017, p.17-25).

Com o conceito de Dororidade, a autora destaca que é fundamental que os feminismos contemporâneos tenham como pauta o combate ao racismo religioso, uma vez que não é possível avançar na luta enquanto a história e os valores culturais das populações colonizadas não forem considerados enquanto conhecimentos. Para tal, é necessário estarmos atentas às armadilhas coloniais no discurso do feminismo hegemônico.

Esta observação contribui para pensar a luta feminista numa perspectiva anticolonial, entre a chamada que Fanon (2021) faz pela solidariedade entre os povos e Piedade (2017) faz pela Dororidade. Tendo estas questões em mente, Fanon (1965, 2021) chama a esquerda e os intelectuais franceses para a responsabilidade de atuarem pela independência da Argélia.

Em um ensaio escrito a respeito do caso de defesa de Djamilia Bouhired⁶⁷, intitulado “*A propósito de uma defesa*”, Fanon (2021) defende que o essencial para a defesa da combatente argelina é não a fazer como se fosse um caso isolado. Levantar o nome de uma ou outra militante é insuficiente, segundo o autor, sem ter em perspectiva todo o cenário colonial que contorna suas experiências. Ao apontar essa crítica, Fanon constrói sua própria defesa de Bouhired afirmando que ela não deve ser vista como “uma mulher inocente e desequilibrada levada à loucura por seus carrascos” (Fanon, 2021, p.118), e sim como uma “patriota argelina consciente” que carrega a mensagem daqueles “que tombaram por uma Argélia independente” (Fanon, 2021, p.119-120).

Djamilia Bouhired, no entanto, não foi a única combatente que recebeu apoio internacional durante seu julgamento. No caso de Djamilia Boupacha também foi necessário mobilizar apoiadores para sua defesa, tal como fez Simone de Beauvoir. É importante destacar que tanto Bouhired quanto Boupacha receberam apoio internacional como uma estratégia de defesa de seus respectivos advogados, Jacques Vergès e Gisèle Halimi. O que nos leva a pensar que frente à urgência de uma condenação da morte, as defesas “isoladas” tiveram algum efeito em adiar seus assassinatos permitindo que elas recebessem anistia com a independência em 1962.⁶⁸

Nascida em 1938 em Bologhine, província de Argel, Djamilia Boupacha foi uma *fidayate* da Frente de Libertação Nacional (FLN) presa em 1960 sob a acusação de terrorismo. A combatente foi acusada como responsável por implantar uma bomba no restaurante

67 Em 1957, Djamilia Bouhired foi presa acusada de terrorismo sendo submetida a tortura e condenada à morte, junto a outras militantes como Zohra Drif, Samia Lakhdari e Djamilia Bouazza (Macmaster, 2009). Estas ativistas atuaram na guerrilha urbana compondo um grupo que é chamado de *fidayate*, ou seja, combatentes da luta armada urbana. As *fidayates* representam apenas 2% entre todas as mulheres militantes e participaram diretamente nas ações de transporte de documentos, armas ou bombas (Amrane, 1992).

68 Atualmente Djamilia Bouhired tem 87 anos e Djamilia Boupacha tem 84 anos.

universitário Brasserie des Facultés em Argel, bomba esta que não explodiu, não deixou vítimas e tampouco havia testemunhas. A única evidência obtida pelo exército francês foi uma confissão assinada por Boupacha durante sua prisão. Tendo em vista que a ativista foi torturada por 33 dias consecutivos, sua advogada argumentou que a confissão foi extraída forçadamente sob o uso de extrema violência. (Perroti, 2021)

Ao pesquisar por seu nome pouco aparece sobre sua trajetória até chegar a FLN, mas muito se destaca sobre sua prisão e seu julgamento. Pesquisas sobre violência e gênero foram realizadas tendo sua experiência como estudo de caso,⁶⁹ talvez porque a mobilização realizada por Gisèle Halimi e Simone de Beauvoir tiveram um grande peso na denúncia da severa tortura à qual Boupacha foi submetida. Ao tomar ciência da prisão de Djamila, a advogada tunisiana Gisèle Halimi decidiu assumir seu caso, tendo apenas um mês para preparar o processo.

Para levar a prisão de Boupacha a público, Beauvoir publicou em sua defesa um artigo no jornal *Le Monde* a pedido de Halimi. Reprendida pelo redator do periódico por não ter sido moderada nas palavras escolhidas, Beauvoir se recusou a negociar sua escrita argumentando que “isso não justifica alguém enfiar uma garrafa você sabe onde” (Monteil, 2020, p.13. Tradução nossa), se referindo a um dos métodos de tortura cometido contra a *fidayate*. Embora o seu texto tenha sido modificado na redação final (Monteil, 2020), Beauvoir manteve o posicionamento de não suavizar a denúncia na escrita do prefácio para a obra *Djamila Boupacha* (1962), escrito por Gisèle Halimi, no qual Beauvoir decidiu assinar junto para compartilhar a responsabilidade da publicação (Golav, 2007).

69

Tais como Emília Bea Pérez (2021) e Heidi Brown (2014), dentre outros trabalhos encontrados pela plataforma Sci-Hub ao buscar o nome de Djamila Boupacha.

Destaco esta postura da filósofa francesa, pois, compartilho do posicionamento de que a denúncia da violência sexual deve ser feita tal como ela foi. Identificamos na obra de Fanon e no estudo da atuação das mulheres argelinas na revolução, como o estupro e outras formas de violência foram métodos coloniais utilizados tanto para conquistar territórios quanto para desmobilizar a luta revolucionária. Tendo isso em vista, o que seria o estupro se não uma forma concreta de desterritorialização do próprio corpo? É preciso se atentar às armadilhas em torno dessa agressão e desalienar nosso entendimento sobre o estupro, que como nos informa Rita Segato (2018), não é sobre sexo e sim sobre poder.

Pensando em “microcosmo a tragédia da situação colonial no nível psicológico” (Fanon, 1965, p.40. Tradução nossa), ter a sua intimidade violada não significa que o estupro seja parte de sua intimidade. Denunciar sem rodeios e compartilhar a dor e o desconforto é necessário pois quanto mais íntima é a violência, mais pública e coletiva é o trabalho de combatê-la. Não implica dizer que fazer essa denúncia seja fácil, menos ainda ter seu nome conhecido internacionalmente a partir da violência sofrida e não de sua trajetória de luta, como foi o caso de Djamila Boupacha. No entanto, deve-se reconhecer que denunciar essa memória traumática é essencial na luta por justiça, como discutiremos no próximo subcapítulo.

Saliento também a disposição de Simone de Beauvoir ao assinar o livro junto com Gisèle Halimi. No contexto da guerra de descolonização, os franceses que apoiavam a Argélia eram considerados traidores sendo submetidos a prisão, tortura e assassinato.⁷⁰ Um deles foi o médico francês Lacaton, parceiro de trabalho de Fanon no hospital de Blida que foi interrogado, torturado e jogado em um chiqueiro para morrer (Faustino, 2018).

70

“A acusação de traição que espreeita os adversários da Guerra da Argélia torna-se uma arma temível nas mãos do governo francês. Assim, no início do ano de 1957, pôde-se ver muitos democratas se calarem ou serem cooptados pela onda revanchista, elaborando um patriotismo elementar, mal estruturado, atormentado pelo racismo, violento, totalitário, em suma, fascista.” (Fanon, 2021, p.125)

Biógrafos de Fanon questionam porque ele não chegou a ser interrogado e a hipótese é de que ele possa ter sido poupado devido à falta de informação que os franceses tinham sobre a atuação da FLN dentro do hospital (Faustino, 2018). Fanon foi expulso da Argélia após escrever uma carta ao Ministro Residente, carta que poderia ser motivo suficiente para levar Fanon à prisão, contudo, biógrafo Geismar (1972 *apud* Faustino, 2018) considera que a expulsão tenha sido uma decisão conveniente baseada no fato de que o psiquiatra além de ser estrangeiro era também internacionalmente conhecido. No entanto, mesmo após ter sido expulso Fanon foi alvo de atentados enquanto escrevia a obra *L'An V de la Révolution Algérienne*.

Esse contexto evidencia como a França utilizou de todos os seus esforços para suprimir a revolução argelina, reconhecendo a ameaça da atuação dos intelectuais que se mobilizaram contra a truculência colonial. Fanon estava ciente do perigo de se manifestar a favor da Argélia, contudo não deixava de defender a posição de que era um papel imprescindível a ser feito por aqueles que se consideravam intelectuais de esquerda. Em "A propósito de uma defesa", Fanon (2021) se refere à obra de Georges Arnaud a respeito de Djamila Bouhired:

É verdade que seu livro foi escrito para um público francês. Também é verdade que existem na França, há algum tempo, hábitos fascistas pelos quais os escritores que se prezam pagam o preço. Por tudo isso, sua obra é corajosa. [...] A morte de Djamila Bouhired – e nisso você tem razão, Georges Arnaud – coloca um problema para o povo francês. [...] O dr. Jacques Vergès⁷¹ não pôde defender Djamila Bouhired. Você diz, Georges Arnaud, que faltou pouco para que ele fosse linchado por essa parcela do povo francês que reina em Argel. Eis aqui, portanto, um novo pretexto para a revolta: os direitos à defesa, de proteção da defesa..." (Fanon, 2021, p. 120).

Menos de um mês após ter publicado o texto acima, Fanon (2021) publicou uma sequência de três ensaios reunidos sob o título de “Os intelectuais e democratas franceses diante da Revolução Argelina” (*El Moudjahid* em 1º dez 1957, 15 dez. 1957 e 30 dez. 1957). Neste escrito, o autor diagnostica como problema da esquerda francesa o fato de que não apoiam a principal necessidade da luta anticolonial, que é segundo ele a reivindicação nacional dos povos colonizados. Fanon (2021) aponta que muitos intelectuais em vez de denunciar as truculências do exército francês escolhiam por argumentos menos “apelativos” tais como fatores econômicos e diplomáticos. Uma tentativa, tal como foi a censura do artigo de Simone de Beauvoir ao jornal *Le Monde* discutida anteriormente, de suavizar na opinião pública a violência colonial.

Para além disso, Fanon (2021) identifica que propagandas colonialistas que mobilizaram o discurso antiterrorismo induziram a esquerda francesa a exigir condições e condutas do movimento revolucionário. O autor reforça que tal atitude não deve ser compreendida como solidariedade à luta, mas sim como o “desejo dificilmente reprimido de guiar, de orientar o movimento de libertação do oprimido” (Fanon, 2021, p.127). Aqui se demonstra que mesmo entre os franceses de esquerda, o comportamento paternalista se sobressai ao impor condições de seu apoio na tentativa de negociar qual será o futuro da Argélia independente.

Logo, “o colonialismo quer que tudo venha dele” (Fanon, 1965, p.63. Tradução nossa), mas “as ferramentas do mestre nunca vão dismantelar a casa-grande” (Lorde, 2007, p.59). A partir destas críticas, Fanon (2021) saúda aqueles que se recusaram a pegar em armas contra o povo argelino e elenca objetivamente as tarefas da esquerda francesa: apoiar sem reservas o direito de autodeterminação dos povos, reconhecer a vontade nacional, eliminar o colonialismo, estimular todas as greves organizadas pelo povo francês e reforçar as ações informativas sobre a luta do povo argelino.

Pensando esta discussão em conjunto com o que foi apresentado neste tópico, Fanon ao mesmo tempo expõe as armadilhas nos discursos e ações da esquerda francesa e oferece subsídios para identificá-las também no movimento feminista hegemônico/branco/colonial. No item a seguir, veremos de que forma isso se reflete na responsabilidade da construção de um conhecimento histórico antirracista e anticolonial.

2. A REVOLUÇÃO ARGELINA E A HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE: TRAUMA, MEMÓRIA E JUSTIÇA

A independência da Argélia não é apenas fim do colonialismo, mas desaparecimento, nesta parte do Mundo, de um germen de gangrena e de uma fonte de epidemia. A libertação do território nacional argelino é uma derrota para o racismo e para a exploração do homem; inaugura o reino incondicional da Justiça. (Fanon, 1980, p. 71)

O trecho acima é do ensaio intitulado “A Argélia perante os torcionários franceses” (*El Moudjahid*, nº10, setembro de 1957), e demonstra que Frantz Fanon enxerga na experiência da Revolução Argelina não apenas a potencialidade de morte do colonialismo como também oferece as estratégias necessárias para o nascimento de novas humanidades. Essa construção de uma nova humanidade constitui o projeto que Fanon se dedica a defender em seus trabalhos, na qual sua principal preocupação se trata da construção de uma consciência da libertação.

Para Fanon (2002), a consciência da libertação são os intelectuais, artistas, professores, combatentes, trabalhadores e a sociedade em geral que se organiza em luta e trabalha para a morte do colonialismo. A fim de melhor prolongar seu projeto, como defende

Achille Mbembe (2019), cabe-nos questionar de que forma podemos incorporar essa consciência da libertação na nossa vida, nosso trabalho e em especial, na prática historiográfica. Nesse sentido, quais são as contribuições do pensamento de Frantz Fanon e da experiência das mulheres argelinas na luta anticolonial para a construção do conhecimento no campo da História do Tempo Presente?

Em “Sobre a cultura nacional”, quarto capítulo de *Os Condenados da Terra* (1968), Frantz Fanon apresenta uma reflexão sobre o que ele chama de “literatura de combate”. Trata-se de uma literatura que convoca o povo à luta, informa a consciência nacional, apresenta novas e ilimitadas perspectivas. Considerando sua perspectiva de que intelectuais, artistas, poetas e escritores que firmam sua responsabilidade na luta anticolonial através de seu trabalho constituem a literatura de combate, a própria obra de Fanon pode ser considerada como parte disso.

O autor também chama atenção sobre como a forma como o passado é narrado reflete na maneira como o presente é visto e conseqüentemente, naquilo que é projetado como futuro. Esta é uma preocupação colocada por Fanon (1968) porque o autor se dedica a analisar sobre a construção da identidade nacional, o que reverbera diretamente sobre os usos da memória pelos nacionalismos.

Fanon (1968) considera a cultura como fundamentalmente mutável: “quando um povo sustenta uma luta armada ou mesmo política contra um colonialismo implacável, a tradição muda de significação” (Fanon, 1968, p.186). Nessa perspectiva, ao comentar sobre as literaturas de combate, o autor afirma que não é possível dar testemunho da nação a partir da cultura. Ela pode, contudo, ser evidenciada no próprio combate conduzido pelo povo contra as ocupações coloniais. Sendo assim, é possível dizer que, para Fanon (1968), o testemunho da nação é dado a partir do processo de libertação da consciência no qual ele também nomeia de “arrancar-se do pântano” (Fanon, 1968, p.181), ou, “sair da grande noite” (Mbembe, 2019).

Neste caminho, a obra de Fanon é também um testemunho desse processo de tomada de consciência. Se o considerarmos como integrante dessa literatura de combate, é possível refletir historicamente sobre sua própria trajetória, pois compreende o tempo da experiência vivida, o tempo da revolução e a consciência de libertação. Estas três esferas também podem ser compreendidas sob a ótica da teoria itinerante, apresentada pelo intelectual palestino Edward Said (2005).

Said (2005) atenta para a relação simultânea existente entre a teoria e a prática, ou seja, a *práxis* revolucionária. Segundo o autor, a teoria itinerante é constituída pela sua capacidade insurgente de dispersão geográfica e temporal e, embora seu poder original e sua rebeldia possa por vezes se perder, sua força sempre encontra um sentido nos caminhos que percorre. Felizmente, hoje, no Brasil, não é possível falar de teoria revolucionária sem falar do pensamento de Frantz Fanon cuja *práxis* foi, segundo Said (2005), a emergência de uma consciência inteiramente nova: a da libertação.

Ter a teoria itinerante de Fanon enquanto eixo também nos auxilia para refletir sobre a História do Tempo Presente (HTP). A HTP é um campo historiográfico que tem em perspectiva compreender, dentre outras, as concepções de memória, tempo e trauma de grupos sociais em determinados tempos históricos. Tendo como uma de suas características a possibilidade de utilizar múltiplas fontes, dentre elas orais e testemunhos, o campo se consolidou a partir de 1978 com a criação do Instituto de História do Tempo Presente (IHTP) na França cuja criação marcou um período de mudança epistemológica marcada pela ascensão da dimensão memorial (Dosse, 2012).

Tendo como perspectiva teórica e historiográfica que recusa uma postura presentista, o campo pressupõe o entendimento político e temporal de um passado que não passa, ou a noção contemporânea do não contemporâneo, como aponta François Dosse (2010). As diversas formas de se referir a esta perspectiva indicam que o

tempo presente não se trata de uma simples demarcação temporal, mas sim de uma concepção da operação historiográfica.

Conforme apresentado anteriormente, essa concepção historiográfica no campo dos estudos pós-coloniais pode ser compreendida como a permanência da colonialidade, ou seja, o entendimento de que os sistemas construídos e implantados pelo colonialismo estão e ainda são profundamente estruturais no tempo presente. Enquanto intelectual da luta anticolonial, a relação do colonialismo com o tempo e a história também eram preocupação de Frantz Fanon, como destaca na citação a seguir.

Talvez não tenha sido suficientemente demonstrado que o colonialismo não se contenta de impor sua lei ao presente e ao futuro do país dominado. Ao colonialismo não basta encerrar o povo em suas malhas, esvaziar o cérebro colonizado de toda forma e todo conteúdo. Por uma espécie de perversão da lógica, ele se orienta para o passado do povo oprimido, deforma-o, desfigura-o, aniquila-o (Fanon, 1968, p. 175).

Essa percepção do tempo colonial nos remete ao que Achille Mbembe (2019) identifica na obra de Fanon como a compreensão de uma tripla dimensão da violência colonial. Segundo o filósofo, a teoria fanoniana da violência aponta que ela se manifesta em três esferas do tempo. No cotidiano, com a destruição dos valores culturais e modos de existência tais como linguagem, vestuários, técnicas, visando destruir os sistemas de referência. Trata-se de uma pilhagem dos esquemas culturais. Em relação ao passado, como aponta Fanon, "o colono faz a História e sabe que a faz." (Fanon, 1968, p.37).

Por fim, a terceira esfera se trata da violência em relação ao futuro, onde o colonialismo se pretende eterno. Segundo Mbembe (2019), nomear as ruas das cidades e construir estátuas e monumentos em homenagem a colonialistas consistem nessa intenção. Tendo em vista essa tripla dimensão da violência colonial, Mbembe (2019) destaca que é preciso identificar o modo de inscrição da

colônia nos debates sobre a memória, a história e o esquecimento, pois constituem as formas de instrumentalização do passado nas lutas sociais em curso.

Segundo o autor, a colônia é um elemento imprescindível da memória e das experiências contínuas do passado. Ela dá corpo à subjetividade e é constantemente lembrada e experimentada, por isso é uma matriz significativa da linguagem sobre o passado e o presente, a identidade e a morte. A colônia é um fator indispensável para a compreensão desse passado que é não somente lembrado enquanto acontecimento, mas é, também, continuamente vivido. Podemos partir desta reflexão para nos orientar sobre as formas de inscrição da colônia no texto historiográfico, a fim de evitar uma construção do conhecimento que aniquila, difama e desfigura o passado dos povos colonizados, como coloca Fanon (1968).

Considerando as fontes existentes sobre a revolução argelina enquanto testemunho, como a obra de Fanon, podemos questionar, na perspectiva da HTP, quais os objetivos de tais testemunhos: reparação, reconciliação ou justiça? O historiador Berber Bevernage (2018) defende em sua tese a insuficiência do tempo histórico moderno para analisar as memórias de populações que foram vítimas de violência do Estado. Para o autor, o caráter irreversível do tempo histórico moderno acionado pelas narrativas institucionais dos Estados⁷² não o torna capaz de sustentar as demandas por justiça dessas vítimas, uma vez que devido ao trauma, o passado está constantemente presente em suas experiências.

Aponta o autor que esse caráter irreversível, majoritariamente acionado pelas instituições das Comissões da Verdade, tem por objetivo decretar o passado por encerrado ao sugerir uma superação por meio do esquecimento e não da justiça e responsabilização dos

72

No caso, o autor analisa as experiências da Argentina, Serra Leoa e África do Sul, mas sua tese se expande ao pensar no sentido de violência cometida pelos Estados que têm em sua constituição a experiência do fato colonial.

violadores. Essas narrativas estatais/institucionais estão diretamente relacionadas ao que o autor chama de políticas do tempo, em que o dispositivo tempo da história quando acionado pela justiça tem o objetivo de apaziguar as forças imperativas da moral das “memórias” e testemunhos das vítimas como um meio de efetivar a passagem do tempo, ou seja, a “superação” por meio do esquecimento.

O movimento de discutir a memória da guerra da Argélia é necessário, visto que as escolhas políticas se iniciam com a própria nomeação da guerra. Walter Lippold (2021) aponta que o nome de guerra da Argélia só foi reconhecido oficialmente pela Assembleia Nacional da França em 1999, tendo sido até então nomeado de “acontecimentos da Argélia”. Enquanto que na historiografia argelina são indicados os nomes corretos a serem usados: “revolução, luta armada de libertação nacional, guerra de libertação nacional, guerra de independência, guerra da Argélia” (Lippold, 2021, p. 33).

Segundo o historiador, dois motivos principais impediram uma perspectiva historiográfica crítica a respeito da Guerra da Argélia. São eles uma produção com viés colonialista na França e o controle ideológico do Estado argelino com a intenção de construir uma identidade nacional. Soma-se a isso, destaca Lippold (2021), a falta de acesso aos arquivos da guerra. Tendo estas questões em vista, é possível perceber que os debates memoriais sobre a guerra de independência se demonstram cada vez mais presentes.

Em janeiro de 2021, foi publicado um relatório intitulado *Les questions mémorielles portant sur la colonisation et la guerre d'Algérie*⁷³, escrito pelo historiador Benjamin Stora sob encomenda do presidente da França Emmanuel Macron. Em 2018, o presidente reconheceu a responsabilidade do Estado francês sobre a morte do matemático tunisiense Maurice Audin, membro do PCA assassinado em decorrência de tortura em 1957.

73

Disponível em: <https://www.elysee.fr/admin/upload/default/0001/09/0586b6b0ef1c2fc2540589c6d56a1ae63a65d97c.pdf>. Acesso em 12 julho de 2022.

Stora (2021) também destaca a decisão de Macron em devolver a Argel os crânios de argelinos mortos em 1849 durante a conquista colonial, cujos restos mortais foram mantidos no Museu do Homem em Paris. Cabe-nos questionar, contudo, qual o alcance de tais iniciativas para a justiça e reparação histórica e se entre suas intencionalidades inclui reconhecer a responsabilidade dos crimes de guerra da França e as violências do tempo presente.

No que diz respeito ao véu islâmico, por exemplo, basta uma breve pesquisa para saber que o posicionamento colonialista se mantém. A implementação de uma lei na França em 2010 que proíbe o uso do véu islâmico integral (burca e niqab) em espaços públicos⁷⁴, e a proibição de atletas muçulmanas de competirem com o uso do hijab⁷⁵ são alguns exemplos que indicam resquícios de uma política e discurso colonial no tempo presente.

Dentre os temas levantados no relatório, Stora (2021) apresenta um inventário das iniciativas de reconciliação tomadas pelas sociedades civis entre os dois países e realiza uma reflexão a respeito dos arquivos da guerra. O historiador pontua que o objetivo central do relatório consiste em propor uma reconciliação memorial entre a França e a Argélia. Visando a possibilidade de construir um “destino comum”, o autor destaca a tentativa de impedir o esquecimento e o que ele chama de “separação de memórias” (Stora, 2021, p.2). Separação causada por uma “competição de vítimas e reconstrução de narrativas fantasiosas” (Stora, 2021, p.3. Tradução nossa), como o autor aponta a seguir.

A representação do passado não é um ato trivial quando diz respeito à guerra da Argélia, afetando vários grupos traumatizados (soldados, oficiais, imigrantes, *harkis*, *piéd-noirs*, nacionalistas argelinos); e quando estas

74 Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/07/tribunal-europeu-apoia-lei-francesa-que-proibe-veu-islamico-em-publico.html>. Acesso em 12 de julho de 2022.

75 Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2022/02/09/franca-proibe-manifestacao-a-favor-do-veu-islamico-em-competicoes-esportivas.htm>. Acesso em 12 de julho de 2022.

representações contradizem os discursos dominantes, oficiais. A reminiscência torna-se então menos óbvia, mais dolorosa, e a análise deste passado é mais confusa e delicada. Para as sociedades francesas e argelinas, o que deve ser feito com todos os vestígios de guerra que assombram as memórias? Que status deve ser dado às memórias de ambos os lados? Que interpretação deve ser feita desses silêncios que as sociedades acumulam a fim de continuar vivendo juntas? E é necessário contar tudo, revelar tudo sobre os segredos da guerra? A questão da fidelidade da memória, da representação do passado não é óbvia (Stora, 2021, p.5. Tradução nossa).

O autor do relatório apresenta que a intenção de reconciliação memorial se faz presente nessa tentativa de equilibrar as memórias das duas nações a respeito da guerra. No entanto, historiadores argelinos como Noureddine Amara (2021) denunciam a perspectiva revisionista deste relatório ao identificar que o discurso de Stora (2021) propõe colocar em um mesmo nível a violência colonial e a violência dos colonizados.

Em artigo para o jornal *Liberté*,⁷⁶ Amara (2021) defende que “a primeira verdade que deve regular as relações entre os homens é a justiça, não a memória” (Amara, 2021, n.p. Tradução nossa). Amara (2021) rejeita a operação de pacificação de memórias e critica como, ainda no tempo presente, as memórias argelinas são alvo de interesses políticos da França. Vejamos o que ele destaca a seguir a respeito do relatório:

Para o senso comum, a palavra reconciliação está repleta de um a priori histórico que não resiste aos fatos. Nossa guerra de libertação não quebrou um vínculo de amizade com a França. Desde 1830, a França não era amiga da Argélia; ela era sua ocupante. A menos que entendamos a reconciliação em seu sentido cristão - mesmo paulino -, segundo o qual um pecador se reconcilia confessando

76

Disponível em: <https://www.liberte-algerie.com/contribution/une-memoire-hors-contrat-353284>
Acesso em 12 de julho de 2022.

suas faltas, este termo de duplo sentido é muito embaraçoso para que possamos aceitá-lo sem dizer uma palavra. Implica uma opção francesa decisiva que prefere a reconciliação à justiça. Cada um tem sua preferência (Amara, 2021, n.p. Tradução nossa).

Com essa crítica, Noureddine Amara (2021) propõe que um conflito de memórias seria mais produtivo, visto que no conflito reside uma força contestadora mais forte que a reconciliação na renovação de suas respectivas perspectivas historiográficas. O historiador ainda levanta uma pergunta central para essa disputa: para quem a memória é um problema? A quem beneficia a reconciliação amigável dessas memórias? E afirma: "Stora peca por uma concepção excessivamente patológica da memória quando, chamando Ricœur de reforço, ele nos administra, em boas doses, o esquecimento e o perdão como uma libertação bem-vinda." (Amara, 2021, n.p. Tradução nossa).

Com este posicionamento, Amara (2021) demarca que a memória argelina não está aberta à negociação, uma vez que o problema a ser debatido e objetivo a ser alcançado é a justiça e a responsabilização da França e oficiais pelos crimes de guerra colonial. Como destaca o autor, se há uma história comum, essa é uma história de inimizade:

Se quisermos desqualificar a violência, pôr fim à competição de vítimas, os políticos franceses devem ter a audácia de enfrentar de uma vez por todas a questão da discriminação e da violência policial que afetam preferencialmente os portadores de uma memória argelina da colonização francesa (Amara, 2021, n.p. Tradução nossa).

Por ser um debate especialmente recente, tais documentos ainda necessitam um estudo aprofundado e crítico para compreender o contexto historiográfico da guerra de independência no tempo presente. Eles nos permitem, no entanto, identificar as diferentes propostas de narrativa histórica do ponto de vista da nação colonizadora e a nação colonizada. A reconciliação, portanto, não é uma reivindicação de quem convive com a memória e a constante experiência vivida das violências coloniais, mas sim a justiça.

Nesse sentido, falar em justiça e responsabilização das forças coloniais é um trabalho que exige realizar uma crítica do tempo. Como apresenta Bevernage (2018), esta crítica do tempo pode ser pensada também a partir do trauma e da persistência de um passado assombroso, vítimas de uma violência de caráter geracional. Embora o trauma seja um conceito presente no campo da História do Tempo Presente, tal categoria tem sido questionada se é suficiente para sustentar a análise das experiências históricas que foram submetidas à dominação colonial. O historiador Adriano Denovac (2017) atenta para os perigos de se psicologizar o passado, sendo um deles a não compreensão da exigência de justiça e reparação.

Para a HTP, o trauma representa uma ruptura brusca com a percepção da passagem de tempo. Essa ruptura é resultado do choque entre o sujeito e o acontecimento inesperado, e por sua vez, violento, podendo ser experienciada à nível individual, coletivo ou geracional. Do ponto de vista clínico, Frantz Fanon nomeia uma experiência traumática como “choque afetivo” (2020, p.118). Pensando o colonialismo como uma grande catástrofe em dimensão geracional e intercontinental, a concepção de trauma na análise historiográfica deve ser feita com cautela a fim de não esvaziar de responsabilidade o violentador.

Assim sendo, partindo do diálogo com Fanon, falar em ferida colonial pode ser um caminho para esta reflexão. Pois um movimento comum entre as discussões de trauma no campo da História é a atribuição destes debates somente a vítimas diretas ou indiretas. Compreender tais violências sob a ótica da ferida colonial quebra com esse pacto e atribui a responsabilidade aos violentadores, ao mesmo tempo em que refuta a noção de que é algo que pode ser “curado.”

Pensar em cura para a violência colonial nos remete a apenas duas opções: perdão ou esquecimento. Não se trata, portanto, de buscar uma cura, como apresenta Fanon, e sim de exigir justiça. Para uma prática historiográfica antirracista, anticolonial e feminista, é necessário compreender que a responsabilidade de combater a violência colonial se faz em toda a sua tripla dimensão: no cotidiano, em relação ao passado e ao futuro.

Para Mbembe (2019), reparação, restituição e justiça são as condições para a elevação coletiva em humanidade. Restituição e reparação histórica, segundo o filósofo, consistem na possibilidade de construção de uma consciência comum do mundo, da realização da justiça universal. Segundo o autor, a reparação não se trata somente de um processo do tratamento social do luto das vítimas, mas é um processo imprescindível para a durabilidade do mundo, baseado na possibilidade de uma justiça universal. Reparação, restituição e justiça são para o autor, as condições necessárias para ascensão em humanidade, fundamentada em um pensamento de vida. Esse é o projeto de Fanon.

Se o campo da História do Tempo Presente contempla a relação da história em constante movimento, trauma, violência, memória e testemunho, quais os motivos da resistência ao estudar e aprender com as experiências que construíram e viveram essa consciência da libertação? O conceito de epistemicídio de Sueli Carneiro (2005) nos responde essa questão. Segundo a filósofa brasileira, o dispositivo de racialidade que opera na sociedade brasileira reverbera na produção do conhecimento, determinando hierarquias entre intelectuais seguindo a lógica do Contrato Racial.

O epistemicídio é, portanto, a “negação que empreende da legitimidade das formas de conhecimento, do conhecimento produzido pelos grupos dominados e, conseqüentemente, de seus membros enquanto sujeitos de conhecimento” (Carneiro, 2005, p.96). Nesse caminho, a crítica colocada nesta reflexão não se trata de eliminar a Europa e rejeitar tudo que vem dela, mas sim destituí-la do lugar de referência universal na produção do conhecimento. Os resultados de descentralizar a Europa podem encaminhar para a consolidação de novos clássicos, e conseqüentemente, a Europa se torna cada vez mais um referente localizado, situado geopoliticamente.

O que caracteriza Fanon enquanto pensador da encruzilhada, como coloca Deivison Faustino (2022), não é rejeitar trabalhos de pensadores europeus. O que o autor faz é partir de suas

preocupações para avançar, aprofundar e superar, apontando que o que limita suas produções é a sua pretensão universal, ignorando conscientemente toda a estrutura de dominação racial que a própria Europa criou. “O colonialismo não julgou necessário perder tempo em negar umas após outras as culturas de diferentes nações. Ao se colocar como referente universal, nega todas elas conjuntamente” (Fanon, 1968, p. 176). Portanto, entender que esta universalidade é branca é o primeiro ponto de partida para a transformação das nossas narrativas e nossas práticas.

A branquitude na produção do conhecimento histórico precisa parar de tentar justificar o injustificável. Nós, historiadoras (es) brancas (os) comprometidas com a luta antirracista, antipatriarcal e anticapitalista, deveríamos usar esse esforço para ler e aprender com quem tem muito a nos ensinar. Mais do que contribuir, a potencialidade da literatura de combate de Fanon, das mulheres argelinas, e todos os testemunhos riquíssimos em suas obras, é abrir nossos trabalhos e perspectivas de futuro a horizontes ilimitados e fecundos, onde há vida fértil, justiça, autonomia e libertação.

REFERÊNCIAS:

ABU-LUGHOD, Lila. As mulheres muçulmanas precisam realmente de salvação? Reflexões antropológicas sobre o relativismo cultural e seus Outros. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 20(2): 451-470, maio-agosto/2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2012000200006/22849>. Acesso em 14 jul. 2022.

ALLOULA, Malek. **The Colonial Harem**. Tradução: GODZICH, Myrna; GODZICH, Wlad. Londres: University of Minnesota Press, 1997.

AMARA, Noureddine. **Une mémoire hors contrat**. Rédaction Nationale, Liberté. Argélia, 2021. Disponível em: <https://www.liberte-algerie.com/contribution/une-memoire-hors-contrat-353284>. Acesso em 15 jul. 2022.

BEVERNAGE, Berber. **História, memória e violência de Estado**: tempo e justiça. Tradução: André Ramos, Guilherme Bianchi. Serra: Editora Milfontes / Mariana: SBTHH, 2018.

DJAMILA, Amrane. Les combattantes de la guerre d'Algérie. In: **Matériaux pour l'histoire de notre temps**, nº26, 1992. La guerre d'Algérie: les humiliés et les oubliés. pp. 58-62. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/mat_0769-3206_1992_num_26_1_404867. Acesso em 24 jun. 2022.

DOSSE, François. História do Tempo Presente e Historiografia. In: **Tempo e Argumento**. Florianópolis, v. 4, n. 1 p. 05 - 22, jan/jun. 2012.

DRIF, Zohra. **Inside the Battle of Algiers**: memoir of a woman freedom fighter. Charlottesville, Virginia: Grey Editing, 2017.

FANON, Frantz. **A Dying Colonialism**. Tradução: Haakon chevalier. Nova Iorque: Grove Press, 1965.

_____. **Em Defesa da Revolução Africana**. Portugal: Sá de Costa, 1980.

_____. **Escritos Políticos**. Tradução: Monica Stahel. São Paulo: Boitempo, 2021.

_____. **Os Condenados da Terra**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2013.

_____. **Pele Negra Máscaras Brancas**. Bahia: EDUFBA, 2008.

_____. **Por uma revolução Africana**. Textos políticos. Editora ZAHAR, 2021.

FAUSTINO, Deivison Mendes. **"Por que Fanon, por que agora?"**: Frantz Fanon e os fanonismos no Brasil. Tese (Doutorado) - Doutorado em Sociologia. Instituição de Ensino: Universidade Federal De São Carlos, São Carlos, 2015.

_____. **Frantz Fanon**: um revolucionário, particularmente negro. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2018.

_____. **Frantz Fanon e as encruzilhadas**: Teoria, política e subjetividade. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

GOLAY, Annabelle. Féminisme et postcolonialisme: Beauvoir, Fanon et la guerre d'Algérie. **International Journal of Francophone Studies**, v.10, n. 3, p. 407-424, 2007. Disponível In: <https://faculty.chass.ncsu.edu/marchi/FLF401/Feminism%20&%20Postcolonialism.pdf>. Acesso em 15 jul. 2022.

HARTOG, François. **Regimes de Historicidade**: Presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

LIPPOLD, Walter Günther Rodrigues. **Frantz Fanon e a Rede Intelectual Argelina: circulação de ideias revolucionárias e o sujeito coletivo no jornal El Moudjahid (1956-1962)**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2019.

_____. **Frantz Fanon e a Revolução Argelina**. 1 ed. São Paulo: Editora Raízes da América, 2021.

MBEMBE, Achille. Afropolitanismo. Tradução: Cleber Daniel Lambert da Silva. In: **Áskesis**, v.4, n.2 julho/dezembro, 2015.

_____. **Crítica da Razão Negra**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

_____. **Sair da Grande Noite**. Ensaio sobre a África descolonizada. Brasil, RJ: Editora Vozes, 2019.

MONTEIL, Claudine. Gisèle Halimi et Simone de Beauvoir: Deux combattantes unies pour la justice et la liberté des femmes. **Clara Magazine**, n.181, França, Paris, 5p, set/out 2020. Disponível In: https://www.clef-femmes.fr/wp-content/uploads/2020/10/SKM_C28720100515150.pdf. Acesso em 14 jul. 2022

PERROTTI, Bruna. **Assia Djebar na Guerra de Independência da Argélia (1954-1962)**. Monografia (Bacharel em História) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2021.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

ROUSSO, Henry. **A última catástrofe**. A história, o presente, o contemporâneo. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2016.

SAID, Edward. Reconsiderando a Teoria Itinerante. In: SANCHES, Manuela. **Deslocalizar a Europa**: antropologia, arte, literatura e história na pós-colonialidade. Portugal: Cotovia, 2005.

SEGATO, Rita. **La Guerra contra las mujeres**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2018.

STORA, Benjamin. **Les questions mémorielles portant sur la colonisation et la guerre d'Algérie**. França, 2021. Disponível In: <https://www.elysee.fr/admin/upload/default/0001/09/0586b6b0ef1c2fc2540589c6d56a1ae63a65d97c.pdf>. Acesso em 15 jul. 2022.

8

Giuseppe Roncalli Ponce Leon de Oliveira⁷⁷

FEMINISMO, GIRO DECOLONIAL, GÊNERO E INTERSECCIONALIDADE NA TEORIA DA HISTÓRIA

77

Doutor em História pela Universidade de São Paulo e Pós-Doutor em História pela Universidade Federal de Campina Grande - Universidade Federal de Campina Grande- UFCG. E-mail: giuseppedeoliveira9@gmail.com

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-228-1.8

De acordo com Joana Maria Pedro (2005), o movimento feminista viveu algumas “ondas”. A primeira no final do século XIX centrada na reivindicação dos direitos políticos. Enquanto a segunda surgiu depois da Segunda Guerra Mundial e priorizou as lutas pelo direito ao corpo, ao prazer e contra o patriarcado. O segundo momento protagonizou justamente a criação da categoria de “gênero”, que era utilizada no interior dos debates para buscar explicações para a subordinação das mulheres. Inicialmente, o movimento feminista utilizava a categoria de “mulher” pensada em contraposição a do “homem”, questionando o universal masculino que não incluía as questões específicas da mulher. Sendo assim, eram utilizadas nas análises das fontes e na construção da narrativa as categorias “mulher”, “mulheres” e “condição feminina” (Alves, 2018, p. 106; Pedro, 2005).

Durante o terceiro momento, a categoria de “gênero” tem sido utilizada desde década de 1970 pelas feministas americanas de maneira a acentuar o caráter social das distinções baseadas no sexo. Porém, o uso da categoria de gênero passou a estar mais presente na historiografia a partir das contribuições de uma das mais importantes teóricas sobre o uso da categoria de gênero em história: Joan Scott (Soihet; Pedro, 2007). A perspectiva da autora foi disseminada no Brasil pelo campo da História das Mulheres em decorrência da publicação da tradução do artigo *Gênero: uma categoria útil de análise histórica* e até os dias de hoje os(as) historiadores(as) citam e compartilham das perspectivas do artigo em suas análises. Nesse estudo, Scott retoma a discussão teórica sobre o conceito de gênero e o articula à noção de poder, afirmando que o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e um primeiro modo de dar significado às relações de poder (Alves, 2018, p. 106; Scott, 1995).

Na década de 1990, com a contribuição dos movimentos LGBT, os estudos de gênero tiveram novas influências. A filósofa Judith Butler apresentou uma série de questionamentos/problemas, que serviram tanto para problematizar o caráter de uma essência

feminina na mulher enquanto sexo biológico, como para desenvolver, a partir daí, sua teoria da performatividade, através da qual pode demonstrar a produção generificada dos corpos. Nessa investigação, a autora interrogou se “[...] ser mulher constituiria um ‘fato natural’ ou uma performance cultural, ou seria a ‘naturalidade’ constituída mediante atos performativos discursivamente compelidos, que produzem o corpo no interior das categorias de sexo e por meio delas?” (Butler, 2003, p. 8-9). Em outras palavras, a filósofa salientou que a relação sexo/gênero não é direta, tampouco compulsória. Sua contribuição teórica, portanto, abriu espaço para o entendimento das diversas identidades de gênero. Logo, as categorizações homem e mulher foram questionadas por contribuir para a universalização dos sujeitos (Santos; Zaluski, 2019, p. 11).

Parte dessas questões também integram as discussões de pesquisadoras brasileiras. Segundo Rachel Soihet e Joana Maria Pedro (2007), tanto as reivindicações advindas do movimento feminista como das observações da produção acadêmica, interrogaram sobre a generalização provocada mediante a percepção em torno do gênero como binário. Para essas autoras, outras questões atravessam as relações sociais e influenciam diretamente na construção e relações de gênero (Santos; Zaluski, 2019, p. 12):

Mulheres negras, índias, mestiças, pobres, trabalhadoras, muitas delas feministas, reivindicaram uma ‘diferença’ dentro da diferença. Ou seja, a categoria ‘mulher’, que constituía uma identidade diferenciada da de ‘homem’, não era suficiente para explicá-las. Elas não consideravam que as reivindicações as incluíam (Soihet; Pedro, 2007, p. 287).

Nas últimas duas décadas, vimos surgir um quarto momento, onde os debates, diálogos e trocas tomaram rumos distintos dentro do que historicamente se convencionou chamar “movimento feminista”. De lá para cá, outras demandas sociais, culturais e fundamentalmente políticas foram sendo colocadas. O próprio conceito de feminismo começou a ruir diante das potências que se levantavam e se

apropriavam também do espaço acadêmico, extrapolando o âmbito das lutas sociais, gerando um ativismo de característica epistêmica. Ao mesmo tempo, emergem “feminismos”, demarcando diferenças, ampliando territórios e se tornando uma espécie de guarda-chuva político capaz de abarcar movimentos e sujeitos distintos por meio de coalisões, da busca conjunta de uma coexistência pautada no respeito, na visibilidade e na luta por direitos amplos (Veiga, 2020, p.3).

Portanto, podemos dizer que *giro decolonial, gênero e interseccionalidade*, são conceitos que emergem na confluência de debates que, aproximam o pensamento feminista, às questões de gênero e a crítica pós-colonial. Tributária dessas inflexões, a proposta de um feminismo decolonial baseia-se na vinculação categórica entre raça e gênero, pressupondo “uma forma de compreender a opressão das mulheres subalternizadas através de processos combinados de racialização, colonização, exploração capitalista e heterossexualismo” (Lugones, 2014, p. 940-941; Oliveira, 2018, p. 107).

Por esta razão, Maria Lugones (2014), vê que a modernidade organiza o mundo ontologicamente em termos de categorias homogêneas, atômicas, separáveis. A crítica contemporânea ao universalismo feminista feita por mulheres de cor e do terceiro mundo centra-se na reivindicação de que a intersecção entre raça, classe, sexualidade e gênero vai além das categorias da modernidade. Se *mulher* e *negro* são termos para categorias homogêneas, atomizadas e separáveis, então sua intersecção mostra-nos a ausência das mulheres negras – e não sua presença. Assim, ver mulheres não brancas é ir além da lógica “categorial”.

A autora propõe que o sistema moderno colonial de gênero como uma lente através da qual se pode aprofundar a teorização da lógica opressiva da modernidade colonial, seu uso de dicotomias hierárquicas e de lógica categorial. Lugones quis enfatizar que a lógica categorial dicotômica e hierárquica é central para o pensamento capitalista e colonial moderno sobre raça, gênero e sexualidade.

O que lhe permitiu buscar organizações sociais nas quais pessoas têm resistido à modernidade capitalista e estão em tensão com esta lógica, denominando como *não moderno*, tais formas de organizar o social, o cosmológico, o ecológico, o econômico e o espiritual (Lugones, 2014, p. 935-936).

A autora compreende a hierarquia dicotômica entre o humano e o não humano como a dicotomia central da modernidade colonial. Começando com a colonização das Américas e do Caribe, uma distinção dicotômica, hierárquica entre humano e não humano foi imposta sobre os/as colonizados/as a serviço do homem ocidental. Vindo acompanhada por outras distinções hierárquicas dicotômicas, incluindo aquela entre homens e mulheres. Essa distinção tornou-se a marca do humano e a marca da civilização. Só os civilizados são homens ou mulheres.

Os povos indígenas das Américas e os/as africanos/as escravizados/as eram classificados/as como espécies não humanas – como animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens. O homem europeu, burguês, colonial moderno tornou-se um sujeito/agente, apto a decidir, para a vida pública e o governo, um ser de civilização, heterossexual, cristão, um ser de mente e razão.

A mulher europeia burguesa não era entendida como seu complemento, mas como alguém que reproduzia raça e capital por meio de sua pureza sexual, sua passividade, e por estar atada ao lar a serviço do homem branco europeu burguês. A imposição dessas categorias dicotômicas ficou entretecida com a historicidade das relações, incluindo as relações íntimas.

Neste trabalho, a autora quer imaginar como pensar sobre interações íntimas e cotidianas que resistem à diferença colonial. Quando pensa em intimidade aqui, ela não está pensando exclusivamente nem principalmente sobre relações sexuais. Está pensando na vida social entretecida entre pessoas que não estão atuando como representativas ou autoridades.

Começa, então, com uma necessidade de entender que os/as colonizados/as se tornaram sujeitos em situações coloniais na primeira modernidade, nas tensões criadas pela imposição brutal do sistema moderno colonial de gênero. A dicotomia hierárquica como uma marca do humano também se tornou uma ferramenta normativa para condenar os/as colonizados/as.

As condutas dos/as colonizados/as e suas personalidades/almas eram julgadas como bestiais e, portanto, não gendradas, promíscuas, grotescamente sexuais e pecaminosas. Mesmo que nesse tempo a compreensão do sexo não fosse dimórfica, os animais eram diferenciados como machos e fêmeas, sendo o macho a perfeição, a fêmea a inversão e deformação do macho. Hermafroditas, sodomitas, viragos e os/as colonizados/as, todos eram entendidos como aberrações da perfeição masculina (Lugones, 2014, p. 936-937).

Decolonizar o gênero é necessariamente uma práxis, conforme afirmou Lugones. É decretar uma crítica da opressão de gênero racializada, colonial e capitalista heterossexualizada visando uma transformação vivida do social. Como tal, a descolonização do gênero localiza quem teoriza em meio a pessoas, em uma compreensão histórica, subjetiva/intersubjetiva da relação de oprimir e resistir na intersecção de sistemas complexos de opressão. Em grande medida, tem que estar de acordo com as subjetividades e intersubjetividades que parcialmente constroem e são construídas “pela situação”. Deve incluir “aprender” sobre os povos.

Além disso, de acordo com a autora, o feminismo não fornece apenas uma narrativa da opressão de mulheres. Vai além da opressão ao fornecer materiais que permitem às mulheres compreender sua situação sem sucumbir a ela. Neste ponto, a autora começa a fornecer uma forma de compreender a opressão de mulheres subalternizadas através de processos combinados de racialização, colonização, exploração capitalista, e heterossexualismo. Sua intenção foi focar na subjetividade/intersubjetividade para revelar que, desagregando

opressões, desagregam-se as fontes subjetivas intersubjetivas de agenciamento das mulheres colonizadas (Lugones, 2014, p. 940-941).

O que a autora está propondo ao trabalhar rumo a um feminismo decolonial é, como pessoas que resistem à colonialidade do gênero na diferença colonial, aprendem umas sobre as outras sem necessariamente termos acesso privilegiado aos mundos de sentidos dos quais surge a resistência à colonialidade. Ou seja, a tarefa da feminista decolonial inicia-se com ela vendo a diferença colonial e enfaticamente resistindo ao seu próprio hábito epistemológico de apagá-la.

Ao vê-la, a feminista decolonial vê o mundo renovado e então exige de si mesma largar seu encantamento com “mulher”, o universal, para começar a aprender sobre as outras que resistem à diferença colonial. A leitura move-se contra a análise socio-científica objetificada, visando, ao invés, compreender sujeitos e enfatizar a subjetividade ativa na medida em que busca o lócus fraturado que resiste à colonialidade do gênero no ponto de partida da coalizão. Ao pensar o ponto de partida desde a coalizão, porque o lócus fraturado é comum a todos/as, é nas histórias de resistência na diferença colonial onde se deve *residir*, aprendendo umas sobre as outras (Lugones, 2014, p. 948).

Seguindo na mesma linha de raciocínio temos Angela Figueiredo (2020), que no artigo *Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial*, propõe resgatar reflexões sobre os percursos teórico-metodológicos do feminismo negro realizados nos últimos anos, destacando as principais mudanças e apontando alguns fatores que contribuíram para a emergência de uma nova epistemologia feminista negra no Brasil. Para a autora, o contexto político e social em que tais movimentos se inscrevem é, efetivamente, propiciado pelas conquistas do movimento negro a partir dos anos de 1980, atrelado às políticas sociais implementadas pelo governo petista, tais como, a expansão do número de universidades públicas e a implementação das políticas de ações afirmativas, possibilitando que um maior número de professores e alunas e alunos negros adentrassem a

universidade. Esse ingresso contribuiu para a formação de coletivos negros dentro e fora das universidades, que efetivamente estreitaram laços e alianças com os movimentos sociais, notadamente o movimento de mulheres negras (Figueiredo, 2020, p. 3).

A autora nos mostra que o acúmulo de dados sobre as desigualdades raciais e de gênero produzidas dentro e fora da academia e a constante denúncia e ações de conscientização realizadas pelo movimento de mulheres negras, atrelados às já mencionadas conquistas feministas, criou um cenário de maior sensibilidade às desigualdades raciais e de gênero, que associadas ao uso de plataformas digitais, dão origem ao ciberativismo feminista negro. Essas mudanças formaram o amálgama necessário para eclodir um movimento de mulheres negras, plural e diverso (Figueiredo, 2020, p. 4).

A autora testemunhou em suas pesquisas, o aumento significativo do feminismo negro e suas diferentes perspectivas: feministas negras decoloniais, feministas negras abolicionistas, feministas negras interseccionais, feministas negras lésbicas, dentre outros. Esse movimento tem sido autodefinido pelas mulheres negras em Salvador como maré feminista negra, uma clara alusão à divisão das três fases que caracterizam o feminismo em ondas; ao mesmo tempo em que se constitui enquanto uma ruptura, uma vez que as diferentes ondas feministas não incluíram, em nenhuma de suas fases, a contribuição feminista negra.

Do ponto de vista da experiência acadêmica, a autora nos mostra, que há um movimento político decolonial que pressiona professoras e professores a incorporarem na bibliografia dos cursos ministrados autoras e autores negros e africanos. Eles reconhecem a geopolítica do conhecimento que historicamente privilegiou e reproduziu o conhecimento hegemônico e eurocêntrico, rejeitando a continuidade de práticas epistemicidas.

Uma análise do ponto vista teórico revela um constante diálogo do feminismo negro brasileiro com o afro-americano, ainda que as editoras brasileiras só tenham traduzido a contribuição feminista negra estadunidense e descoberto esse filão comercial nos últimos cinco anos. O livro de Angela Davis, “Mulheres, Raça e Classe”, originalmente publicado em 1981, somente teve sua edição brasileira em 2016, e o sucesso de venda dessa primeira tradução estimulou a editora a traduzir outros livros da mesma autora. Muitas feministas negras brasileiras já tinham lido esse mesmo livro em português, graças a uma tradução feita pelo movimento de mulheres de Portugal (Figueiredo, 2020, p. 4-5).

A autora destaca que agora é que não somente o gênero, a raça, a classe, e a sexualidade, são elementos determinantes na configuração desses novos sujeitos ou novas **sujeitas** na produção do conhecimento. A autora destacou a palavra sujeita, visto que essa atitude tem sido mais do que uma reivindicação, é uma prática política voltada para feminilizar e enegrecer a linguagem nos textos produzidos por autoras e autores negros neste novo milênio. A autora reivindica também enegrecer as referências bibliográficas – procedendo de maneira análoga aos textos feministas que reconhecidamente transformaram as regras de citações, ao incluir o primeiro nome das mulheres citadas nos artigos, para fazer frente à certa masculinização das referências bibliográficas, quando apenas os sobrenomes são citados – colocando em negrito o sobrenome para indicar que aquelas são contribuições de autoras e autores negros (Figueiredo, 2020, p. 8).

Na compreensão da autora, embora muitas pesquisas não reivindiquem uma epistemologia feminista e feminista negra decolonial, elas operam com suas perspectivas, tais como a reivindicação do lugar de fala. O reconhecimento do conhecimento advindo dos movimentos sociais contribui para uma reconciliação com o senso comum.

Considera também que há, entre a maioria dos pesquisadores, uma busca por abordagens e temas que façam sentido dentro do cotidiano da comunidade; conhecer para intervir, assim como a busca pelo estabelecimento de relações mais horizontais na pesquisa. Para dar conta dessas novas perspectivas, a autora sugere que é preciso formular novos conceitos, ferramentas teóricas e metodológicas.

A autora recupera a definição de epistemologia proposta por Lugones (2014), visto que a epistemologia insubmissa feminista negra decolonial precisa ser uma epistemologia de fronteira, de encruzilhada e de solidariedade, que forme cada vez mais pesquisadores sensíveis e comprometidos no combate às desigualdades em suas diferentes intersecções.

Nesse sentido, uma epistemologia insubmissa feminista negra decolonial é aquela que se rebela frente às normas previamente estabelecidas, rompendo fronteiras e colocando os sujeitos que historicamente estiveram à margem no centro da produção do conhecimento, neste caso em especial, colocando as mulheres negras no centro da produção. Essa proposta está em perfeita consonância com outras levadas a cabo pela perspectiva teórica decolonial e epistemologias outras. A autora afirma por fim, que é em diálogo com essas teorias que a produção de mulheres negras tem se articulado e formulado algo em direção ao que definimos como uma epistemologia insubmissa feminista negra decolonial (Figueiredo, 2020, p. 20).

Por outro lado, o gênero como categoria única de análise também foi questionado, sobretudo por feministas afro-americanas, as quais se percebiam excluídas desse monolítico denominado “mulher”, denunciando que este incluía somente mulheres brancas e de classe média. Dessa forma, teóricas com Kimberlé Crenshaw (2004), Bell Hooks (2019), Audre Lorde (1984), Angela Davis (2016) dentre outras, contribuiram para a formulação da noção de interseccionalidade. Por meio dessa ampliação de ferramentas metodológi-

cas, a análise pautada nos estudos de gênero dispõe de uma observação que busca perceber os cruzamentos junto a outras categorias de análise como raça, etnia, classe, idade, geração, sexualidade, religião, nacionalidade, dentre outras (Santos; Zaluski, 2019, p. 11-12).

Em pesquisa mais recente, Carla Akotirene (2018, p. 14) observa que a análise interseccional deve “[...] dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado”, os quais influenciam diretamente na constituição das relações sociais. Ou seja, diante das relações sociais excludentes, essas três categorias não devem ser pensadas sozinhas, pois atuam de maneira relacional. A autora destaca também a importância de tomar a proposta interseccional com atenção, para que não seja feita uma soma de hierarquias, pois a interseccionalidade visa perceber como as diferentes categorias sociais se cruzam e contribuem para as configurações sociais. Ressalta, ainda, que essa reflexão não deve pautar-se apenas em perceber as exclusões, pois, nesse cruzamento, torna-se possível perceber as inclusões e pertencimentos proporcionados pelos marcadores sociais (Santos; Zaluski, 2019, p. 12-13):

Em vez de somar identidades, analisa-se quais condições estruturais atravessam corpos, quais posicionamentos reorientam significados subjetivos desses corpos, por serem experiências modeladas por e durante a interação das estruturas, repetidas vezes colonialistas, estabilizadas pela matriz de opressão, sob forma de identidade (Akotirene, 2018, p. 39).

De acordo com Débora Machado, Maria Costa e Delia Dutra (2018), a perspectiva da interseccionalidade surge por volta da década de 1980 influenciada pelos escritos críticos que questionavam os pressupostos do pensamento feminista tradicional, como a distinção entre sexo e gênero. A divisão sexo/gênero formulava a existência de uma base biológica, e, com efeito, a humanidade se separava de forma fixa

entre dois sexos e dois gêneros diferentes entre si, atribuindo universalidade a essa distinção (Machado; COSTA; Dutra, 2018, p. 238).

Nos estudos críticos a noção corrente do pensamento feminista sobre o patriarcado é problematizada, particularmente o caráter trans-histórico deste conceito. Desta forma, questiona-se a universalização das relações de dominação masculina, das relações de poder presentes no paradigma ocidental das relações de gênero. Aproximando-se das abordagens desconstrutivistas, as autoras do pensamento crítico feminista passaram a trabalhar com a noção pulverizada de poder, valorizando a linguagem e o discurso como práticas relacionais, e compreendendo a produção de conhecimento como um ato de poder.

Diante deste contexto, a interseccionalidade surge como uma proposta teórico-metodológica para compreender as relações sociais de poder e os contextos em que se produzem as desigualdades sociais entre mulheres e homens, considerando as diferentes classificações sociais historicamente situadas.

As preocupações em torno da interseccionalidade foram iniciadas pelo movimento de feministas negras nos Estados Unidos. No esforço de desconstrução das categorias “mulheres” e “negras” emergiu-se a necessidade de refletir sobre os processos de produção e reprodução de desigualdades sociais, sendo as mulheres de cor o objeto de estudo daquele grupo.

De acordo com as autoras, Kimberlé Crenshaw (2002), através da influência vivenciada neste contexto, cunhou o conceito de “interseccionalidade” com o intuito de problematizar a concepção de gênero como uma dimensão entre outras no complexo de relações sociais e políticas – embora as mulheres estejam sujeitas a discriminação de gênero, também é verdade que outros fatores associados a identidades sociais (como raça, classe, etnia, religião, idade) são

diferenças que fazem a diferença na forma pela qual vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação.

As interseccionalidades são formas de capturar as consequências da interação entre duas ou mais formas de subordinação que criam desigualdades básicas e estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (Machado; Costa; Dutra, 2018, p. 238-239):

Utilizando uma metáfora de intersecção, [...] os vários eixos de poder, isto é, raça, etnia, gênero e classe constituem as avenidas que estruturam os terrenos sociais, econômicos e políticos. É através delas que as dinâmicas do desempoderamento se movem. Essas vias são por vezes definidas como eixos de poder distintos e mutuamente excludentes; o racismo, por exemplo, é distinto do patriarcalismo, que por sua vez é diferente da opressão de classe. Na verdade, tais sistemas, frequentemente, se sobrepõem e se cruzam, criando intersecções complexas nas quais dois, três ou quatro eixos se entrecruzam (Cresshaw, 2002, p.177).

A proposta da noção de interseccionalidade é oferecer ferramentas analíticas para compreender a articulação entre múltiplas diferenças e desigualdades. As contribuições desta elaboração teórica podem ser sintetizadas em três aspectos fundamentais.

O primeiro deles é que a interseccionalidade desafia o modelo hegemônico de mulher universal. Em segundo lugar, considera-se que gênero, etnicidade, raça, classe, entre outras classificações, operam em múltiplos níveis da vida social. Desta forma, a interseccionalidade trata não só de identidades individuais, como também das relações materiais de desigualdade.

O conceito reflete que a produção de conhecimento deve considerar as posições e classificações sociais de maneira relacional, o que implica em um esforço de não reduzir as experiências dos sujeitos de investigação em uma só categoria. Essa potencialidade

se expressa nas investigações que relacionam a questão da divisão sexual do trabalho com categorias de articulação como gênero, raça e classe social (Machado; Costa; Dutra, 2018, p. 238-239).

De acordo com Casemiro e Silva (2021) as dimensões de desempoderamento também servem para proporcionar a reflexão a respeito da ideia de empoderamento, tão deturpada em seus usos comerciais e/ou em redes sociais. Esse “empoderamento” não consiste em empoderar para conceder poderes extras e tornar esses grupos oprimidos e minoritários (político-representativa e não numericamente) mais poderosos que os demais (o que criaria, ao fim e ao cabo, outra inequidade, porém para o extremo contrário). Esse empoderamento remete apenas e meramente à restituição do *status quo* que lhes foi subtraído pelas dinâmicas sociais experienciadas, ou seja, pelas diversas dimensões de desempoderamento a que se submetem simultaneamente.

Por esse motivo, os autores, acreditam que a estrutura social precisa estar interligada à visão interseccional. Em termos reais, na situação analisada por Crenshaw, os abrigos que se voltassem somente ao problema da violência, provocado às mulheres por seus agressores, estariam fadados a não encontrar alternativas para modificar a realidade. Por exemplo, há que se indagar sobre as outras opressões que atravessaram a relação entre vítima e agressor, porque isso, de maneira instantânea, induzirá à compreensão mais ampla da incidência da violência: se há a discriminação geracional, racial, sexual e assim por diante (Casemiro; Silva, 2021, p. 7).

Por esta razão, Diego Casemiro e Natália Silva, acreditam que a interseccionalidade, para tanto, se constitui como instrumental analítico vivo, cuja redução a unidades categóricas (binárias, unidirecionais etc.), ou padrões vazios de reflexão tenderiam a dissipar toda a sua potencialidade. De acordo com os autores, existe no interior deste conceito um “*ethos* de justiça social”, que ruma raciocínios para a construção de ações efetivas, a serem realizadas na práxis,

isto é, para uma transposição prática da visão interseccional prescinde um exercício de percepção constante e depurado de alienações (Casemiro, Silva, 2021, p. 9).

Para Débora Machado, Maria Costa e Delia Dutra, a centralidade que tem adquirido a perspectiva teórica da interseccionalidade vem acompanhada de uma série de questionamentos sobre como operacionalizar, metodologicamente, as argumentações propostas pelo conceito. Dificuldade esta que surge no momento de analisar empiricamente as formas em que a simultaneidade de classificações sociais opera em determinados grupos sociais. Diante desta problemática, uma crítica à interseccionalidade é a carência de discussões sobre como aplicá-la na *práxis*.

Frente aos desafios de utilização do conceito, é importante destacar o risco de assumir como dadas as categorias de classificação social que identificam as lógicas de opressão e desigualdade. Como comentou Crenshaw (2002), por exemplo, raça e etnia podem não ser marcadores constantes em todo o mundo. Nesse sentido, ao invés de abordagens homogêneas, torna-se necessário realizar análises contextuais, pois as categorias de análise interseccionais têm contexto histórico específico, ou seja, não existe uma única forma de interseccionalidade, e sim várias, a depender do grupo e seu contexto social, cultural e político (Crenshaw, 2002). As categorias interseccionais, portanto, devem ser pensadas como processos fluidos e dinâmicos (Machado; Costa; Dutra, 2018, p. 240-241).

Segundo Jéssica Alves (2018), lançar mão do conceito de interseccionalidade, nesse sentido, é fundamental para que os(as) pesquisadores(as) escapem de interpretações reducionistas. Embora a categoria gênero tenha se tornado para a História das Mulheres e dos Estudos de Gênero, dentro da respectiva perspectiva, é, uma maneira de analisar e entender a importância dos significados das relações entre homens e mulheres no passado. O conceito de interseccionalidade assinala as limitações da categoria de gênero

e revela a multiplicidade das mulheres, admitindo e entrelaçando outros elementos como raça e classe. Admitindo, assim, que a categoria de mulher não é universal, são mulheres e feminismos diversos (Alves, 2018, p. 110).

A autora indica que um alerta contra o perigo de se analisar a vida de mulheres lançando mão apenas da categoria de gênero é visível na obra de Angela Davis (2016) de 1981 sobre os legados da escravidão e a condição de mulheres negras escravizadas nos Estados Unidos. No decorrer da discussão, Davis demonstra que as mulheres negras escravizadas dificilmente eram vistas como mulheres no sentido corrente do termo, e que o sistema escravista suprimia a atribuição da feminilidade.

Segundo a autora, diante da crescente ideologia da feminilidade do século XIX, que destacava o papel das mulheres como mães, protetoras, esposas e donas de casa, as mulheres negras eram tidas como anomalias. Quando estas desfrutavam dos “benefícios” da ideologia da feminilidade na maioria das vezes eram como trabalhadoras domésticas na casa grande. Dessa maneira, a autora usa como ponto de partida para analisar a exploração da vida das mulheres negras escravizadas nos Estados Unidos a avaliação do seu papel como trabalhadoras, atuando lado a lado de homens na lavoura (Alves, 2018, p. 111).

Nesse sentido, o gênero necessita da reflexão de raça e classe para apreender as características de vida dessas mulheres escravizadas, o feminino só era atribuído a elas quando era conveniente e ainda assim era um feminino diverso da ideologia de feminilidade atribuída a outras mulheres, brancas e de condição social abastada. Dessa maneira, a análise de Davis indica claramente que as noções do feminino e masculino devem ser analisadas em articulação com outros elementos, levando em consideração a cor e condição social, o que permite compreender as múltiplas desigualdades que perpassam e atingem todos os contextos (Alves, 2018, p. 111-112).

Para Jéssica Alves (2018), não é somente na análise de mulheres escravizadas que a interseccionalidade se faz útil. Como exemplo, a autora argumentou que a tese de doutorado de Giovana Xavier (2012), a respeito de representações femininas presentes nas propagandas da indústria cosmética norte-americana no período entre 1890 e 1930, demonstra essa demarcação. Dentro de uma perspectiva que articula gênero, racialização, classe, cosmética e modernidade, a autora observa o que era ser uma “nova mulher negra” reconstruindo as representações destinadas ao feminino (Alves, 2018, p. 112).

Um dos pontos principais da tese da autora para o que estamos discutindo aqui se trata da investigação do que Xavier descreve como processo de “racialização do gênero”. Processo que, lançando mão de imagens como a da mulher negra conhecida como Vênus de Hotentote, levou à canonização da mulher negra como uma mulher diferente, anormal, moralmente e humanamente inferior, com o corpo hiperssexualizado. Em suas palavras (Alves, 2018, p. 112),

Esse complexo processo histórico de “treinamento” do corpo africano como um ícone da feiúra, do primitivismo, da agressividade e do descontrole é parte da construção imagética sincrônica de mulheres brancas e negras durante a escravidão moderna. Cabe dizer que a base de tal construção se desenvolveu através de uma racialização do gênero com dois objetivos: administrar o corpo das primeiras e conter aquele das segundas (Xavier, 2012, p. 111).

A autora demonstra, a partir disso, a complexidade que envolve a reconstrução da feminilidade negra. Essa reconstrução perpassa a sobreposição entre gênero, raça e classe, em que extrapola o antagonismo branco *versus* negro e vincula outros aspectos para a compreensão da construção da mulher negra no período estudado (Alves, 2018, p. 112).

Sendo assim, a reformulação de perguntas é um primeiro passo importante para aplicar a interseccionalidade na análise histórica. Mas não é o único. Outro passo a se seguir é o cruzamento de

fontes. Ana Maria Rios e Hebe Mattos (2004) apontam o problema das fontes para analisar o pós-abolição, nesse meandro afirmam haver um desaparecimento desde meados do século XIX de discriminação da cor de pessoas livres nos registros históricos disponíveis (Alves, 2018, p. 114):

Processos cíveis e criminais, registros paroquiais de batismo, casamento e óbito, na maioria dos casos, não fazem menção da cor, e mesmo nos registros civis, instituídos em 1888, onde citar a cor era legalmente obrigatório, em muitos casos, ela se faz ausente (Rios; Mattos, 2004, p. 176).

Como nos mostra Jéssica Alves (2018), Rios e Mattos também nos apontam a solução do problema. As autoras exploram como fonte principal os depoimentos orais de descendentes da última geração de escravos brasileiros, que foram produzidos por diferentes pesquisadores desde o centenário da abolição brasileira. Porém, realizaram o cruzamento das informações dos depoimentos com fontes cartoriais e paroquiais, possibilitando assim o preenchimento de lacunas que, se analisadas isoladamente, as fontes não forneceriam (Alves, 2018, p. 114).

Outros trabalhos das autoras, assim como artigos acadêmicos, monografias e dissertações resultantes do projeto “Memórias do cativo”, contemplam essa metodologia. Trabalhos que cruzam as fontes e traçam trajetórias buscando o nome dos entrevistados. No cruzamento das fontes, a busca pelo nome trata-se de mais uma ferramenta para trazer luz às questões da raça (Alves, 2018, p. 114).

Ademais, para Jéssica Alves, cabe ressaltar aqui que as múltiplas vivências também estão atreladas a outras questões como, por exemplo, o estado civil. A liberdade de ação das mulheres variava quando viúvas, solteiras ou casadas. Nesse sentido, há também outras variáveis para além de gênero, raça e classe que podem ser levadas em consideração e enriquecer a análise, geração, sexualidade, etnia, localização no globo etc. Essas também se

fazem importantes na construção da posição social dos indivíduos. Em suma, os estudos acima mencionados, demonstram o potencial da interseccionalidade como aparato teórico e metodológico para a historiografia das mulheres. Podemos, através deles, perceber na prática como a interseccionalidade possibilita a produção de novas formas de conhecimento sobre o mundo social (Alves, 2018, p. 115).

Para a autora, a interseccionalidade, antes de qualquer coisa, abre caminhos para a reflexão. Reflexão sobre o silenciamento da cor recorrente nos trabalhos historiográficos, que nós, enquanto historiadores(as), na maioria das vezes, colocamos em segundo plano. A leitura mais aprofundada de trabalhos que se pautam na interseccionalidade gera diversas inquietações, mas, para além disso, proporciona uma reflexão teórica que deve cada vez mais inserir-se no campo da historiografia das mulheres. Afinal, de que mulheres estamos falando? Ao declarar e destacar a cor e condição social nesse meandro, contribuímos para a reflexão dos espaços ocupados por diversas mulheres.

Em sua opinião, as inquietações das feministas negras nos possibilitaram aprofundar a questão do gênero e compreender que as opressões são múltiplas e complexas. É difícil a tarefa de compreender profundamente as desigualdades impostas às mulheres analisando uma variável de maneira isolada. Portanto, as perspectivas contribuíram para revelar a articulação das múltiplas diferenças e desigualdades que atingem e transitam as mulheres negras (Alves, 2018, P. 115-116).

De acordo com Joelma Ferreira dos Santos e Jorge Luiz Zaluski (2019), a ascensão de movimentos e pautas conservadoras ao redor do mundo – e, de modo mais específico, intenso e preocupante, no Brasil –, impõe-nos uma série de novos desafios, tais como o enfrentamento de discursos e práticas que buscam deslegitimar os movimentos feministas. A produção e disseminação deliberadas de equívocos, por parte desses movimentos, em torno de conceitos

elaborados e já estabelecidos no âmbito dos espaços acadêmicos, sob o argumento de combate a uma suposta “ideologia de gênero”, vêm causando enorme desserviço ao projeto de construção de uma sociedade mais justa e baseada na equidade de gênero. O uso dessa expressão, aliás, demonstra desconhecimento sobre temas que integram uma cultura pautada no sexismo, machismo e lgbtfofia, os quais são, historicamente, objetos de sérios e profundos debates teóricos de feministas de diversos países no campo dos estudos de gênero.

As lutas feministas e a produção de saberes em torno das questões de gênero, fundamentais para a redução das diferenças que separam homens e mulheres, para a promoção de uma sociedade mais inclusiva e menos intolerante, viam-se ameaçadas por práticas sistemáticas de dissolução de políticas públicas de gênero, pela redução de verbas para as universidades, pelos cortes de bolsas de pesquisa – especialmente para a área das ciências humanas –, pelo questionamento acerca da seriedade e validade das pesquisas, dentre outras formas de deslegitimação do conhecimento. Por isso, é salutar recordar que os avanços conquistados pelas minorias, sejam étnico/raciais, de classe ou de gênero, foram resultado de lutas travadas no passado e que, de forma alguma, estão assegurados. A história está repleta de exemplos de como tais avanços são intercalados por tentativas de retrocesso, muitas vezes alcançados parcial ou totalmente (Santos; Zaluski, 2019, p. 10).

Finalizando, temos conforme sugeriu Ana Maria Veiga (2020; 2023), mais do que questões apenas conceituais, a irrupção e a apropriação desses conceitos por um campo intelectual reiteradamente tomado como periférico, e pelo ativismo, potencializam essas noções, conectando teoria e realidade social, reflexões e ações políticas, entre elas as práticas de ensino, que possibilitam um encontro entre e com sujeitos outros da história, a junção entre pensamento decolonial e a potência do “ser periférico”, que na visão apresentada pela autora é considerado sujeito pleno e protagonista, distante da categoria de objeto a ser observado e analisado à luz de propos-

tas conceituais, mesmo que elas coloquem em xeque as diversas perspectivas da colonialidade – do poder, do saber e do próprio ser (Veiga, 2020, p. 4).

REFERÊNCIAS:

ALVES, Jessica Santana de Assis. "A interseccionalidade como aparato teórico e metodológico para a história das mulheres". In: **Dia-Logos**: Revista Discente Da Pós-Graduação Em História 12 (2). 2019 Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/dia-logos/article/view/40816>. Acessado em: 12/12/2023

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando. 2018

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2023.

CASEMIRO, Diego Márcio Ferreira, e Nathália Lipovetsky e Silva. "Teorias Interseccionais Brasileiras: Precoces E Inominadas". In: **Revista De Ciências Do Estado** 6 (2). Belo Horizonte:1-28. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.35699/2525-8036.2021.33357>. Acessado em: 12/12/2023.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. In: **Revista Estudos Feministas** 10 (1). Florianópolis:171-189, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2002000100011/8774>. Acessado em 12/12/2023

FIGUEIREDO, Angela. "Epistemologia Insubmissa Feminista Negra Decolonial". In: **Revista Tempo E Argumento** 12 (29), 2020 Florianópolis:e0102. <https://doi.org/10.5965/2175180312292020e0102>.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, 22(3): 320, Florianópolis: 935-952, 2014.

MACHADO, Débora; COSTA, Maria Luisa Walter e DUTRA Delia. "Outras Epistemologias Para Os Estudos De Gênero: Feminismos, Interseccionalidade E divisão Sexual Do Trabalho Em Debate a Partir Da América Latina". In: **Revista De Estudos E Pesquisas Sobre As Américas** 12 (3):229-48, 2018. <https://doi.org/10.21057/repamv12n3.2018.30554>. Acessado em: 12/12/2023.

OLIVEIRA, Maria da Gloria de. "Os Sons Do Silêncio: Interpelações Feministas Decoloniais à História Da Historiografia". **História Da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography** 11 (28), 2018. Ouro Preto. <https://doi.org/10.15848/hh.v11i28.1414>. Acessado em: 12/12/2023.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. In: **História** 24 1 São Paulo: 77-98, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/fhHv5BQ6tvXs9X4P3fR4rtr/?format=pdf&lang=pt>. Acessado em: 12/12/2023.

RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. In: **Topoi** (Rio J.) 5 (8) - Jun 2004 - <https://doi.org/10.1590/2237-101X005008005>. Acessado em: 12/12/2023.

SANTOS, Joelma Ferreira dos; ZALUSKI, Jorge Luiz. Apresentação: Dossiê: Gênero, diversidades, interseccionalidades: perspectivas de análise na pesquisa histórica. In: **Revista Discente Oficinas de Clio**, Pelotas 4 7 10-16, 2019.

SOIHET, Rachel; Pedro, Joana Maria. A Emergência da Pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. In: **Revista Brasileira de História**. 27 (54) São Paulo: 281-300, 2007.

XAVIER, Giovana. **Branças de almas negras?** Beleza, racialização e cosmética na imprensa negra pós-emancipação (EUA, 1890-1930). Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

VEIGA, Ana Maria. "Uma Virada Epistêmica Feminista (negra): Conceitos E Debates". In: **Revista Tempo E Argumento** 12 (29), 2020 Florianópolis:e0101. <https://doi.org/10.5965/2175180312292020e0101>. Acessado em: 12/12/2023.

VEIGA, Ana Maria. Quando Clio e Preta, Pobre, Periférica: relocalizando a teoria da história. In: COSTA, Bruno Balbino Aires da; SANTOS, Evandro; VASCONCELOS, Eduardo Henrique Barbosa de Vasconcelos (Orgs.). **Ensaio de teoria da história & história da historiografia**. Teresina - PI: Editora Cancioneiro, 2023. p.19- 32.

9

Grette Rosa Silva⁷⁸

GÊNERO, SEXUALIDADE E SUAS RELAÇÕES COM A EDUCAÇÃO INFANTIL

78

Formada em História pela Universidade Estadual de Goiás; pós-graduada em Cultura Afro-brasileira e Educação Infantil e graduanda em Pedagogia pelo Instituto Federal Goiano. E-mail: grette2009@hotmail.com

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-228-1.9

INTRODUÇÃO

Vivemos em um cenário político cercado por declarações conflituosas. Em um momento histórico em que as mulheres ganham cada vez mais força, reconhecem e lutam por seus direitos, ouvimos nosso excelentíssimo ex-presidente da república afirmar que após quatro filhos homens, deu uma “fraquejada” e teve uma mulher, a filha número cinco. Se acabasse aí, ainda seria difícil de engolir, mas ele tem uma chuva de deselegâncias e ignorâncias no currículo. Afirmou que não estupraria a senadora Maria do Rosário porque ela não merecia! Podemos citar, ainda sua afirmação de que mulher deve ganhar salários mais baixos porque engravida.

E o antigo ditado: “Diga-me com quem andas que direis quem tu és” nunca foi tão certo. Seu ex-vice-presidente, afirmou que família sem pai e avô é fábrica de desajustados. A ex-ministra da família, da mulher e dos direitos humanos, afirma que o Brasil está numa nova era em que ‘meninos vestem azul e meninas vestem rosa’. Essa é a cúpula que representa nosso país no quadriênio 2018-2022. Mas o que mais nos indigna é saber que essas pessoas foram eleitas de forma democrática e que a maioria do povo brasileiro se sente representado por elas. Elas representam o que a maioria da sociedade traz dentro de si. Esses sentimentos estereotipados que reduzem a mulher a um mero objeto sem valor, impregnada no universo da cor rosa, utilizando essa cor para romantizar sua vida na infância e lhes capacitar apenas para fabricar desajustados para o Brasil na vida adulta.

Pensamentos como esses e muitos outros foram inseridos no imaginário coletivo dando a mulher uma posição muito desvalorizada frente ao outro sexo. Há algum tempo atrás era aceito, era tido como normal várias violências causadas simplesmente por causa do gênero. Tendo em vista essa luta por igualdade é que este trabalho objetivou desmistificar o ensino sobre gênero e sexualidade para

a educação infantil. Se as representações fadaram a sociedade a ver, julgar e fazer vista grossa quanto aos direitos das mulheres, a educação pode promover outras simbologias que darão a mulher a igualdade que tanto busca. Se o imaginário foi preenchido por representações distorcidas e falaciosas, ele pode ser construído para promover representações justas e dignas para que o julgamento em virtude do gênero se torne ultrapassado e obsoleto.

Desta forma, o presente trabalho, nos fez perceber o quanto o nosso problema é pertinente, visto que o gênero não deve ser um fator segregador, de diferenciação, de dominação e controle das mulheres. Vislumbramos o quanto se pode trabalhar dentro das instituições de ensino, pois elas, por meio dos ritos, do silenciamento participam na moldura do modo de ser, dando legitimidade a papéis e funções estruturados culturalmente por meio de experiências consolidadoras que definem opressores e oprimidos.

Seguindo essa linha de pensamento, corroboramos que se a criança produz cultura, ela é capaz de romper com paradigmas arcaicos que ditam o lugar e a posição da mulher na sociedade e inaugurar novos modelos ditados pela igualdade e equidade. Novos modelos culturais têm maior capacidade de serem fomentados educando o mais cedo possível os responsáveis pela sua perpetuação: as crianças.

Prover experiências que lhes proporcione pensar no ser humano independente do gênero é oportunizar uma sociedade mais justa, menos preconceituosa e rejeitadora do desprezo e menosprezo do sexo feminino por anos estigmatizado e reprimido. Trabalhar a Educação Infantil e repudiar a ideia de experiências masculinas e experiências femininas é se pautar na igualdade e no direito do se viver as mesmas experiências e no futuro concorrer a mesma vaga de trabalho, observando apenas a instrução e a capacidade sem a preocupação com o gênero de quem ficará com a vaga, sem nenhum tipo de discriminação.

Destarte, tais questões são inerentes a sociedade e precisamos educar, desde cedo, para que o pensamento e o imaginário coletivo trate com dignidade e equidade a pessoa humana, independente do gênero.

ENTENDENDO O ASSUNTO

Percebemos um grande silenciamento sobre os temas gênero e sexualidade dentro das salas de aula da Educação Infantil, neste sentido é que procuramos entender os porquês, visto que não falar, não dialogar, não assistir as crianças para que aprendam de maneira a superar estereótipos, propulsiona, e continua a reproduzir, desigualdades sociais. Desigualdades essas que culminam na discriminação da menina, da jovem e da mulher frente ao sexo masculino.

Entranhado na cultura de inúmeras sociedades, a mulher que é a base da família tem um papel secundário quando se trata de questões trabalhistas, salariais, políticas etc. Neste sentido para Joan Scott, *"o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos."* (Scott, 1995). Percebemos essa diferenciação no decorrer da história, quando analisamos como a mesma foi escrita do ponto de vista masculino, deixando a mulher à margem de todos os eventos históricos e sendo construída uma história a parte, desvinculada da oficial, para tratar de temas femininos, ou da história da mulher como se fosse preciso um campo completamente novo e separado da história dos homens simplesmente por causa do sexo. Desta forma:

A história das mulheres é uma história recente, porque desde o século XIX, quando a História se transforma em disciplina científica, o lugar da mulher dependeu das representações dos homens, que foram, por muito tempo, os únicos historiadores. Na década de 60, as mulheres

quiseram contar a sua história, olharam para trás e viram que não tinham nenhuma. Não existiam, eram somente uma representação do olhar masculino. Os homens a contavam. Por isso, falar do feminino é falar das representações que esconderam este feminino ao longo da História. (Colling, 2004, p. 31)

Pensar em como a mulher teve seus direitos desfigurados, sua história conduzida, em quando ela pôde votar, quando ela pôde se candidatar, quando ela pôde escolher com quem se casar, como se vestir, como determinar o que fazer com o seu corpo nos leva a refletir o quanto os passos foram lentos e ainda continuam. Isso levado em consideração que em algumas sociedades, ainda hoje, fazer algumas dessas coisas que na nossa sociedade, a duras custas, muitas de nós já podemos ainda é utópico. Basta abrir a janela e observar o terror que as mulheres afegãs estão passando desde agosto de 2021, quando o talibã tomou o controle do país.

Precisamos refletir como questões de gênero ainda continuam a ditar o que pode e o que não pode e a dar sentido as relações sociais (Tilly, 1994). Precisamos pensar como a hierarquia social pautada no gênero, vai determinar a organização do senado, quando se é uma senadora em um ambiente completamente machista. Como a sexualidade e a materialização do corpo da mulher vão deixá-la apreensiva em como agir em um ambiente de trabalho. Em como as relações de gênero vão determinar as atividades domésticas, o ritmo de estudo, as atividades depois da maternidade. Enfim, refletir como as relações são constituídas levando em consideração o gênero e como levar essas reflexões para a infância das crianças na tentativa de desconstruir modelos tão estereotipados para construir novos padrões igualitários, pois

(...) a escolarização como dispositivo disciplinar tem nos rituais aparatos para não só ensinar a ler, escrever e contar, mas para ensinar modos de ser do ponto de vista do masculino e do feminino. Entram na cena ritual artefatos culturais diversos, enunciados, repetições, palavras,

orações, diálogos, perguntas e respostas, símbolos que, utilizados por pessoas com autoridade para pronunciar, tornam os momentos de acolhimento, da lição, da avaliação em oportunidades de intensificação de sentidos do que é do cotidiano e do que se quer que se torne a verdade. Assim pensamento e ação são eles próprios o ritual para reafirmar mitos como: Eva, a sedutora, pecadora, doravante sofredora e dependente; o instinto materno; o sexo do mundo privado, doméstico – todos em contraponto ao modelo masculino. (Carvalho, 2021, p. 15)

Neste sentido, trazer à tona o currículo oculto é possibilitar a reflexão do que ensinamos, que vai além dos conteúdos. Exigir que a menina fale baixo por que mulher não grita é muito diferente do que ensinar que ponderar a voz é um recurso sensato independente do gênero. Falar que mulher não grita, abre um vasto campo para interpretações e aceitações. Dá ao sexo masculino a legitimação de que ele pode gritar e no futuro aquela criança privada do grito por causa do sexo, aceitará como uma característica do sexo masculino o grito, aceitando-o em suas relações. A absorção da cultura é o que exime da luta e forja o consentimento!

A CRIANÇA AGORA!

Falar sobre gênero e sexualidade em si só já é um tabu. Quando levamos esses temas para a sala de aula o resultado gera uma onda de críticas e calúnias, de pessoas que se sentem ultrajados, pois têm uma visão deturpada e estereotipada de tais discussões. E se pensarmos na Educação Infantil, não há sequer o diálogo. É como se tais conceitos sequer existissem. É profano sequer pensar em falar sobre isso! Nesse sentido, pensar nestes fenômenos como naturais e presentes, faz com que percebamos a necessidade de, com urgência, dialogar e refletir os mesmos, pois a escola pode ser o único espaço para corrigir estigmas estruturados e dados como verdadeiros pela sociedade.

Neste sentido é bom relatar que ao decorrer dos anos, a visão sobre a criança vem mudando e se atualizando! A criança que antes era vista como passiva, um papel em branco a ser preenchido é vista agora como cidadã, dotada de direitos. A criança tem querer, tem vontade, tem desejos. A literatura relata essa mudança no tratamento das crianças. Um grande estudioso do tema infância, Ariès Philippe deixou bem claro que a noção de infância e de criança mudou muito no decorrer dos séculos. Assim, segundo a Política Nacional de Educação Infantil:

(...) as formas de ver as crianças vêm, aos poucos, se modificando, e atualmente emerge uma nova concepção de criança como criadora, capaz de estabelecer múltiplas relações, sujeito de direitos, um ser sócio-histórico, produtor de cultura e nela inserido. (...) Essa visão contribuiu para que fosse definida, também, uma nova função para as ações desenvolvidas com as crianças, envolvendo dois aspectos indissociáveis: educar e cuidar. Tendo esta função, o trabalho pedagógico visa atender às necessidades determinadas pela especificidade da faixa etária, superando a visão adultocêntrica em que a criança é concebida apenas como um vir a ser e, portanto, necessita ser "preparada para" (Brasil, 2006, p. 05).

Desta forma, fica evidente o quanto a criança precisa do agora, o que ela é agora. A criança já imersa no conhecimento familiar, dos primeiros grupos sociais não é ileso ao conhecimento, não chega na creche ou na escola sem saber nada. Ela é dotada das experiências de vida com as quais teve contato. Sendo ela reprodutora e produtora de cultura apostar no provimento de conhecimento nesta fase é instigar a cultura da igualdade, visto que ela vai promover o que aprender e tiver contato.

Ainda neste sentido, é válido citar, também, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, que afirma que a criança é um:

(...) sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (BRASIL, 2010, p. 12)

À LUZ DE ALGUNS CONCEITOS

Um estudo tão pertinente como esse é alvo de reflexão de inúmeros estudiosos. E relacioná-los é ter a possibilidade de enxergar com maior facilidade. Neste sentido iremos discutir o conceito de gênero com a historiadora Joan Scott que é referência teórica importantíssima nos estudos do conceito.

A autora afirma que: *“o termo ‘gênero’ torna-se uma forma de indicar ‘construções culturais’ - a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres.”* (Scott, 1995). Neste sentido, podemos constatar como nossa sociedade continua delimitando o papel da mulher na infância oferecendo bonecas, fogãozinhos, panelinhas e todo o apetrecho doméstico para incentivá-la a conhecer desde cedo o papel que irá desempenhar. Claro que oferecer tais brinquedos não é em si um problema! O problema é incentivar o imaginário de que apenas as meninas podem brincar com tais brinquedos e os meninos com os outros. E esta ideia está tão impregnada que até mesmo as crianças bem pequenas questionam se tal brinquedo é de menino ou menina. Segundo Maurice Halbwachs (2006):

(...) um mesmo acontecimento pode afetar ao mesmo tempo muitas consciências coletivas distintas: conclui-se daí que nesse momento essas consciências se aproximam e se unem em uma representação comum.

Mas será um mesmo acontecimento se cada um desses pensamentos o representa à sua maneira e o traduz a sua linguagem? Um e outro são grupos que estão no mesmo espaço. O acontecimento também acontece no mesmo espaço, pode-se dizer que um e outro grupo percebem isso. O que importa é a maneira como eles o interpretam, o sentido que lhes dão (...) (Halbwachs, 2006, p. 140).

A definição que cada grupo dá aos eventos é o que determina o seu modo de agir diante da realidade. Ao oferecer determinados brinquedos a meninas e meninos, este ato vem carregado de simbologia, de representações, de situações de experiências. Desta forma, nos cabe questionar como o gênero regula as relações sociais, como o desenrolar da vida de uma mulher, principalmente o da sua infância, será determinante em posicioná-la como a parte fraca que carece de proteção da figura masculina.

Sandra Jatay Pesavento (2008) afirma que a História Cultural se consolida sob a seguinte assertiva: *“Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade.”* (Pesavento, 2003, p. 39). Portanto, o conceito de representação auxilia o entendimento de que o imaginário e o pensamento precisam estar em constante construção para que cotidianamente sejam lembrados e determinados os papéis sociais, suas posições, o valor dos indivíduos. As representações perpetuam as ordens sociais como normais, dispensam reflexões. E quem detém o poder sobre as mesmas, detém a ordem vigente.

À vista disso, observamos que as mulheres não tiveram o poder sobre as mesmas, mas sim foram escravizadas por estas. O controle da simbologia determinou, ao longo da história, as persistentes desigualdades entre os sexos, as experiências sociais distintas para homens e mulheres, os conceitos disciplinares diferentes, a repressão de determinados comportamentos inaceitáveis para as mulheres, entretanto normal para os homens!

Carregado de significado, os brinquedos, as relações, as cores, o trabalho, a política, as relações entre os sexos foram e são usados para controlar o imaginário e manter o poder sobre a vida e as relações sociais. E as representações formam o imaginário.

Logo, um fator bem relevante que temos que nos ater quando propomos um estudo das representações é o fato delas constituírem um objeto que pode ser manuseado pelo poder, pois *“qualquer poder se rodeia de representações coletivas”* (Baczko, 1985, p. 297) a fim de legitimar-se. Sendo assim, instaura pessoas que passam a agir como guardiãs com a função de manter e propagar representações sofisticadas que modelem a vida, a conduta das pessoas e a manutenção do poder com intuito de garantir que tais representações entrem no imaginário da sociedade legitimando-as.

Neste sentido, *“Não se trata de negar a materialidade dos corpos, mas sim de assumir que é no interior da cultura e de uma cultura específica que as características materiais adquirem significado”* (Lopes, 2008, p. 22) assim, apropriam-se do discurso, da normalização para tornar natural, biológico o que se explica pela vivência da cultura e costumes, imposições, conselhos etc.

Em vista disso, é necessária a reflexão de como esses “guardiões” tentam a todo custo manter as representações que ditam um lugar para a mulher na sociedade. Como afirma Djamila Ribeiro (2017), uma das filosofas brasileiras mais conhecidas na contemporaneidade, usam a linguagem dominante para a manutenção do poder. Desta forma, desejam com toda a força e saliva, podar as discussões que nos fazem refletir e repensar tais representações, que têm por finalidade manter a ordem estabelecida. Questionam e veem com maldade, de forma falaciosa o fato do diálogo sobre gênero e sexualidade estar adentrando os espaços educativos, pautando-se na moral e nos bons costumes. Moral e bons costumes esses que sujeitaram e delimitaram o papel feminino a lugares comuns e sem voz.

Pautado nesse discurso, o estudo do imaginário é tão importante para a nossa pesquisa quanto o estudo do gênero, pois o primeiro traça o caminho para o sucesso do segundo. Neste sentido: *"Entende-se por imaginário um sistema de ideias e imagens de representação coletiva que os homens, em todas as épocas, construíram para si, dando sentido ao mundo."* (Pesavento, 2008, p. 43). Percebemos que o imaginário é uma construção social e histórica que permeia, modela, dita os valores vigentes de uma época e que são perpassados por meio da cultura de um povo. Assim:

(...) essa construção de sentido é ampla, uma vez que se expressa por palavras/discursos/ sons, por imagens, coisas, materialidades e por práticas, ritos, performances. O imaginário comporta crenças, mitos, ideologias, conceitos, valores, é construtor de identidades e exclusões, hierarquizar, divide, aponta semelhanças e diferenças no social. Ele é um saber fazer que organiza o mundo, produzindo a coesão ou o conflito (Pesavento, 2008, p.43).

Como a autora afirma, o imaginário é construtor de identidades é como o ser humano apresenta ou representa o mundo real, mas isso não quer dizer que seja uma fotocópia do real, do concreto, de como as coisas precisam ser. É uma forma de fazer as coisas serem como o detentor das criações que irão permear o imaginário coletivo precisa que elas sejam. É a ideia materializada por meio da ação.

Destarte, falar sobre gênero e sexualidade é tão difícil, porque neste caminho defrontamos com as crenças e estas são construções sociais consolidadas historicamente. Tais crenças naturalizam as relações entre homens e mulheres formando relações padrões e quando, ao dialogar, afirmamos que as relações padrões geram preconceitos, submissão, vulnerabilidade e propomos novos formatos de educação para a emancipação, declaramos guerra para os setores mais conservadores e interessados em manter as relações tal como são. Neste sentido:

fundamentalmente, passamos a perceber que o universo feminino é muito diferente do masculino, não simplesmente por determinações biológicas, como propôs o século 19, mas sobretudo por experiências históricas marcadas por valores, sistemas de pensamento, crenças e simbolizações diferenciadas também sexualmente (Rago, 2012. p. 56).

E é tão oportuno criar espaços para o debate e o ensino de gênero e sexualidade nas escolas e CEI's, pois a criação do debate, a interiorização desses conceitos é a possibilidade de estruturar modelos mais democráticos de convivência no presente e no futuro. Entretanto, a BNCC que é a Base Nacional Comum Curricular traz a palavra gênero apenas dentro da língua portuguesa! É como se gênero como categoria de análise, se quer existisse. Já o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil afirma na sua apresentação que:

(...) estes volumes pretendem contribuir para o planejamento, desenvolvimento e avaliação de práticas educativas que considerem a pluralidade e diversidade étnica, religiosa, de gênero, social e cultural das crianças brasileiras, favorecendo a construção de propostas educativas que respondam às demandas das crianças e seus familiares nas diferentes regiões do país (Brasil, 1998, p. 09).

E é como se dito isso, todos os problemas fossem resolvidos, pois se quer mencionar novamente a palavra gênero, a não ser na bibliografia. Neste sentido, a busca por novas formas de preencher o imaginário com ações que despertem a igualdade entre os sexos, precisa ser promovida por meio das práticas educativas, virando política pública, visto que a escola tem a missão de reduzir desigualdades e fomentar os direitos expressos na constituição: direito à liberdade e igualdade.

Esse não é um passo fácil, visto que ao falarmos de gênero e sexualidade nos esbarramos nas crenças, como dito anteriormente, nos esbarramos na religião, nos esbarramos na não formação dos

professores para que tragam tais assuntos, acima das crenças pessoais. Fator preponderante para dar voz a esses diálogos dentro das instituições é a formação do docente, para que este esteja habilitado para promovê-lo e queira fazê-lo.

UMA GOTA D'ÁGUA, UM GRÃO DE AREIA...

Conjecturar aulas mágicas que transcendam a construção social e cultural das diferenças sexuais, solidificada no decorrer da evolução da humanidade e que de uma única vez transforme a escola e esta, transforme a sociedade não passa de uma rasa ilusão. Precisamos nos embeber de que será necessário tempo para que formemos uma nova mentalidade, novas experiências e luta contínua.

Esse mês decorrido, agosto de 2022, os deputados de Goiás aprovaram um projeto que proíbe discussões ligadas a “ideologias de gênero”, forma pejorativa de tratar tal categoria de análise, dentro das escolas estaduais e particulares, agora esse projeto passará pelo governador, Ronaldo Caiado que aprovará ou vetará. Desta forma percebemos o quanto é interessante e viável manter as representações, manter o imaginário preenchido com o que convém e como quem mantém o poder, tem em suas mãos o direito da escolha.

A escola não pode mais ser omissa, ser conivente com esse sistema que ditou e dita a mulher um lugar de aceitação, um lugar de consentimento diante das injustiças decorrentes das desigualdades de gênero. E podemos como educadoras e educadores, da mesma forma que em uma colmeia, ser um membro que faz a diferença no resultado final que é o mel, preenchendo cada favo com ideias e energias para promover justiça. O fato é que não existe modelo ou receita, só existe de concreto o que não devemos permitir e ser coniventes.

Questionar os papéis nas brincadeiras infantis, desafiar as meninas a se salvarem e salvarem suas amigas e amigos, encorajá-las a desafiar com uma espada outros meninos e meninas, lhes colocar no papel de central ao invés de meras coadjuvantes e figurantes. Como em uma fila de formiguinhas, retirar a folha que lhe tapa o sol da face para que enxergue, desde muito cedo, que as diferenças de gêneros são construídas pela sociedade e não por questões biológicas.

Assim, estimular a linguagem não verbal carregada de símbolos que corroborem a força feminina, a se ocupar do protagonismo, promover experiências análogas para as crianças, fomentar a igualdade dos corpos, das oportunidades, das cores, dos brinquedos, das brincadeiras, a não romantização das ditas “tarefas femininas” do cuidar, do cozinhar, do engravidar etc. podem ser trabalhadas de formas lúdicas com os pequenos por meio de vivências carregadas de significados e significantes.

Como estorninhos, não esmoecer por ser tão pequeno diante do horizonte, mas olhar para o resultado final não aceitando, de forma alguma, brincadeiras simplórias que estávamos acostumados, que ditam a menina um lugar de fragilidade, pois é brincando que as crianças conhecem a si próprias e o mundo a sua volta. Não aceitar a disciplina do corpo em favorecimento do gênero, confrontar o desafiar masculino e a pureza e serenidade feminina, contrapor adereços que fomentem ao menino o espaço público enquanto a menina o espaço privado como por exemplo: soltar pipa e brincar de cozinhadinha. Às vezes pensamos que esses pequenos detalhes que problematizamos passam despercebidos pelas crianças, mas são essas as imagens que constroem, formam e solidificam o imaginário das mesmas. Na infância são construídas as amarras que dão sustentação a vida adulta.

De acordo com Mirian Goldenberg (2019, p. 6), no caderno especial em comemoração aos setenta anos de “O segundo sexo”:

“Para cada mulher em particular, é a história da sua vida, em especial a da sua infância, que a define como ‘o inessencial perante o essencial’ ... O homem é o Sujeito, ela é o Outro: o segundo sexo”. Vislumbramos como a sociedade produziu mulheres inessenciais se aproveitando da nossa infância, produzindo mulheres inseguras emocionalmente, fisicamente, economicamente para ter na figura masculina o que não era capaz de encontrar em si mesmas. Desta forma investir na infância é o caminho para que mulheres fortes, independentes possam quebrar esse ciclo vicioso de dependência, aceitação, consentimento.

Nesta perspectiva, nos perceber diante de nossa pequenez nos faz enxergar que a história é feita nas singularidades, o que faz diferença é a nossa ação ou o nosso silenciamento, pois todo esforço é válido e traz mudanças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo refletir sobre a importância das reflexões sobre gênero e sexualidade adentrarem os espaços educativos da Educação Infantil. Propôs refletir sobre como questões de gênero definem as relações entre homens e mulheres na sociedade, relações essas marcadas pela naturalização das diferenças sexuais construídas histórica e culturalmente. Vislumbrou conceitos que forjam esse olhar natural que permeiam as relações e as legitimam de tal forma que forjam um consentimento não reflexivo, não crítico. Nosso estudo espera ter contribuído para que possamos enxergar como a sociedade e a cultura moldaram e continuam moldando o comportamento feminino e a visualizar novas oportunidades da quebra da perpetuação desse paradigma pela escola.

REFERÊNCIAS:

- ARIÈS, Philippe. **História Social da criança e da família**. Tradução de Dora Flaksman. 2ª edição. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- BACZKO, Bronislaw. **Imaginário coletivo**. In: Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa nacional/ casa da moeda, 1985, p. 05-21.
- BRASIL, Parâmetros Curriculares Nacionais. **Pluralidade Cultural e Orientação Sexual**. Temas transversais. V. 10. MEC. Brasília, 1997.
- CAMARGO, Ana Maria Faccioli; RIBEIRO, Claudia Maria. **Sexualidade(s) e infância(s): a sexualidade como um tema transversal**. Campinas, 2008.
- CARVALHO, R. T. **Rituais da escolarização e gênero**. Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 61, p. e216116, 2021. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8666982>. Acesso em: 26 set. 2021.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: **Estudos avançados**, São Paulo, v. 5, n. 11, abril 1991.
- COLLING, Ana Maria. **Gênero e História. Um diálogo possível?** Contexto e Educação – Editora UNIJUÍ – Ano19 – nº71/72 – Jan./Dez. 2004 – P. 29 – 43.
- FALCON, Francisco J. **História e representação**. Rio de Janeiro: Faculdade das Letras, 2000.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: vontade de saber**. Tradução: Maria Tereza da Costa Albuquerque, J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- GOLDENBERG, Mirian. **Ninguém nasce livre: torna-se livre**. In: O segundo sexo 70 anos depois. Caderno especial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 2019.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- LEITE, Lucimar da Luz; MAIO, Eliane Rose. Gênero e sexualidade na Educação Infantil e a importância da intervenção pedagógica. In: **O MÉTODO CIENTÍFICO**, VIII ENCONTRO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA. 2013, Paraná.
- LOURO, Guacira Lopes. **Currículo, gênero e sexualidade**. Lisboa: Porto editora, 2000.
- LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. In: **Proposições**, v. 19, n. 2 (56) – maio/ago. 2008.

MIRANDA, Amanaiara Conceição de Santana. **Sexualidade e gênero na educação infantil**. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2019.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PINTO, Elaine Cristina de Oliveira. **Gênero, Sexualidade e Educação Sexual**: Formação docente e Currículo. Acessado em: 11/08/2021. Disponível em: <http://www.dfe.uem.br/elainecristinadeoliveirapinto.pdf>.

RAGO, Margareth. Descobrir historicamente o gênero. In: **Cadernos Pagu**, (11), 89–98. 2013.

RAGO, Margareth. **Gênero e história**. CNT-Compostela, Agosto de 2012.

REGO, Raimunda Leônia Andrade. Gênero na Infância: Identidade e Sexualidade na Educação Infantil. In: **XII CONAGES, XII COLÓQUIO NACIONAL DE REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES**.

RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, justificando, 2017.

SCOTT, Joan. Gênero uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação & Realidade**, vol.20, n 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

TILLY, Louise A. Gênero, História das Mulheres e História Social. *Cadernos Pagu*. Desacordo, desamores e diferenças, V.3, p.29-62, 1994. Disponível em: acesso em <[https://ieg.ufsc.br/storage/articles/October2020//Pagu/1994\(3\)/Tilly.pdf](https://ieg.ufsc.br/storage/articles/October2020//Pagu/1994(3)/Tilly.pdf)> acesso em 29/11/20230

10

*Jailson Pereira da Silva*⁷⁹

OS ESPELHOS DE CLIO: O ENSINO DE HISTÓRIA NA ERA MULTITELAS⁸⁰

79

Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará - UFC. E-mail: jailsonsilva@ufc.br

80

Esse texto surgiu de uma conferência proferida durante a realização do "I Seminário Ensino de História e Quadrinhos", realizado na Universidade Federal do Ceará, em 2023. Também aqui apresentamos de forma escrita ideias que são discutidas no canal de divulgação científica "Óbvio Pós-TV". Como foi um texto produzido para ser falado, mantivemos nessa versão, agora publicada, alguns tons coloquiais que acompanharam a primeira apresentação das ideias basilares desse capítulo.

*Como viver verdadeiramente se o aqui não o é
mais e se tudo é agora?*

(Paul Virilio, 1993)

“Tudo é agora!”. E o *agora* é mais importante do que o *aqui*. Eis, talvez, uma das mais assustadoras marcas de nossa contemporaneidade. O espaço anulado pelo tempo, como sugere Virilio, marca a nossa contemporaneidade. Somos sujeitos ubíquos, estamos em vários lugares, de uma só vez. E a linguagem se atualiza para dar conta da presença que se cinde em telepresenças. Estatuto esquisito é o da linguagem, que presentifica a coisa no exato momento em que se dá conta da sua ausência.

Eu começo assim porque ando atento ao modo como representamos o mundo; ao modo como o materializamos na contemporaneidade. Não há muito o que duvidar, acerca do fato de que o mundo se faz tangível pela palavra e pela imagem. Mas qual o papel que cabe à imagem, sobretudo, nesse mundo que por ela é saturado? Como havemos de lidar com nossa imagem espectral que se multiplica em aparelhos portáteis? O duplo, essa espécie de outro-eu, que fundamentava reflexões psicanalíticas e narrativas literárias, aparece agora como ordem do dia, na medida em que todos os que vivem sob a égide das tecnologias modernas possuem seus avatares, suas imagens reproduzidas e duplicadas.

Se não temos respostas definitivas para as questões postas acima, temos ideias que orientam o pensamento. É preciso pensar a contemporaneidade e a História em sua relação com as imagens.

Quero, portanto, falar da contemporaneidade a partir de sua relação com as imagens. Quero falar sobre a História na “Sociedade Multitelas”. Uma sociedade cujo estatuto não se separa da função e da sedução da imagem. Quero, no entanto, começar pela palavra, essa ardilosa invenção dos deuses. E começo pela palavra porque, onde a palavra falha, o mundo se despedaça, e me aproprio aqui

da famosa máxima do escritor Nigeriano Chinua Achebe. A palavra, como sabem, é um estatuto de poder. O sêmem do mundo, disse Rubem Alves, insinuando que todos engravidamos pelo ouvido. Nisso, ele errou, porque engravidamos por todos os sentidos.

Se a palavra é um estatuto de poder, é, também, ponto de disputa. “No princípio era o verbo”, diz a narrativa bíblica. E se esse exemplo lhe parecer demasiado fantasioso para ilustrar o poder da palavra, apegue-se ao Tzvetan Todorov, que nos ensina que denominar é uma forma de dominar. Dizer o mundo, nomear o mundo, é controlar o mundo. Ao tratar da Conquista da América, Todorov, nos ensina que o imperador asteca recebia o título de *tlatoani*, uma palavra que em *nahuatl*, o idioma asteca, significa “aquele que fala”, “o que tem a palavra”.

Não é por acaso que Paulo Freire, nunca é tarde para lembrar, deu ao seu livro o título de *Pedagogia da Autonomia*. Autonomia é antes de tudo, o poder, a capacidade de se autonegociar. Dizer quem se é no mundo. Imaginar o que se quer ser no mundo. Autonomia é dizer-se a si mesmo, com suas próprias palavras. Poucos podem fazê-lo, na verdade.

Se começo pela palavra não é porque a compreendo como o Outro da imagem. O que quero é retomar um escrito do poeta e ensaísta Octávio Paz, que disse certa feita que fomos descuidados ao escolhermos um nome para nós. Para Paz, na hora de nos autonegociarmos, a ocidentalidade, escolheu um nome marcado pela fraqueza: “moderno”. Como o que é moderno está destinado a deixar de sê-lo, escolhemos mesmo um nome frágil, conclui Octávio Paz.

Não vou discorrer sobre a teoria de Octávio Paz, obviamente. O que quero é apenas que pensemos isso: escolhemos um nome frágil. É porque não somos apenas animais que precisamos escolher com cuidado os nossos nomes. Como disse certa feita, Wole Soyinka, “um tigre não proclama sua Tigreza”, ele se lança sobre a presa”. Mas os humanos precisam proclamar a sua humanidade.

Talvez aqui, eu comece a falar da imagem; porque precisamos nos autoneamar, como nos ensina Freire, porque não somos tigres, como insinua Soyinka, porque nosso nome é fraco, como disse Paz. E porque nosso nome é fraco, nós o remendamos. Para proclamar nossa humanidade, colocamos novos nomes no intuito de reforçar o nome anterior. E assim, vamos colando as palavras, na tentativa de dizer quem somos.

Quando uma coisa tem muitos nomes, fica claro que nenhum deles parece dar conta da coisa. Nosso tempo histórico, a contemporaneidade, é exemplo disso. Vivemos numa sociedade de muitos nomes (e muitos deles nos fazem pensar na imagem): uns dizem “sociedade do consumo”, outros preferem “sociedade da informação”, há quem opte por “sociedade do espetáculo”, e quem invente “sociedade do cansaço”, ou “sociedade do conhecimento”, ou ainda “sociedade da ilusão”, e mesmo “sociedade conectada”.⁸¹

Incapazes ou resignados de que não podemos nos autoneamar com precisão, delegamos tal tarefa à posteridade. Deslocamos a tarefa de dizermos o que somos para um “depois”. E aí, chega-se à lista dos “pós”: somos a “sociedade pós-industrial” ou a “sociedade pós-moderna”. Mas, observem que “pós” não é um conceito. Como nos ensina Homi Bhabha (1998), “pós” é um além. Convencidos de que os termos já não traduzem o que somos, dizemos apenas que já ultrapassamos o que somos. Já não vivemos na sociedade industrial, mas na pós-industrial, já não vivemos na modernidade, mas na pós-modernidade.

Foi assim, pensando os nomes que usamos para no autonearmos que encontrei o termo “Multitelas” para incorporar à lista de nomes que desejam dizer o contemporâneo. Embora autores

81 As nomeações apresentadas aqui são retiradas de obras de campos diversos como Sociologia, Filosofia e Educação e são encontradas em autores como Baudrillard (Consumo), Matterlart (Informação e conhecimento), Debord (Espectáculo), Byung-Chul Han (Cansaço), Duarte (Ilusão), Conectada (Castells).

como Paul Virilio já operassem com ideias semelhantes, pelo menos desde o começo dos anos 1990, até onde descobri, foi o pedagogo italiano Pier Cesare Rivoltella quem começou a popularizar o termo (multitelas), que, ele mesmo afirma, tomou emprestado de um colega Professor da Universidade do Minho, Manuel Pinto.

Propus a ideia de espelhos de Clio, pensando nisso, nas multitelas. Mas, como sou imaginativo, acredito que ao olharmos as telas, elas nos olham de volta. Essas telas são espelhos. Nem me refiro aqui às espionagens às quais estamos submetidos, ao fato de acessarmos uma página na internet e termos nossos dados capturados. Falo mesmo do fato de deixarmos-nos olhar nesse mundo, falo do fato de sermos observados e observadores. De algum modo, todos aspiramos ao olhar do outro; porque somos seres de desejo, também desejamos ser desejados, como nos indicou Caetano Veloso em “Menino do Rio”.

A sociedade das Multitelas é essa sociedade em vemos e somos vistos constantemente. Nesse tempo, gosto de pensar que Clio ganha um novo apetrecho; além do pergaminho/ livro da memória e a trombeta da fama ela traz consigo espelhos (telas). A História se vê em espelhos. Clio, nossa musa, não se afasta das imagens de si. Mas Clio, não tem a vaidade de Narciso. Clio não está satisfeita com o que vê quando se olha no espelho. Clio é apaixonada por si, mas não do modo narcísico. Clio, quando olha no espelho, vê o Outro. Clio deseja transformar-se e só assim, ele continua viva. Diferentemente de Narciso, a História não está satisfeita com sua própria imagem. Antes, talvez se aproximando da famosa interpretação que Walter Benjamin fez do quadro de Paul Klee, a História assusta-se quando olha para si mesma. Então estamos diante desse mundo que tudo vê ou quer ver. Então estamos aqui, pensando a beleza de Clio, que está em se deixar ver, e em ver o outro, mas nunca se conformar com as imagens que captura em cada olhadela.

Esse é o mundo das multitelas. E segundo Cesare Rivoltella (*apud* Oliveira & Agostini, 2020), há pelo menos três elementos que marcam essa nova realidade. Em primeiro lugar, existe a multiplicação dos espaços de ver. Não se trata apenas de TV e Cinema. Telas estão em nossas mãos. O portátil faz da imagem uma presença constante. Telas estão em nossas casas, transbordando os espaços da sala, invadindo cozinha, quartos e banheiros. As telas também estão nos espaços públicos (outdoors, aeroporto, shopping, vitrine...), hipnotizando o olhar. Há, para retomar uma expressão apresentada por Nicolau Sevcenko (2001), uma “hipertrofia do olhar”. A imagem nos observa, enquanto a observamos. Como disse Paul Virilio (1993, 58), a imagem redefine o espaço. A tridimensionalidade cede diante da superfície plana. O espaço público e o privado fundem-se; as fronteiras entre eles se evanescem. Uma nova arquitetura vem à tona, e a distância entre casa e trabalho precisa ser redefinida. Nas palavras de Virilio:

O novo escritório não é mais o cômodo à parte, esse apartado arquitetural, tendo se tornado uma simples tela. O espaço reservado ao trabalho e ao estudo no apartamento burguês passou a ser o terminal de um *escritório-visor* em que aparecem e desaparecem instantaneamente os dados de uma tele-informação na qual as três dimensões do espaço construído são transferidas às duas dimensões de uma tela ou, antes, de uma interface que não somente substituiu o volume do antigo cômodo, com sua mobília, sua arrumação, seus documentos e planos de trabalho, mas que economiza também o deslocamento mais ou menos distante de seu ocupante.⁸²

Além da multiplicação dos espaços de ver, a segunda marca da sociedade multitelas é que há uma clara redefinição da modalidade e do significado do olhar (uma nova gramática da imagem,

82 Não deixa de ser impressionante o fato desse texto do Paul Virilio ter sido publicado, originalmente em 1984; mais 35 anos, portanto, antes da epidemia de COVID obrigar o mundo a redefinir a relação entre os espaços de trabalho e de vida, mediando as nossas relações pelas muitas telas que fomos obrigados a adotar.

talvez um outro regime de visualidade, camadas, horizontalidade, profundidade, verticalidade, rapidez). A imagem que corre verticalmente em nossos aparelhos celulares, ilustrativamente, não é da mesma categoria daquela, mais horizontalizada, que se movimenta na tela do cinema. Diante da tela do celular, o *scrolling* infinito, por exemplo, é um modo de lidar com a imagem impensável quando estamos interagindo com o cinema.

Por fim, a terceira marca da sociedade multitelas é que estamos convivendo com imagens desconexas, apresentadas em mosaicos, cujo quadro geral não se forma. A imagem fragmentada é uma marca dessa sociedade.

O impacto das novas técnicas de produção e consumo de imagens ainda não pode ser plenamente avaliado. Mas já é possível perceber como essas transformações interferem no estatuto intrínseco da imagem; e já é possível inferir que essas transformações intervêm no modo como significamos nossas experiências e compreensões do tempo e do espaço.

SOBRE CONVERSAS COM ESTUDANTES: OU COMO ENTENDER E EXPLICAR A SOCIEDADE MULTITELAS PARA QUEM MELHOR LIDA COM ELA?

Há pouco consenso diante desse mundo novo, que aqui olhamos a partir de um de seus aspectos: as multitelas. Mas já não paira dúvidas acerca dos rebatimentos dessas transformações em nossas experiências de tempo e espaço. E mexer com o tempo e o espaço, significa mexer com a vida. A gente teoriza sobre isso, mas nem sempre consegue trazer exemplos claros, que mostrem que nosso modo de viver tem se alterado, graças, entre outros elementos, à ascensão das tecnologias sobre nossa cotidianidade.

O digital, como disse Pierre Levy (2010, 63), *é o meio de metamorfoses*. Ali as coisas se transformam. O mundo virtualiza-se. Cada vez mais, aspectos da vida ordinária vão sendo incorporados pelo virtual; de tarefas bancárias a consultas médicas. E tudo mediado pelas imagens. Esse processo parece ser melhor absorvido pelos jovens, os chamados nativo-digitais. Uma geração que não tem lembranças do mundo antes da internet.

É na conversa com os jovens, estudantes de graduação, a maioria entre 18 e 21, que melhor capturo o ritmo e aspectos dessa transformação. Foi um desses alunos que me disse que sou um sujeito migrante; que passei do mundo analógico ao digital. Novamente, a relação tempo-espaço. Somos migrantes que não saímos do lugar. Mas o espaço ao nosso redor mudou tão radicalmente que já não é mais o mesmo.

Esse aluno, esperto demais, no entanto, sabia que nem mesmo os jovens são capazes de lidar com tantas mudanças. Todos nós, em maior ou menor grau, sentimos escapar, por entre os dedos que deslizam nas multitelas, um pouco das nossas certezas sobre o tempo, sobre o futuro particularmente. Há, como disse Pierre Lévy, um desapossamento, uma incapacidade de acompanhar por completo o ritmo acelerado das transformações. Nas suas palavras,

Para um indivíduo cujos métodos de trabalho foram subitamente alterados, para determinada profissão tocada bruscamente por uma revolução tecnológica que torna obsoletos seus conhecimentos e savoir-faire tradicionais (tipógrafo, bancário, piloto de avião) – ou mesmo a existência de sua profissão – para as classes sociais ou regiões do mundo que não participam da efervescência da criação, produção e apropriação lúdica de novos instrumentos digitais, para todos esses a evolução técnica parece ser a manifestação de um “outro” ameaçador. Para dizer a verdade, cada um de nós se encontra em maior ou menor grau nesse estado de desapossamento.

A aceleração é tão forte e tão generalizada que até mesmo os mais “ligados” encontram-se, em graus diversos, ultrapassados pela mudança, já que ninguém pode participar ativamente da criação das transformações do conjunto de especialidades técnicas, nem mesmo seguir essas transformações de perto (Lévy, 2010, p. 28).

A tecnologia nos tira algo; diante dela, todos estamos desamparados. Talvez sirva como um pequeno consolo para professores que não conseguem ligar o datashow numa aula sem a ajuda de seus alunos saber que mesmo eles são incapazes de, verdadeiramente, lidar com as transformações aceleradas que a tecnologia nos traz. Ao professor cabe alertar que lidar com a técnica não significa compreendê-la. Muitas vezes, saber como apertar botões e acoplar cabos está mais perto do trabalho alienado do que possa parecer. Operar a tecnologia, como faz o Carlitos de Chaplin em *Tempos Modernos*, não nos livra do esvaziamento do sentido do trabalho. Não basta saber fazer. É preciso saber para que fazer. Sem isso, o conhecimento perde sua capacidade de crítica, de questionamento do mundo. É aqui, precisamente, que o professor age. Ele atua com o intuito de dar sentido ao que ele e seu alunado sabe. Não é de agora que percebemos que se fazer professor depende menos do que sabemos (enquanto conteúdos disciplinares) e mais da nossa capacidade de exhibir uma razão de ser para esse saber.

Se temos claro que a imagem – sua fabricação, decifração e consumo – tornou-se um incontornável ponto referencial do mundo contemporâneo, na condição de professores, precisamos indagar como essa realidade opera com nossas compreensões espaciotemporais; ou se preferir, podemos retomar a pergunta de Virílio, que abre esse texto (*Como viver verdadeiramente se o aqui não o é mais e se tudo é agora?*) e trazê-la para a cotidianidade escolar.

Quero, então, iniciar a reflexão sobre a imagem (aqui/agora) com a narrativa de uma experiência que, acredito, seja comum a muitos educadores. Se você já optou por trabalhar em sala de aula

com filmes como *Os 12 Macacos* (Terry Gilliam, 1996), *Amnésia* (Christopher Nolan, 2001), *Efeito Borboleta* (Eric Bress & J. Mackye Gruber, 2004) sabe que a estrutura temporal não aparece de forma linear (passado-presente-futuro). De um modo geral, diante de uma obra como essa, os estudantes dizem que “esse filme é muito doido”. E se você quiser saber o porquê de eles pensarem isso, as respostas serão, sumariamente, traduzidas na seguinte sentença: “porque o meio tá no começo, o começo tá no fim e fim tá no meio.” Em resumo: ser “muito doido” é sinônimo de mexer na estrutura temporal, é embaralhar os lugares tradicionais do passado, do presente e do futuro dentro de uma narrativa.

Os mesmos estudantes que dizem isso, no entanto, fazem multitarefas. Estudam enquanto ouvem música, conversam enquanto teclam, abrem dezenas de abas em seus computadores, assistem às séries que gostam enquanto leem. Ou seja, enquanto exigem sequencialidade na narrativa fílmica operam com a simultaneidade na vida ordinária. O filme não é “doido” apenas porque embaralha passado-presente-futuro, mas também porque não dá tudo *agora*. A questão não é apenas de sequencialidade, mas também de ritmo. E ritmo, aceleração, mais especificamente é dimensão central na construção das subjetividades desses nativos digitais.

ASPECTOS DAS IMAGENS NA SOCIEDADE MULTITELAS OU ALGUMAS MARCAS DAS IMAGENS QUE NOSSOS ALUNOS (E NÓS) CONSUMIMOS

É verdade que nossos estudantes, geralmente, lidam melhor com as novas tecnologias do que nós o fazemos. Mas é preciso desmistificar a ideia de que professores e estudantes habitam

mundos paralelos e incomunicáveis. Eles estão ali, na Escola, na Universidade. Há diferenças, obviamente. Mas estão no *agora*. Como nos disse Levy, acima, uma das marcas dessa sociedade contemporânea, é a sensação de desapossamento. Então nossos estudantes, entre si, também estão dizendo que os amigos são desatualizados, que “estão por fora”.

Isso acontece porque uma das consequências da miscelânea de informações da cultura midiática é a formação de grupos a partir de afinidades. Assim haverá o grupo dos que gostam do jogo X, e o grupo dos que amam a artista Y. E nem sempre as relações entre os grupos serão cordiais.

Para o professor, acredito, o fundamental não é conhecer os interesses de todos os grupos. Mais importante é entender as dinâmicas de formação dos produtos culturais que esses estudantes consomem, quando adentram e se identificam com esses grupos. Por exemplo: mais importante do que saber as canções e os nomes dos integrantes de uma banda K-POP é saber como as imagens dessas bandas são produzidas e consumidas na sociedade multitelas.

Precisamos lembrar que estamos produzindo e consumindo imagens de modo bastante distinto daquele que caracterizou o convívio com a imagem, desde, por exemplo o nascimento da fotografia e do cinema, lá pela passagem do século XIX para o XX. E como as imagens têm a ver com o tempo e o espaço, quem sabe refletindo sobre elas, a gente entenda melhor o que está acontecendo.

Mas, antes de avançar no raciocínio, deixa eu lembrar como as imagens em movimento se arrumam em nossa cabeça, a partir de dois elementos que as organizam: a tomada e a cena. Como explicam Silvio Guimaraes e Arnaldo Araújo (2006), de modo simples, uma tomada é quando eu pego uma câmera e “tomo” uma série de imagens, ou seja, é uma sequência de quadros, tomados em conjunto, normalmente de uma única câmera. Uma cena, por sua vez, é uma unidade semântica, que tem um sentido em si mesma.

É como uma pequena história dentro da história, por isso pode ser mais de uma tomada.

É claro que hoje não deixamos de ter cenas e tomadas. Mas há uma diferença: as fotografias e o cinema eram pensados de modo distintos porque apontavam para a continuidade, para o fechamento de uma história, para a permanência das coisas. O filme e a fotografia eram feitos inteiros e para durar.

Nesse ponto, parece abrir uma divergência entre o modo como a fotografia e o cinema clássicos produziam imagens e como isso se dá hoje, na sociedade multitelas. E aqui queremos destacar marcas das imagens na sociedade multitelas, que, talvez, estejam nos levando para um novo regime de visualidade. As imagens com as quais lidamos hoje, na palma da mão, são marcadas por 4 características bem distintas dessa pretensão de inteireza que marcava o cinema e a fotografia. As imagens de hoje são baseadas no corte, na aceleração, na fugacidade e na desconexão.

A imagem e o corte - O corte são, por exemplo, os *reels* e *shorts* que encontramos por aí, em qualquer rede social ou mesmo serviço de *streaming*. São esses pedaços, fragmentos de conversas e vídeos. E quando você menos espera, o corte corta! Muitas vezes a história que estava dentro da história não se completa. E aí, (lembra do conceito de cena?) a cena não fecha. Fica um pedaço de história que, além de ser pedaço, é incompleto. Não há o encerramento daquele pequeno arco narrativo, a coisa é feita para ser incompleta, sem unidade semântica.

A imagem e a aceleração - A aceleração está tanto no modelo de produção quanto na possibilidade de fazer os vídeos (e os áudios) andarem mais rápido (uma vez e meia, duas vezes). Essa coisa tão atual de acelerar os filmes, paradoxalmente, nos lembra os primórdios do cinema, quando os personagens pareciam acelerados, tudo parecia acelerado, na verdade. Isso acontecia, a gente

sabe, porque os filmes eram rodados com 18 imagens por segundo, depois, eram projetados em máquinas que conseguiam reproduzir 24 imagens por segundo. Era essa diferença que fazia com que os personagens aparecessem mais apressados.

O jogo com o tempo tem lances inesperados, no entanto: Se você prestar a atenção, observará que quando uma “novela de época”, por exemplo, deseja projetar uma cena como se ela tivesse acontecido no passado, ela, normalmente, cria essa cena em preto e branco e com os personagens acelerados, como nos primeiros filmes de Charles Chaplin? Então essa aceleração que hoje parece tão atual, pode na verdade, não ser tão novidade assim, é um recurso utilizado também como referência ao passado. Por isso, também, que passado e presente, para frente e para trás são misturados na contemporaneidade.

A imagem e a fugacidade - a imagem é feita para não durar, para desaparecer, para se perder no labirinto de tantas outras. Abra a galeria do celular. Há imagens que você nem sabe exatamente como vieram para ali. Quem nunca perdeu um vídeo que estava vendo, simplesmente porque o celular deslizou da mão? A imagem ainda existe, mas você já se perdeu no caminho que te conectava a ela. Além disso, são imagens com prazo de validade: (veja esse *reels* antes que ele desapareça!). É bem provável que você tenha tido dificuldade ao tentar reencontrar uma imagem que viu numa página qualquer na internet, ou mesmo no feed de uma rede social.

A imagem e a desconexão - A desconexão está na divergência, na separação, entre as camadas discursivas que se associam à imagem. Imagine, por exemplo, um comercial de TV qualquer (de margarina, calçados, automóveis ou refrigerante, pouco importa). Você terá imagens, e, provavelmente, música e, quem sabe, legendas. São como três camadas discursivas que se apoiam, mutuamente, para reforçar uma mensagem.

As conexões explicitam relações entre imagem e mensagens linguísticas e se estruturam, normalmente, a partir dos conceitos de “ancoragem” e “revezamento”, que foram apresentados por Roland Barthes e discutidos por Martine Joly (1996). Simplificadamente, ancoragem é uso que fazemos da escrita, de uma legenda, por exemplo, para nos ajudar a encontrar o caminho correto de leitura e interpretação de uma imagem. Imagine que aparece uma camisa verde-amarela numa publicidade. Diante dessa imagem sua cabeça pode abrir-se a interpretações variadas, do esporte à política. Mas, se a legenda diz: “Hoje tem jogo!”, enfatiza-se o esporte, e esvazia-se a política. Então, a ancoragem, apoia a imagem para que ela não fique solta, flutuando. O revezamento, também simplificando, é quando eu uso a legenda para dizer aquilo que a imagem, sozinha, não consegue expressar. Por exemplo, se estou vendo uma novela e quero dizer que essa cena de agora se passa “dois anos depois”, como faço? Simples: coloco uma legenda dizendo: “dois anos depois”.

Se você entra numa rede social como o *TikTok*, por sua vez, provavelmente, encontrará muitos vídeos que lidam com a desconexão entre as camadas discursivas. A imagem é sobre um objeto “X”, a legenda é sobre um tema “Y” e a música é sobre um assunto “Z”. Caberá a você identificar qual das três camadas discursivas contém a principal mensagem naquele vídeo.

É com essas imagens cortadas, aceleradas, fugazes e desconexas que nós e nossos alunos lidamos na sociedade multitelas. Então as formas de elucidação do tempo (materializadas em elementos como a sequencialidade, a simultaneidade, a sincronia, a duração...) precisam ser pensadas em novas lógicas. Não penso que nós, professores, devamos nos desesperar diante da ascensão das imagens e suas tecnologias sobre o espaço escolar. Youtube e TikTok e adjacências não são ameaça ao papel de educadores que somos.

Outros e muitos desafios já se impuseram ao trabalho professoral. E continuamos aqui, aceitando o convite e a tarefa para pensarmos outros mundos possíveis. Se nos apropriarmos de ideias como aquelas preconizadas pela UNESCO para a Alfabetização Midiática e Informacional (AMI), por exemplo, ficaremos mais tranquilos para transitar na sala de espelhos da sociedade multitelas. E lembraremos que a História também pode ser vista como uma sala de espelhos onde a humanidade contempla a si mesma como seres infinitos.

REFERÊNCIAS:

BHABHA, Homi K., **O local da Cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

GUIMARÃES, Silvio Jamil Ferzoli; ARAÚJO, Arnaldo de Albuquerque. Introdução à recuperação de informação baseada no conteúdo digital. In: NAZARIO, Luiz & FRANCA, Patrícia (orgs.), **Concepções Contemporâneas da Arte**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

JOLY, Martine. **Introdução à análise da Imagem**. Campinas: Papiрус, 1996

LÉVY, Pierre. **O que é virtual?** São Paulo: ed 34, 1996.

_____. **Cybercultura**. São Paulo: ed. 34, 2010.

OLIVEIRA, Marta Regina Furlan de & AGOSTINI, Nilo. Sociedade Multitela e a Semiformação: um desafio ético de grande monta. In: **Revista Eletrônica de Educação**. Universidade Federal de São Carlos. jan./dez. 2020. v. 14.

SEVCENKO, Nicolau. **A corrida para o século XXI**: No loop da montanha russa. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 2001.

VIRILIO, Paul. **O espaço Crítico**. São Paulo: ed 34, 1993.

WILSON, Carolyn; GRIZZLE, Alton; TUAZON, Ramon; AKYEMPONG, Kwame; CHEUNG, Chi-Kim. **Alfabetização midiática e informacional**: currículo para formação de professores. Brasília: UNESCO, UFTM, 2013.

11

*Aline Ludmila de Jesus*⁸³

ENSAIO SOBRE A CATÁSTROFE:

ENTRE O DESPERTAR E A RECUSA

83

Doutoranda em História pela Universidade de Brasília - Unb. Pesquisa a ideia de tempo e catástrofe, em diálogo com autoras(es) como Walter Benjamin, Albert Camus, David Kopenawa e Gilles Deleuze. E-mail: ludmilalinelud@gmail.com

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-228-1.11

Lá do outro lado deste céu
sonhos são pássaros
buscando poiso nas nuvens
lá do outro lado desta terra
pesadelos são homens
buscando poiso em ruínas
céu e terra
pássaros e homens
nuvens e ruínas
são palhas de um tempo
do outro lado deste tempo
(BARBEITOS, 1998)

“Não tenho força alguma, não tenho personalidade alguma, nasci para ser um instrumento. Não tenho destino algum. Tudo o que tenho são sonhos. E, agora, outras pessoas os comandam”, clama George Orr, personagem de Ursula Le Guin em *A Curva do Sonho*. No livro, o protagonista Orr é um cidadão ordinário que vive em um mundo devastado pelas mudanças climáticas e superpopulação. Orr percebe que os seus sonhos têm o poder de mudar a realidade e, a cada vez que acorda, o mundo já não é o mesmo – inclusive o passado. O personagem procura ajuda médica e adentra no universo de medicamentos controlados, com receio de acordar e encarar uma realidade outra. William Haber, seu médico, imbuído de sua particular cientificidade e a par da capacidade de alteração da realidade mediante os sonhos de Orr, passa a manipulá-los, provocando transformações profundas no espaço e tempo.

Le Guin escreveu essa ficção na década de 70, todavia, a contemporaneidade não está distante dessa realidade distópica. As crises climáticas, políticas, epidemias e genocídios são alguns dos assombros que nos atravessam; há outros, aqueles de ordem estrutural como o racismo e colonialismo que, miseravelmente, falhamos em pronunciar pela memória e combater pela ação política. Orr mostrava a sua dificuldade de sonhar com um mundo sem guerras,

com uma realidade outra que não fosse calcada na opressão. Haber, transvestido de uma cientificidade progressista, ultrapassa qualquer dimensão ética para cooptar os sonhos do protagonista. Em uma reflexão alegórica sobre o que livro enseja: conseguimos sonhar com realidades outras na contemporaneidade? Essa interpelação vem entrelaçada da elocução: “é mais fácil pensar o fim do mundo do que o fim do capitalismo” (Fisher, 2009).

Há um desassossego que rege o mundo; o espectro da catástrofe tem se alastrado, pincelando novas formas de perceber e sentir o tempo. Ante a escalada da tecnologia e das mudanças sociais e econômicas na contemporaneidade, vicejam reflexões sobre a experiência do tempo que almejam traçar um diagnóstico e evidenciar as implicações dessas transformações no mundo. A temporalidade calcada numa ideia processual e progressista, cujo propósito era uma insaciável busca pela evolução e esclarecimento, não mais consegue atender as suas promessas, aliás, nunca conseguiu. A aclamada luz esclarecedora só fez domesticar os nossos sentidos, no intuito de nos tornar ineptos a olhar e escutar. O progresso, escorado pela razão ocidental, não galgou o falacioso triunfo evolutivo, ao contrário, produziu (e produz) ruínas cujos ecos ressoam sobre todos nós.

O conceito moderno e ocidental de história não foi totalmente estilhaçado, mas imergiu numa crise profunda, de forma que aquilo que compreendíamos como histórico mudou. Essas mudanças são, segundo Zoltán Simon, “sem precedentes” e resultam numa “nova sensibilidade histórica” em que as novas relações estabelecidas com o passado não são mais associativas e sim dissociativas; o sujeito universal cede espaço ao singular disruptivo (Simon, 2019). Se estamos diante de um conceito moderno de história que talvez esteja se dissipando ou que não faça mais sentido, acredito que é um fato que não precisamos nos lamentar. No entanto, as configurações catastróficas que regem o mundo, como desdobramento do capitalismo e do progresso, e os prenúncios que colocam esse fato como única

possibilidade, devem ser um motivo premente para que pensemos em novas práticas políticas.

Compreendo que mais intrincada que a própria ideia de catástrofe é a sua aquiescência. Mark Fisher pontua que um dos argumentos de T. S Eliot é o de que todo o esgotamento diante do futuro nos tolhe do passado (Fisher, 2009) e, exatamente nesse ponto, acredito que estamos diante de um impasse: se julgarmos como certo que futuro só pode ser pensado a partir das catástrofes, estaríamos endossando a ideia de um tempo teleológico? A cada futuro cataclísmico que é pronunciado, esquivamo-nos, de outras e, confinados em um presente que não cessa, ficamos paralisados em desejos que se tornam obsoletos a cada atualização⁸⁴. É possível flexionarmos uma experiência disruptiva e não subordinada à temporalidade posta?

As compreensões sobre o tempo - e os regimes de historicidade - são distintas, afinal, ele não pode ser entendido somente como uma categoria única e ocidental. Diferentes sociedades o concebem em estreita relação com a natureza e as suas dinâmicas sociais. Embora a razão moderna e ocidental tenha alastrado os seus efeitos sobre as pessoas nos seus moldes de civilização, não podemos considerar que os seus esforços de dominação tenham logrado constituir um sujeito histórico universal. Em contextos de avanço da extrema direita e atrocidades contra os povos originários, cabe-nos lembrar que aquilo que chamamos de crise política e ambiental e que nos apunhala, é um dos assombros que faz com que esses povos resistam há mais de 500 anos. Para além de noções distintas

84 Matheus Pereira e Valdei Araújo fazem uma análise sobre o conceito de atualismo e suas implicações na sociedade contemporânea. Em diálogo com Hartog, Gumbrecht, Heidegger e dentre outros, os autores não trazem um diagnóstico cerrado sobre a ideia de tempo na contemporaneidade, ao contrário, nos conduzem a pensar nas sensibilidades que emergem a partir de um alargamento do presente. Ver: Araújo, Valdei e Pereira, Mateus. *Atualismo 1.0. Como a ideia de atualização mudou o século XXI*. Mariana: Editora SBTHH, 2018.

do tempo, há outras experiências históricas e sociais que envidam esforços para contrapor os preceitos da modernidade ocidental. Cumpre-nos ressaltar a experiência zapatista e dos povos curdos que, com suas respectivas lutas, nos convidam a defrontar outras experiências fundamentadas em práticas autônomas. Conforme reflete Jérôme Baschet, os zapatistas desvelam outras formas de pensar o tempo histórico (Baschet, 2021), sobretudo porque colocam as mudanças como um processo constante, construindo práticas de experiência que se ancoram nas tradições e que se insurgem contra as formas de opressão neoliberal (Baschet, 2021).

Todavia, se considerarmos o capitalismo neoliberal que se firma em grande parte do globo, há uma sensação de distopia que tem sido compartilhada; esse sentimento permeia não somente os nossos afetos, mas as cartografias de nosso cotidiano. A construção de hidrelétricas, o agronegócio e as mudanças climáticas alteram, assustadoramente, os espaços que (co)habitamos. Rios que secam, florestas que padecem, profusão de ruídos e ausência de silêncio. Há muito barulho, não obstante, temos dificuldades de nos escutar, justamente porque somos engolidos pela profusão de ruídos que não transmitem experiências. A pobreza de experiência aludida por Benjamin ao fazer referência à perda da faculdade compartilhar experiências na modernidade, também é nossa.

A fabricação de destroços é uma constância e a constituição da vida se torna uma ilusão mórbida nesse mundo de máquinas. A aceleração do tempo decorre não só das transformações provocadas pela tecnologia, mas também das mudanças climáticas, cujo ritmo de alteração se dá de forma crescente, transpondo valores de referência. Em suas reflexões sobre *há mundo por vir?*, Déborah Danowski e Eduardo Viveiros de Castro pontuam que “vivemos o tempo dos pontos catastróficos e a da reversão das curvas” (Danowski & Castro, 2014, p.24). “A história humana já conheceu várias crises, mas a assim chamada ‘civilização global’, nome arrogante para a economia capitalista baseada na tecnologia dos combustíveis fósseis,

jamais enfrentou uma ameaça como a que está em curso" (Danowski & Castro, 2014, p.20).

Há uma mudança, da qual não temos nenhum controle, que arrebatou a história de nós humanos e das demais espécies. As constatações sobre a era do antropoceno, ou capitaloceno, que rege a contemporaneidade colocam o desafio de pensar em outras epistemologias, cujo cerne não seja mais o homem, mas também outras espécies e agências. Estamos diante da "época em que a geologia entrou em ressonância geológica com a moral, tal como anunciado por Gilles Deleuze e Félix Guattari" (Danowski, & Castro, 2014, p.26). O ponto nevrálgico não diz respeito tão somente ao "fim do mundo", à explosão definitiva, mas também ao mau presságio de que as gerações do porvir podem viver em um "deserto ecológico e um inferno sociológico". (Danowski, & Castro, 2014, p. 29).

Falar sobre a catástrofe, embora necessário, é estafante. O pensador Mark Fisher, ao fazer um primoroso diagnóstico acerca do capitalismo tardio, pondera que a indústria cultural nos abarrota com imagens que almejam nos ambientar com a ideia do "fim do mundo", donde somos compelidos à inércia. Numa sociedade ocidental contemporânea alastrada por "zumbis", é mais corriqueiro imaginar o "fim", naturalizar as "catástrofes", do que confrontar o capitalismo. As profecias escatológicas do capitalismo têm perdido espaço para a catástrofe que o próprio capitalismo chama pra si – afinal, o capitalismo é voraz em seu ímpeto de cooptar e precisa de uma catástrofe para chamar de sua (Saflate, 2023). Ambientados pela ideia do fim, nos resignamos e aqueles nossos sentidos já tão amortecidos, sucumbem diante do desencanto.

O conceito de realismo capitalista pensado por Fisher elucidado a atmosfera contemporânea no capitalismo tardio; uma neblina que não é explicitamente visível, mas que nos envolve. O paradoxo do realismo capitalista é justamente a sua dimensão abstrata que adentra os níveis conscientes e inconscientes de todos nós, limitando as

nossas capacidades de imaginar outras possibilidades para além do capitalismo. Em sua forma tardia, o capitalismo não tem mais o ímpeto de mostrar uma faceta afável e coopta as nossas indignações e, por conseguinte, a nossa imaginação. Segundo Fisher, o realismo capitalismo está rodeado de aspirações anticapitalistas, mas que são amortecidas pela esterilidade das experiências. Vide a militância instagramável em que o número de compartilhamentos e curtidas se sobrepõe à revolta.

Estamos distantes e desconectados do mundo. David Kopenawa alarma que apartados da natureza, nós brancos não a ouvimos e, por conseguinte, penso que não conseguimos ouvir nem a nós mesm(as)os. Somos condicionados a estar apartados do mundo em sua completude - sociedade e natureza. Ao estarmos desconectados do mundo, espera-se que a condição de máquinas nos adentre, de forma que não exercemos o gesto de amor ao mundo, tampouco recusamos aquilo que o circunscreve. Nessa perspectiva, há uma dimensão psíquica, tão bem diagnosticada por Deleuze, que está em jogo. Para além das crises que precisamos resistir e olhar, há um “eu” e um “nós” que precisa ser adentrado e negado.

Se resistirmos à tentação da morbidez, podemos fazer o esforço de “olhar”, “escutar”. Deleuze pondera que podemos compreender que o apocalipse está menos nas mensagens que ele mesmo anuncia do que nesse poder que se alicerça no presente, cujo ápice é a destruição. Embasado em L.H Lawrece, Deleuze coloca que as visões do apocalipse visam “desconectar-nos do mundo e de nós mesmos” (Deleuze, 1997). Com isso não quero endossar que não há possibilidade de catástrofe, contudo, compreendo que precisamos exercitar a nossa imaginação política para aventarmos outras possibilidades de criar experiências no presente mediante um entrelaçamento com o passado. Danowski e Castro argumentam que pela razão não há caminhos possíveis, mas se nos atentarmos às impossibilidades, ao chamado irracional, talvez possamos continuar nossa caminhada não subserviente; e nesse aspecto o/a autor(a)

traz a premência das ficções e do próprio mito para avivarmos possibilidades outras ou distintas práticas de vivência no presente. Talvez isso soe como um otimismo desproposital, entretanto, tem mais a ver com o instinto de insubordinação do presente; pensar numa experiência para além do “realismo capitalista”. Assim posto, o cerne deixa de ser o futuro, mas a maneira como interpolamos o tempo.

Walter Benjamin, nessa orientação, mobiliza elucubrações que nos são contemporâneas. Ele foi um dos pensadores que, ainda no século XX, anunciou as relações entre progresso e catástrofe. Para Benjamin, vivemos sob a sucessão de catástrofes e o estado de exceção nada mais é do que aquilo que se instala como ordem. Se virá uma grande catástrofe ou não, o cheiro mórbido já nos assombra há tempos e isso não significa que devamos enlaçar a resignação, contudo precisamos fazer com que

o Tempo do Fim possa se converter n'O Fim do Tempo, devemos fazer tudo a nosso alcance para tornar O Tempo Final infundável. Na medida em que acreditamos na possibilidade d'O Fim do Tempo, nós somos Apocalípticos, mas na medida em que lutamos contra este Apocalipse fabricado pelo homem, nós somos – e isto nunca existiu anteriormente – 'Anti-Apocalípticos' (Anders, 2007).

Se estamos diante do fim, do que nos serve a história? Desloquemos os nossos devaneios desse presente prolongado e de um futuro que nos assombra. “A tradição dos oprimidos nos ensina que o ‘estado de exceção’ em que vivemos é na verdade a regra geral. Precisamos construir um conceito de história que corresponda essa verdade”. (Benjamin, 2005). Penso que aqui Benjamin nos convoca a adentrar no desconforto, nas intempéries. Cientes de que os tempos sombrios não são a exceção, estamos aptos a compreender a estranheza e o assombro sem nos condescendermos aos amparos ofertados pela institucionalidade. Para Benjamin, a estabilidade pode ser falaciosa e tem o poder de nos ludibriar, de forma que abrimos mão da liberdade e a alocamos no poder soberano. Agamben dá continuidade

às reflexões sobre o estado de exceção e pondera que ele se tornou uma norma política, adentrando as diferentes instâncias da vida e limitando as capacidades do ser político (Agamben, 2004). A tradição dos oprimidos quer nos lembrar da insurgência e não da derrota, para tanto, é necessário um conceito de história que dê conta dessa tarefa.

O passado se precipita a todo momento e o historiador tem que ter a astúcia de apreendê-lo no instante, mediante a confluência do outrora com o agora – “fazer época não significa intervir passivamente na cronologia, mas precipitar o momento”. (Benjamin, 2006, p.512) Trata-se de tentar apreender semelhanças entre a sua época e uma anterior, trazendo experiências inacabadas ao presente. A representação do outrora no agora traz a possibilidade de modificar esse passado e, portanto, vislumbrá-lo como inconcluso. A rememoração é capaz de “transformar o inacabado (a felicidade) em algo acabado, e o acabado (o sofrimento) em algo inacabado. (Benjamin, 2006, p.513) Como lembrar se, conforme ressalta Benjamin, estamos pobres de experiência? Para o autor, a experiência é pensada como um tesouro que é tradicionalmente cedido ou herdado; cada geração porta esse tesouro e o transmite às gerações posteriores pelo poder da palavra, da memória, da transmissão do fazer. Trata-se de um conceito de experiência que atrela o tempo à tradição e que, atualmente, estamos imersos numa pobreza; afinal; o abarrotamento dos fluxos de comunicação não implica que, de fato, estamos transmitindo experiências.

Para Deleuze as formas de comunicação atuais são atravessadas pelas imagens e pela linguagem. No entanto, as imagens nessa perspectiva não reverberam a exterioridade do mundo, tampouco a sua interioridade. As imagens são lidas e não vistas em sua essência. Na contemporaneidade, o computador, os celulares substituem o nosso olho, como se víssemos pelas telas e não pelo nosso próprio olhar. Trata-se de um “fluxo incessante de imagens” que abarrota o nosso cérebro com informações, mas que, a despeito disso, falhamos miseravelmente em transmitir/compartilhar experiências autênticas. Desconectados do mundo exterior, nós o perdemos e nos distanciamos.

A ideia de catástrofe não é inédita, no entanto, estamos tomados por urgências. Resignar-se a uma ideia catastrófica talvez significa negarmos a nossa própria condição humana e entregarmos à letargia que nos assombra. O ponto crucial não é negação da catástrofe, mas qual o nosso *ethos* política frente a ela. Nesse sentido, o despertar para o absurdo pensado por Albert Camus é relevante no sentido de recusa das configurações que regem o mundo e da própria catástrofe. A recusa não é a negação em si mesma, mas o despertar para a revolta. No despertar da experiência absurda, a condição humana tem o seu protagonismo, haja vista que ela se coloca frente à recusa do mundo. Trata-se de um abalar sísmico entre o tempo calcado na normalidade e a constatação de que o absurdo rege. A sensibilidade absurda desperta o estranhamento em relação a um mundo estremeado.

Antes da sensibilidade absurda vir à tona, o homem estabelece uma relação singela com o tempo; ele não se deu conta da absurdidade que rege a sua existência humana. Pode-se inferir, que o precede o absurdo é uma concepção linear do tempo – ao homem ordinário, cuja existência monótona e cotidiana é estabelecida, resta-lhe a inquietação de um futuro:

Antes de encontrar o absurdo, o homem cotidiano vive com metas, uma preocupação com o futuro ou a justificação (não importa em relação a quem ou a quê). Avalia suas possibilidades, conta com o porvir, com sua aposentadoria ou o trabalho dos lhos. Ainda acredita que alguma coisa em sua vida pode ser dirigida. Na verdade, age como se fosse livre, por mais que todos os fatos se encarreguem de contradizer tal liberdade (Camus, 2019, p. 49).

A sensibilidade absurda desperta o homem para a condição de sua própria existência inexorável – a morte. A imagem da morte se revela como uma certeza inescapável. O futuro, antes visto como o lugar da possibilidade outra diante de um cotidiano enfadonho, agora é o que lhe resta. O absurdo, portanto, é despertar do homem para

uma temporalidade que lhe é posta e que subjaz a falta de sentido de sua existência. O absurdo, como ponto de partida, traz a recusa, não obstante, não se trata de recusa à vida, pois o homem absurdo rejeita o suicídio. Camus, propõe um desafio: alicerçado na lucidez diante do absurdo, o homem reafirma a vida pela *revolta* contra a condição que nos é dada.

CONCLUSÃO: O TEMPO NÃO CONCILIADO

A história não pode nos salvar das catástrofes passadas ou daquelas que vêm, mas penso que ela tem uma tarefa ética e política – um compromisso com o seu tempo; o nosso tempo. Ora, se firmamos esse pacto com o nosso tempo, também o fazemos com o passado, afinal, a recusa do luto se dá em função de não pactuarmos com os chamados vencedores e redirmos as gerações de outrora. Nesse sentido, há uma melancolia revestida de possibilidade outra que talvez esteja entranhada em cada um de nós. Nela, há um lugar fecundo – e não é veneno, tampouco o antídoto – que nos acolhe e atormenta, e decerto ali, a melancolia seja refúgio de nossos desejos que interpelam os tempos.

Nesse sentido, as reflexões benjaminianas sobre uma história aberta podem nos indicar caminhos. A história calcada no inacabamento descortina possibilidades não somente no presente, mas no passado. Estabelecer uma experiência com o passado, de modo que ele possa ser inacabado e a história aberta às construções e destruições. As cores de um outro porvir estão acinzentadas pela irreversibilidade da catástrofe. Se o presente e o passado estão abertos, de modo que é necessário desterrar os oprimidos de outrora e seus combates, isso significa uma abertura às (im)possibilidades e

novas formas de elaborar o nosso presente. O amor às (im)possibilidades traz o convite ao inacabado e ao oportuno. E o oportuno é o instante eivado de possibilidades no qual o *Messias* bate na porta discretamente. Quantas portas vão se abrindo, jamais saberemos, mas podemos ter o ímpeto de deixá-las abertas. Tomemos essa radicalidade de uma escrita da história aberta às possibilidades e constituindo-se pelo inacabamento.

Para Benjamin: “Organizar o pessimismo significa...descobrir no espaço da ação política...espaço de imagem. Este estado de imagem, entretanto, não pode mais ser medido pela contemplação [...] O muito buscado espaço de imagem [...], o mundo da atualidade universal e integral” (Benjamin, 2020 p.73). Nesse tempo eviscerado, a saída não é a resignação e sim as fissuras; o delírio. Enquanto o mundo adormece, adentrar no escuro e caminhar com aqueles/as que vagueiam fora do alento. Como o contemporâneo que “mantém fixo olhar no seu tempo, para nele perceber as luzes, mas o escuro” (Agamben, 2009, p.58).

Precisamos de uma escrita da história que olhe o escuro e que se abra ao fabulado, afinal, a razão ocidental não nos traz alento. Uma história que, seguindo o programa benjaminiano, almeje uma vida não fascista. Que compreenda humanos e não humanos e que se abra para a “escuta”. Uma escuta em que as palavras faladas tenham tanta força quanto as nossas aclamadas epistemologias. Se assim o for, precisamos ouvir aquela visão cosmológica e xamânica do mundo que sopra em nossos ouvidos que ainda há xamãs segurando o céu que nos abarca. E que da escuta, possamos abrir os nossos sentidos e afetos, mobilizando coração e pulmão, de forma a entrelaçar as cosmologias e saberes (escritos ou não) como prática de compromisso com a(s) vida(s).

REFERÊNCIAS:

AGAMBEN, Giorgio. **Infância e história**: destruição da experiência e origem da história. Nova edição aumentada, tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

_____. **O que é o contemporâneo?** e outros ensaios. Tradução de Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.

ANDERS, Günther, **Le temps de la fin**. Paris: L'Herne, 2007.

ALEKSIÉVITCH, Svetlana. **Vozes de Tchernóbil**. Crônica de um desastre. Trad. Sônia Branco. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

ARAÚJO, Valdei e PEREIRA, Mateus. **Atualismo 1.0**. Como a ideia de atualização mudou o século XXI. Mariana: Editora SBTHH, 2018.

BASCHET, Jérôme. **A experiência zapatista**. Rebeldia, resistência e autonomia. Tradução Domingos Nunes. São Paulo, N-1 Edições, 2021.

BENJAMIN, Walter. Sobre alguns temas em Baudelaire. In: **Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo**. Trad. José Carlos Martins Barbosa e Hemerson Alves Batista. São Paulo. Brasiliense. 1989.

_____. O Narrador In: **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 7ª ed. São Paulo. Brasiliense. 1994.

BOLLE, Willi [Stefan Wilhelm Bolle]. **Walter Benjamin**: Passagens. 1. ed. Belo Horizonte e São Paulo: Editora UFMG e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

CAMUS, Albert. **O mito de Sísifo**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2019.

CHAKRABARTY, Chakrabarty. **The crises of civilization**. Exploring global and planetary histories. Oxford University Press, 2018.

DANOWSKI, Deborah Eduardo Viveiros de Castro. **Há mundo por vir?** Ensaio sobre os medos e os fins /. - Desterro [Florianópolis]: Cultura e Barbérie: Instituto Socioambiental, 2014.

DELEUZE, Gilles. **Crítica e Clínica**. São Paulo: Editora 34, 1997.

FISHER, Mark. **Realismo Capitalista**: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

FREIXO, André *et al.* Dossiê sobre nostalgia, In: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/issue/view/26>

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin**: aviso de incêndio. Uma leitura das teses 'Sobre o conceito de História'. São Paulo, Boitempo, 2005. (tradução de Wanda Nogueira Caldeira Brant; tradução das teses de Jeanne Marie Gagnebin e Marcos Lutz Müller)

RACY, Gustavo (org.) **Walter Benjamin está morto**. São Paulo: Sobinfluência Edições, 2020.

KOPENAWA, Davi e ALBERT, Bruce. **A queda do céu**. Palavras de um xamã Yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SAFATLE, Vladimir. **Crise ecológica, crise psíquica e o fim do progresso**. Disponível In: <https://revistacult.uol.com.br/home/crise-ecologica-crise-psiquica-e-o-fim-do-progresso/> Consultado em: 08/11/2023

SIMON, Zoltán Boldizsár. **History in Times of Unprecedented Change**: A Theory for the 21st. Century. London: Bloomsbury, 2019.

TRAVERSO, Enzo. **Melancolia de esquerda**. Marxismo, história e memória. Belo Horizonte: Ayiné: 2018.

SETH, Sanjay. **Beyond reason**. Theory and the social sciences. Oxford: Oxford University Press, 2020.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado**. Poder e a produção da história. Curitiba: Huya, 2016.

12

*Tadeu Pereira dos Santos*⁸⁵

*Verônica Rodrigues Tomaz*⁸⁶

OS IMPACTOS DA READAPTAÇÃO ÀS AULAS PRESENCIAIS NO CONTEXTO PÓS-PANDEMIA GERADOS NA SAÚDE MENTAL DOS PROFESSORES DE UMA ESCOLA DA REDE PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA

85

Doutor em História pela Universidade Federal de Uberlândia-UFU, com estágio pós-doutoral na mesma instituição; Professor na Universidade Federal de Rondônia - UNIR, Rolim de Moura; vice-coordenador do Centro de Documentação Regional da Zona da Mata Rondoniense; líder do Grupo de Pesquisa em Ensino de História, Teoria e Questão Étnico-Racial. E-mail: tadeupopulis@yahoo.com.br

86

Bacharel em Psicologia Pela Faculdade de Rolim de Moura - Rondônia. Especialista Em Gênero e Diversidade na Escola pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR, Rolim de Moura - E-mail: veronica18rn@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a pandemia da Covid-19 teve seu início registrado em fevereiro do ano de 2020 e desde março do referido ano as aulas presenciais das redes públicas de ensino permaneceram em regime remoto na maioria dos estados até maio de 2021; as aulas presenciais tiveram retorno no dia 21 de fevereiro do corrente ano (Rumenig, 2022). A pandemia trouxe desafios inimagináveis aos seres humanos, suscitando uma urgente necessidade de readaptação há muito não vista, para fins de sobrevivência (Capriani; Moreira; Carius, 2021).

Na área da Educação foi possível vislumbrar os esforços dos professores e demais membros da equipe escolar para tentar manter um nível razoável de rendimento dos alunos no ensino remoto, tendo as famílias como intermediadoras (Rumening, 2022). Contudo, os professores tiveram que lidar com uma rotina exaustiva de dupla jornada, falta de preparo técnico para o ambiente tecnológico, desafios no relacionamento com os alunos e suas famílias, além das próprias demandas pessoais. Com o retorno das aulas, um novo cenário se apresentou, pois estes profissionais tiveram que lidar com inseguranças e receios, somados aos impactos emocionais do isolamento e do trabalho remoto, ganharam um peso significativo. Frente a isso, a abordagem deste assunto se faz relevante, pois pretende colocar luz sobre a condição psicológica dos muitos professores, ante o recente cenário de desafios, limitações e medos.

Sabendo da imprescindibilidade da atuação dos professores e educadores para que as pessoas atinjam o máximo de seu potencial e a sociedade continue se desenvolvendo, é maximamente importante levar para o conhecimento social a necessidade de um suporte especializado em saúde mental a estes profissionais, de modo que seja possível levantar essa questão nas discussões políticas e conscientizar o corpo docente a respeito deste cuidado.

Este estudo teve como intenção verificar os impactos relacionados com a readaptação das aulas presenciais no ambiente pós-COVID-19 gerados na psique dos professores de uma escola da rede pública do estado de Rondônia. Em razão disso, realizou-se uma pesquisa de campo, de abordagem qualitativa e qualitativa do tipo descritivo, tendo como base a aplicação de um questionário semiestruturado a um grupo de professores do Ensino Fundamental e Médio que trabalham numa escola da rede pública do estado de Rondônia.

A estrutura desta pesquisa abordou em seu desenvolvimento os desafios impostos pela pandemia da Covid-19 aos professores e demais membros da equipe escolar, bem como o processo de adaptação dos professores à modalidade de ensino remoto. Na sequência, foram apresentados os materiais e métodos necessários na realização desta pesquisa, assim como a etapa de apresentação dos dados obtidos e a discussão dos mesmos com base na literatura que trata da temática em questão.

DESENVOLVIMENTO - DESAFIOS IMPOSTOS PELA PANDEMIA DA COVID-19 À ÁREA DA EDUCAÇÃO

A emergência internacional relacionada à Covid-19 declarada no dia 30 de janeiro de 2020 pela Organização Mundial da Saúde (OMS) direcionou as atenções da comunidade científica para o campo da saúde global (Ventura *et al.*, 2020). Conforme os autores, a pandemia da Covid-19 que, no Brasil, teve seu início registrado no mês de fevereiro do ano de 2020, suscitou uma urgente necessidade de mudança da rotina diária da população, culminando em isolamento, restrições, inseguranças, ansiedade, medos, angústias e demais emoções e sentimentos negativos resultantes deste novo e desafiador modo de vida.

Diante desta árdua realidade imposta a todos, as escolas da rede pública de ensino suspenderam suas aulas presenciais a partir do mês de março do ano de 2021 por tempo indeterminado, vindo a área da educação a ser fortemente afetada e prejudicada, exigindo a readaptação das aulas a um novo formato, o remoto, para cumprir as exigências legais acerca do isolamento social e colocar alunos, familiares e todos os membros da equipe escolar em segurança (Rumening, 2022). O autor afirma que o ensino remoto foi uma forma encontrada para contornar o problema do isolamento e conseguir manter os alunos na rotina escolar.

Sabidamente, é praticamente impossível manter o mesmo nível de controle em um ensino remoto que o da sala de aula, um ambiente com estímulos pensados para conduzir os alunos ao foco e atenção no aprendizado (RUMENIG, 2022). Diante disso, o autor faz refletir sobre o desafio de construir uma dinâmica no universo online para tentar manter o comprometimento e a assiduidade dos alunos nos estudos, pois se é difícil para os adultos construírem e manterem um repertório de autocontrole eficiente no *Home Office*, imagine para as crianças que, muitas vezes, associam o ensino remoto com momento de férias e lazer.

Conforme Alcântara *et al.*, (2021) nesta modalidade de ensino remota os alunos passaram a ter contato com seus colegas e professores através das telas dos seus computadores, celulares, notebooks e tablets, tendo o ambiente doméstico como a mais nova sala de aula. Os autores colocam que todos foram desafiados: os professores e demais membros da equipe escolar se viram no dever de tentar manter um nível razoável no rendimento educacional dos alunos; os estudantes tiveram que lutar contra os diversos estímulos ambientais gratificadores para se manterem perseverantes nas aulas online, cumprindo os deveres e as famílias se viram no desafio de serem intermediárias entre os professores e seus filhos, instruindo-os nas lições.

Das salas de aula presenciais aos grupos de *WhatsApp*, os professores tiveram que usar recursos tecnológicos que, muitas vezes, não dominavam, para interagir com seus alunos, estar disponível para sanar dúvidas, postar atividades, acompanhar o desempenho dos alunos, dar feedback aos pais e responsáveis, dentre outros compromissos (Alcântara *et al.*, 2021). Além de tudo isso, os autores pontuam que também ficou a cargo dos professores orientar as famílias para que auxiliassem suas crianças com as diversas tarefas e provas em casa.

No entanto, ocorre que além de todas essas demandas que recaíram sobre os professores, estes profissionais se viram na obrigação de conciliar estes afazeres com suas questões pessoais, lidando com suas próprias famílias confinadas em casa, com seus próprios medos e inseguranças, quando não com o quadro de adoecimento e até mesmo de falecimento de seus entes queridos em virtude da Covid-19 (Ventura *et al.*, 2020). Os autores explicam que, além disso, não raro, os professores tiveram que articular reclamações, ofensas e sermões dos familiares de seus alunos acerca do elevado volume de tarefas, volume que serviu ao propósito de guiar os alunos para que conseguissem manter um nível de rendimento intelectual razoável.

As famílias que também foram pegas de surpresa pelo novo modelo de ensino, tiveram que manter um contato constante com os professores de seus filhos, exigindo uma habilidade muitas vezes escassa para resolver problemas, fazer cobranças, tirar dúvidas, etc., recaindo sobre os professores a responsabilidade de guiar os pais e responsáveis de forma quase que educativa para que estes se tornassem intermediadores (Santos; Caldas; Silva, 2022).

Assim, a adaptação dos professores se deu não somente no âmbito das tecnologias, mas, principalmente, no campo das relações humanas (Ventura *et al.*, 2020). Deste modo, na sequência, discorreu-se sobre o processo de adaptação dos docentes ao ensino remoto.

PROCESSO DE ADAPTAÇÃO DOS DOCENTES AO ENSINO REMOTO

A pandemia da Covid-19 gerou desafios inimagináveis aos professores, alunos e às famílias dos estudantes. Portanto, os professores tiveram que lidar com o medo de não ser tão produtivos e de não conseguir auxiliar os alunos devidamente em suas dúvidas e limitações educacionais (Charczuk, 2020).

Nesse entendimento, Charczuk (2020, p. 02) coloca que os recursos remotos, tendo como base a internet, auxiliaram no exercício da docência e no processo de ensino- aprendizagem, “[...] a fim de possibilitar aos professores dos diversos níveis de ensino o envio e compartilhamento de materiais didáticos e atividades com os alunos.” No entanto, neste cenário, além da dificuldade de interação com familiares e do medo da perda de produtividade, os professores se depararam com uma triste realidade que assola grande parte da população brasileira: a ausência de acesso aos recursos importantes para o acompanhamento das aulas.

Diante desta realidade, Araujo et al. (2022, p. 03) traz uma importante reflexão:

O ensino remoto-domiciliar, em vigência desde o primeiro semestre de 2020, trouxe inúmeros desafios para sua execução, o primeiro diz respeito ao acesso aos equipamentos tecnológicos necessários e a conexão à internet. [...] comumente as desigualdades socioeconômicas acompanham a exclusão digital, reforçando a condição de vulnerabilidade social de parte da população.

Todos estes fatores levaram a adaptação a uma dinâmica que exigiu dos professores muita criatividade, resiliência, improvisação e paciência, ainda que o cenário de pandemia também estivesse afetando estes profissionais ao nível psicológico (Santos; Silva, 2022).

Os autores pontuam que com todos estes elementos em pauta a saúde mental dos professores passou a interessar a comunidade científica, uma vez que o acompanhamento psicológico dos professores não é algo difundido como deveria ser, e acaba não sendo incentivado.

Frente ao exposto, Souza et al. (2021, p. 05) trazem que é importante considerar que a “[...] reestruturação do trabalho docente, em circunstâncias de pandemia, aprofundou a intensificação e a precarização das condições de trabalho de professoras e professores [...]”. De forma prática, a colocação da autora permite entender que, neste cenário, os professores estiveram expostos à urgência de trabalhar como se as condições de isolamento social não interferissem na qualidade do rendimento, ocasionando exaustão nos vários âmbitos da vida.

Essa exaustão, conforme Souza et al. (2021), se fez visível no prolongamento da jornada de trabalho, uma vez que os alunos e familiares tiveram fácil acesso aos professores, bastando mandar uma mensagem de texto ou áudio, e, devido ao fato de as dúvidas dos alunos se avolumarem, estes profissionais acabavam por ser acessados a qualquer momento. Com os limites fragilizados, famílias e alunos ansiosos com a possibilidade de serem mal avaliados, os professores se viram na difícil missão de articular problemas profissionais e pessoais.

Diante deste cenário, de acordo com uma pesquisa realizada com 9557 profissionais pela Nova Escola, no ano de 2021, 72% dos professores teve a saúde mental afetada e precisou de auxílio psicológico, apresentando quadros de ansiedade, estresse e depressão. Uma recente pesquisa realizada pela UNICEF Brasil (2021) mostrou que 79% dos alunos assistiram à aula pelo WhatsApp na pandemia, e seus professores, cerca de 2,6 milhões, passaram horas a fio fotografando páginas de livros de atividades para enviar aos alunos, gravando vídeos explicativos, tirando dúvidas, fazendo correções, entre outras atividades remotas.

Frente ao exposto, Santos, Caldas e Silva (2022, p. 04) expõem: “o esforço desmedido de alguns docentes para alcançar os resultados plausíveis no ensino-aprendizagem pode gerar uma situação de cansaço, tendo em vista que a intensificação do trabalho é relacionada a diversas formas de sofrimento e adoecimento.” A colocação dos autores permite compreender que a atuação docente requer mais do que a mera exposição de conteúdos, exige um tato para as relações humanas, um olhar atento para as potencialidades e limitações de cada indivíduo que compõe uma sala de aula, um modo de perceber os esforços individuais, e uma disposição para enxergar possibilidades de melhoramento que, muitas vezes, o aluno não encontra em casa. Desta forma, o ensino remoto demandou dos professores uma sensibilidade para as diversas realidades que escapavam ao olhar direto, aflorando a preocupação, a insegurança e, não raro, a instabilidade emocional (Moronte, 2020). Assim, questões de natureza mais subjetiva, inevitavelmente, emergiram e fizeram com que estes profissionais questionassem o sentido de suas vidas, a qualidade da atuação, a relevância de seu trabalho na vida dos alunos; expondo-os a insatisfações, desesperança, estresse e as consequências decorrentes disso.

Com isso, é possível verificar o quanto a rotina exaustiva no período das aulas remotas acabou por expor os professores ao adoecimento mental, em virtude da dupla jornada, a ausência de preparo técnico para o ambiente remoto, as limitações no relacionamento interpessoal com as famílias, o excesso de atividades, bem como os medos e inseguranças do futuro (Souza *et al.*, 2021). A autora explica que o adoecimento psicológico coloca o indivíduo em uma posição de vulnerabilidade e suscetibilidade, ao ponto de levá-lo a abrir mão do autocuidado, dos relacionamentos afetivos etc., e questionar sua potencialidade.

No ano de 2022, as aulas voltaram a ser presenciais nas redes estaduais e municipais de educação no Brasil, suscitando um novo desafio aos professores: a readaptação (Oliveira; Gomes;

Baecellos, 2020). Os autores pontuam que readaptar é redescobrir possibilidades, reescrever uma narrativa e reconstruir uma dinâmica. No cenário em questão, ainda conforme os autores, a readaptação foi acompanhada por inseguranças, incertezas e receios que tiveram um impacto relevante na saúde mental dos professores brasileiros.

Na visão de Viner et al. (2021), o período pós pandemia da Covid-19 poderá trazer outras formas de sofrimento, não mais alicerçadas na dinâmica do ensino remoto, porém poderá gerar a possibilidade crescente de que o distanciamento social no ambiente educacional se estenderá pós pandemia, sendo uma prospectiva apontada em estudos como fator preocupante. Diante disso, faz-se importante pensar neste novo contexto e nesta nova dinâmica, para que seja possível colocar luz sobre as possibilidades seguras de readequação social.

MATERIAIS E MÉTODO

Foi desenvolvida em pesquisa de campo, de abordagem quanti-qualitativa e do tipo descritiva. A amostra da pesquisa foi formada por 08 (oito) professores de 01 (uma) escola da rede pública do estado de Rondônia, do Ensino Fundamental ao Ensino Médio. Aos sujeitos participantes foi aplicado um questionário semiestruturado composto por 10 (dez) questões.

No tocante aos procedimentos, este trabalho foi realizado em três etapas: 1) Execução; 2) Organização e 3) Análise. A etapa de execução iniciou a pesquisa com a aplicação do questionário. A pesquisadora fez o primeiro contato com a instituição de ensino no dia 15 de setembro e pediu permissão para a realização do trabalho. Mediante a confirmação, os professores foram convidados a participarem e a eles foram expostos os objetivos da pesquisa

e os parâmetros éticos, deixando-os cientes sobre a liberdade para encerrar a participação a qualquer hora, sem prejuízo algum, bastando mencionar para a pesquisadora a decisão.

Na sequência, os dados foram organizados, tabulados e apresentados de forma estatística. A pesquisa foi descritiva, pois os dados foram descritos sistematicamente, e organizados de modo que a compreensão fosse clara. A terceira etapa foi a análise quanti-qualitativa das informações com base na literatura que trata da temática em questão, a partir da qual foi feito um recorte de estudos sobre o tema, de modo que fosse possível promover uma discussão entre os autores.

RESULTADO

Frente ao objetivo de analisar os impactos da readaptação às aulas presenciais no contexto pós-pandemia gerados na saúde mental dos professores de uma escola da rede pública do estado de Rondônia, este trabalho contou com a participação de 08 (oito) professores do Ensino Fundamental e Médio. Aos participantes aplicou-se 01 (um) questionário semiestruturado com 10 (dez) questões. Para melhor aproveitamento do tempo dos professores, os questionários foram entregues em mãos pela pesquisadora no dia 15 de setembro de 2022, para que os mesmos pudessem respondê-los em casa e devolvê-los à pesquisadora 02 (dois) dias após a entrega. Ao entregá-los aos professores, a pesquisadora leu o questionário para se certificar de que os docentes haviam compreendido as perguntas e que não teriam quaisquer dificuldades. Ademais, é importante salientar que antes da entrega do roteiro de perguntas, a pesquisadora falou sobre os objetivos da pesquisa e dos parâmetros éticos, deixando clara a liberdade para encerrar a participação a qualquer hora, sem prejuízo algum, bastando mencionar a decisão de encerrar.

No tocante aos perfis dos professores participantes, trataram-se de 07 (sete) mulheres e 01 (um) homem, entre 32 (trinta e dois) e 47 (quarenta e sete) anos de idade.

Deste modo, a primeira pergunta do questionário buscou compreender quais foram os sentimentos envolvidos no retorno às aulas presenciais. Dentre as respostas, 03 (três) sentimentos se repetiram em 07 (sete) roteiros, sendo eles: medo, expectativa e angústia. Outros sentimentos registrados, foram: alegria de rever os alunos, saudade dos alunos, indiferença, felicidade, esperança e receio. Dos oito participantes, um deles justificou a resposta, afirmando: “Medo de que a transmissão do vírus piore, de que os alunos estejam mais inquietos e hiperativos em virtude de tanto tempo expostos às telas. Apesar dos sentimentos negativos, também experimento saudade.” (sic). Verificou-se que a quantidade de sentimentos e emoções negativos descritos foi maior do que a quantidade de sentimentos e emoções positivas, refletindo um padrão de crença e pensamento.

A justificativa da professora descrita acima acerca dos sentimentos experimentados no retorno às aulas presenciais retrata o cenário de boa parte dos docentes entrevistados, havendo uma mistura de emoções boas e ruins, agradáveis e desagradáveis, envolvendo saudade, alegria pela volta da rotina, esperança de que tudo volte ao normal e, ao mesmo tempo o medo de que o quadro da Covid-19 no país pudesse piorar e gerar novos traumas pelo fechamento das escolas outra vez.

A segunda pergunta do questionário buscou avaliar se os participantes se sentiam preparados profissional e psicologicamente para o retorno às aulas. Assim, verificou-se que 50% (=4) da amostra descreveu não se sentir preparado para retornar à rotina presencial. Dentre as justificativas, registrou-se: Resposta 1 – “Sinto medo de que o isolamento tenha me deixado hipersensível aos estímulos sociais e eu acabe não tendo a mesma paciência e calma com meus alunos.” (sic); Resposta 2 – “Acredito que nada será como

antes, o ambiente será o mesmo, mas a forma humana de habitar estes ambientes não. Tudo foi muito pesado, com certeza eu voltarei mais preocupada, mais sensível à vida humana, mais grata à Deus pela vida minha e dos meus alunos." (sic). Resposta 3 – "Olha, para mim vai ser tudo diferente, a vida muda a gente, como não vou mudar com um evento histórico dessa magnitude?! O jeito de ver a vida, as crianças, as demandas [...]" (sic). Resposta 4 – "Será tudo novo, ainda que na mesma dinâmica de antes, agora eu tenho mais medo, mais angústia, estou bastante abalada emocionalmente ainda, Deus sabe como!" (sic).

Na transcrição das respostas da segunda pergunta, pode-se verificar que para metade da amostra, nada será como antes. A outra metade, para a qual nada mudou, registrou-se, nas respostas, um padrão relacionado à esperança de que as coisas possam ser como antes, ou seja, a manifestação do desejo de que nada tenha mudado e que tudo volte a ser como era. Um elemento de automotivação foi percebido nestas falas. É interessante trazer a resposta de uma professora, veja: "Para mim nada mudou, houve apenas uma pausa, um intervalo imposto, lidados com um retorno ao normal." (sic).

Nas respostas da segunda pergunta verifica-se que para o grupo de professores que acredita que tudo mudou há a crença de que o isolamento social e os eventos da pandemia mudaram o ser humano em sua essência, ou seja, o deixaram mais sensível à finitude humana e o farão, portanto, olhar o mundo ao seu redor de outra forma, ainda que o ambiente seja o mesmo. Já para o outro grupo que acredita que nada mudou, verifica-se o elemento da esperança de que a normalidade voltará. Por um lado, o olhar da mudança, de um novo tempo, por outro, um olhar de esperança para a velha rotina.

A terceira pergunta do questionário buscou compreender qual foi o maior desafio que os participantes tiveram que enfrentar no retorno às aulas presenciais. Nos relatos, o retorno às aulas foi desafiador para pouco mais da metade da amostra, 62.5% (=5).

Para o restante, pessoas do mesmo grupo que consideraram na pergunta anterior que nada mudou no retorno às aulas, não houve desafios. Deste modo, dentre os que consideraram que os desafios aconteceram, foram registradas as seguintes respostas: Resposta 1 – “O maior desafio para mim foi e está sendo saber que muitos dos meus alunos perderam pessoas que amavam para a Covid-19 e estar sensível à esta realidade me gerou muita angústia.” (sic). Resposta 2 – “Veja, voltar já foi um desafio, pois quem não teve medo de morrer na pandemia?! Voltar representou se expor ao mundo, ao vírus, estar suscetível.” (sic). Resposta 3 – “Meu desafio foi me reorganizar para mudar a rotina. Eu confesso que estava muito adaptada àquele comodismo de dentro de casa, mesmo que o trabalho remoto tenha sido imensamente complicado.” (sic). Resposta 4 – “Eu ainda estou tendo de lidar com o desafio de ter autocontrole e cuidar da minha mente. Adquiri transtorno de ansiedade na pandemia e isso me desequilibrou” (sic). Resposta 5 – “O desafio é ir à luta depois de um cenário tão desastroso que passou na realidade, mas continua apavorando muita gente, a cabeça não ajuda.” (sic).

Nas respostas transcritas acima, do grupo de professores para o qual os desafios existiram e ainda existem, verificou-se muito fortemente o elemento do medo e de certa aflição interior. Para esses professores, os desafios, apesar de divergirem, apontam para um mesmo ponto: a reorganização da vida prática, o controle mental de quem adquiriu problemas de ordem psicológica e a dificuldade de articular uma realidade que se encerrou para centenas e milhares de pessoas no mundo todo.

Na sequência, a quarta pergunta teve como objetivo avaliar como foi o primeiro contato com (=3) dos participantes o primeiro contato não despertou nada de inteiramente novo, mas tão somente um reencontro. Para a maior parte dos entrevistados, 62.5% (=5), o retorno às aulas presenciais foi cheio de emoções e sentimentos. Dentre as respostas, três delas se destacaram:

Resposta 1 – “Eu chorei muito, abracei meus alunos, e em cada abraço agradecia a Deus pela vida deles, foi um momento que nunca irei esquecer.” (sic). Resposta 2 – “Eu reencontrei meus alunos normalmente, mas depois, quando fui ao banheiro, desabei a chorar, de alegria, de medo, por estar vivendo aquilo de novo, por estar viva, por estar bem.” (sic). Resposta 3 – “Foi um momento muito bom pra mim, rever cada rostinho, ouvir deles que estavam com saudades de mim, poder exercer a função para a qual nasci, que é ensinar. Eu sou muito grata a Deus por essa possibilidade de retorno.” (sic). Nestes relatos, é possível ver a emoção do reencontro nas lágrimas dos professores, a segurança do toque físico, do abraço, a sensação de que quando tudo parecia não ter fim, de repente surge o recomeço.

A quinta pergunta do questionário buscou entender se os participantes receberam algum apoio emocional da escola ao retornar às aulas presenciais. Nas respostas, somente 37,5% (=3) afirmaram ter recebido algum apoio. Este apoio foi descrito pelos profissionais como sendo palestras motivacionais de boas-vindas, como é possível ver nesta resposta: “A escola nos acolheu com uma palestra e nela tocou de forma sensível sobre a realidade que vivemos, me senti bem.” (sic). O fato de para 62,5% (=5) dos professores não ter havido apoio emocional é algo preocupante e que reforça uma realidade nada nova, ou seja, não há suporte psicológico adequado para os professores.

A sexta pergunta se propôs a entender como tem sido a readaptação às aulas presenciais para os professores participantes. Registraram-se as seguintes respostas: Resposta 1: “Está sendo tranquilo, retorno aos velhos hábitos, horários, demandas.” (sic). Resposta 2 – “Tem sido desafiador, pelas questões do medo, enfim, mas conforme o tempo passa tudo vai se reajustando.” (sic). Resposta 3 – “Meu maior problema está sendo reter a atenção dos alunos por um tempo maior que 5 minutos nas explicações. Eles estão bem mais dispersos, creio que devido a elevada exposição às telas no isolamento social, isso me preocupa bastante.” (sic).

Resposta 4 – “Vou confessar que a readaptação está sendo difícil, pois estou muito ansiosa, tive inclusive que buscar ajuda psiquiátrica e tomar medicação, e estou em fase de adaptação ao medicamento [...]” (sic). Resposta 5 – “Não vou dizer que está sendo fácil, por conta do estresse normal da adaptação, mas estou mais contente, pois me sinto mais útil aos alunos.” (sic). Resposta 6 – “Eu pensei que fosse ser pior, achei que teria mais dificuldade de ter disciplina na vida pessoal e que isso poderia refletir na vida profissional, mas graças a Deus estou tirando de letra.” (sic). Resposta 7 – “Não é fácil, a mente da gente ficou uma bagunça na pandemia, a restrição social bagunçou a gente, o segredo é matar um leão por dia.” (sic). Resposta 8 – “[...] eu tento viver um dia por vez, sem me desesperar, olhar para o lado positivo, e me motivar, fácil não é, mas eu penso que poderia estar sendo muito pior, então agradeço.” (sic).

Nos relatos da sexta pergunta pode-se perceber o quanto os professores participantes tocam no ponto da saúde mental e emocional, até mesmo entre aqueles que acreditam que estão se saindo bem no processo de readaptação no retorno às aulas presenciais. Deste modo, sabe-se que, sem um apoio ou suporte emocional adequado, muitos traumas e problemas psicológicos adquiridos na pandemia podem aflorar neste contexto atual e acabar comprometendo não somente a vida pessoal e a atuação profissional dos professores, mas também o rendimento escolar dos alunos.

A sétima pergunta buscou rastrear se os professores perceberam alguma dificuldade em sua atuação profissional que antes não havia. Nas respostas, registrou-se que 25% da amostra (=2) afirmou ter enfrentado e estar enfrentando alguma dificuldade na atuação profissional, como é possível constatar nas respostas dos mesmos: Resposta 1 – “Estou tendo bastante dificuldade para manter os alunos atentos nas aulas e explicações. Eles estão mais dispersos, como falei anteriormente, passam o tempo todo falando em memes, redes sociais, etc. E como seria diferente? A internet foi a única distração para boa parte deles durante a pandemia. Paciência!” (sic).

Resposta 2 – “Eu estou bem debilitada psicologicamente por conta de um transtorno de ansiedade que adquiri neste período de pandemia, e isso tem me deixado mais lenta para ensinar, com o raciocínio comprometido, e sem muito traquejo social. Mas estou em tratamento e quero melhorar!” (sic).

Os relatos transcritos acima, referentes à sétima pergunta, chamaram a atenção da pesquisadora por dois motivos: 1 – a necessidade de reformulação da didática ante este novo cenário de uso incontrolável de redes sociais pelas crianças e adolescentes; 2 – a imposição interna que os professores têm de manter o mesmo rendimento profissional que julgavam ter antes da pandemia. Assim, pode-se perceber duas transformações no tecido histórico que eram esperadas, mas para as quais muitos docentes não foram preparados: a lide com os reflexos das tecnologias na personalidade dos indivíduos e o cuidado com a saúde mental em meio à tantas mudanças e adaptações.

A oitava pergunta buscou investigar se existe alguma medida que os professores participantes tomam em seu dia a dia para cuidar da saúde mental. Assim, verificou-se que 100% da amostra (=8) afirmou tomar alguma medida para cuidar da saúde mental. Dentre as respostas, foram registradas as seguintes estratégias: realizar atividade física regularmente; diminuir o estresse no cotidiano; ir ao psiquiatra; fazer psicoterapia; ter momentos de lazer com a família; cuidar da vida espiritual; ler livros de autoajuda; procurar bons conteúdos sobre saúde mental na internet; estar com os animais de estimação; cultivar pensamentos positivos e otimistas; não ler notícias ruins; cuidar das plantas em casa; se alimentar e dormir bem; ficar um tempo sozinho e em silêncio, etc.

As respostas da oitava pergunta mostram que os professores participantes conseguiram mapear aquilo que faz bem à saúde mental deles, porém muitas destas medidas, apesar de terem algum efeito terapêutico, não são ferramentas pontuais para o tratamento

de problemas da mente, como: pensamentos acelerados, crenças disfuncionais, traumas, estresse crônico, entre outros. Sabendo que o ambiente escolar tem um potencial gerador de estresse e síndrome de Burnout, verificasse que medidas de suporte emocional deveriam ser oferecidas neste contexto.

A nona pergunta, por sua vez, objetivou rastrear o nível da qualidade da saúde mental dos professores no momento em que responderam ao questionário, devendo atribuir uma nota de 0 (zero) a 10 (dez) para sua condição psicológica, sendo 0 a pior condição possível e 10 a melhor condição possível. Ademais, no questionário especificou-se algumas características e habilidades que contemplam uma saúde mental em bom estado, sendo elas: capacidade de lidar com problemas; controle das emoções e pensamentos negativos; a motivação para viver; o desejo de cuidar de si mesmo/a; a esperança em um futuro melhor; capacidade de conviver com outras pessoas, etc. Frente a isso, registrou-se que: 01 (um) participante atribuiu nota 03 (três); 04 (quatro) participantes atribuíram nota 04 (quatro); 02 (dois) participantes atribuíram nota 07 (sete) e 01 (um) participante atribuiu nota 08 (oito). Os resultados mostram mais da metade dos participantes, 62.5% (=5) estiveram mais próximos ao limite de 0 com as notas 03 (três) e 04 (quatro); e uma quantidade inferior, 37.5% (=3), estiveram mais próximos ao limite de 10 com as notas 07 (sete) e 08 (oito). Os resultados da questão nove evidenciam que a maior parte dos participantes se encontram com a condição mental mais suscetível ao adoecimento, sendo este um dado que requer atenção.

Por último, a décima pergunta buscou verificar, do ponto de vista dos participantes, quais as políticas públicas poderiam ser criadas para benefício desta classe de profissionais, no tocante à saúde mental no trabalho. Registrou-se que 100% da amostra (=8) deram sugestões de ferramentas de políticas públicas que poderiam ser adotadas, sendo elas: formação em rede de apoio mensal com a participação de psicólogos fora do ambiente escolar; promoção

de cursos, imersões, capacitações e treinamentos mensais com foco em saúde mental aos profissionais da área da educação; facilitação do acesso dos profissionais da área da educação ao atendimento psicológico da rede pública; maior capacitação dos psicólogos escolares para direcionarem os professores ao atendimento psicológico clínico; e campanhas públicas com divulgações nas mídias sociais sobre a importância do cuidado da saúde mental para profissionais da educação, especialmente os educadores e professores.

Na área da Educação, foi possível vislumbrar os esforços dos professores e demais membros da equipe escolar para tentar manter um nível razoável de rendimento dos alunos no ensino remoto, tendo as famílias como intermediadoras (Rumening, 2022). Com o retorno das aulas, os professores tiveram que lidar com inseguranças e receios, somados aos impactos emocionais do isolamento e do trabalho remoto, ganharam um peso significativo. Frente a isso, a abordagem deste assunto se faz relevante, pois pretende colocar luz sobre a condição psicológica dos muitos professores, ante o recente cenário de desafios, limitações e medos.

A este respeito, de acordo com Souza *et al.* (2021), é possível verificar o quanto a rotina exaustiva no período das aulas remotas acabou por expor os professores ao adoecimento mental, em virtude da dupla jornada, a ausência de preparo técnico para o ambiente remoto, as limitações no relacionamento interpessoal com as famílias, o excesso de atividades, bem como os medos e inseguranças do futuro. Assim, a autora explica que o adoecimento psicológico coloca o indivíduo em uma posição de vulnerabilidade e suscetibilidade, ao ponto de levá-lo a abrir mão do autocuidado, dos relacionamentos afetivos etc., e questionar sua potencialidade.

Conforme Nóvoa e Alvim (2021) pontuam que os eventos sociais históricos marcantes alteram de forma estrutural o funcionamento do cérebro humano para que seja possível mapear novas possibilidades de adaptação e, deste modo, garantir a autopreservação.

Os autores colocam que com a pandemia não foi diferente, pois esta circunstância retirou dos indivíduos aquilo que a natureza humana tem de mais precioso: a interação social. Ainda segundo os autores, a retomada do antigo modo de vida escolar terá o mesmo ambiente, os mesmos métodos e as mesmas regras, porém os modos de relacionamento, certamente, serão modificados.

Oliveira, Gomes e Barcellos (2020) contribuem com esta análise afirmando que no presente ano de 2022, com a retomada das aulas presenciais para as redes estaduais e municipais de educação no Brasil, suscitou um novo desafio aos professores: a readaptação (Oliveira; Gomes; Barcellos, 2020). Os autores explicam que o processo de readaptar é redescobrir possibilidades, reescrever uma narrativa e reconstruir uma dinâmica. No cenário em questão, ainda conforme os autores, a readaptação foi acompanhada por inseguranças, incertezas e receios que tiveram um impacto relevante na saúde mental dos professores brasileiros.

Neste cenário, verificou-se que o período pós-pandemia da Covid-19 trouxe outras formas de sofrimento, não mais alicerçadas na dinâmica do ensino remoto, mas na possibilidade crescente de que o distanciamento social no ambiente educacional se estenderá pós-pandemia, sendo uma prospectiva apontada em estudos como fator preocupante (Viner *et al.*, 2021). Diante disso, faz-se importante pensar neste novo contexto e nesta nova dinâmica, para que seja possível colocar luz sobre as possibilidades seguras de readaptação no meio social.

Todos estes fatores levaram a adaptação a uma dinâmica que exigiu dos professores muita criatividade, resiliência, improvisação e paciência, ainda que o cenário de pandemia também estivesse afetando estes profissionais ao nível psicológico (Santos; Silva, 2022). Deste modo, os autores pontuam que, com todos estes elementos em pauta, a saúde mental dos professores passou a interessar à

comunidade científica, uma vez que o acompanhamento psicológico dos professores não é algo difundido como deveria ser e acaba não sendo incentivado. Desta forma, é urgente que a realidade dos professores e educadores seja percebida e políticas públicas sejam criadas a fim de promover o incentivo ao autocuidado destes profissionais, estimulando-os a se interessarem por este assunto e motivando-os para estejam engajados nesta causa, pois sem saúde mental o contexto da sala de aula será desafiador.

CONCLUSÃO

Frente ao objetivo de analisar os impactos da readaptação às aulas presenciais no contexto pós-pandemia gerados na saúde mental dos professores de uma escola da rede pública do estado de Rondônia, os resultados desta pesquisa apontaram uma realidade pós-pandemia com novas fontes de sofrimento e angústia, ocasionadas pelo impacto psicológico que o distanciamento social provocou nos professores, modificando seus afetos, suas percepções, suas habilidades e modo de vincular-se. Sabidamente, a restrição social pode provocar alterações profundas no cérebro, tendo em vista que a natureza humana é essencialmente social.

Os dados obtidos mostraram que os professores participantes da pesquisa observaram diversos desafios a serem enfrentados neste novo cenário, incluindo a habilidade de lidar com transtornos psicológicos adquiridos na pandemia; de articular as mudanças comportamentais dos alunos associadas à elevada exposição às telas no período de isolamento social; de gerenciar os próprios medos e ansiedades em relação ao futuro, etc. Uma parte significativa dos pesquisados descreveram sentimentos negativos em relação ao retorno às aulas, possivelmente em razão do sentimento de incapacidade para lidar e gerenciar os problemas inerentes à realidade escolar.

Contudo, verificou-se que sentimentos positivos, como: esperança, saudade dos alunos e alegria também foram mencionados. Deste modo, observou-se uma mistura de sentimentos bons e ruins que se unem e formam os novos modos de articulação da realidade.

Ademais, registrou-se que os professores participantes conseguiram mapear aquilo que fazem bem à saúde mental deles, porém muitas das medidas descritas, apesar de terem algum efeito terapêutico, não são ferramentas pontuais para o tratamento de problemas da mente, como: pensamentos acelerados, crenças disfuncionais, traumas, estresse crônico, ansiedade generalizada entre outros. Sabendo que o ambiente escolar tem um potencial gerador de estresse e síndrome de Burnout, verificasse que medidas de suporte emocional deveriam ser oferecidas neste contexto.

Portanto, nada será como antes, mas é possível construir uma realidade ainda melhor. Assim, conclui-se que é importante que os professores tenham sempre em perspectiva a diferença que fazem na vida dos seus alunos, e permaneçam buscando formas de preservação da saúde mental. Às entidades competentes, faz-se necessário olhar para a condição dos professores, entender os desafios imensuráveis que estão enfrentando neste novo cenário pós-pandemia e atuar no desenvolvimento de políticas públicas que deem suporte emocional e psicológico a estes profissionais no contexto escolar, seja através da criação de programas mensais abordando estes temas ou de uma orientação mais especializada. Observa-se que sem saúde mental, sem bem-estar e qualidade de vida, ainda que um professor deseje, pode acabar não conseguindo cumprir seu dever junto à sociedade, sendo imprescindível o autocuidado.

REFERÊNCIAS:

ALCÂNTARA, Liliane de Aabreu Rosa *et al.* Mentoria: vantagens e desafios da educação on-line durante a pandemia da Covid-19. **Revista Brasileira de Educação Médica - RBEM**, v. 45. Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/SBN8Py6cDdWGGzgwN7rjPnRG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 04 ago. 2022.

ARAUJO, Denise Concelição Garcia *et al.* Percepções sobre o ensino remoto-domiciliar durante o isolamento físico: o que as mães têm a nos relatar? In: **Saúde e Sociedade**, v. 31, jan. São Paulo, 2022, p. 03. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/sausoc/2022.v31n1/e200877/pt>. Acesso em: 18 ago. 2022.

CAPRIANI, Flávia Marcelle; MOREIRA, Aantônio Flávio Barbosa; CARIUS, Ana Carolina. Atuação docente na Educação Básica em tempo de pandemia. In: **Educação & Realidade**, v. 46, n. 02. Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/105199>. Acesso em: 27 jul. 2022.

CHARCZUK, Simone Bicca. Sustentar a transferência no ensino remoto: docência em tempos de pandemia. In: **Educação & Realidade**, v. 45, n. 04. Porto Alegre, 2020, p. 02. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/S7dGKjBx7Ch4FxCwVc93pVg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 ago. 2022.

GIL, Aantônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa?** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

MARCONI, Maria de Andrade & LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MORONTE, Elver Andrade. **A pandemia do novo coronavírus e o impacto na saúde mental dos trabalhadores e trabalhadoras**. In.: AUGUSTO, Cristiane Brandão; SANTOS, Rogério Dutra dos (Orgs.). *Pandemias e pandemônio no Brasil*. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020.

NOVA ESCOLA. **Pesquisa sobre saúde mental dos professores na pandemia**. São Paulo, 2021. Acesso em: <https://novaescola.org.br/conteudo/20696/pesquisa-educadores-relatam-melhora-na-saude-mental-e-receios-para-a-retomada-presencial-das-atividades>. Acesso em: 18 ago. 2022.

NÓVOA, Antônio; ALVIM, Yara. Como será o trabalho dos professores pós pandemia da COVID- 19? In: **Educação & Sociedade**. Set. 2021. Disponível em: <https://humanas.blog.scielo.org/blog/2021/09/13/como-sera-o-trabalho-dos-professores-pos-pandemia-da-covid-19/#Y02lLv3MLIU>. Acesso em: 10 out. 2022.

OLIVEIRA, João Batista Aaraújo e; GOMES, Matheus; BARCELLOS, Thais. A Covid-19 e a volta às aulas: ouvindo as evidências. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 28, n. 108, jul./set. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/KphYGvLvmGSXhB TL5F6zfwM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 ago. 2022.

RUMENIG, Eduardo. Atividades escolares presenciais na síndrome de covid-19: razões para comemorar? In: **Saúde Social**, v. 31. São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/348nyWmsC8XVDrm6qTJKQRC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 jul. 2022.

UNICEF. **Situação mundial da infância**. Brasília: Escritório da Representação do UNICEF no Brasil, 2021. Acesso em: <https://www.apufsc.org.br/2021/08/23/pesquisa-mostra-que-72-dos-professores-enfrentam-problemas-de-saude-mental/>. Acesso em: 20 ago. 2021.

VENTURA, Deisy de Ferreira Lima. *et al.* Desafios da pandemia de COVID-19: por uma agenda brasileira de pesquisa em saúde global e sustentabilidade. In: **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 04. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/sWTDsf6c6nhPcxwq3pwCpcS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 jul. 2022.

SANTOS, Karine David Andrade; CALDAS, Cecília Mireia Pereira; SILVA, Joilson Pereira da. Pandemia da covid-19, saúde mental, apoio social e sentido de vida em professores. **SciELO Preprints**. São Paulo, 2022, p. 04-12. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/3575/version/3786>. Acesso em: 20 ago. 2022.

SANTOS, Karine David Andrade; SILVA, Joilson Pereira da. Sentido de vida e saúde mental em professores: uma revisão integrativa. In: **Revista da SPAGESP**, v. 23, jan./jun. Ribeirão Preto, 2022. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rspagesp/v23n1/v23n1a11.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2022.

SOUZA, Katia Reis de. *et al.* Trabalho remoto, saúde docente e greve virtual em cenário de pandemia. In: **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 19, ago./set. São Paulo, 2020, p. 05. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/RrndqvwL8b6YSrx6rT5PyFw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 ago. 2022.

VINER, Russel M. *et al.* Reopening schools during the COVID-19 pandemic: governments must balance the uncertainty and risks of reopening schools against the clear harms associated with prolonged closure [Reabertura das escolas durante a pandemia do COVID-19: o governo deve equilibrar a incerteza e os riscos da reabertura das escolas com os danos claros associados ao fechamento prolongado]. **Archives of Disease in Childhood**, n. 2. 2021. Disponível em: <https://adc.bmj.com/content/106/2/111>. Acesso em: 12 ago. 2022.

ÍNDICE REMISSIVO

A

anacronismo 12, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 133, 134, 138, 139, 140, 143, 144, 147

anarquia 9, 121

Antiguidade 123, 143, 145

C

Chiquinha Gonzaga 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68

colonialismo 180, 184, 185, 191, 192, 193, 195, 201, 203, 261

consciência da libertação 192, 193, 202

contemporaneidade 115, 144, 237, 246, 248, 257, 261, 262, 263, 265, 268

Covid-19 275, 276, 278, 279, 282, 284, 286, 292, 295, 296

cultura caipira 91, 96, 97, 117, 118

cultura popular 44, 93, 94, 95, 160, 176

D

democracia 123, 124, 126, 127, 128, 129, 132

E

Educação Infantil 9, 228, 230, 231, 233, 234, 239, 242, 243, 244

estudantes 251, 252, 254, 255, 277, 279

F

feminismo 182, 183, 184, 186, 208, 209, 211, 212, 213, 226

fotografia 8, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 129, 255, 256

H

historiador 11, 122, 124, 125, 126, 128, 131, 132, 133, 134, 137, 138, 139, 141, 144, 145, 146, 147, 159, 160, 196, 197, 198, 200, 201, 268

historiografia 9, 11, 14, 17, 19, 64, 66, 122, 124, 135, 136, 137, 142, 143, 149, 152, 168, 172, 176, 177, 178, 181, 197, 207, 223, 224, 227

humanidade 163, 164, 192, 202, 216, 240, 247, 248, 259

I

identidade nacional 91, 92, 93, 94, 119, 193, 197

império português 14, 15

indústria 38, 91, 95, 118, 119, 145, 164, 165, 221, 265

Instituto Oswaldo Cruz 73, 75, 76, 78, 81, 84, 87, 88, 89

interseccionalidade 153, 180, 209, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 226

L

linguagem 19, 29, 30, 37, 122, 167, 171, 172, 174, 175, 195, 196, 214, 217, 236, 237, 241, 246, 268

literatura de combate 193, 194, 203

luta anticolonial 179, 191, 193, 195

M

mulher transgressora 43

Música Sertaneja 8, 90

O

opressão neoliberal 264

P

patriarcado 48, 49, 180, 184, 185, 207, 217

pertencimento 14, 29, 36, 99, 104, 105, 141

pós-modernidade 248

pós-pandemia 10, 274

R

regionalismo 119

relações de gênero 43, 45, 68, 208, 217, 232

resistência 45, 64, 79, 142, 150, 151, 160, 161, 163, 180, 202,
212, 272

revolução Argelina 12

S

saúde mental 10, 274

sexualidade 62, 180, 209, 214, 216, 223, 229, 231, 232, 233, 237,
238, 239, 242, 243

sociedade brasileira 43, 63, 101, 202

sociedade multiteias 246

T

tecnologia 71, 91, 101, 253, 262, 264

V

violência colonial 191, 195, 199, 201

www.PIMENTACULTURAL.com

CULTURA HISTÓRICA

Gênero,
linguagem,
historiografia